

Os ECONOMISTAS

VILFREDO PARETO

MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA

Tradução de João Guilherme Vargas Netto

Fundador
VICTO CIVITA
(1907 - 1990)



Editora Nova Cultural Ltda.

Copyright © desta edição 1996, Círculo do Livro Ltda.

Rua Paes Leme, 524 - 10º andar
CEP 05424-010 - São Paulo - SP

Título original: *Manual d'Economia Política*

Direitos exclusivos sobre a Apresentação,
Editora Nova Cultural Ltda., São Paulo

Direitos exclusivos sobre as traduções deste volume:
Círculo do Livro Ltda.

Impressão e acabamento: Gráfica Círculo

ISBN 85-351-091405

APRESENTAÇÃO

Há autores que são conhecidos pela capacidade de sintetizar as idéias de seu tempo e lançar as bases para o desenvolvimento do conhecimento. Há outros cujo reconhecimento emerge do conjunto de sua obra, por sua amplitude e profundidade. Há ainda aqueles que têm seus nomes associados a uma obra-prima ou a um conceito fundamental e revolucionário. Há, por fim, autores que são reconhecidos por todos esses motivos. Vilfredo Pareto é um economista que pertence a essa seleta classe de autores.

Tratar, em pouco espaço, a vida e a obra de um intelectual como Pareto — que transitou da Matemática à Sociologia, passando pela Economia, e que ocupou importantes cargos executivos, políticos e acadêmicos — não é tarefa fácil. Nesta apresentação buscarei resumir o essencial de sua vida e de sua produção intelectual no que diz respeito especificamente ao campo da Economia, apesar das limitações de um esforço como este.

Esta apresentação está dividida em duas seções. A primeira é uma breve memória da vida de Vilfredo Pareto em seus vários aspectos — pessoal, profissional, político e acadêmico. A segunda seção apresenta suas contribuições aos vários ramos da Teoria Econômica e uma breve bibliografia do autor.

Uma Breve Biografia

Vilfredo Pareto nasceu em Paris em 15 de julho de 1848. Raffaele Pareto, seu pai, descendia de uma nobre família italiana que governou a República de Gênova até as conquistas napoleônicas. Engenheiro civil, especializado em hidráulica, ele pertenceu à ala jovem do Resurgimento Italiano da primeira metade do século XIX. A mudança para a França ocorreu por causa de seu envolvimento na Conspiração de Mazzini. Em função das mudanças políticas acontecidas na Itália por volta de 1852,¹ Raffaele foi convidado a regressar ao seu país natal

1 Os registros de algumas datas e acontecimentos importantes da vida de Vilfredo Pareto são imprecisos. Por exemplo, algumas biografias indicam o regresso da família Pareto à Itália no ano de 1852, ao passo que outras registram o ano de 1854. Nesta apresentação, adotarei as datas utilizadas por Busino (1987).

para trabalhar como professor de francês na Real Escola Naval de Gênova. Em 1859, passou a lecionar Contabilidade e Economia Agrícola na Escola Técnica Leardi, dirigida pelo famoso matemático Ferdinando Pio Rosellini. Nessa instituição, Vilfredo Pareto iniciou seus estudos de Física e Matemática.

Em 1862, a família mudou-se novamente para Turim e, logo em seguida, para Florença, então capital da Itália. Entre 1864 e 1867, Vilfredo Pareto cursou ciências matemáticas no Instituto Politécnico de Turim. Na mesma escola, ingressou no curso de engenharia em 1867 e obteve sua titulação em 1870 com a dissertação intitulada “Princípios Fundamentais da Teoria da Elasticidade dos Corpos Sólidos e as Análises Relativas à Integração de Equações Diferenciais que Determinam o Equilíbrio”. A essa obra é atribuída grande importância na formação de sua visão de mundo, uma vez que ela trata do conceito que veio a permear toda a concepção econômica e social de Pareto: a noção de equilíbrio.

Entre 1870 e 1892, Pareto desenvolveu ativa vida profissional como técnico e homem de negócios em importantes empresas italianas. Após diplomar-se, foi empregado pela Companhia Ferroviária de Florença como engenheiro-consultor, cargo que ocupou até 1873, após o que ingressou numa das principais indústrias siderúrgicas da Itália, a Companhia Siderúrgica, situada em San Giovanni, no vale do rio Arno, que era controlada pelo Banco Nacional de Florença. Nessa empresa ocupou várias posições técnicas e de direção: até 1875 foi encarregado técnico e de 1875 a 1882 foi diretor técnico. Em 1882, a Companhia Siderúrgica foi transformada em Siderúrgica Italiana — *Ferriere Italiane* — e Vilfredo Pareto assumiu a posição de diretor geral da empresa.

Durante sua vida profissional, ele não esteve ausente da vida pública. Em 1877, assumiu uma cadeira no Conselho Municipal de San Giovanni e, após essa experiência, se candidatou por duas vezes a representante do povo na Câmara de Deputados (1880 e 1882), mas não obteve sucesso eleitoral em nenhuma delas. Em 1882, foi agraciado com o título de Cavaleiro da Ordem da Coroa Italiana.

Também nesse período (1874-1892), Pareto manteve uma vida intelectual bastante ativa. Em 1874, tornou-se membro da Seção de Ciências Naturais da *Accademia dei Giorgofili* de Florença e, depois, ingressou na Sociedade Adam Smith de Ferrara. Desde o início de sua vida pública nutriu fortes sentimentos liberais, que foram expressos em uma série de artigos de jornais, de grande circulação e especializados, e em conferências públicas. Nessas oportunidades, exercitava seu espírito crítico e tornou-se um articulista audaz e polêmico, sempre preocupado com as grandes questões nacionais. Partidário ardoroso de princípios democráticos, Pareto defendeu publicamente ideais progressistas, como o sufrágio universal, a liberdade de imprensa e a educação

primária universal e gratuita. Crítico da política comercial protecionista, pregava o livre-comércio e o fim das tarifas aduaneiras e dos subsídios à indústria. Pacifista e humanista convicto, foi um crítico contumaz do sistema político italiano, marcado à época pelo patrimonialismo e o clientelismo. Foi um dos principais intelectuais de seu tempo a condenar de forma enfática o ideário armamentista que começava a permear a política européia.

Foi também nesse período que Pareto desenvolveu o interesse pela Economia e firmou amizade com Maffeo Pantaleoni, proeminente economista da Escola Italiana.² Mas, ao contrário da maior parte dos economistas de sua época, Vilfredo Pareto ingressou na academia e desenvolveu suas principais obras sobre Economia quando já havia atingido a maturidade intelectual. Antes de desenvolver suas obras científicas, ele foi matemático, técnico, homem de negócios, político e articulista. Apenas em 1893, aos 45 anos, assumiu a cadeira de Economia Política da Universidade de Lausanne, até então ocupada por León Walras.

Em 1899, Pareto deixou sua cátedra em Lausanne e mudou-se para Céligne, no Cantão de Genebra, onde passou a dedicar-se quase exclusivamente à produção científica. Nesse período, Pareto distanciou-se gradativamente de sua visão reformista da Economia e passou a se dedicar à teoria pura e à Economia Matemática. Aos poucos, seu interesse foi migrando da Economia para a Sociologia, área do conhecimento na qual também deixou importantes contribuições.

No final de sua vida, Vilfredo Pareto foi nomeado Senador do Parlamento Italiano, no período de ascensão do fascismo, e membro da Comissão de Desarmamento da Liga das Nações, mas não chegou a exercer nenhuma das posições. Faleceu em 19 de agosto de 1923, aos 75 anos de idade.

Contribuições à Economia Neoclássica³

As contribuições de Pareto à Economia moderna são abundantes. O desenvolvimento da Microeconomia seguiu, em essência e método, os princípios por ele trabalhados na virada do século. Entre essas contribuições destacaram-se três: a gestação de uma teoria ordinal de bem-estar, que foi provavelmente a que se enraizou de forma mais ampla e profunda; o desenvolvimento da *Teoria do Equilíbrio Geral de Walras*, a qual desencadeou importante mudança de método na Economia Neoclássica; e a criação de um critério de avaliação do bem-estar social (*Ótimo de Pareto*), que inaugurou uma nova linha de pesquisa e levou seu nome a todos os livros de texto e estudos na matéria.

² Sobre este assunto, ver Schumpeter.

³ As citações de Pareto contidas nesta seção foram traduzidas pelo autor da apresentação, com base na tradução inglesa do *Manual de Economia Política*.

Além destas, houve inúmeras contribuições de menor importância relativa, mas não absoluta.

O desconforto que hoje alunos de cursos de Economia sentem ao estudar o conceito da função utilidade — que dimensiona, como um termômetro, o nível de bem-estar dos consumidores, das firmas e da sociedade — foi também sentido por Pareto em sua época. Para compreender melhor as razões desse desconforto e o papel que Pareto desempenhou no desenvolvimento da Economia Neoclássica, é necessário discutir em maior profundidade a noção fundamental da teoria do valor neoclássica.

A *Teoria da Utilidade Marginal*, desenvolvida paralelamente por Jevons (1871), Menger (1871) e Walras (1874), constituiu o núcleo da chamada “Revolução Marginalista” e representou a alforria em relação ao conceito clássico de “valor de uso” — que não permitia uma análise integrada e completa das relações entre utilidade, demanda e preço de mercado. O conceito de utilidade data dos primórdios da Ciência Econômica, mas foi a noção de utilidade marginal que tornou a demanda um elemento-chave na determinação do equilíbrio de mercado. Por esses motivos a função utilidade tornou-se peça fundamental da Economia Neoclássica.

A função utilidade $U(x_1, x_2, \dots, x_n)$, tal como foi concebida pela Escola Marginalista, mensurava a percepção — psicológica e subjetiva — de bem-estar dos consumidores obtida com o consumo dos bens i , representados por quantidades x_i dos bens $i = 1, 2, \dots, n$. A respeito dessa função supunha-se que fosse crescente em relação às quantidades de cada bem, mas que apresentasse taxas decrescentes de crescimento, ou seja, que a utilidade proveniente de uma unidade adicional de consumo de um bem qualquer diminuísse conforme aumentasse o consumo do bem. A utilidade marginal, medida do adicional de utilidade proveniente do incremento de consumo, seria positiva e decrescente.⁴

A escolha do consumidor era, nesse contexto, concebida como um problema de maximização da função utilidade sujeita à restrição orçamentária da família. E o aspecto mais importante dessa teoria era a possibilidade de se obter a relação entre preço e quantidade consumida, chamada de função demanda, a partir do processo de maximização da utilidade do consumidor. Ao maximizar seu bem-estar, o consumidor igualava a utilidade marginal de uma unidade adicional de renda, denotada por μ , com as relações entre utilidade marginal e preço dos bens consumidos:

4 Em termos matemáticos, a utilidade marginal de um bem i é medida pela derivada parcial da função utilidade em função do incremento de uma unidade do bem: $u'(x) = \partial U / \partial x_i$.

$$\frac{u'(x_1)}{Px_1} = \frac{u'(x_2)}{Px_2} = \dots = \frac{u'(x_n)}{Px_n} = \mu$$

Assim, se o preço de um bem eventualmente subisse, mantido o nível de renda constante, a quantidade demandada e a utilidade marginal deveriam diminuir para compensar a elevação do denominador e manter a identidade com μ . Estava estabelecida, pois, a relação entre preço e quantidade consumida. Note-se, contudo, que a determinação das quantidades consumidas, dados os preços dos bens, assim como a análise da reação do consumidor a variações dos preços dos bens, dependiam fundamentalmente do conhecimento prévio da função utilidade e do nível específico de bem-estar do consumidor, uma vez que eram definidas em termos da utilidade marginal dos bens.

Apesar dos enormes avanços obtidos pela Revolução Marginalista, a Teoria da Utilidade trazia consigo inquietações de natureza metafísica. A maior parte dos economistas insatisfeitos com a teoria, entre os quais Vilfredo Pareto, não questionava seus resultados e proposições, como a condição de equilíbrio do consumidor e a curva de demanda. As críticas e inquietações estavam associadas a duas decorrências dos postulados fundamentais da teoria: (i) a própria existência de uma medida de bem-estar e (ii) a possibilidade de comparações interpessoais de bem-estar. Conforme atesta Viner (1925), os periódicos de Economia da época traziam, em oposição aos principais tratados de Economia, severas críticas à Teoria da Utilidade, a maioria delas relativas aos pontos assinalados acima.

Vilfredo Pareto impunha restrições ao próprio termo empregado pela Escola Marginalista para designar a expressão do bem-estar dos agentes econômicos. Para ele, o termo utilidade trazia consigo o peso de seu significado na linguagem coloquial: algo teria utilidade se fosse útil ao indivíduo. Ressalta em mais de uma passagem do Manual de Economia Política que certos bens, como a morfina, trazem bem-estar aos seus consumidores, mas, de forma alguma, lhes são úteis. Como alternativa, ele empregava o termo “ophelimité” — derivado do grego *ophelimos* — para designar a propriedade que bens ou ações têm de gerar bem-estar e satisfação ao seu usuário ou ator.

Contudo, sua principal inquietação em relação ao conceito de utilidade dizia respeito diretamente à mensurabilidade do nível de bem-estar dos agentes econômicos. A esse respeito, assinalou: “Temos admitido que esta coisa chamada *prazer, valor de uso, utilidade econômica, ...* seja uma quantidade; contudo, uma demonstração disto ainda não foi apresentada. Assumindo que essa demonstração seja efetuada, como essa quantidade seria mensurada?”⁵. De fato, o pressuposto

5 Pareto (1906), capítulo 3, item 35. As palavras em negrito estão ressaltadas no original.

de uma função quantificada em alguma escala métrica de unidades de utilidades, prazeres ou valores de uso exigiu dos economistas contemporâneos de Pareto um esforço mental que ele provaria desnecessário.

Pareto superou esse problema lançando mão de engenhoso artifício lógico e singular intuição econômica e matemática. A partir das curvas de indiferença de Edgeworth, um importante corolário da visão tradicional da Teoria da Utilidade, ele desenvolveu uma nova abordagem da escolha dos agentes econômicos, que mantinha os principais resultados da visão dominante e prescindia de uma função utilidade mensurável. Sua teoria, que tornou clara a noção de preferência, empregava o conceito ordinal de bem-estar.

As curvas de indiferença de Edgeworth indicavam as combinações de bens $x = (x_1, x_2, \dots, x_n)$ que mantinham inalterado o bem-estar do consumidor. Como os bens tinham a propriedade de ser substituíveis uns pelos outros, a curva de indiferença apontava para as eventuais trocas entre bens que o consumidor, segundo suas preferências, estaria disposto a fazer, mantido constante seu nível de bem-estar. O conjunto das curvas de indiferença do consumidor, chamado de mapa de indiferença, era informação suficiente para estabelecer sua escolha; não se fazia necessário o conhecimento de sua função utilidade. Bastava, para tal, associar a cada curva de indiferença do mapa um índice tal que: "1º duas combinações entre as quais a escolha é indiferente devem ter o mesmo índice; 2º de duas combinações, aquela que for preferida a outra deve ter o maior índice" — Pareto (1906), capítulo 3, item 55.

Assim, as várias combinações de bens estariam ordenadas segundo as preferências do consumidor, e sua escolha se resumiria em selecionar a combinação com o maior índice — a preferida — entre aquelas acessíveis a sua renda. Ou ainda: dadas as preferências do consumidor, bastaria atribuir a cada combinação um índice que preservasse a ordenação subjetiva de preferências. Pareto constatou que, ao quantificar o bem-estar dos agentes econômicos associado a cada combinação de consumo, a função utilidade atribuía a elas um número que, em última instância, ordenava o conjunto das combinações de consumo do agente; e isto era suficiente para os fins a que a teoria se propunha.

Essa abordagem alternativa revolucionou a concepção econômica de utilidade e de comportamento econômico. A Teoria da Decisão, o núcleo da Microeconomia contemporânea, desenvolveu-se a partir dos fundamentos ordinais construídos por Pareto. Hoje, os textos de Economia baseiam a análise de comportamento econômico (consumo, produção, trocas, bem-estar social etc.) no conceito de ordenação de preferências primeiramente desenvolvido por ele. A função utilidade é, nessa abordagem, uma consequência dos pressupostos da teoria ordinal e não uma hipótese primária de trabalho.

O trabalho criativo de Pareto com relação ao problema da escolha

não se resumiu à introdução do enfoque ordinal de preferências na análise do comportamento do consumidor. Em verdade, consumidores, produtores, Estado e sociedade eram, para ele, entidades semelhantes em essência: todos buscavam satisfazer da melhor forma possível seus próprios interesses, dados os meios disponíveis. O que distinguia um de outro qualquer era, tão-somente, o interesse — o volume de consumo para o consumidor e o lucro para o empresário — e os meios disponíveis — restrição orçamentária e possibilidades tecnológicas de produção. Pareto tomou os princípios da Teoria da Utilidade e generalizou sua aplicação, tratando as questões de alocação de consumo e de produção com um mesmo instrumental teórico. O comportamento econômico passou a ser visto como a contraposição entre *preferências* e *restrições*.

Esse enfoque significou outra revolução no núcleo da Economia Neoclássica e possibilitou o avanço da Teoria do Equilíbrio Geral, proposta primeiramente por Walras. O “estado das artes” no desenvolvimento teórico herdado por Pareto contrapunha, de um lado, a excessiva ênfase no papel da demanda — desconsiderando os aspectos produtivos da economia — e, de outro, a análise de equilíbrio geral de Walras — complexa e pouco operacional. Com seu enfoque generalizante, ele foi capaz de reduzir o complexo problema da determinação simultânea do consumo e da produção a uma análise de preferências e restrições de diferentes agentes econômicos. Ao analisar o funcionamento de uma economia de trocas — e, depois, o equilíbrio de uma economia com produção —, concebeu o mercado como sendo formado por agentes com diferentes preferências e restrições, mas todos buscando a satisfação de seus interesses. “As preferências e restrições se referem a cada um dos indivíduos considerados. Para um indivíduo as preferências de outro com o qual ele tem relações está entre seus obstáculos” — Pareto (1906), capítulo 3, item 25.

Vale ressaltar que, para ele, o estudo das relações econômicas deveria considerar, além da associação entre utilidade e preço, a dependência mútua entre os agentes econômicos — consumidores e produtores. A respeito disto, escreveu: “...as teorias que unem apenas o valor (preço) e o nível de bem-estar (ophelimité) não têm muita utilidade para a Economia Política. As teorias mais úteis são aquelas que consideram o equilíbrio econômico geral e que investigam como ele se origina na oposição de preferências e restrições.” — Pareto (1906), capítulo 3, item 228.

Além de introduzir esse novo enfoque metodológico, que acabou constituindo um novo estilo de ensino e de estudo da Microeconomia, Pareto trouxe inúmeras contribuições à teoria walrasiana. Entre outras, introduziu a função de produção com coeficientes variáveis no estudo do equilíbrio geral, que permitiu a análise da substituição técnica entre diversos fatores produtivos (trabalho, capital, terra etc.) e suas consequências para o equilíbrio do produtor. Não obstante, a mais importante

contribuição nessa área foi a conjugação do estudo do equilíbrio geral com as propriedades de bem-estar coletivo da economia. Para compreender esse ponto, faz-se necessário retornar, uma vez mais, à discussão sobre o conceito de utilidade.

A segunda questão controversa da Teoria da Utilidade tradicional era a possibilidade de comparações interpessoais de bem-estar. Uma vez que a função pressupunha a mensuração da quantidade de utilidade em alguma escala numérica, em princípio seria também admissível a comparação do bem-estar de dois ou mais indivíduos, assim como a agregação de utilidades individuais. De fato, vários economistas que compartilhavam a visão tradicional — de John Stuart Mill, muitos anos antes, a Marshall e Pigou — acreditavam possível e buscavam métodos de comparação dos níveis de satisfação individual e agregação destes em bem-estar coletivo.

O estabelecimento de comparações interpessoais de bem-estar, uma categoria particular de comparação de diferentes sensações e sentimentos, era severamente criticado por Pareto. Em primeiro lugar, porque constituía um abuso lógico que ignorava a existência de conflitos na sociedade. Em Pareto (1906), capítulo 2, itens 36, lê-se: “A felicidade dos romanos reside na destruição de Cartago; a felicidade dos cartagineses talvez na destruição de Roma, ou, de qualquer forma, na salvação de sua cidade. Como ambas, a felicidade dos romanos e a dos cartagineses, podem ser realizadas?” Depois, porque essa visão permitia julgamentos de valor moral duvidoso: se for possível a comparação interpessoal de bem-estar, é também admissível justificar o sofrimento de alguns com base no aumento de bem-estar de outros indivíduos da mesma sociedade. “...Como alguém pode comparar essas sensações, agradáveis ou de sofrimento, e somá-las? Mas para levar nossas concessões ao extremo, vamos admitir que isso seja possível e tentemos resolver o seguinte problema: a servidão é moral? Se os senhores são numerosos e poucos os escravos, é possível que as sensações agradáveis dos senhores formem uma soma maior que as sensações de sofrimento dos escravos; o contrário ocorreria se houvesse poucos senhores e muitos escravos...” — Pareto (1906), capítulo 2, item 37. No primeiro caso, por exemplo, a conclusão lógica seria a de rechaçar uma eventual demanda pelo fim do regime de escravidão, como forma de evitar a diminuição do bem-estar da sociedade. Assim, qualquer mudança nas relações de poder e de direito da sociedade poderia ser justificada pelo aumento, ou não, do bem-estar coletivo.

Munido de espírito humanista, Pareto contestou a possibilidade de comparações interpessoais de utilidade e introduziu o conceito ordinal de bem-estar social. Segundo a nova abordagem, apenas seriam possíveis as comparações de bem-estar entre situações cuja mudança de uma para outra não envolvesse transferências de utilidade entre os indivíduos. Seu critério de avaliação do bem-estar social estabelecia que:

- o bem-estar social associado a um estado x é maior que o de um outro estado y se e somente se há, em x , pelo menos um indivíduo com bem-estar maior do que em y e não há outro indivíduo que tenha um nível de bem-estar inferior; ou seja, um estado é superior a outro se é possível aumentar o bem-estar de pelo menos um indivíduo sem prejudicar os demais (*Superioridade de Pareto*);
- o bem-estar de uma sociedade é máximo se não existe outro estado tal que seja possível aumentar o bem-estar de um indivíduo sem diminuir o bem-estar dos demais; isto é, não há forma de melhorar a situação de um, sem prejudicar a situação dos outros (*Ótimo de Pareto*)⁶.

Em última instância, o critério proposto por Pareto revelou os limites entre os quais é possível estabelecer comparações de bem-estar social, sem o recurso a valores morais. Aplicado esse critério, a Economia Política preservaria, enquanto ciência, sua neutralidade ética.

Pareto demonstrou a serventia de seu critério para a Economia Política ao aplicá-lo à análise das propriedades do equilíbrio geral. Ele provou o chamado “primeiro teorema da Economia do Bem-Estar”, o qual afirma que todo equilíbrio geral de economias em concorrência perfeita, independentemente da distribuição inicial de recursos, maximiza o bem-estar da sociedade. Também sugeriu, conquanto não tenha demonstrado, a proposição conhecida por “segundo teorema da Economia do Bem-Estar”: toda situação ótima no sentido de Pareto pode ser atingida por um equilíbrio competitivo, dada uma distribuição inicial de recursos apropriada.

Ao demonstrar que o equilíbrio de uma economia em concorrência perfeita conduzia ao máximo de bem-estar da sociedade (primeiro teorema), Pareto tornou preciso o conceito clássico de “mão invisível”: a capacidade de os agentes econômicos atingirem, de forma descentralizada e não intencional, o máximo de bem-estar da sociedade. Esse resultado fundamentou, por exemplo, a idéia de que o livre-comércio entre as nações levaria suas economias ao máximo de bem-estar social, defendida por expoentes da Economia Clássica como Adam Smith e Ricardo.

No início deste século, a Ciência Econômica ainda não dispunha de um conceito, tão universal e simples como o proposto por Pareto, para orientar as discussões sobre o bem-estar social associado a diferentes distribuições de recursos, níveis de produção ou alocações de consumo. A inovação analítica de Pareto permitiu, de forma bastante simples, comparar diferentes estados da economia, observando apenas

6 Esse critério também é conhecido como *eficiência de Pareto*.

se o bem-estar de cada indivíduo em uma situação é maior ou menor do que em outra. Assim, diferentes políticas — por exemplo, distribuições alternativas de despesas públicas — poderiam ser analisadas em termos de perdas e ganhos dos agentes econômicos envolvidos. E essa capacidade de estabelecer comparações, até o ponto em que isto é possível, tornou o critério de Pareto peça fundamental nas análises de Economia aplicada.

Empregado pelo autor para discutir as propriedades do equilíbrio geral competitivo, o critério de Pareto acabou se difundindo para outras áreas da Economia. E desta difusão desenvolveu-se a Economia do Bem-Estar, uma área do conhecimento econômico dedicada ao estudo de diferentes métodos de avaliação do bem-estar social e sua aplicação na comparação de distintos estados da Economia. Hoje, a Economia do Bem-Estar dá respaldo a vários campos de pesquisa pura e aplicada, como a Escolha Pública, a Teoria Econômica do Direito e a Economia do Meio Ambiente.

Vilfredo Pareto deixou outras contribuições importantes para a Economia, como o estudo econométrico pioneiro sobre distribuição da renda e as discussões sobre metodologia e o emprego de matemática em Ciências Sociais. Todas comprovam sua singular intuição econômica e seu exemplar rigor lógico. Deixou, também, contribuições para a Sociologia consubstanciadas em seu *Tratado de Sociologia Geral* (1916). Muito embora eu não seja capaz de julgar o valor destas outras contribuições, acredito que um sociólogo não dedique a Pareto menos entusiasmo.

Fernando Garcia

Fernando Garcia é Doutor em Economia pela FEA-USP, assessor econômico do SindusCon-SP e professor do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP e do MBA em Finanças do Ibmecc-SP.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Vilfredo Pareto

- “La mortalità infantile e il costo dell'uomo adulto”. Em *Giornale degli economisti*, 7, 451-6.
- “Teoria matematica dei cambi forestiere”. Em *Giornale degli economisti*, 8, 142-73.
- “La curve della entrate e le osservazione del professor Edgeworth”. Em *Giornale degli economisti*, 13, 439-48.
- Cours d'économie politique*. 2 vol. Lausanne, Librairie de l'Université.
- “The new theories of economics”. Em *Journal of Political Economy*, 5, 485-502.
- “Quelques exemples d'application de la méthode de moindres carrés”. Em *Journal de Statistique Suisse*, 121-50.
- “Di un nuovo errore nello interpretare le teorie dell'economia matematica”. Em *Giornale degli economisti*, 25, 401-33.
- Manuale d'Economia Politica*. Milão, Societa Editrice Libreria. Traduzido para o francês e revisado em 1909 como *Manuel d'Economie Politique*, Paris, Giard Brière. Traduzido para o inglês como *Manual of Political Economy*. Tradução de Ann S. Schwier, The Macmillan Press LTD, Nova York, 1971.
- “Walras”. Em *Economic Journal*, 20, 138-39.
- Economie Mathématique*. Em *Encyclopédie des Sciences Mathématiques*, I (iv,4), Paris, Teubner, Gauthier, Villars.
- “Il massimo de utilità per una collettività in sociologia”. Em *Giornale degli economisti*, 46, 337-38.
- Trattato di Sociologia Generale*. 4 vol. Florença, Barnera.
- “Economia sperimentale”. Em *Giornale degli economisti*, 52, 1-18.
- Oeuvres Compléts*. Editado por G. Busino. 28 vol. Genebra, Librairie Droz.
- Sociological Writings. Textos selecionados por S.E. Finer. Rowman and Littlefield. Totowa, Nova Jersey, 1966.

Outros autores

- AMOROSO, L. "Vilfredo Pareto". Em *Econometrica*, VI, Jan., 1-21.
- ARROW, K.J. "*Social Choice and Individual Values*". Nova York, John Wiley & Sons, Inc.
- BERGSON, A. "A reformulation of certain aspects of welfare economics". Em *Quarterly Journal of Economics*, 52, 310-34.
- BLACK, R.D.C. "Utility". Em *The New Palgrave, Utility and Probability*, eds. John Eatwell, Murray Milgate and Peter Newman. London and Basingstoke, The Macmillan Press Limited, 295-302.
- BOUSQUET, G.H. *Vilfredo Pareto, le Savant et l'Homme*. Lausanne, Payot.
- _____ *Vilfredo Pareto, sa Vie et son Oeuvre*. Lausanne, Payot.
- BUSINO, G. "Vilfredo Pareto". Em *The New Palgrave, Utility and Probability*, 799-804.
- CIRILLO, R. *The Economics of Vilfredo Pareto*. Totowa, Frank Cass and Company LTD.
- JEVONS, W.S. *A Teoria da Economia Política*. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.
- JOHANSSON, P. *An Introduction to Modern Welfare Economics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KIRMAN, A.P. "Pareto as an economist". Em *The New Palgrave*, eds. John Eatwell, Murray Milgate, and Peter Newman. London and Basingstoke, The Macmillan Press Limited, 804-9.
- LOCKWOOD, B. (1987) Pareto efficiency, em *The New Palgrave*, 811-13.
- MERGER, C. *Principles of Economics*. Glencoe, Illinois, Free Press, 1951.
- PANTALEONI, M. "Vilfredo Pareto". Em *Economic Journal*, 33, 582-590.
- SCHUMPETER, J. A. "Vilfredo Pareto (1848-1923)". Em *Quarterly Journal of Economics*, 63, 147-73.
- History of Economic Analysis*. Nova York, Oxford University Press.
- SIMONSEN, M.H. *Teoria Microeconômica*. 2 vol. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- STEINDL, J. "Pareto Distribution". Em *The New Palgrave*, 809-11.
- TARASCIO, V.J. *Pareto's Methodological Approach to Economics: A Study in the History of Some Scientific Aspects of Economic Thought*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press.

- VINER, J. "The utility concept in value theory and its critics". Em *Journal of Political Economy*, 33, 369-87.
- WALRAS, L. Em *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.

MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA*

* Traduzido de PARETO, Vilfredo. *Manuel d'Économie Politique*. 5ª edição, Genebra, Librairie Droz, 1981.

ADVERTÊNCIA¹

Quando se cita, num capítulo, um parágrafo do mesmo capítulo, esse é indicado simplesmente por §. Se o parágrafo é de outro capítulo, o número romano que indica o capítulo precede o número do parágrafo.

Exemplos: no capítulo I, (§ 4) indica o parágrafo 4 do próprio capítulo. Sempre no capítulo I, (II, 6) indica o parágrafo 6 do capítulo II.

Nas citações, *Cours* indica o nosso *Cours d'Économie Politique*, Lausanne 1896, 1897 e *Systèmes* indica o nosso livro *Systèmes Socialistes*, Paris, 1903.

1 Extraída de PARETO, Vilfredo. *Manuale di Economia Politica con una Introduzione alla Scienza Sociale*. Milão, Società Editrice Libreria, 1909. (N. do Ed.)

SUMÁRIO

CAP. I. — *Princípios Gerais* — § 1. Os objetivos que se podem ter no estudo da Economia Política e da Sociologia. — 2, 3. Os métodos empregados. — 4, 5, 6. As uniformidades ou as leis. — 7. As exceções aparentes. — 8. As uniformidades ou as leis são verdadeiras apenas sob certas condições. — 9. Essas condições são, às vezes, implícitas, às vezes, explícitas. — 10. Não podemos jamais conhecer um fenômeno concreto em todas as suas particularidades. — 11. Podemos ter dele apenas um conhecimento aproximativo. — 12. Declarar que a teoria se afasta, em certos pontos, do fenômeno concreto, eis uma objeção sem alcance. — 13. Exemplo. — 14. Aproximações sucessivas. — 15, 16, 17. Não podemos conhecer os fatos raciocinando com os conceitos que temos; é preciso recorrer à observação direta. — 18. Em que é inexato o raciocínio *por eliminação*. — 19. Os resultados da teoria sempre diferem, ainda que pouco, da realidade. — 20. As ciências que podem recorrer à experiência e as que devem se contentar com a observação. Uma teoria não pode ter outro critério senão sua maior ou menor concordância com a realidade. — 21. Abstração: seu papel na ciência. — 22, 23, 24. Ela pode se revestir de duas formas que são equivalentes. — 25, 26. A ciência é essencialmente analítica; a prática, sintética. — 27, 28, 29, 30. A teoria de um fenômeno concreto é apenas a teoria de uma parte desse fenômeno. A ciência separa as diferentes partes de um fenômeno e as estuda separadamente; a prática deve aproximar os resultados assim obtidos. — 31. Inutilidade da crítica simplesmente negativa de uma teoria. — 32. Às vezes, para conseguir mais sinceridade, distanciamos-nos, voluntariamente, em teoria, do fenômeno concreto. — 33. O estudo histórico dos fenômenos econômicos: em que é útil e em que é inútil. — 34. Evolução. — 35. Inutilidade das discussões sobre o *método* em Economia Política. — 36. Afirmações que se podem verificar experimentalmente e afirmações que não se podem observar experimentalmente. — 37, 38. A ciência ocupa-se somente das primeiras. — 39, 40. Tudo que tenha aparência de um preceito,

a menos que tenha apenas aparência formal, não é científico. — 42. Confusão entre a ciência e a fé. — 43. A intuição: seus modos e formas. — 44, 45, 46. O consentimento universal não é um critério da verdade científica. — 47. Erro dos metafísicos que querem transportar proposições absolutas para as proposições científicas que, por natureza, são essencialmente subordinadas, e para as quais é preciso sempre subentender a condição de que elas são verdadeiras nos limites do tempo e da experiência conhecidos por nós. — 48. É absurdo querer substituir a fé pela ciência. — 49, 50. Conclusões deduzidas de premissas não experimentais. — 51. A invenção 31

CAP. II. — *Introdução à Ciência Social* — § 1. O estudo da sociologia ainda deve partir de certos princípios empíricos. — 2, 3. Ações não lógicas e ações lógicas. — 4, 5. Tendência a se apresentar como lógicas as ações não lógicas e a encaminhar todas as relações dos fenômenos entre si à relação de causa e efeito. — 6. Relações objetivas. — 7, 8, 9. Como e em que a relação subjetiva se afasta da relação objetiva. — 10, 11, 12. Variedades de relações entre os fatos reais. — 13, 14, 15. Relações entre os fatos imaginários e os fatos reais. — 16, 17. Como experiências renovadas podem aproximar a relação subjetiva da relação objetiva. — 18, 19. Noções sobre a teoria das ações não lógicas. A moral é um fenômeno subjetivo. — 20. Pesquisas experimentais que, de maneira útil, se podem estabelecer sobre os sentimentos morais e sobre os sentimentos religiosos. — 21. Relação entre a moral e a religião. — 22. Relações entre os sentimentos não lógicos de maneira geral. — 23. Relações lógicas e relações não lógicas entre a moral e a religião. — 24 a 40. Exame dos sistemas lógicos de moral. Trata-se de construções vãs, sem conteúdo real. — 41. Pesquisas que, de maneira útil, se podem estabelecer sobre os sentimentos morais ou sobre outros sentimentos semelhantes. — 42. Esses sentimentos são essencialmente subjetivos. — 43. A dependência entre esses diferentes sentimentos não é uma dependência de ordem lógica, mas resulta do fato de que esses sentimentos têm razões comuns e distanciadas. — 44. Essa dependência varia no tempo, no espaço e, numa mesma sociedade, segundo os indivíduos. — 45, 46, 47. Não existe moral única; existem tantas quantos os indivíduos. — 48. Oposição entre os diferentes sentimentos não lógicos, por exemplo, entre os sentimentos morais e os sentimentos religiosos. Como uma fé intensa impede observar essas oposições. — 49. Como e por que elas em geral não são percebidas. — 50. O homem se esforça em estabelecer entre esses sentimentos não lógicos as relações lógicas que ele imagina dever existir. — 51, 52, 53. Certas circunstâncias são favoráveis ao desenvolvimento de certos sentimentos, outras lhes são contrárias e atuam diferentemente segundo os indivíduos. — 54, 55. Como a moral e

as religiões das diferentes classes sociais atuam uma sobre as outras. — 56, 57. Exemplos históricos. — 58, 59. Essa ação recíproca provoca movimentos rítmicos. — 60, 61. Males que resultam da extensão dos sentimentos das classes superiores às classes inferiores. — 62 a 74. Exemplos históricos. — 75. Problema geral da Sociologia. — 76 a 79. Solução darwiniana; em que é verdadeira, em que é inexata. — 80 a 82. Solução segundo a qual a sociedade é organizada de maneira a satisfazer o interesse de uma classe. — 83. É inútil pesquisar se os sentimentos morais têm origem individual ou social. — 84. É útil conhecer, não sua origem, mas como os sentimentos nascem e se transformam. — 85, 86, 87. Exemplos históricos. — 88. Imitação e oposição. — 89 a 93. Como as relações objetivas, que acabamos de estudar, se transformam em relações subjetivas. — 94 a 96. Uma mesma relação objetiva pode se traduzir sob diferentes formas subjetivas. Persistência de certos fenômenos sociais sob formas completamente diferentes. — 97. Movimentos reais e movimentos virtuais. Problema que consiste em pesquisar a maneira como certas modificações hipotéticas de certos fatos sociais atuam sobre outros fatos. — 98, 99. Exame desse problema. — 100, 101. Dificuldades subjetivas e dificuldades objetivas que encontramos nesse estudo. — 102. A sociedade não é homogênea. — 103. Circulação das aristocracias. — 104, 105, 106. Como se traduz subjetivamente a luta entre as diferentes classes sociais. Objetivamente, o conceito de igualdade dos homens é absurdo; subjetivamente, ele tem uma parte bastante importante nos fenômenos sociais. — 107. Como certos homens, agindo para se movimentar num sentido, vão em sentido oposto. — 108. As teorias sociais e econômicas atuam sobre a sociedade, não por seu valor objetivo, mas por seu valor subjetivo. — 109. Preconceito da igualdade diante da lei. — 110 a 114. A moral e as crenças variam com os homens; utilidade social dessas variações. — 115 a 123. Como a aparência difere da realidade na organização política. Exemplos históricos 55

CAP. III. *Noção Geral do Equilíbrio Econômico* — § 1, 2. Objeto da Economia Política. — 3. Dificuldades do problema econômico e como o emprego das Matemáticas serve para sobrepujar certas dificuldades. — 4, 5, 6. Simplificação do problema econômico; a Economia pura. — 7. As três partes da Economia pura. — 8, 9, 10. A estática econômica. Estuda-se um fenômeno contínuo. — 11, 12. Duas classes de teoria: a primeira busca comparar as sensações de um indivíduo; a segunda busca comparar as sensações de indivíduos diferentes. A Economia Política ocupa-se apenas dos primeiros. — 13. Como faremos esse estudo. — 14, 15. Estudaremos os gostos, os obstáculos e como, por seu contraste, nasce o equilíbrio econômico. — 16, 17, 18. Bens econômicos e sensações que proporcionam. — 19. É preciso

combinar os gostos e obstáculos. — 20, 21. Combinações qualitativas e quantitativas dos bens econômicos. — 22. Definição do equilíbrio econômico; movimentos reais e movimentos virtuais. — 23, 24, 25, 26. Dados do problema do equilíbrio. — 27. Como se determina o equilíbrio em geral. — 28, 29. Os gostos dos homens; noção imperfeita que deles tinham os economistas; o *valor de uso*. — 30, 31. Como nasceu a Economia pura através da retificação das noções errôneas da Economia. — 32 a 36. A ofelividade. — 37. Laços que existem entre as condições do fenômeno econômico. — 38. Tentaremos explicar as teorias da Economia pura sem que nos sirvamos dos símbolos algébricos. — 39. Efeitos diretos e efeitos indiretos dos gestos. — 40 a 48. Tipos de fenômenos concernentes aos efeitos dos gostos; livre concorrência; monopólio. — 49. Tipo da organização socialista. — 50, 51. Como os tipos se misturam e como é preciso estudá-los. 52 a 54. Linhas de indiferença dos gostos. — 55, 56. Índices de ofelividade. — 57, 58, 59. Como são representados os gostos do indivíduo; a colina do prazer. — 60, 61. Como se representa, por um atalho, a condição de um homem que possui, sucessivamente, quantidades diferentes de um bem econômico. — 62, 63, 64. Considerações sobre os atalhos; pontos terminais e pontos de tangência com as linhas de indiferença. — 65, 66, 67. Variações contínuas e variações descontínuas. — 68. Os obstáculos. — 69. Primeiro gênero de obstáculos. — 70, 71, 72. Transformação dos bens econômicos. — 73, 74. Segundo gênero de obstáculos. — 75. As linhas de indiferença dos obstáculos nas transformações objetivas. — 76. As linhas de indiferença do produtor. — 77 a 80. Analogia das linhas de indiferença dos gostos e das linhas de indiferença dos obstáculos. — 81. A colina da utilidade. — 82. A concorrência. — 83. A concorrência na troca. — 84. A concorrência na produção. — 85. É preciso começar por estudar uma coletividade separada de todas as outras. — 86 a 88. Os modos da concorrência. — 89. Tipos dos fenômenos concernentes aos produtores. — 90, 91, 92. O equilíbrio em geral. — 93 a 99. O equilíbrio concernente aos gostos; como o equilíbrio sobre um atalho ocorre num ponto terminal ou num ponto de tangência desse atalho e de uma curva de indiferença. — 100 a 104. O equilíbrio para o produtor. — 105. — A linha da utilidade máxima. — 106 a 111. O equilíbrio dos gostos e dos obstáculos. — 112 a 115. Teoria geral que determina os pontos de equilíbrio. — 116 a 133. Modos e formas do equilíbrio na troca. Diferentes pontos de equilíbrio. Equilíbrio estável e equilíbrio instável. — 134. Máximo de ofelividade. — 135 a 151. Modos e formas do equilíbrio na produção. A linha da utilidade máxima. A concorrência dos produtores. — 152 a 155. Os preços. — 156, 157. O valor de troca. — 158. O preço de uma mercadoria em outra. — 159 a 166. Os fenômenos econômicos descritos com a utilização da noção de preço. — 167 a 174. Os preços

e o segundo gênero dos obstáculos. Preço do custo e preços variáveis. — 175. O orçamento do indivíduo. — 176. O orçamento do produtor. — 177, 178, 179. O custo de produção. — 180 a 183. Oferta e procura. — 184. Curva da oferta e da procura. — 185, 186, 187. A oferta e a procura dependem de todas as circunstâncias do equilíbrio econômico. — 188 a 192. A igualdade da oferta e da procura no ponto de equilíbrio. — 193. Modo de variação da oferta e da procura. — 194. A igualdade do custo de produção e dos preços de venda. — 195. Equilíbrio estável e equilíbrio instável; suas relações com as noções de oferta e procura. — 196 a 204. Equilíbrio em geral. — 205 a 216. O equilíbrio da produção e da troca em geral. — 217, 218. Qual é a utilidade do emprego das Matemáticas. — 219 a 226. Erros engendrados pelo não emprego das Matemáticas onde ele era indispensável. — 227. É inútil buscar a causa única do valor. — 228. A Economia pura pôde, até aqui, fornecer sozinha uma noção sintética do fenômeno econômico 123

CAP. IV. — *Os Gostos* — § 1. Objetivo do presente capítulo. — 2 a 7. Os gostos e a ofelividade. Considera-se apenas o consumo voluntário. — 8. Consumos independentes e dependentes. Dois tipos de dependência. — 9 a 13. Estudo do primeiro gênero de dependência. Ele se divide em duas espécies. — 14 a 18. Estudo do segundo gênero de dependência. — 19. Hierarquia das mercadorias. — 20 a 23. Maneira de considerar o segundo gênero de dependência. Equivalência dos consumos. — 24. Grande extensão do fenômeno da dependência dos consumos. — 25, 26. Podemos estudar o fenômeno econômico apenas numa pequena região em torno do ponto de equilíbrio. — 27, 28. As curvas de indiferença variam com o tempo e as circunstâncias. — 29 a 31. Divergências do fenômeno teórico e do fenômeno concreto. — 32. A ofelividade e seus índices. — 33, 34. Caracteres da ofelividade para consumos independentes. — 35, 36. Consumos dependentes. — 37 a 42. Caracteres da ofelividade em geral. — 43 a 47. Caracteres das linhas de indiferença. — 48 a 53. Relação entre a ofelividade ou as linhas de indiferença da oferta e da procura. Relações com os rendimentos do consumidor. — 54, 55. Diferentes formas das linhas de indiferença e das linhas das trocas. Consideração dos diferentes gêneros de dependência. — 56 a 68. O fenômeno da ofelividade em geral. — 69, 70. A colina da ofelividade 199

CAP. V. — *Os Obstáculos* — § 1. O estudo da produção é mais complexo do que o estudo dos gostos. — 2 a 7. A divisão do trabalho e a empresa. — 8 a 10. O fim a que tende a empresa. — 11. Como, perseguindo determinado fim, ela, às vezes, atinge outro. — 12. O tipo da organização socialista. — 13 a 16. As diversas vias da empresa. — 17 a 24. Os capitais. Em que essa noção não é rigorosa

e como torná-la rigorosa. — 25 a 29. A teoria do equilíbrio econômico sem e com a noção de capital. — 30, 31, 32. Amortização e seguro. — 33. Os serviços dos capitais. — 34. Bens materiais e bens imateriais. — 35, 36, 37. Os coeficientes de produção. — 38. Transformações no espaço. — 39 a 42. Transformações no tempo. — 43 a 47. O balanço da empresa e as transformações no tempo. Diferentes maneiras de considerar essas transformações. — 48 a 51. O rendimento dos capitais. 52 a 57. O rendimento líquido e suas causas. — 58. Rendimentos líquidos de diversos capitais. — 59, 60. O orçamento da empresa e os rendimentos dos capitais. — 61. O balanço da empresa, o trabalho e os capitais do empresário. — 62 a 65. O empresário e o proprietário dos bens econômicos. — 66 a 69. As empresas reais, seus rendimentos e suas perdas. — 70 a 75. Variabilidade dos coeficientes de produção. — 76, 77. Compensação possível entre as variações dos diferentes coeficientes. — 78 a 80. Repartição da produção. — 81 a 87. Equilíbrio geral da produção. — 88. Produção de capitais. — 89. Posições sucessivas de equilíbrio. — 90. A renda. — 91, 92. Renda adquirida. — 93, 94, 95. A renda de Ricardo; sua relação com o custo de produção. — 96, 97. Como esse caso particular faz parte da produção 227

CAP. VI. — O Equilíbrio Econômico — § 1 a 18. Exemplos de equilíbrio. A lei do custo de produção. Como atua a concorrência. — 19 a 25. Formas ordinárias das curvas de indiferença na troca e na produção; mercadorias a custo de produção crescente e mercadorias a custo de produção decrescente. — 26. O equilíbrio dos gostos e da produção. — 27 a 31. O equilíbrio em geral. Aproximação maior do fenômeno concreto. — 32, 33. Propriedade do equilíbrio. Máximo de ofelividade. — 34 a 38. Propriedade do equilíbrio na troca. Como se obtém o máximo de ofelividade. — 39 a 47 Propriedades do equilíbrio da produção. Como se obtém o máximo de ofelividade. — 48. Argumento em favor da produção coletivista. — 49 a 51. Como atua a livre-concorrência para determinar os coeficientes de produção e para se chegar à igualdade de todos os rendimentos líquidos dos diferentes capitais. — 52 a 61. O equilíbrio econômico na sociedade coletivista. — 62, 63, 64. Máximo de ofelividade para coletividades parciais. — 65 a 69. Teoria pura do comércio internacional. — 70. O equilíbrio dos preços. — 71 a 79. Teoria quantitativa da moeda. Variação dos preços. — 80 a 89. Relação entre equilíbrio, os preços dos fatores da produção e os preços dos produtos. — 90 a 91. Tradução subjetiva dos fenômenos estudados. — 92. Circulação econômica. — 93 a 96. Interpretações inexatas da concorrência dos empresários. — 97 a 101. Concepções errôneas da produção 265

CAP. VII. — A População — § 1. O fenômeno econômico, seu ponto de partida e seu ponto de chegada no homem. — 2. Heterogeneidade

social. — 3 a 10. O tipo médio e a repartição das divergências. A curva dos erros. — 11 a 17. A curva da repartição dos rendimentos. — 18 a 22. Circulação social. — 23 a 25. Em certos limites de tempo e de espaço as mudanças na forma da curva dos rendimentos foram debilitadas. — 26. A parte inferior mudou mais do que a parte superior. — 27 a 31. Conseqüências teóricas desses fatos. — 32 a 45. Relações entre as condições econômicas e a população. — 46, 47. O esquecimento da consideração das crises econômicas pode conduzir a erros graves. — 48. Teoria das correlações. — 49, 50. Efeitos do aumento da prosperidade econômica. — 51 a 56. O efeito da variação da quantidade da riqueza pode ser completamente diferente do efeito dessa quantidade. Estudo desse último efeito. — 57 a 60. A produção dos capitais pessoais. — 61. Custo de produção do homem adulto. — 62 a 67. Obstáculos à força geradora. Crescimento excepcional da população no século XIX. — 68 a 70. As subsistências e a população. — 71 a 80. Natureza dos obstáculos. Seus efeitos diretos e seus efeitos indiretos. — 81 a 88. Visão subjetiva dos fenômenos dependendo do crescimento da população. — 89 a 96. Malthus e suas teorias. — 97 a 101. A sociedade humana em geral. Os fatos principais que determinam seus caracteres são: a hierarquia; a ascensão das aristocracias; a seleção; a proporção média de riqueza ou de capitais por indivíduo. — 102, 103. Condições quantitativas para a utilidade da sociedade e para a utilidade dos indivíduos. — 104 a 115. Estabilidade e seleção. Princípio de estabilidade e princípio de mudança. — 116, 117. Tradução subjetiva dos fatos 293

CAPÍTULO I

Princípios Gerais

1. Entre os objetivos a que pode se propor o estudo da Economia Política e da Sociologia podemos indicar os três seguintes: 1) Esse estudo pode consistir em recolher receitas úteis aos particulares e às autoridades públicas para sua atividade econômica e social. O autor então tem simplesmente em vista essa utilidade, assim como o autor de um tratado sobre a criação de coelhos tem por objetivo simplesmente ser útil aos criadores desses pequenos animais. 2) O autor pode acreditar estar de posse de uma doutrina que lhe parece excelente, que deve propiciar todo tipo de benefícios a uma nação ou mesmo ao gênero humano e se propor sua divulgação, como o faria um apóstolo, a fim de tornar as pessoas felizes, ou, simplesmente, como diz a fórmula consagrada, “para fazer um pouco de bem”. O objetivo continua a ser a utilidade, mas uma utilidade muito mais geral e menos terra a terra. Entre esses dois gêneros de estudo há, de modo geral, a diferença que pode haver entre uma coleção de preceitos e um tratado de Moral. Ocorre exatamente o mesmo, apenas sob uma forma mais velada, quando o autor subentende que a doutrina por ele professada é a melhor e simplesmente declara que estuda os fenômenos a fim de realizar o bem da humanidade.² Da mesma maneira a Botânica estudaria os

2 Em 1904, G. de Greef dá ainda esta definição (*Sociologie Économique*, p. 101): “A econômica é parte fundamental da Ciência Social que tem por objeto o estudo e o conhecimento do funcionamento e da estrutura do sistema nutritivo das sociedades, tendo em vista sua conservação e também seu aperfeiçoamento pela redução progressiva do esforço humano e do peso morto e pelo crescimento do efeito útil, no interesse e para a felicidade comum do indivíduo e da espécie organizada em sociedade”.

1) De saída, é estranho que o autor nos dê por definição uma metáfora (sistema nutritivo).

2) A *econômica* ocupa-se da produção dos venenos, da construção das estradas de ferro, dos túneis das estradas de ferro, dos couraçados etc.? Se não, que ciência se ocupa disso? Se sim, tudo isso é comido pela sociedade (*sistema nutritivo*)? Que apetite! 3) Esse estudo é feito com uma meta prático-humanitária (*tendo em vista*); portanto, é a definição de uma arte e não de uma ciência. 4) As definições, nós o sabemos, não se discutem; portanto, não devem conter nenhum teorema. Nosso autor introduziu em sua definição um bocado deles.

vegetais visando a conhecer os que são úteis ao homem, a Geometria estudaria as linhas e as superfícies visando à medida das terras etc. É verdade que foi assim que as ciências começaram; foram primeiro artes, mas pouco a pouco puseram-se a estudar os fenômenos independentemente de qualquer outro objetivo. 3) O autor pode se propor unicamente pesquisar as uniformidades que os fenômenos apresentam, isto é, suas leis (§ 4), sem visar nenhuma utilidade prática direta, sem se preocupar de modo algum em dar receitas ou preceitos, sem mesmo buscar a felicidade, a utilidade ou o bem-estar da humanidade ou de uma de suas partes. O objetivo nesse caso é exclusivamente científico; quer apenas *conhecer, saber* e basta.

Devo advertir o leitor que me proponho, neste Manual, exclusivamente este último objetivo. Não que menospreze os outros dois; quero simplesmente distinguir, separar os métodos e indicar aquele que será adotado neste livro.

Advirto igualmente que me esforço, tanto quanto me é possível — e, sabendo o quanto isso é difícil, temo não poder cumprir sempre minha meta —, em empregar unicamente palavras que correspondem claramente a coisas reais bem definidas e em nunca me servir de palavras que possam influenciar o espírito do leitor. Não que eu queira rebaixar ou menosprezar essa maneira de proceder, eu o repito, já que o considero, pelo contrário, como a única capaz de levar a persuasão a um grande número de indivíduos e à qual devemos nos ater necessariamente se objetivamos esse resultado. Mas nesta obra não busco convencer ninguém; procuro simplesmente as uniformidades dos fenômenos. Aqueles que tiverem um outro objetivo encontrarão facilmente uma infinidade de obras que lhes darão plena satisfação; não têm necessidade de ler esta obra.

2. Em quase todos os ramos do conhecimento humano os fenômenos foram estudados segundo os pontos de vista que acabamos de indicar; e, normalmente, a ordem cronológica desses pontos de vista corresponde à nossa enumeração; entretanto, muitas vezes, o primeiro é misturado com o segundo e, em certas matérias muito práticas, o segundo nem mesmo é empregado.

A obra de Catão, *De Re Rustica*, pertence ao primeiro gênero; no prefácio, entretanto, ele se situa às vezes no segundo ponto de vista. As obras publicadas na Inglaterra no final do século XVIII em favor dos novos métodos de cultivo pertencem em parte ao segundo gênero

Fala-nos do aperfeiçoamento obtido pela redução do *peso morto* (os capitalistas devem fazer parte dele; assim, ei-los condenados por definição) e também da *felicidade comum do indivíduo e da espécie* e destarte se desembaraça, por definição, do difícil problema que consiste em saber quando existe essa felicidade comum e quando, ao contrário, a felicidade do indivíduo opõe-se à felicidade da espécie, ou inversamente. Poderíamos ainda fazer um bom número de observações sobre essa definição, mas ficaremos por aqui.

e em parte ao primeiro. Os tratados de Química Agrícola e de outras ciências semelhantes pertencem em grande parte ao terceiro gênero.

A *História Natural* de Plínio dá receitas de Física e de Química; são receitas, igualmente, que encontramos nos livros de Alquimia; os trabalhos modernos sobre a Química pertencem, pelo contrário, ao terceiro gênero.

3. Na maioria das obras consagradas à Economia Política ainda se utiliza os três métodos, e a ciência ainda não se separou da arte. Os autores não só não se colocam clara e francamente nesse terceiro ponto de vista nos tratados de Economia Política, como a maioria dos autores desaprova a utilização exclusiva desse método. Adam Smith declara abertamente que “a Economia Política, considerada como um ramo dos conhecimentos do legislador e do estadista, propõe-se dois objetivos distintos: primeiro, propiciar ao povo uma renda ou uma subsistência abundante ou, melhor dizendo, colocá-lo em condições de obter por si próprio essa renda ou essa subsistência abundante; o segundo objetivo consiste em fornecer ao Estado ou à comunidade uma renda suficiente para o serviço público: ela se propõe simultaneamente enriquecer o povo e o soberano”. Isso representaria colocar-se exclusivamente em nosso primeiro ponto de vista; felizmente Smith não se submete à sua definição e na maioria das vezes coloca-se em nosso terceiro ponto de vista.

John Stuart Mill declara que “os economistas atribuem-se a missão, quer de pesquisar, quer de ensinar a natureza da riqueza e as leis de sua produção e de sua distribuição”. Essa definição pertence ao terceiro gênero; mas, muitas vezes Mill se situa no segundo ponto de vista e prega em defesa dos pobres.

Paul Leroy-Beaulieu diz ter retornado ao método de Adam Smith. Talvez suba mesmo mais alto: em seu *Tratado* atém-se na maioria das vezes ao primeiro método, algumas vezes ao segundo e raramente ao terceiro.

4. As ações humanas apresentam certas uniformidades e é apenas graças a essa propriedade que podem ser objeto de um estudo científico. Essas uniformidades têm ainda um outro nome; chamamo-las de *leis*.

5. Qualquer pessoa que estude uma ciência social, qualquer um que afirme algo sobre os efeitos de tal ou qual medida econômica, política e social, admite implicitamente a existência dessas uniformidades, porque senão seu estudo não teria objeto, suas afirmações seriam sem fundamento. Se não houvesse uniformidades não se poderia estabelecer, com alguma aproximação, o orçamento de um Estado, de uma Comuna e nem mesmo, aliás, de uma modesta sociedade industrial.

Certos autores, ao mesmo tempo em que negam a existência das

uniformidades (leis) econômicas, propõem-se entretanto escrever a história econômica de tal ou qual povo; mas há aí uma contradição evidente. Para proceder a uma escolha entre os fatos acontecidos num momento dado e destacar os que queremos reter dos que negligenciamos, é necessário admitir a existência de certas uniformidades. Se separamos os fatos A, B, C..., dos fatos M, N, P..., é porque constatamos que os primeiros sucedem-se uniformemente, enquanto não são produzidos de uma maneira uniforme com os segundos; essa afirmação é a afirmação de uma lei. Se quem descreve a sementeira do trigo não admite a existência de uniformidades, deverá destacar todas as particularidades da operação: deverá nos dizer, por exemplo, se o homem que semeia tem cabelos ruivos ou negros, assim como nos diz que se semeia após ter lavrado a terra. Por que omite o primeiro fato e leva em conta o segundo? Porque, pode-se dizer, o primeiro nada tem a ver com a germinação ou com o crescimento do trigo. Mas é o mesmo que dizer que o trigo germina e cresce do mesmo modo, tenha o sementeiro cabelos ruivos ou negros, isto é, a combinação desses dois fatos não apresenta nenhuma uniformidade. E, ao contrário, existe uniformidade entre o fato de que a terra tenha sido lavrada ou não e o outro fato de que o trigo brote bem ou mal.

6. Quando afirmamos que *A* foi observado ao mesmo tempo que *B*, normalmente não dizemos se consideramos essa coincidência fortuita ou não. É sobre esse equívoco que se apóiam aqueles que querem constituir uma Economia Política, negando que ela seja uma ciência. Se lhes fazemos observar que ao afirmarem que *A* acompanha *B* admitem que há nisso uma uniformidade, uma lei, respondem: “simplesmente narramos o que se passou”. Mas, depois de terem obtido a aceitação de sua proposição nesse sentido, empregam-na em um outro e declaram que no futuro *A* será seguido por *B*. Ora, se, do fato de que os fenômenos econômicos ou sociais *A* e *B* estiveram unidos em certos casos no passado, tira-se a consequência de que estarão igualmente unidos no futuro, afirma-se com isso que manifestam uma uniformidade, uma lei; e, depois disso, é ridículo querer negar a existência de leis econômicas e sociais.

Se não se admite que há uniformidades, o conhecimento do passado e do presente é uma pura curiosidade e nada se pode deduzir quanto ao futuro; a leitura de um romance de cavalaria ou de *Os Três Mosqueteiros* tem o mesmo valor que a leitura de Tucídides. Se, ao contrário, pretende-se tirar do conhecimento do passado a mínima dedução referente ao futuro, é porque se admite, pelo menos implicitamente, que há uniformidades.

7. Estritamente falando, não pode haver exceções às leis econômicas e sociológicas, assim como não há às outras leis científicas. Uma uniformidade não uniforme não tem sentido.

Mas as leis científicas não têm uma existência objetiva. A imperfeição de nosso espírito não nos permite considerar os fenômenos em seu conjunto³ e somos obrigados a estudá-los separadamente. Em conseqüência, em vez de uniformidades gerais, que são e sempre permanecerão incógnitas, somos obrigados a considerar um número infinito de uniformidades parciais, que se cruzam, se superpõem e se opõem de mil maneiras. Quando consideramos uma dessas uniformidades e seus efeitos são modificados ou ocultados pelos efeitos de outras uniformidades, que não temos intenção de levar em conta, comumente dizemos, mas a expressão é imprópria, que a uniformidade ou a lei considerada sofre exceções. Se admitimos essa maneira de falar, as leis físicas e até mesmo as leis matemáticas⁴ comportam exceções, bem como as leis econômicas.

3 Um autor de muito talento, Benedetto Croce, me fez, quando da publicação da edição italiana, algumas críticas que julgo conveniente anotar aqui, não com um fito de polêmica, porque esta é uma coisa que em geral é bastante inútil, mas porque podem servir de exemplos para esclarecer teorias gerais.

O autor que acabamos de citar observa: "O que é a *imperfeição* do espírito humano? Conheceríamos, por acaso, um *espírito perfeito*, em comparação ao qual pudéssemos estabelecer que o espírito humano é *imperfeito*?"

Poderíamos responder que, se a utilização do termo "imperfeito" somente for lícita quando pudermos, por oposição, indicar qualquer coisa do "perfeito", deve-se banir do dicionário o termo "imperfeito", porque jamais encontraremos ocasião de utilizá-lo: como se diz, a perfeição não é desse mundo.

Mas essa resposta seria apenas formal. É preciso ir ao fundo das coisas e ver o que há sob as palavras.

Croce, sendo hegeliano, viu-se evidentemente agastado pelo epíteto malsoante de *imperfeito* aplicado ao espírito humano. O espírito humano não poderia ser imperfeito, já que é a única coisa existente neste mundo.

Mas, se quisermos nos dar ao trabalho de pesquisar o que exprimem os termos de nosso texto, perceberemos imediatamente que o sentido permanece absolutamente o mesmo se, em vez de dizermos: "A imperfeição de nosso espírito não nos permite etc.", disséssemos: "A natureza de nosso espírito não nos permite etc.". Em uma discussão objetiva e não verbal é, portanto, inútil ater-se a esse termo: *imperfeição*.

Mas, alguém poderia nos objetar que, já que reconhecemos não ser esse termo *imperfeição* essencial para exprimir nosso pensamento, por que não o riscamos da tradução francesa? Dessa maneira contentaríamos, a baixo custo, os admiradores do espírito humano.

Isso exige algumas observações gerais, que é bom fazer de uma vez por todas.

O uso da linguagem vulgar em vez da linguagem técnica de certas ciências tem grandes inconvenientes, e o menor deles não é a falta de precisão; tem também algumas vantagens; de tal modo que, padecendo dos primeiros, é bom aproveitar-se das segundas. Entre estas encontra-se a faculdade de sugerir, por meio de uma palavra, considerações acessórias que se fossem longamente desenvolvidas distrairiam a atenção do assunto principal que está sendo tratado.

O uso feito aqui do termo *imperfeição* sugere que se trata de uma coisa podendo ser mais ou menos imperfeita, que varia por graus. Com efeito, os homens podem considerar uma porção mais ou menos extensa dos fenômenos; certos espíritos sintéticos abarcam uma parte maior que outros espíritos inclinados à análise; mas todos, em qualquer caso, somente podem abarcar uma parte muito restrita do conjunto.

Essas considerações são acessórias, elas podem ser postas em uma nota; não poderiam ser inseridas no texto sem prejudicar gravemente a clareza do discurso.

4 Suponhamos que um matemático possa observar, ao mesmo tempo, espaços euclidianos e espaços não-euclidianos. Ele constatará que os teoremas de Geometria que dependem do postulado de Euclides não são verdadeiros para estes últimos e, em seguida, aceitando a maneira de falar proposta no texto, dirá que esses teoremas comportam exceções.

De acordo com a lei da gravidade uma pluma lançada ao vento deveria cair em direção ao centro da terra. Muitas vezes, ao contrário, ela se afasta desse centro, sob a influência do vento. Poder-se-ia dizer, portanto, que a lei da gravidade comporta exceções; mas esta seria uma expressão imprópria, que os físicos não utilizam. Simplesmente estamos em presença de outros fenômenos que se superpõem aos fenômenos considerados pela lei da gravidade.⁵

8. Uma lei ou uma uniformidade apenas é verdadeira sob certas condições que precisamente nos servem para indicar quais são os fenômenos que queremos destacar do conjunto. Por exemplo, as leis químicas que dependem da afinidade são diferentes, segundo a temperatura se mantenha dentro de certos limites ou os ultrapasse. Até certa temperatura dois corpos não se combinam; além dessa temperatura combinam-se, mas se a temperatura continua aumentando e ultrapassa certo limite, eles se dissociam.

9. Algumas dessas condições são implícitas, outras são explícitas. Só se deve introduzir entre as primeiras as que são subentendidas facilmente por todos sem o mínimo equívoco; senão teríamos uma charada e não um teorema científico. Não há proposição que não se possa certificar como verdadeira sob certas condições, a serem determinadas. As condições de um fenômeno são parte integrante desse fenômeno e não podem dele ser separadas.

10. Nós não conhecemos, não podemos jamais conhecer um fenômeno concreto em todos os seus pormenores; há sempre um resíduo.⁶ Às vezes, essa constatação se faz materialmente. Por exemplo, acreditava-se que

5 *Systèmes*. II, p. 75 *et seq.*

6 Aqui, Croce pergunta: "É quem o conhecerá, a não ser o homem?"

Todos os crentes são ranzinzas a respeito de sua fé; Croce deve ter tornado a ver aqui (§ 7, nota) uma nova blasfêmia contra o espírito humano. Mas, verdadeiramente, eu não tinha nenhuma má intenção desse gênero. Basta ler, mesmo muito superficialmente, este parágrafo para ver que ele simplesmente exprime que novos pormenores de um mesmo fenômeno chegam continuamente a nosso conhecimento. O exemplo do ar atmosférico parece-me exprimi-lo claramente.

Talvez Croce tenha acreditado que eu quisesse resolver incidentalmente a grave questão do mundo objetivo. Os partidários da *existência* do mundo exterior exprimir-se-ão dizendo que o argônio existia antes de sua descoberta; os partidários da *existência* apenas dos conceitos humanos dirão que o argônio somente *existiu* no dia em que foi descoberto.

Devo advertir ao leitor que não pretendo de forma alguma entregar-me a esse gênero de discussões. Portanto, não se deve nunca buscar no que está escrito neste volume qualquer solução para esses problemas, que abandono inteiramente aos metafísicos.

Repetirei que apenas combato a invasão pelos metafísicos do terreno da *θεωρία φυσική* — sendo esse termo estendido a tudo o que é real — se permanecem fora, além da *θεωρία φυσική* não quero em nada lhes molestar e até mesmo admito que atingem, exclusivamente nesse domínio, resultados que são inacessíveis a nós, adeptos do método experimental.

Finalmente, a questão do valor intrínseco de certas doutrinas não tem nada a ver com sua utilidade social. Não há relação entre uma coisa e outra.

se conhecia completamente a composição do ar atmosférico e um belo dia se descobre o argônio e logo em seguida, uma vez tomado esse caminho, descobre-se na atmosfera um grande número de outros gases. Que pode haver de mais simples que a queda de um corpo? E entretanto não conhecemos e nunca conheceremos todas as suas particularidades.

11. Da observação precedente resulta um grande número de conseqüências de enorme importância.

Já que não conhecemos inteiramente nenhum fenômeno concreto, nossas teorias sobre esses fenômenos são apenas aproximativas. Somente conhecemos fenômenos ideais, que se aproximam mais ou menos dos fenômenos concretos. Estamos na situação de um indivíduo que apenas conhecesse um objeto por meio de fotografias. Qualquer que seja a perfeição delas, sempre diferem de algum modo do próprio objeto. Portanto, não devemos nunca julgar sobre o valor de uma teoria pesquisando se ela se afasta de algum modo da realidade, já que nenhuma teoria resiste e jamais resistirá a essa prova.

É preciso acrescentar que as teorias não passam de meios de conhecer e estudar os fenômenos. Uma teoria pode ser boa para atingir certo alvo; uma outra pode sê-lo para atingir um outro; mas, de todo o modo elas devem estar de acordo com os fatos, porque senão não teriam utilidade nenhuma.

É preciso substituir o estudo qualitativo pelo estudo quantitativo e pesquisar em que medida a teoria afasta-se da realidade. Entre duas teorias escolheremos a que menos se afaste dela. Não devemos jamais esquecer que uma teoria somente deve ser aceita temporariamente; a que consideramos verdadeira hoje, deverá ser abandonada amanhã, desde que se descubra uma outra que mais se aproxime da realidade. A ciência está em um perpétuo vir a ser.

12. Seria absurdo fazer da existência do Monte Branco uma objeção à teoria da esfericidade da terra, porque a altura dessa montanha é desprezível em relação ao diâmetro da esfera terrestre.⁷

13. Ao representarmos a terra como uma esfera, aproximamo-nos mais da realidade que ao figurá-la como plana ou cilíndrica, como alguns o fizeram na Antiguidade;⁸ conseqüentemente, a teoria da esfericidade da terra deve ser preferida à teoria da terra plana ou cilíndrica.

7 Plínio enganava-se em sua avaliação da altitude das montanhas dos Alpes; a propósito da observação de Dicearco, segundo o qual a altitude das montanhas é desprezível comparada à grandeza da terra, disse: *Mihi incerta haec videtur conjectatio, haud ignaro quosdam Alpium vertices, longo tractu, nec brevior quinquaginta millibus passuum assurgere. Hist. Mundi. II, 65.* Teríamos assim uma altitude de cerca de 74 mil metros, enquanto na realidade o Monte Branco só tem 4 810 metros.

8 Anaximenes acreditava que fosse plana; Anaximandro acreditava que fosse cilíndrica.

Ao representarmos a terra como um elipsóide de revolução, aproximamo-nos mais da realidade que ao figurá-la esférica. Portanto, é útil que a teoria do elipsóide tenha substituído a da esfera.⁹

Entretanto, mesmo essa teoria do elipsóide deve ser hoje abandonada, porque a moderna geodésia nos ensina que a forma do esferóide terrestre é muito mais complexa. A cada dia novos estudos nos aproximam cada vez mais da realidade.

Entretanto, para certos cálculos aproximativos, servimo-nos ainda da forma do elipsóide. Assim fazendo, cometemos um erro, mas sabemos que é menor que outros aos quais esses estudos estão sujeitos e então, para simplificar os cálculos, podemos negligenciar as diferenças existentes entre o elipsóide e o esferóide terrestre.

14. Essa maneira de se aproximar da realidade por meio de teorias que cada vez mais concordam com ela e que em seguida, geralmente, tornam-se mais e mais complexas é o que se chama método das *aproximações sucessivas*; servimo-nos dele, implícita ou explicitamente, em todas as ciências (§ 30, nota).

15. Outra conseqüência. É falso acreditar que se possa descobrir exatamente as propriedades dos fatos concretos raciocinando com as idéias que fazemos *a priori* desses fatos, sem modificar esses conceitos ao comparar *a posteriori* essas conseqüências com os fatos. Esse erro é análogo ao erro que cometeria um agricultor que imaginasse poder julgar a conveniência de comprar uma propriedade conhecida por ele apenas por meio de fotografia.

A noção que temos de um fenômeno concreto concorda em parte com esse fenômeno e dele difere em outros aspectos. A igualdade que existe entre as noções de dois fenômenos não tem como conseqüência a igualdade dos próprios fenômenos.

É evidente que um fenômeno qualquer somente pode ser conhecido mediante a noção que faz nascer em nós; mas, exatamente porque dessa forma apenas chegamos a uma imagem imperfeita da realidade, sempre precisamos comparar o fenômeno subjetivo, isto é, a teoria, com o fenômeno objetivo, isto é, o fato experimental.

16. Aliás, as noções que temos dos fenômenos, sem qualquer verificação experimental, formam os materiais que mais facilmente se

9 Tannery, falando sobre o postulado da esfericidade da terra, diz: "Entretanto, relativamente a sua parte objetiva, tinha o valor de uma primeira aproximação, assim como para nós a hipótese do elipsóide de revolução constitui uma segunda aproximação. A grande diferença consiste em que, como conseqüência de medidas e observações realizadas em diferentes pontos do globo, podemos estabelecer limites aos desvios entre essa aproximação e a realidade, enquanto os antigos não o podiam fazer de maneira séria." TANNERY, Paul. *Recherches sur l'Histoire de l'Astronomie Ancienne*. p. 106.

acham à nossa disposição, já que existem em nós, e ocasionalmente pode-se tirar alguma coisa desses materiais. Daí resulta que os homens, sobretudo nos primórdios de uma ciência, têm uma tendência irresistível a raciocinar sobre as noções que já possuem dos fatos, sem se preocupar em retificar essas noções por meio de pesquisas experimentais. Do mesmo modo, também querem encontrar na etimologia as propriedades das coisas expressas pelas palavras. Fazem experiências com os nomes dos fatos em vez de fazer experiências com os próprios fatos. Pode-se até mesmo descobrir certas verdades dessa forma, mas apenas quando a ciência está em seus primórdios; quando está um pouco desenvolvida, esse método torna-se absolutamente vão e é preciso, para adquirir noções que se aproximem sempre mais dos fatos, estudá-los diretamente e não mais observando-os através de certas noções *a priori* ou através do significado das palavras que servem para designá-los.

17. Todas as ciências naturais chegaram agora ao ponto no qual os fatos são estudados diretamente. Também a Economia Política chegou a esse ponto, pelo menos em grande parte. Apenas nas outras ciências sociais é que ainda há quem se obstine em raciocinar sobre palavras;¹⁰ no entanto, é preciso desembaraçar-se desse método, se quisermos que as ciências progridam.

10 Croce observa: "Como se o próprio *Manual* de Pareto não fosse um tecido de concepções e de palavras! O homem pensa por meio de concepções e as exprime por meio de palavras!".

Eis uma outra crítica verbal, como as que já anotamos (§ 7, nota; § 10, nota). É evidente que jamais pensamos em negar que toda obra é um tecido de concepções e de palavras; mas quisemos distinguir as palavras sob as quais apenas há sonhos das palavras sob as quais há realidades.

Agora, se algum metafísico ficar chocado com o termo "realidades", somente posso aconselhá-lo a não continuar a leitura deste livro. Advirto-o — se é que já não percebeu — que falamos duas línguas diferentes, de tal forma que nenhum de nós dois compreende o que o outro fala. Por minha parte creio ser suficientemente claro ao dizer que é preciso distinguir um Luís de ouro de um Luís de ouro imaginário; e se alguém afirmasse que não há diferença, eu lhe proporia uma simples troca: dar-lhe-ia luíses de ouro imaginários e ele me entregaria luíses reais.

Finalmente, deixando de lado qualquer discussão sobre a maneira de nomear as coisas, há vários tipos de "tecidos de concepções e de palavras". Há um tipo utilizado pelos metafísicos, do qual tento me afastar tanto quanto possível; há um outro tipo que é encontrado nas obras que tratam das ciências físicas e que é o tipo do qual me esforçarei por aproximar-me ao tratar de Ciências Sociais.

Hegel diz: "O cristal típico é o diamante, esse produto da terra à vista do qual o olho se alegra porque vê nele o primeiro filho da luz e da gravidade. A luz é a identidade abstrata e completamente livre. O ar é a identidade dos elementos. A identidade subordinada é uma identidade passiva para a luz e nisso reside a transparência do cristal". (Essa tradução não me pertence, ela é de um hegeliano célebre: VERA, A. *Philosophie de la Nature*. II, p. 21.)

Essa explicação da transparência pode ser excelente, mas confesso humildemente que nada entendo dela, e este é um modelo que me preocupa bastante em não imitar.

A demonstração dada por Hegel das leis da mecânica celeste (*Systèmes*. II, p. 72) me parece o cúmulo do absurdo, enquanto entendo perfeitamente livros como: *Novos Métodos da Mecânica Celeste*, de H. Poincaré. Quando o autor diz: "O objetivo final da mecânica celeste é resolver esta grande questão de saber se a lei de Newton explica por si só todos os fenômenos astronômicos; o único meio de se chegar a isso é fazer observações tão precisas

18. Outra conseqüência. O método de raciocínio, que poderíamos denominar *por eliminação* e que ainda é freqüentemente empregado nas ciências sociais, é inexato. Eis em que consiste. Um fenômeno concreto X tem certa propriedade Z. De acordo com o que já sabemos, esse fenômeno compõe-se das partes A, B, C. Demonstra-se que Z não pertence nem a B nem a C e conclui-se que deve necessariamente pertencer a A.

A conclusão é inexata porque a enumeração das partes de X nunca é e nunca pode ser completa. Além de A, B, C, que conhecemos — ou que o autor do raciocínio conhece apenas ou que apenas considera — pode haver outras D, E, F..., que ignoramos ou que o autor do raciocínio negligenciou.¹¹

19. Outra conseqüência. Quando os resultados da teoria passam para a prática, podemos estar certos de que serão sempre mais ou menos modificados por outros resultados, que dependem de fenômenos não considerados pela teoria.

20. Desse ponto de vista há duas grandes classes de ciências: as ciências que, como a Física, a Química, a Mecânica, podem recorrer à experiência e as que, como a Meteorologia, a Astronomia, a Economia Política, não podem ou apenas dificilmente podem recorrer à experiência e que devem se contentar com a observação. As primeiras podem separar materialmente os fenômenos que correspondem à uniformidade ou lei que querem estudar, as segundas só podem separá-los mentalmente, teoricamente; mas, tanto em um caso como no outro, é sempre o fenômeno concreto que decide se uma teoria deve ser aceita ou rejeitada. Não há, não pode haver, outro critério sobre a verdade de uma teoria que não seja sua concordância mais ou menos perfeita com os fenômenos concretos.

Quando falamos do método experimental, exprimimo-nos de uma maneira elíptica e compreendemos o método que utiliza quer a experiência, quer a observação, quer as duas juntas, se isso for possível.

As ciências que somente podem utilizar a observação separam pela abstração certos fenômenos de outros; as ciências que podem igualmente servir-se da experiência realizam materialmente essa abstração; mas a abstração constitui para todas as ciências a condição preliminar e indispensável de toda pesquisa.

quanto possível, comparando-as, a seguir, aos resultados dos cálculos" (I, p. 1), encontro um "conglomerado de concepções e palavras" completamente diferente do que encontrei em Hegel, Platão e outros autores semelhantes; e meu objetivo é, justamente, fazer, para as Ciências Sociais, "observações tão precisas quanto possível, comparando-as, a seguir, aos resultados das teorias".

Um autor deve advertir seus leitores do caminho que ele quer seguir; e foi precisamente com esse objetivo que escrevi este primeiro capítulo.

11 *Systèmes*, II, p. 252.

21. Essa abstração decorre de necessidades subjetivas, não tem nada de objetivo; ela é, pois, arbitrária, pelo menos dentro de certos limites, porque se tem que levar em conta a meta à qual deve servir. Em consequência, certa abstração ou certa classificação não excluem necessariamente uma outra abstração ou uma outra classificação. Todas as duas podem ser utilizadas, segundo a meta a que se proponha.

Quando a Mecânica Racional reduz os corpos a simples pontos materiais, quando a Economia Pura reduz os homens reais ao *homo oeconomicus*, servem-se de abstrações perfeitamente semelhantes¹² e impostas por necessidades semelhantes.

Quando a Química fala de corpos quimicamente puros, utiliza igualmente uma abstração, mas tem a possibilidade de obter artificialmente corpos reais que realizam mais ou menos essa abstração.

22. A abstração pode revestir duas formas que são exatamente equivalentes. Na primeira, considera-se um ser abstrato que possui apenas as qualidades que se quer estudar; na segunda, essas propriedades são diretamente consideradas e separadas das outras.

23. O homem real executa ações econômicas, morais, religiosas, estéticas etc. Exprime-se exatamente a mesma idéia, quando se diz: “estudo as ações econômicas e faço abstração das outras”, ou: “estudo o *homo oeconomicus*, que apenas executa ações econômicas”. Igualmente, exprime-se a mesma idéia sob as duas seguintes formas: “estudo as reações do enxofre e do oxigênio concretos, fazendo abstrações dos corpos estranhos que possam conter”, ou: “estudo as relações entre o enxofre e o oxigênio quimicamente puros”.

Esse mesmo corpo que considero como quimicamente puro tendo em vista um estudo químico, posso considerá-lo como um ponto material tendo em vista um estudo mecânico; posso considerar apenas sua forma, tendo em vista um estudo geométrico etc. O mesmo homem que considero como *homo oeconomicus* para um estudo econômico, posso considerá-lo como *homo ethicus* para um estudo moral, como *homo religiosus* para um estudo religioso etc.

O corpo concreto compreende o corpo químico, o corpo mecânico, o corpo geométrico etc.; o homem real compreende o *homo oeconomicus*, o *homo ethicus*, o *homo religiosus* etc. Em suma, considerar esses diferentes corpos, esses diferentes homens, corresponde a considerar as diferentes propriedades desse corpo real, desse homem real e visa apenas a cortar em fatias a matéria que deve ser estudada.

24. Erra-se, pois, redondamente quando se acusa quem estuda

12 VOLTERA, Vito. *Giornale degli Economisti*. Novembro de 1901.

as ações econômicas — ou o *homo oeconomicus* — de negligenciar ou mesmo de desdenhar as ações morais, religiosas etc. — isto é, o *homo ethicus*, o *homo religiosus* etc. —; seria a mesma coisa que dizer que a geometria negligencia, desdenha as propriedades químicas dos corpos, suas propriedades físicas etc. Comete-se o mesmo erro quando se acusa a Economia Política de não levar em conta a moral, como se acusássemos uma teoria sobre o jogo de xadrez de não levar em conta a arte culinária.

25. Ao estudar A separadamente de B, submetemo-nos implicitamente a uma necessidade absoluta do espírito humano; mas com o estudo de A não se quer de modo algum afirmar sua preeminência sobre B. Separando-se o estudo da Economia Política do estudo da moral não se quer de modo algum afirmar que o primeiro tem mais importância que o segundo. Ao se escrever um tratado sobre o jogo de xadrez não se quer de modo algum afirmar com isso a preeminência do jogo de xadrez sobre a arte culinária, ou sobre qualquer outra ciência ou sobre qualquer outra arte.

26. Quando se volta do abstrato ao concreto é preciso de novo reunir as partes que, para serem melhor estudadas, foram separadas. A ciência é essencialmente analítica; a prática é essencialmente sintética.

A Economia Política não tem que levar em conta a moral; mas quem preconiza uma medida prática deve levar em conta, não apenas as consequências econômicas, mas também as consequências morais, religiosas, políticas etc. A Mecânica Racional não tem que levar em conta as propriedades químicas dos corpos; mas quem quiser prever o que se passará quando um dado corpo for posto em contato com um outro corpo, deverá levar em conta, não apenas os resultados da Mecânica, mas também os da Química, da Física etc.

27. Para certos fenômenos concretos o lado econômico predomina sobre todos os outros; poder-se-á-então, sem erro grave, considerar apenas as consequências da ciência econômica. Há outros fenômenos concretos nos quais o lado econômico é insignificante; seria absurdo considerar para estes apenas as consequências da ciência econômica; pelo contrário, será preciso menosprezá-las. Há fenômenos intermediários entre esses dois tipos; a ciência econômica nos fará conhecer um lado mais ou menos importante deles. Em todos os casos, é uma questão de grau, de mais ou de menos.

Pode-se dizer em outros termos: às vezes as ações do homem concreto são, salvo erro ligeiro, as do *homo oeconomicus*; às vezes elas concordam quase exatamente com as do *homo ethicus*; às vezes concordam com as do *homo religiosus* etc.; outras vezes ainda elas participam das ações de todos esses homens.

28. Quando um autor se esquece dessa observação, costumamos, para combatê-lo, colocar em oposição a teoria e a prática. É uma maneira imperfeita de nos exprimir. A prática não se opõe à teoria, mas reúne as diferentes teorias aplicadas ao caso considerado, servindo-se disso para uma finalidade concreta.

O economista, por exemplo, que preconiza uma lei levando em consideração apenas seus efeitos econômicos, não só não é muito teórico como não o é bastante, já que negligencia outras teorias que deveria reunir à sua para produzir um julgamento sobre esse caso prático. Quem preconiza o livre-câmbio atentando apenas para seus efeitos econômicos, não faz uma teoria inexata do comércio internacional, mas faz uma aplicação inexata de uma teoria intrinsecamente verdadeira; seu erro consiste em negligenciar outros efeitos políticos e sociais, que formam o objeto de outras teorias.¹³

29. Distinguir as diferentes partes de um fenômeno para estudá-las separadamente e em seguida reuni-las novamente para obter uma síntese é um procedimento que somente se pratica e somente se pode praticar quando a ciência já está muito avançada; no início, estudamos ao mesmo tempo todas as partes, a análise e a síntese estão confundidas.

Esta é uma das razões pelas quais as ciências nascem primeiro sob a forma de arte e é também uma das razões pelas quais as ciências, à medida que progredem, se separam e se subdividem.

30. Sorel, em sua *Introdução à Economia Moderna*, propõe o retorno a esse estado da ciência, no qual não se distingue a análise da síntese, e sua tentativa se explica se considerarmos o estado pouco avançado das ciências sociais; mas isso é subir o rio em direção à fonte e não descê-lo, seguindo-se a corrente. Aliás, é preciso observar que assim, implicitamente, se faz teoria. Com efeito, Sorel não se propõe apenas descrever o passado, ele quer igualmente conhecer o futuro; mas, como já o mostramos, o futuro somente pode ser ligado ao passado se certas uniformidades são admitidas, implícita ou explicitamente, e somente podemos conhecer essas uniformidades procedendo a uma análise científica.¹⁴

13 G. Sorel tem em parte razão quando diz: "O homem de Estado será comumente muito pouco sensível à demonstração onde se prove que o protecionismo sempre destrói a riqueza, se ele acredita que o protecionismo é o meio menos custoso para aclimatar a indústria e o espírito da empresa em seu país. (...)". (*Introduction à l'Économie Moderne*. p. 26.) É preciso substituir essa comparação qualitativa por uma quantitativa e dizer "perderei tantos milhões por ano e ganharei tanto", e decidir-se em seguida. Se chegássemos a destruir assim 500 milhões de riqueza por ano, para ganhar apenas 100, teríamos feito um mau negócio. Observo ainda que Sorel coloca o problema apenas do ponto de vista econômico, e que há um lado social e político muito importante que precisa ser levado em consideração.

31. A crítica essencialmente negativa de uma teoria é perfeitamente vã e estéril; para que tenha alguma utilidade é preciso que a negação seja seguida de uma afirmação, que se substitua a teoria falsa por uma teoria mais exata. Se algumas vezes as coisas não se passam assim, é simplesmente porque a teoria mais exata está presente ao espírito, ainda que subentendida.

Se alguém nega que a terra tem a forma de um plano, em nada aumenta a soma de nossos conhecimentos, como o faria se declarasse que a terra não tem a forma de um plano, mas a de um corpo redondo.

Observemos, aliás, que se quisermos ser perfeitamente rigorosos, toda teoria é falsa, no sentido de que não corresponde e jamais poderá corresponder à realidade (§ 11). Portanto, é um pleonasma repetir para uma teoria particular aquilo que é verdadeiro para todas as teorias. Não somos obrigados a escolher entre uma teoria mais ou menos aproximada e uma teoria que corresponde em tudo e por tudo ao concreto, já que não existe tal teoria, mas sim entre duas teorias, das quais uma se aproxima menos e outra mais do concreto.

32. Não é apenas devido à nossa ignorância que as teorias se afastam mais ou menos do concreto. Muitas vezes afastamo-nos do concreto a fim de chegar, como compensação desse desvio, a uma maior simplicidade.

As dificuldades com que deparamos no estudo de um fenômeno são de dois gêneros, isto é, objetivas; dependem da natureza do fenômeno e das dificuldades que temos em perceber um conjunto um pouco mais amplo de objetos ou de teorias particulares.

- 14 Sorel diz (*op. cit.*, p. 25): "Não se poderia (...) imaginar um método de aproximações sucessivas para resolver a questão de saber se poderia mais desposar uma jovem inteligente e pobre ou uma rica herdeira desprovida de espírito".

Observemos, primeiramente, que o problema que se coloca é de interesse privado, sendo normalmente resolvido pelo sentimento e não pela razão. Entretanto, se queremos utilizar a razão, pode-se imaginar perfeitamente o método que se poderia seguir.

1ª aproximação. — Far-se-á o exame das condições materiais e morais dos futuros esposos. O homem, por exemplo, valoriza mais os bens materiais que as faculdades intelectuais. Ele terá razões para desposar a rica herdeira.

2ª aproximação. — Examinemos mais de perto as qualidades dessa riqueza. Antigamente, se o homem e a mulher possuísem propriedades territoriais próximas, um casamento que reunisse essas propriedades era considerado muito vantajoso. Vejamos se a mulher, sendo rica, não teria, por acaso, o hábito de gastar mais do que sua renda. Qual é a natureza da inteligência daquela que é pobre? Se ela possui aptidões para o comércio, e se o futuro marido está à testa de um comércio ou indústria que não é capaz de dirigir e que a mulher poderia dirigir bem, ser-lhe-ia vantajoso ficar com a mulher pobre e inteligente.

3ª aproximação. — Falamos da riqueza e da inteligência; não seria porém necessário considerar a saúde, a beleza, a docilidade do caráter etc.? Para muitos essas qualidades tomariam o primeiro lugar. E ainda nos falta considerar um número infinito de circunstâncias.

Se o problema fosse social, em vez de ser individual, isto é, se perguntássemos se seria útil para um povo que os jovens escolhessem suas companheiras preocupando-se com sua riqueza ou sua inteligência, chegaríamos a considerações análogas, que se compõem de análise (separação das partes), aproximações sucessivas e, finalmente, de sínteses, isto é, da reunião dos elementos anteriormente separados.

O fenômeno econômico é excessivamente complexo e há grandes dificuldades objetivas em conhecer as teorias de suas diferentes partes. Suponhamos por um momento que vencemos essas dificuldades e que, por exemplo, em certos grossos volumes in-fólio estejam contidas as leis dos preços de todas as mercadorias. Estaremos longe de ter uma idéia do fenômeno do preço. A própria abundância de informações que encontramos em todos esses volumes não nos permitiria ter qualquer noção do fenômeno dos preços. O dia em que alguma pessoa, depois de ter folheado todos esses documentos, dissesse-nos que *a demanda cai quando o preço sobe*, nos daria uma indicação muito preciosa, ainda que mais afastada, muito mais afastada do concreto que os documentos estudados por ela.

Também o economista, como aliás todos os que estudam fenômenos muito complexos, deve a cada instante resolver o problema de saber até que ponto é conveniente prosseguir o estudo dos pormenores. Não se pode determinar de uma maneira absoluta o ponto onde é vantajoso parar; esse ponto depende da meta a que se propõe. O produtor de tijolos que quer saber a qual preço poderá vendê-los, deve levar em conta outros elementos que não os considerados pelo sábio que pesquisa, genericamente, a lei dos preços dos materiais de construção; outros elementos são os que, igualmente, deve levar em consideração quem pesquisa não mais a lei dos preços específicos, mas a lei dos preços em geral.

33. O estudo da origem dos fenômenos econômicos foi feito cuidadosamente por muitos sábios modernos e certamente é útil do ponto de vista histórico, mas seria um erro acreditar que se possa com isso chegar ao conhecimento das relações que existem entre os fenômenos de nossa sociedade.

É o mesmo erro que cometiam os filósofos antigos, que sempre queriam remontar à origem das coisas. Em vez de estudarem a Astronomia, estudavam cosmogonias; em vez de tentarem conhecer de maneira experimental os minerais, os vegetais e os animais que tinham sob os olhos, buscavam como esses seres tinham sido engendrados. A Geologia somente se tornou uma ciência e progrediu no dia em que se pôs a estudar os fenômenos atuais, remontando em seguida aos fenômenos passados, em vez de seguir o caminho inverso. Para conhecer completamente uma árvore podemos começar pelas raízes e subir às folhas ou começar pelas folhas e descer às raízes. A ciência metafísica antiga seguiu largamente a primeira via; a ciência experimental moderna tem se servido exclusivamente da segunda, e os fatos demonstraram que apenas esta conduz ao conhecimento da verdade.

Saber como se constituiu a propriedade privada nos tempos pré-históricos de nada serve para o conhecimento do papel econômico da propriedade em nossas sociedades modernas. Não que um desses fatos

não esteja estreitamente ligado ao outro, mas a cadeia que os une é tão longa e se perde em regiões tão obscuras que não podemos, razoavelmente, esperar conhecê-la, ao menos por ora.

Não sabemos de que planta selvagem deriva o trigo; mas, mesmo que soubéssemos, isso de nada serviria para o conhecimento da melhor maneira de cultivar e de produzir o trigo. O estudo, tão aprofundado quanto se queira, das sementes do carvalho, da faia e da tília jamais poderá, para quem tem necessidade de madeira para construção, substituir o estudo direto das qualidades da madeira produzida por essas árvores. E, entretanto, nesse caso, conhecemos perfeitamente a relação existente entre os fatos extremos do fenômeno, entre a origem e o fim. Não há dúvida de que a bolota produzirá o carvalho. Ninguém viu uma bolota dar origem a uma tília, nem um grão de tília dar origem a um carvalho. A relação que existe entre a madeira de carvalho e sua origem nos é conhecida com um grau de certeza que jamais teremos em relação à que une a origem da propriedade privada e essa propriedade em nossa época ou, em geral, entre a origem de um fenômeno econômico e esse fenômeno em nossa época. Mas não basta saber qual dos dois fatos é necessariamente a consequência do outro para poder deduzir das propriedades do primeiro as do segundo.

34. O estudo da evolução dos fenômenos econômicos em tempos próximos dos nossos e em sociedades que não diferem enormemente da nossa é muito mais útil que o estudo de sua origem; e isso de dois pontos de vista. Primeiro, ele nos permite substituir a experiência direta, que é impossível nas ciências sociais. Quando podemos fazer experiências, tentamos produzir o fenômeno que é o objeto de nosso estudo, em circunstâncias variadas, para ver como tais circunstâncias atuam sobre ele, se o modificam ou se não o modificam. Mas quando não podemos proceder assim, somente nos resta pesquisar se encontramos produzidas naturalmente no espaço e no tempo essas experiências que não podemos realizar artificialmente.

O estudo da evolução dos fenômenos pode, em seguida, nos ser útil no sentido de que nos facilita a descoberta das uniformidades que essa evolução pode apresentar e mesmo porque nos coloca em condições de tirar do passado a previsão do futuro. É manifesto que, quanto mais longa for a cadeia de deduções entre os fatos passados e os fatos futuros, tanto mais essas deduções tornam-se incertas e duvidosas; portanto, apenas de um passado muito recente é que se pode prever um futuro muito próximo e, infelizmente, mesmo dentro desses estreitos limites, as previsões são muito difíceis.¹⁵

35. As discussões sobre o “método” da Economia Política não têm nenhuma utilidade. A meta da ciência é conhecer as uniformidades

15 *Cours.* § 578.

dos fenômenos; portanto, é preciso empregar todos os procedimentos, utilizar todos os métodos que nos conduzem a essa meta. É na prova que se reconhecem os bons e os maus métodos. O que nos conduz à meta é bom, pelo menos enquanto não se encontrar um ainda melhor. A história nos é útil porque prolonga no presente a experiência do passado e supre as experiências que não podemos fazer: o método histórico, portanto, é bom. Mas o método dedutivo, ou o método indutivo, que se aplica aos fatos presentes não é menos bom. Onde nas deduções a lógica corrente é suficiente, contentamo-nos com ela; onde não basta, substituímo-la, sem qualquer escrúpulo, pelo método matemático. Enfim, se um autor prefere tal ou qual método, não o chicanearemos por isso; simplesmente pedir-lhe-emos que nos mostre leis científicas, sem nos preocuparmos muito com o caminho que seguiu para chegar a seu conhecimento.

36. Certos autores têm o hábito de afirmar que a Economia Política não pode servir-se dos mesmos meios que as ciências naturais, "porque é uma ciência moral". Sob essa expressão muito im- perfeita escondem-se concepções que vale a pena analisar. Inicial- mente, no que diz respeito à *verdade* de uma teoria, não pode haver outro critério além de sua concordância com os fatos (II, 6), e há apenas um meio de conhecer essa concordância: desse ponto de vista não se poderia encontrar diferenças entre a Economia Política e as outras ciências.

Mas, pretendem alguns que fora dessa verdade experimental existe uma outra, que escapa à experiência e que supõem ser superior à primeira. Quem tem tempo a perder pode muito bem discutir sobre as palavras; os que visam a alguma coisa de mais substancial abster- se-ão disso. Não contestaremos a utilização que se quer fazer da palavra "verdade"; simplesmente diremos que todas as proposições podem ser classificadas em duas categorias. Na primeira, que, para sermos breves, chamaremos de X, colocamos as afirmações que podem ser verificadas experimentalmente; na segunda, que chamaremos de Y, colocamos as que não podem ser verificadas experimentalmente; aliás, separaremos em duas esta última categoria; chamaremos de $Y\alpha$, as afirmações que não podem ser verificadas experimentalmente na atualidade, mas que poderão sê-lo algum dia: nessa categoria entraria, por exemplo, a afir- mação de que o sol, com seu séquito de planetas, conduzir-nos-á, um dia, a um espaço de quatro dimensões; de $Y\beta$, as afirmações que não poderão ser submetidas a uma verificação experimental, nem hoje nem mais tarde, tanto quanto possamos prever segundo fracos conhecimen- tos. Nessa categoria entraria a afirmação da imortalidade da alma e outras afirmações semelhantes.

37. A ciência apenas se ocupa com as proposições X, que são as únicas suscetíveis de demonstração; tudo aquilo que não está com-

preendido nessa categoria X permanece fora da ciência. Aliás, não nos propomos de forma alguma exaltar uma categoria para rebaixar a outra; queremos apenas distingui-las. Mesmo que rebaixemos tanto quanto se queira as proposições científicas e exaltemos as outras tanto quanto o queira o crente mais fervoroso, sempre continuará verdadeiro que elas diferem essencialmente uma da outra. Ocupam domínios diferentes, que não têm nada em comum.

38. Quem afirma que Palas Atena, *invisível e intangível*, habita a acrópole da cidade de Atenas, afirma algo que, não podendo ser verificado experimentalmente, permanece fora da ciência; esta não pode se ocupar disso, nem para aceitar, nem para rejeitar essa afirmação e o crente tem perfeita razão ao desprezar as afirmações que uma pseudovidente quisesse lhe opor. O mesmo se passa com a proposição: Apolo inspira a sacerdotisa de Delfos; mas não com esta outra proposição: os oráculos da sacerdotisa concordam com certos fatos futuros. Esta última proposição pode ser verificada pela experiência; em consequência, entra no domínio da ciência e a fé não tem mais nada a ver com ela.

39. Tudo o que tenha a aparência de um preceito não é científico, a menos que somente a forma tenha a aparência de um preceito e que, na realidade, seja uma afirmação de fatos. Estas duas proposições: para obter a superfície de um retângulo *é preciso* multiplicar a base pela altura¹⁶ e *é preciso* amar seu próximo como a si mesmo,¹⁷ são, no fundo, essencialmente diferentes. Na primeira, podemos suprimir as palavras: *é preciso* e dizer simplesmente que a superfície de um retângulo é igual a base multiplicada pela altura; na segunda, a idéia de dever não pode ser suprimida. Essa segunda proposição não é científica.

A Economia Política nos diz que a má moeda caça a boa. Essa proposição é de ordem científica e somente à ciência cabe verificar se

16 Do ponto de vista em que nos colocamos, as verdades geométricas são verdades experimentais, a própria Lógica sendo experimental.

Por outro lado, podemos, nesse caso, observar que a superfície de um retângulo concreto aproximar-se-á mais do produto da base pela altura do que o retângulo concreto se aproximaria do retângulo abstrato que a Geometria considera.

17 Objetou-se que "*todo homem honesto pensa assim*". Em primeiro lugar, essa é uma proposição diferente daquela do texto. As duas proposições: "A é igual a B" e "Todos os homens — ou certos homens — pensam que A é igual a B, ou deve ser igual a B", exprimem coisas absolutamente distintas.

Além disso, é fato conhecido que existem homens — como, por exemplo, os adeptos de Nietzsche — que estão longe de admitir essa proposição. Se respondermos que não são "pessoas honestas", vemo-nos obrigados — o que nos parece muito difícil ou quase impossível — a dar uma prova disso, que não poderá se resumir, em última análise, à afirmação de que não são *pessoas honestas* porque não amam a seus próximos; pois se dermos essa prova estaremos simplesmente raciocinando em círculo.

é verdadeira ou falsa. Mas se disséssemos que o Estado *não deve* emitir moeda má, estaríamos em presença de uma proposição que não é de ordem científica. É porque a Economia Política conteve até aqui proposições desse gênero que se pode desculpar os que pretendem que a Economia Política, sendo uma ciência moral, escape às regras das ciências naturais.

40. Observemos, aliás, que esta última proposição poderia ser elíptica e, nesse caso, poderia tornar-se científica, desde que se suprimisse a elipse. Se disséssemos, por exemplo, que o Estado *não deve* emitir moeda má se quer obter o máximo de utilidade para a sociedade, e se definíssemos com fatos aquilo que entendemos por esse *máximo de utilidade*, a proposição tornar-se-ia suscetível de uma verificação experimental e em consequência tornar-se-ia uma proposição científica (§ 49, nota).

41. É absurdo afirmar, como o fazem alguns, que sua fé é *mais científica* que a de outrem. A ciência e a fé não têm nada em comum e esta não pode conter mais ou menos aquela. Na atualidade nasceu uma nova fé afirmando que todo ser humano *deve* sacrificar-se pelo bem “dos pequenos e dos humildes”; seus crentes falam com desprezo das outras crenças, que consideram pouco científicas; esses pobres coitados não percebem que seu preceito não tem mais fundamento que qualquer outro preceito religioso.

42. Desde as épocas mais remotas até os dias de hoje, os homens sempre quiseram misturar e confundir as proposições X com as proposições Y e esse tem sido um dos obstáculos mais sérios ao progresso das ciências sociais.

Os que acreditam nas proposições Y invadem constantemente o domínio das proposições X. Para a maioria, isso decorre de que não distinguem os dois domínios; para muitos outros, é a fraqueza de sua fé que pede socorro à experiência. Os materialistas erram ao ridicularizar o *credo quia absurdum* que, em certo sentido, admite essa distinção entre as proposições; Dante o exprimiu tão bem:¹⁸

18 *Purg.*, III, 37-39. E *Parad.*, II, 43-44.

Lí sí vedrà ciò che tenem per fede,
Non dimostrato, ma dia per se noto,
A guisa del ver primo che l'uom crede.

Purgatório. III, 37-39:

"Ó homem, contentai-vos com o *quia*, pois se ao Supremo Saber nos fosse dado elevar-nos, não teria dado à luz Maria".

Paraíso. II, 43-44:

"Ali se fará patente aquilo em que se crê por força da fé, sem exigir provas, consagrando a primeira verdade a que o homem se deve apegar".

Traduções de H. Donato, In: DANTE. *A Divina Comédia*. São Paulo, Abril Cultural, 1979.

State contenti, umana gente, al quia;
 Chè se potuto aveste veder tutto,
 Mestier non era partorir Maria.

43. Devemos nos precaver contra certa maneira de confundir as proposições X e Y, baseada num equívoco análogo ao do § 40. Suponhamos que a proposição A é B não seja do domínio da experiência e, por conseqüência, da ciência; pode-se imaginar que se realize uma demonstração científica, mostrando a utilidade para os homens em acreditarem que A é B. Mas essas proposições não são em nada idênticas e mesmo que a experiência mostre que a segunda proposição é verdadeira, nada podemos concluir sobre a primeira. Algumas pessoas afirmam que somente o *verdadeiro* é útil, mas se damos à palavra *verdadeiro* o sentido de *verdadeiro experimental*, essa proposição não está de acordo com os fatos que a contradizem a todo momento.

44. Eis um outro procedimento dúbio. Demonstra-se ou, mais exatamente, acredita-se demonstrar que a “evolução” aproxima A de B e com isso acredita-se haver demonstrado que cada um *deve* esforçar-se em fazer que A seja igual a B, ou mesmo que A é igual a B. São três proposições diferentes e a demonstração da primeira não acarreta a demonstração das outras. Acrescentemos que a demonstração da primeira é, via de regra, muito imperfeita.¹⁹

45. A confusão entre as proposições X e Y pode advir igualmente de que alguém se esforce em mostrar que, podendo ter uma origem comum, têm uma natureza e caracteres comuns; este é um procedimento antigo, que volta e meia reaparece. Essa origem comum foi vista, às vezes, no consenso universal, ou em um outro fator análogo; atualmente é encontrada, na maioria das vezes, na *intuição*.

A Lógica serve para a demonstração, mas raramente e quase nunca, para a invenção (§ 51). Um homem recebe certas impressões; sob sua influência enuncia, sem poder dizer como nem por que (e se tenta, engana-se), uma proposição que pode ser verificada experimentalmente e que, em conseqüência, é do gênero das proposições que chamamos de X. Assim que a verificação é feita e o fato se produz tal qual havia sido previsto, dá-se à operação que acabamos de descrever o nome de INTUIÇÃO. Se um camponês, olhando para o céu à noite, diz: “choverá amanhã”, e se realmente amanhã chove, diz-se que teve a intuição de que deveria chover; mas não se diria o mesmo se tivesse ocorrido um tempo bom. Se um indivíduo, tendo prática com os doentes, diz de um deles: “amanhã estará morto” e se verdadeiramente o doente

19 *Systèmes*. I, p. 344; *Cours*. II, 578.

morre, dir-se-á que esse indivíduo teve a intuição dessa morte; o mesmo não poderá ser dito se o doente de restabelece.

Como já o dissemos muitas vezes e como o repetimos ainda, é absolutamente inútil discutir sobre o nome das coisas. Por conseqüência, se agrada a alguém chamar igualmente de intuição a operação pela qual predisse a chuva quando, ao contrário, houve tempo bom, ou a morte daquele cuja saúde restabeleceu-se, esse alguém tem todo o direito de fazê-lo; mas, nesse caso, é necessário distinguir as intuições verdadeiras das intuições falsas, coisa que pode ser feita por meio da verificação experimental; as primeiras serão úteis, as segundas, sem utilidade.

Por meio da mesma operação que produz proposições suscetíveis de demonstração experimental e que podem ser reconhecidas como verdadeiras ou falsas, pode-se igualmente chegar a proposições não suscetíveis de demonstração experimental; se o quisermos, poderemos dar a essa operação o nome de *intuição*.

Dessa forma, teremos três espécies de intuição: 1) a intuição que conduz a proposições X, verificadas em seguida pela experiência; 2) a intuição que conduz a proposições X, não verificadas em seguida pela experiência; 3) a intuição que conduz a proposições do gênero Y e que, em conseqüência, a experiência não pode verificar, nem contradizer.

Dando-se, dessa forma, o mesmo nome a três coisas bem diferentes, torna-se fácil confundi-las; e há o cuidado de operar essa confusão entre a terceira e a primeira, esquecendo-se oportunamente a segunda; diz-se “pela intuição o homem chega a conhecer a *verdade*, seja ela experimental ou não”, e dessa maneira atinge-se a meta colimada, que consiste em confundir as proposições X com as proposições Y.

Se tivessem feito a Péricles as duas perguntas seguintes: “Em tais circunstâncias, o que pensas que os atenienses farão?” e “Crês que Palas Atena protege tua cidade?”, ele teria dado, por intuição, duas respostas de natureza absolutamente diferente, porque a primeira poderia ser verificada experimentalmente e a segunda não.

A origem dessas respostas é a mesma; todas as duas são, sem que disso Péricles tivesse consciência, a tradução de certas impressões suas. Mas essa tradução tem, nos dois casos, um valor bem diferente. A opinião de Péricles tinha uma grande importância para a primeira pergunta, enquanto a opinião de um cita qualquer, que não conhecesse os atenienses, não teria tido nenhum valor; mas, sobre a segunda pergunta, a opinião de Péricles e a do cita tinham o mesmo valor, porque, rigorosamente falando, nem um nem outro tinham a mínima relação com Palas Atena.

Péricles tinha tido por várias vezes a ocasião de verificar, de corrigir, de adaptar suas previsões sobre os atenienses e o resultado de sua experiência passada traduzia-se em uma nova intuição, que disso obtinha todo o seu valor; mas, a mesma coisa não se passava no que diz respeito a Palas Atena.

Se alguém que não conhece nada de arboricultura declara-nos, ao ver uma árvore, que ela vai morrer, não daremos a suas palavras mais importância do que se as tivesse dito ao acaso; se, pelo contrário, esse é o julgamento dado por arboricultor experiente, consideraremos sua intuição como boa, porque está baseada na experiência. E mesmo que esses dois homens tenham *a priori* os mesmos conhecimentos, se soubermos pela experiência que um deles raramente se engana em suas previsões ou intuições, enquanto o outro, ao contrário, engana-se freqüentemente, daremos ao primeiro uma confiança que recusamos ao segundo. Mas onde a experiência não possa intervir, as previsões ou intuições de ambos terão o mesmo valor, e esse valor é, experimentalmente, igual a zero.

As intuições de fatos de experiência podem ser contraditadas pelos próprios fatos; as intuições devem, portanto, ser adaptadas aos fatos. As intuições não experimentais são contraditadas apenas por outras intuições do mesmo gênero; para que haja adaptação, basta que certos homens tenham a mesma opinião. A primeira adaptação é objetiva; a segunda, subjetiva. Se confundimos uma com a outra, isso é decorrência do erro comum que o homem comete ao considerar-se o centro do universo e a medida de todas as coisas.

46. O consenso universal dos homens não tem a virtude de tornar experimental uma proposição que não o é, mesmo que esse consenso se mantenha no tempo e compreenda todos os homens que existiram. Assim, o princípio de que aquilo que não é concebível não pode ser real é absolutamente sem valor e é absurdo imaginar-se que a possibilidade do universo é limitada pela capacidade do espírito humano.

47. Os metafísicos, que se utilizam das proposições Y, afirmam costumeiramente que elas são necessárias para tirar uma conclusão qualquer das proposições X, porque sem um princípio superior a conclusão não resultaria *necessariamente* das premissas. Dessa maneira fazem um círculo vicioso, já que supõem precisamente que se quer introduzir as proposições X na categoria das proposições que têm um caráter de *necessidade* e de verdade absoluta;²⁰ e, com efeito, é exato

20 Sirvo-me dessas palavras porque são empregadas, mas não sei muito bem as coisas que se quer indicar por elas.

Croce convida-me a aprender, e, para isso, ler Platão, Aristóteles, Descartes, Leibniz, Kant e outros metafísicos. Ora, ser-me-ia necessário renunciar àquilo que minha ignorância não poderia jamais dissipar, pois foi precisamente após um estudo cauteloso desses autores que esse termo *absoluto* pareceu-me incompreensível... e creio que também para eles.

Além disso, devo confessar que muitos dos raciocínios de Platão deveriam ser dispostos em duas classes. Aqueles que são compreensíveis, são pueris; aqueles que não são pueris, são incompreensíveis. Se quisermos verificar até onde esse autor se encontra influenciado pela mania das explicações puramente verbais, basta-nos reler o *Crátilo*. É difícil imaginar alguma coisa mais absurda que esse diálogo. O homem mais carrancudo sorrirá quando aprender que os deuses foram chamados porque estão sempre correndo!

Conta-se que Diógenes, discutindo com Platão no plano das idéias, e que este chamando

que, se quisermos dar a qualquer conseqüência da categoria X os caracteres das proposições Y, é necessário que estas intervenham nas premissas ou na maneira de tirar a conclusão; mas se sustentamos que as proposições X estão estreitamente subordinadas à experiência e que jamais são aceitas a título definitivo, mas somente durante o tempo em que a experiência não lhes é contrária, não temos necessidade alguma de recorrer a proposições Y. Desse ponto de vista, a própria Lógica é considerada uma ciência experimental.

48. Por outro lado, os que se ocupam das proposições X, às vezes também invadem o terreno das proposições Y, quer dando preceitos em nome da “ciência”, que parece produzir oráculos como um Deus, quer negando as proposições Y, sobre as quais a ciência não tem poder algum. É essa invasão que justifica em parte a afirmação de Brunetière de que a “ciência faliu”. A ciência jamais faliu enquanto permaneceu em seu domínio, que é o das proposições X; ela sempre faliu, e falirá sempre, quando invadiu, ou quando invadir, o domínio das proposições Y.

“Se quiséssemos responder a esta pergunta: Por que o hidrogênio, ao se combinar com o oxigênio, dá água?, seríamos obrigados a dizer: Porque há no hidrogênio uma propriedade capaz de engendrar a água. É, pois, somente a questão do porquê que é absurda, já que acarreta uma resposta que parece ingênua ou ridícula. É melhor reconhecer que nós não sabemos, e que é aí que se mantém o limite de nosso conhecimento. Podemos saber como e em que condições o ópio faz dormir, mas nunca saberemos por quê.” (BERNARD, Claude. *La Science Expérimentale*. pp. 57 e 58.)

49. Estamos em presença de uma situação inteiramente diferente da que acabamos de falar quando, partindo de uma premissa que não pode ser verificada experimentalmente, deduzimos logicamente as conclusões. Também estas não podem ser verificadas experimentalmente mas são tão ligadas à premissa que se esta é uma proposição que

a τραπεζοτης (essência da mesa, qualidade de ser uma mesa, a mesa em si) e a κυαθοτης (essência da xícara, qualidade de ser uma xícara, a xícara em si), diz: “Eu — ó Platão —, eu vejo a mesa (τραπεζα) e a xícara (κυαθος), porém não vejo de modo algum a τραπεζοτης e a κυαθοτης.” Ao que disse Platão: “Está certo, porque você tem olhos com os quais se vê a mesa e a xícara, mas não tem aqueles com os quais se vê a τραπεζοτης e a κυαθοτης.” Πλατωνος περι ιδεων διαλεγομενου, χει ονομαζοντος τραπεζοτητα και κυαθοτητα, Έγω, ειπεν, ω Πλατων, τραπεζαν μεν χει κυαθον ορω τραπεζοτητα δ'ε και κυαθ'οτητα, ουδαμως. (Diógenes Laércio. VI, 53.)

Devo confessar ao leitor que sou quase tão cego quanto Diógenes, e que a essência das coisas me escapa inteiramente.

Claude Bernard, *op. cit.*, p. 53: “Newton disse que aquele que se dedica à pesquisa das primeiras causas, dá a prova de que não é um sábio. De fato, essa pesquisa torna-se inútil, pois ela coloca problemas inacessíveis com a ajuda do método experimental.”

Pretendo utilizar, para o estudo da Economia Política e da Sociologia, somente o método experimental; portanto, limitar-me-ei exclusivamente aos problemas que ele possa resolver.

poderá ser verificada mais tarde pela experiência, isto é, uma das proposições que designamos por Y no § 36, as conclusões tornar-se-ão experimentais. Se a premissa for uma proposição $Y\beta$, as conclusões permanecerão para sempre fora da experiência, ao mesmo tempo em que estão ligadas à premissa, de tal modo que quem aceitar esta, deve aceitar aquelas.²¹

50. Para que essa maneira de raciocinar seja possível é preciso que as premissas sejam claras e precisas. Por exemplo, o espaço no qual vivemos é um espaço euclidiano ou disso difere muito pouco, como o demonstram incontáveis fatos de experiência. Entretanto, podemos imaginar espaços não euclidianos e dessa forma, partindo de premissas, é possível construir geometrias não euclidianas que permanecem fora da experiência.

Quando as premissas não são precisas, como ocorre com todas as que os moralistas queriam introduzir na Ciência Social e na Economia Política, é impossível tirar qualquer conclusão rigorosamente lógica. Essas premissas pouco precisas poderiam não ser inúteis, se pudéssemos verificar as conclusões e assim corrigir, pouco a pouco, o que têm de impreciso; mas onde essa verificação não é possível, o pseudo-raciocínio que se quer fazer acaba por não ter mais valor do que o de um sonho.

51. Até agora falamos apenas de demonstrações; tudo se passa diferentemente com a invenção. É constatado que esta pode, às vezes, ter sua origem em idéias que nada têm a ver com a realidade e que podem mesmo ser absurdas. O acaso, um mau raciocínio ou analogias imaginárias podem conduzir a proposições verdadeiras. Mas, quando se quer demonstrá-las, não há outro meio que não seja pesquisar se direta ou indiretamente, elas concordam com a experiência.²²

21 Essa proposição é elíptica, da natureza daquelas de que falamos no § 40. É preciso subentender: "se quisermos raciocinar logicamente". É evidente que nada poderíamos demonstrar à pessoa que recusasse aceitar essa condição.

22 *Systèmes*. II. p. 80 nota; Paul Tannery (*Recherches sur l'Histoire de l'Économie Ancienne*. p. 260) que, por outro lado, tem tendência a ir um pouco além dos fatos para defender certas idéias metafísicas, diz, a propósito das teorias do sistema solar: "Existe um exemplo notável, e sobre o qual não seria demais insistir, da importância capital das idéias *a priori* (metafísicas) no desenvolvimento da ciência. No momento em que esta se forma, torna-se fácil descartar as considerações de simplicidade das leis da Natureza etc., que guiaram os fundadores. (...) Esquece-se, porém, que não é dessa maneira que são feitas as grandes descobertas, que foram realizados os principais progressos. (...)"

CAPÍTULO II

Introdução à Ciência Social

1. A Psicologia é, evidentemente, o fundamento da Economia Política e, de modo geral, de todas as Ciências Sociais. Talvez chegue o dia em que possamos deduzir dos princípios da Psicologia as leis da Ciência Social, da mesma maneira que, um dia talvez, os princípios da constituição da matéria nos dêem, por dedução, todas as leis da Física e da Química; estamos porém ainda bem longe desse estado de coisas, e é preciso tomar outro caminho. Devemos partir de alguns princípios empíricos para explicar os fenômenos da Sociologia, assim como da Física e da Química. No futuro, a Psicologia, prolongando mais a cadeia de suas deduções, e a Sociologia, remontando aos princípios sempre mais gerais, poderão juntar-se e constituir uma ciência dedutiva; mas essas esperanças estão ainda longe de se realizar.

2. Para colocar um pouco de ordem na infinita variedade das ações humanas que iremos estudar, torna-se útil classificá-las segundo certos tipos.

Dois desses tipos se oferecem imediatamente a nós. Eis um homem bem-educado que entra num salão; ele tira seu chapéu, pronuncia algumas palavras, faz certos gestos. Se lhe perguntarmos o porquê, não saberá responder senão: é o costume. Ele se comporta da mesma maneira para coisas muito mais importantes. Se é católico e se assiste à missa, fará certos atos “porque assim se deve fazer”. Justificará também um grande número de seus atos dizendo que assim o requer a moral.

Suponhamos, porém, esse mesmo indivíduo em seu escritório, ocupado em comprar uma grande quantidade de trigo. Ele não mais dirá que opera de tal maneira porque este é o costume, mas a compra do trigo será o fim de uma série de raciocínios lógicos que se apóiam sobre certos dados de experiência; mudando-se esses dados, muda-se também a conclusão, e pode acontecer que ele se abstenha de comprar ou ainda que venda o trigo em lugar de comprá-lo.

3. Podemos, portanto, por abstração, distinguir: 1) as ações não-lógicas; 2) as ações lógicas.

Dizemos: por abstração, porque nas ações reais os tipos estão quase sempre misturados e uma ação pode ser, em grande parte, não-lógica e, em pequena parte, lógica, ou vice-versa.

As ações de um especulador na bolsa, por exemplo, certamente são lógicas; mas elas dependem também, ainda que em pequena medida, do caráter desse indivíduo, tornando-se assim também não-lógicas. É um fato conhecido que certos indivíduos jogam mais comumente na alta, e outros na baixa.

Notemos, por outro lado, que não-lógica não significa ilógica; uma ação não-lógica pode ser o que encontraríamos de melhor, segundo a observação dos fatos e da lógica, para adaptar os meios ao fim; mas essa adaptação foi obtida por um outro procedimento e não por aquele do raciocínio lógico.

Sabe-se, por exemplo, que os alvéolos das abelhas terminam em pirâmide e que com um mínimo de superfície, isto é, com um pequeno gasto de cera, eles conseguem o máximo de volume, ou seja, eles podem conter maior quantidade de mel. Ninguém supõe, no entanto, que isso ocorra porque as abelhas resolveram, pelo emprego do silogismo e das matemáticas, um problema de máximo; trata-se evidentemente de uma ação não-lógica, se bem que os meios estejam perfeitamente adaptados ao fim, e que, por consequência, a ação esteja longe de ser ilógica. Podemos fazer a mesma observação para um grande número de outras ações, que chamamos habitualmente de instintivas, seja no homem seja nos animais.

4. É preciso acrescentar que o homem tem uma tendência muito marcada a apresentar como lógicas as ações não-lógicas. É por meio de uma tendência do mesmo gênero que o homem anima, personifica certos objetos e fenômenos materiais. Essas duas tendências se encontram na linguagem corrente que, conservando o traço dos sentimentos que existiam quando foi formada, personifica as coisas e os fatos e os apresenta como resultados de uma vontade lógica.

5. Essa tendência a apresentar como lógicas as ações não-lógicas se atenua e transforma-se na tendência, também errônea, de considerar as relações entre os fenômenos como tendo unicamente a forma de relações de causa e efeito, enquanto as relações que existem entre os fenômenos sociais são muito mais freqüentemente ações de mútua dependência.²³ Observamos, rapidamente, que as relações de causa e efeito são muito mais fáceis de se estudar que as relações de mútua de-

23 *Cours d'Économie Politique*. Lausanne, 1896-1897. I, § 225.

pendência. A lógica corrente é suficiente para explicar as primeiras, enquanto para as segundas é freqüentemente necessário o emprego de formas especiais de raciocínios matemáticos.²⁴

6. Seja A um fato real e B um outro fato real, que têm entre si uma relação de causa e efeito, ou então de dependência mútua. É a isso que nós chamamos uma relação *objetiva*.

A essa relação corresponde, no espírito do homem, uma outra relação A'B', que é propriamente uma relação entre duas concepções do espírito, ao passo que AB era uma relação entre duas coisas. A essa relação A'B' nós denominaremos *subjativa*.

Se encontrarmos no espírito dos homens de determinada sociedade certa relação A'B', podemos pesquisar: α) qual é o caráter dessa relação subjativa, se os termos A'B' têm uma significação precisa, se existe ou não uma ligação lógica; β) qual é a relação objetiva AB que corresponde a essa relação subjativa A'B'; γ) como nasceu e de que maneira foi determinada essa relação subjativa A'B'; δ) de que modo a relação AB se transformou em relação A'B'; ϵ) qual é o efeito da existência das relações A'B' sobre a sociedade, correspondam elas a algo de objetivo AB, ou sejam elas completamente imaginárias.

Quando a AB corresponde A'B', os dois fenômenos se desenvolvem paralelamente; quando este se torna um pouco complexo toma o nome de *teoria*. Consideramo-la *verdadeira* (I, 36) quando durante todo seu desenvolvimento A'B' corresponde a AB, isto é, quando a teoria e a experiência estão de acordo. Não há e não pode haver aí outro critério de verdade científica.

Por outro lado, os mesmos fatos podem ser explicados por uma infinidade de teorias, todas igualmente verdadeiras, pois todas reproduzem os fatos a explicar. Foi nesse sentido que Poincaré pôde dizer que se um fenômeno comporta uma explicação mecânica comporta também uma infinidade de teorias.

De forma mais geral, podemos observar que estabelecer uma teoria significa, em alguma medida, fazer passar uma curva por um número determinado de pontos. Uma infinidade de curvas pode satisfazer essa condição.²⁵

7. Já observamos (I, 10) que não podemos conhecer todos os detalhes de nenhum fenômeno natural; em conseqüência, a relação A'B'

24 É isso que não compreendem muitos economistas que falam do "método matemático", sem ter dele a menor noção. Eles imaginaram todo tipo de motivos para explicar, segundo eles, o emprego desse monstro desconhecido ao qual deram o nome de "método matemático", mas jamais pensaram nele, mesmo depois de ele ter sido explicitamente indicado no volume I do *Cours d'Économie Politique*, publicado em Lausanne, em 1896.

25 *Rivista di Scienza*. Bolonha, 1907. nº 2. "As Doutrinas Sociais e Econômicas Consideradas como Ciência".

sempre será incompleta se a compararmos à relação AB; e ainda mais, na falta de outra razão, essas relações não poderão jamais coincidir inteiramente, o fenômeno subjetivo não poderá ser jamais uma cópia rigorosamente fiel do fenômeno objetivo.

8. Muitas outras razões podem fazer esses fenômenos divergirem entre si. Se para o sábio, que estuda experimentalmente os fatos naturais em seu laboratório, o fenômeno subjetivo se aproxima o mais possível do fenômeno objetivo, para o homem perturbado pelo sentimento e pela paixão, o fenômeno subjetivo pode divergir do objetivo a ponto de nada mais existir de comum entre eles.

9. É preciso considerar que o fenômeno objetivo somente se apresenta a nosso espírito sob a forma de fenômeno subjetivo e que, portanto, é este e não aquele a causa das ações humanas; para que o fenômeno objetivo possa agir sobre elas, é preciso que ele se transforme primeiro em fenômeno subjetivo.²⁶ Vem daí a grande importância que tem para a Sociologia o estudo dos fenômenos subjetivos e suas relações com os fenômenos objetivos.

As relações entre os fenômenos subjetivos são muito raramente uma cópia fiel das relações existentes entre os fenômenos objetivos correspondentes. Salienta-se daí, com bastante freqüência, a seguinte diferença. Sob influência das condições de vida, praticamos certas ações P....Q; depois, quando raciocinamos sobre elas, descobrimos, ou cremos descobrir, um princípio comum a P....Q, e imaginamos então que praticamos P....Q como conseqüência lógica desse princípio. Na realidade P....Q não são conseqüência do princípio mas é o princípio a conseqüência de P....Q. É verdade que, quando o princípio é estabelecido, ele se segue das ações R....S, que dele se deduzem, e assim a proporção contestada é falsa somente em parte.

As leis da linguagem nos fornecem um bom exemplo. A gramática não precedeu, mas seguiu a formação das palavras; no entanto, uma vez estabelecidas, as regras gramaticais deram nascimento a certas formas que vieram a se incorporar às formas existentes.

Resumindo, façamos dois grupos das ações P....Q e R....S: o primeiro, P....Q, que é o mais numeroso e mais importante, existe antes do princípio que parece reger essas ações; o segundo, R....S, que é acessório e muitas vezes de pouca importância, é a conseqüência do princípio; ou, em outras palavras, é conseqüência indireta das mesmas causas que deram, diretamente, P....Q.

10. Os fenômenos A' e B' do § 6 nem sempre correspondem aos

26 *Systèmes Socialistes*. I, p. 15.

fenômenos reais A, B; freqüentemente acontece que A' ou B', ou mesmo os dois, não correspondem a nada de real, e são entidades exclusivamente imaginárias. Além disso, a relação entre A' e B' pode ser lógica somente em aparência e não em realidade.²⁷ Vêm daí diferentes casos que é bom distinguir.

11. Seja A um fenômeno real, do qual um fenômeno, também real, B, é a consequência. Existe uma relação objetiva de causa e efeito entre A e B. Se um indivíduo tem noções mais ou menos grosseiramente aproximativas de A e de B, e se coloca essas noções em relação de causa e efeito, obtém uma relação A'B', que é uma imagem mais ou menos fiel do fenômeno objetivo. Pertencem a esse gênero as relações que o sábio descobre em seu laboratório.

12. Pode-se ignorar que B é a consequência de A e acreditar, ao contrário, que ele é consequência de um outro fato real, C, ou pode-se, embora sabendo que B é a consequência de A, querer considerá-lo, deliberadamente, como consequência de C.

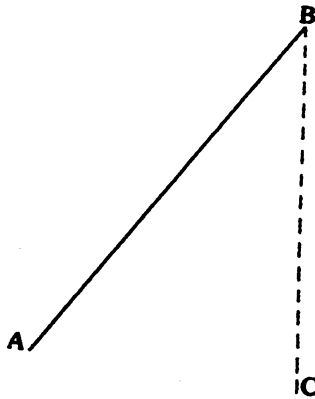


Figura 1

Os erros científicos entram no primeiro caso; e exemplos existirão sempre, pois o homem está sujeito a erro. Encontramos exemplos do segundo caso nas *ficções legais*, nos raciocínios utilizados pelos partidos políticos para oprimirem-se reciprocamente, ou em outras circunstân-

27 *Systèmes Socialistes*. I, p. 22.

cias semelhantes; é dessa maneira que raciocina, na fábula, o lobo que quer comer o cordeiro. A maior parte dos raciocínios que se fazem para estabelecimento dos impostos pertence a esse mesmo gênero: declara-se que se deseja que os impostos B inspirem-se em certos princípios de justiça ou de interesse geral, mas, na realidade, B encontra-se ligado, por uma relação de causa e efeito, à vantagem A da classe dominante. Enfim, podemos ligar a esse tipo de raciocínio, pelo menos em parte, a origem da casuística.²⁸

13. Falamos até aqui de três fatos reais, A, B, C, mas, nas especulações humanas intervêm, muitas vezes, fatos completamente imaginários.

Um desses casos imaginários M pode ser colocado em relação lógica com um fato real B; esse erro, ainda freqüente nas Ciências Sociais, era comum, antigamente, nas ciências físicas. Por exemplo, retiramos o ar contido em um tubo que se comunica com um recipiente cheio d'água; a pressão do ar sobre a superfície da água é o fato A, a subida da água no tubo é o fato B. Ora, esse fato nós o explicamos por um outro fato completamente imaginário M, isto é, pelo "horror da Natureza pelo vazio" que, aliás, tem B como consequência lógica. No começo do século XIX, a "força vital" explicava um número infinito

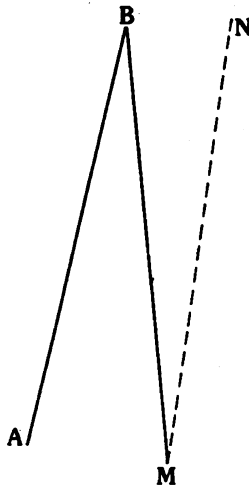


Figura 2

28 *Systèmes Socialistes*. I, p. 178, 27.

de fatos biológicos. Os sociólogos contemporâneos explicam e demonstram uma infinidade de coisas pela intervenção da noção de “progresso”. Os “direitos naturais” tiveram e continuam a ter grande importância na explicação dos fatos sociais. Para muitos, que aprenderam como papagaios as teorias socialistas, o “capitalismo” explica tudo e é a causa de todos os males que se encontram na sociedade humana. Outros falam da “terra livre”, que ninguém nunca viu; e contam-nos que todos os males da sociedade nasceram no dia em que “o homem foi separado dos meios de produção”. Em que momento? É isso que não se sabe; talvez no dia em que Pandora abriu sua caixa, ou, talvez, nos tempos em que os animais falavam.

14. Quando se faz intervir fatos imaginários M, e como se é livre na escolha que se faz, parece que se deveria ao menos fazer com que a ligação MB fosse lógica; no entanto isso nem sempre ocorre, seja porque certos homens são refratários à lógica, seja porque se propõem a atuar sobre os sentimentos. Acontece muitas vezes que o fato imaginário M é posto em relação com um outro fato imaginário N por uma ligação lógica ou mesmo por uma ligação ilógica. Encontramos numerosos exemplos desse último gênero em *Metafísica* e em *Teologia* e em certas obras filosóficas como a *Filosofia da Natureza* de Hegel.²⁹

Cícero (*De Natura Deorum*. II, 3) cita um raciocínio segundo o qual, da existência da adivinhação M, se deduz a existência N dos deuses. Em outra obra ele cita um raciocínio inverso, segundo o qual, da existência dos deuses se deduz a da adivinhação;³⁰ e demonstra a falsidade disso.

Tertuliano sabe por que os demônios podem predizer a chuva: é porque eles vivem no ar e se ressentem dos efeitos da chuva antes que ela chegue à terra.³¹

Na Idade Média, quando os homens queriam construir uma teoria, eles eram, quase que invencivelmente, levados a raciocinar, ou melhor a desarraçar, dessa maneira; e se por acaso, coisa rara, alguém se arriscasse a emitir algumas dúvidas, era perseguido como inimigo de Deus e dos homens por aqueles que, para não duvidarem, estavam em oposição absoluta com o bom senso e com a lógica. As discussões incríveis sobre a predestinação, sobre a graça eficaz etc., e hoje as divagações sobre a solidariedade demonstram que os homens não se livram de seus sonhos, dos quais nos desembaraçamos somente nas ciências físicas, mas que continuam a estorvar ainda as Ciências Sociais.

Em nossos dias temos visto se produzir uma tendência a justificar

29 *Systèmes Socialistes*. II, p. 71, et seq.

30 *De Divinatione*. I, 5: “Ego enim sic existimo: si sint ea genera divinandi vera, de quibus accepimus, quaeque colimus, esse deos; vicissimque, si dii sint, esse, qui divinent.”

31 *Apolog.* 22: “Habent de incolatu aëris, et de vicinia siderum, et de commercio nubium coelestes sapere paraturas, ut et pluvias quas jam sentiunt, repromittant.”

esses modos de raciocínio. O que existe de verdadeiro nesse novo ponto de vista é a concepção da relatividade de todas as teorias e a reação contra o sentimento que atribui valor absoluto às teorias científicas modernas.

A teoria da gravitação universal não tem um conteúdo real absoluto a opor ao “erro” da teoria que atribui a cada corpo celeste um anjo que lhe regula os movimentos. Essa segunda teoria pode, por outro lado, se tornar tão verdadeira quanto a primeira, acrescentando-se que esses anjos, por razões que nos são desconhecidas, fazem mover os corpos celestes como se eles fossem atraídos na razão direta das massas e inversa dos quadrados das distâncias. Somente então a intervenção dos anjos é redundância, e deve ser eliminada, pelo motivo de que, na ciência, toda hipótese inútil é prejudicial. Talvez um dia o mesmo motivo elimine a concepção da gravitação universal; porém — e isso é importante — as equações da mecânica celeste continuarão a subsistir.³²

15. Se uma relação objetiva AB coincide, aproximadamente, com uma relação subjetiva A'B' na mente de alguém, este, raciocinando logicamente, poderá tirar de A' outras conseqüências C', D' etc., que não se distanciarão muito dos fatos reais C, D etc. Ao contrário, se,

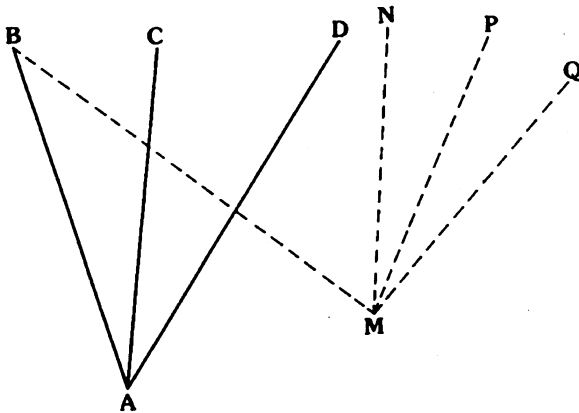


Figura 3

32 POINCARÉ, H. *La Science et l'Hypothèse*. p. 189-190: “Nenhuma teoria parecia mais sólida do que esta de Fresnel que atribuía a luz aos movimentos do éter. Entretanto agora se prefere a de Maxwell. Isso quer dizer que a obra de Fresnel foi em vão? Não, porque o objetivo de Fresnel não era saber se existe realmente um éter, se ele é ou não formado de átomos, se esses átomos se movem realmente neste ou naquele sentido; era de prever os fenômenos ópticos. Ora, isso a teoria de Fresnel permite sempre, tanto hoje quanto antes de Maxwell. As equações diferenciais são sempre verdadeiras; pode-se sempre integrá-las pelos mesmos procedimentos, e os resultados dessa integração conservam sempre o seu valor”.

sendo M um motivo imaginário, ou mesmo um fato real diferente de A, a relação objetiva AB corresponder à relação subjetiva MB', a mente de alguém, sempre raciocinando logicamente, tirará conseqüências N, P, Q etc., que nada terão de real. Se ele então comparar suas deduções à realidade, com a intenção de buscar unicamente a verdade e sem que nenhuma emoção forte o perturbe, perceberá que M não é a razão de B; e assim pouco a pouco, pela experiência e comparando suas deduções teóricas com a realidade, modificará a relação subjetiva MB' e a substituirá por uma outra A'B', que se aproxima muito mais da realidade.

16. A esse gênero pertencem os estudos experimentais dos sábios, assim como grande número de ações práticas do homem, inclusive aquelas que a Economia Política estuda. Essas ações são repetidas um grande número de vezes, e faz-se variar as condições de maneira a poder examinar um grande número de conseqüências de A, ou de M, e chegar a uma idéia exata das relações subjetivas.

17. Aquele que, ao contrário, procede raramente segundo a relação AB, ou procede colocando-se sempre nas mesmas condições, ou que se deixa dominar por seus sentimentos pode ter da relação AB uma noção em parte imaginária MB' e, às vezes, uma noção inteiramente imaginária MN.

18. A teoria desse primeiro gênero de ações é essencialmente diferente da teoria do segundo. Daremos apenas algumas indicações sobre este, já que nosso manual tem principalmente por objetivo o estudo do primeiro.

Observamos que na vida social esse segundo gênero de ações é bastante amplo e de grande importância. O que se chama de moral e costume depende inteiramente dele. Consta que até o momento nenhum povo teve uma moral científica ou experimental. As tentativas dos filósofos modernos para levar a moral a essa forma não lograram êxito; mas ainda que tivessem sido conclusivas, continuaria verdadeiro que elas dizem respeito a um número muito restrito de indivíduos e que a maior parte dos homens, quase todos, as ignora completamente. Da mesma forma assinala-se, de tempos em tempos, o caráter anticientífico, antiexperimental de tal ou qual costume; e isso pode ser a ocasião de bom número de produções literárias, mas não pode ter a menor influência sobre esses costumes, que só se transformam por razões inteiramente outras.

Existem certos fenômenos, os quais denominamos *Éticos* ou *Morais*, que todos crêem conhecer perfeitamente e que ninguém nunca conseguiu definir de maneira rigorosa.

Eles quase nunca foram estudados do ponto de vista puramente

objetivo. Todos aqueles que deles se ocupam defendem qualquer princípio que eles gostariam de impor a outrem e que consideram superior a qualquer outro. Eles não buscam, portanto, aquilo que os homens de uma época e de um lugar determinado chamaram de moral, mas aquilo que, segundo eles, deve ser assim denominado; e quando se dignam estudar alguma outra moral, concebem-na somente através de seus preconceitos e se contentam em compará-la à sua, que se torna a medida e o tipo de todas outras. Dessa comparação resulta um certo número de teorias, implícitas ou explícitas. A moral-tipo foi considerada, segundo um grande número de homens, como algo de absoluto, revelado ou imposto por Deus, e que, segundo certos filósofos, deriva da natureza do homem. Se existem povos que não a seguem, é por desconhecê-la, e cabe aos missionários ensiná-la e abrir os olhos desses infelizes à luz da verdade; ou então os filósofos se incumbirão de levantar o grosso véu que impede os fracos mortais de conhecerem o *Verdadeiro*, o *Belo*, o *Bem* absolutos; essas palavras são de uso corrente, se bem que ninguém tenha jamais conseguido saber o que elas significam, nem a quais realidades correspondem. Aqueles que discorrem com sutileza sobre essas matérias vêm, nas diferentes espécies de moral — alguns dizem igualmente diferentes espécies de religião —, um esforço de Humanidade (outra abstração do mesmo gênero das precedentes, ainda que um pouco menos inteligível) para chegar ao conhecimento do *Bem* e da *Verdade* supremos.

Essas idéias se modificaram em nossa época, talvez muito mais na forma do que no fundo, mas, de toda maneira, aproximando-se um pouco mais da realidade, e elaborou-se uma moral evolucionista. Entretanto, não se abandonou a idéia de uma moral-tipo; ela apenas foi colocada em termos de evolução, da qual é o resultado, seja de maneira absoluta ou de maneira temporária. É bastante evidente que essa moral-tipo, elaborada pelo autor que a propõe, é melhor que todas as outras que a precederam. É o que se pode demonstrar, se o desejarmos, com ajuda de uma outra muito bela e possante metafísica de nossos dias, o *Progresso*, que nos garante que cada etapa da evolução marca um estado melhor que a etapa precedente, e que impede, graças a certas virtudes ocultas, embora bastante eficazes, que esse estado venha a piorar.

Na realidade, deixando de lado todos esses discursos vazios ou sem alcance, essa moral-tipo é somente o produto dos sentimentos daqueles que a constrói, sentimentos que são, em grande medida, emprestados da sociedade na qual vive o homem, e em pequena medida, exclusivamente seus; que são um produto não-lógico que o raciocínio modifica ligeiramente; e essa moral não possui outro valor senão o de ser manifestação desses sentimentos e desse raciocínio.

Tal não é, entretanto, a opinião de seu autor. Ele aceitou aquela moral sob a influência do sentimento e se coloca o problema: como demonstrá-la pela experiência e pela lógica? Ele cai assim, neces-

sariamente, em puras logomaquias, pois o problema é, por sua própria índole, insolúvel.

19. Os homens, e provavelmente também os animais que vivem em sociedade, têm certos sentimentos que, em certas circunstâncias, servem de norma às suas ações. Esses sentimentos do homem foram divididos em diversas classes, entre as quais devemos considerar aquelas chamadas: religião, moral, direito, costume. Não se pode, mesmo ainda hoje, marcar com precisão os limites dessas diferentes classes, e houve tempos em que todas essas classes eram confundidas e formavam um conjunto mais ou menos homogêneo. Elas não possuem nenhuma realidade objetiva precisa e não são senão um produto de nosso espírito; torna-se, por isso, coisa vã pesquisar, por exemplo, o que é objetivamente a moral ou a justiça. Entretanto, em todos os tempos, os homens raciocinaram como se a moral e a justiça tivessem existência própria, atuando sob a influência dessa tendência, muito forte entre eles, que os faz atribuir um caráter objetivo aos fatos subjetivos, e dessa necessidade imperiosa que os faz recobrir de verniz lógico as relações de seus sentimentos. A maioria das disputas teológicas tem essa origem, assim como a idéia verdadeiramente monstruosa de uma religião científica.

A moral e a justiça foram, principalmente, colocadas sob a dependência da divindade; mais tarde adquiriram vida independente e quiseram mesmo, por uma inversão dos termos, submeter o próprio Todo-Poderoso às suas leis.³³ Trata-se de uma manifestação do caráter instável da fé no espírito do homem. Quando ela é todo-poderosa, a idéia da divindade é preponderante, quando a fé diminui, a idéia da divindade cede lugar a conceitos metafísicos como aqueles por nós indicados (§ 48) e, posteriormente, a noções experimentais. Esse movimento nem sempre tem a mesma direção: encontra-se submetido a grandes oscilações. Já Platão fazia o processo dos deuses do Olimpo em nome de abstrações metafísicas; houve, em seguida, um retorno da fé, seguido de outras oscilações; finalmente, para certos teólogos de nossa época, a crença em Deus não é senão uma crença na "solidariedade" e a religião, um nebuloso humanitarismo. Eles imaginam que

33 Em nossos dias essa opinião é geral. Já Montesquieu tinha escrito, *Lettres Persanes*, LXXXIII: "Se existe um Deus, meu caro Rhédi, é necessariamente preciso que ele seja justo; porque se não o fosse, ele seria o pior e o mais imperfeito de todos os seres. A justiça é uma relação de conveniência que se encontra realmente em duas coisas: essa relação é sempre a mesma, quem quer que a considere, seja Deus, seja um anjo ou seja, enfim, um homem."

Observemos primeiro uma contradição. O Todo-Poderoso criou, com as coisas, esta "relação de conveniência" que elas têm entre si, e em seguida ele viu-se obrigado a se submeter a essa "relação de conveniência".

Assinalemos, em seguida, o erro comum que dá um valor objetivo ao que não tem senão valor subjetivo. Essa relação de conveniência só existe no espírito do homem. Esse erro explica, ou em parte suprime, a contradição que levantamos.

raciocinam cientificamente porque desembaraçaram de sua maneira de ver toda noção de religião positiva e não percebem que sua concepção, não tendo senão as religiões de base experimental, exprime-se por palavras vazias de sentido, capazes somente de despertar em certos homens, pelo ruído que fazem, sentimentos indefinidos, imprecisos como aqueles que se têm no meio sono. Se compararmos uma vida de santo escrita na Idade Média e esses discursos vazios, veremos que tanto um como outro não repousam sobre nenhum conceito experimental, mas que aquele é, pelo menos compreensível, enquanto estes são ininteligíveis.

20. As pesquisas que se podem, de maneira útil, estabelecer sobre os sentimentos têm por objeto sua natureza, sua origem, sua história; as relações que têm com os outros fatos sociais; as relações que podem ter com a utilidade do indivíduo e da espécie (§ 6).

Mesmo quando se utiliza esse gênero de pesquisas, é bastante difícil proceder de maneira inteiramente serena e científica, pois a isso se opõe a profunda emoção que essas coisas acarretam aos homens. Comumente, aqueles que raciocinam sobre esses sentimentos distinguem duas classes; na primeira colocam aqueles dos quais compartilham e que consideram bons e verdadeiros; e na outra, aqueles de que não compartilham e que consideram falsos e maus: e essa opinião incide sobre seus julgamentos e domina todas as suas pesquisas. Na Europa, da Idade Média até por volta do século XVIII, não era permitido falar de outras religiões que não fosse a cristã, a não ser de seus erros funestos; hoje surgiu uma religião humanitário-democrática, e somente esta é verdadeira e boa; todas as outras, inclusive a religião cristã, são falsas e perniciosas. Aqueles que defendem essas concepções imaginam, ingenuamente, que se encontram, cientificamente, muito acima daqueles que praticaram, no passado, a mesma intolerância.³⁴

De tal defeito não estão isentos, entre os modernos, muitos daqueles que estudam a evolução desses sentimentos, porque, habitualmente, eles possuem uma fé à qual, mais ou menos, eles submetem os fatos e querem demonstrar que a evolução se faz no sentido que eles desejam. Apesar disso, seus trabalhos têm contribuído para o desenvolvimento da ciência, principalmente pelos fatos recolhidos, ordenados, ilustrados, e também porque esse gênero de estudos acabou por fazer nascer o hábito de considerar, ao menos em pequena medida, esses sentimentos de uma forma objetiva. Em todo caso, a evolução ou história desses sentimentos é o que há de mais conhecido, ou de

34 MUSSET, Alfred de. *L'Espoir en Dieu*.

"Sob os reis absolutos, encontro um Deus despota;

Falam-nos hoje de um Deus republicano."

Atualmente nos falamos de um Deus socialista; e existem cristãos que só admiram Cristo como precursor de Jaurès.

menos desconhecido, em Sociologia; também, se considerarmos o pouco espaço de que dispomos, não nos demoraremos sobre esse assunto e insistiremos, de preferência, sobre as partes menos conhecidas, e mesmo estas não poderão ser estudadas em seu conjunto: delas enumeraremos somente certos casos particulares que ilustrarão as teorias gerais.

21. Discute-se, há algum tempo, as relações dos sentimentos religiosos e dos sentimentos morais. As duas opiniões extremas são: 1) que a moral é um apêndice da religião, 2) que, ao contrário, a moral é autônoma; daí nasceu a teoria da “moral independente”.

Observemos primeiramente que essas discussões têm segundas intenções. Aqueles que defendem a primeira dessas opiniões propõem-se a demonstrar a utilidade da religião como criadora da moral; os que defendem a segunda querem demonstrar a inutilidade da religião ou, mais exatamente, de certa religião que não lhes agrada. Se examinarmos o problema de maneira intrínseca, veremos que ele está mal colocado, pois reduz a um dos problemas diferentes que, como iremos mostrar, podem ter soluções divergentes. É preciso nesse caso, como em outros semelhantes, distinguir entre as relações lógicas que nos pode ser conveniente criar entre os sentimentos e as relações de fato que existem entre eles, ou seja, é preciso, como habitualmente, distinguir entre as relações subjetivas e as objetivas.

22. Suponhamos que um indivíduo tenha certos sentimentos A, B, C; se, para que subsistissem juntos, fosse necessário existir entre eles uma ligação lógica, os dois problemas que acabamos de distinguir se reduziriam a um só. Eis por que, habitualmente, faz-se essa redução. É opinião comum, implícita ou explícita, que os homens são guiados unicamente pela razão e que, por conseqüência, todos os seus sentimentos são ligados de maneira lógica; mas esta é uma opinião falsa e desmentida por um sem número de fatos, que nos fazem pender para outra opinião extrema, completamente falsa entretanto, de que o homem é guiado exclusivamente por seus sentimentos e não pela razão. Esses sentimentos têm origem na natureza do homem combinada com as circunstâncias nas quais ele viveu, e não nos é permitido afirmar *a priori* que existe entre eles uma ligação lógica. Existe, entre a forma do bico do faisão e a qualidade de seu alimento, uma ligação lógica, mas não existe, ou pelo menos nós a desconhecemos, uma relação entre a forma do bico e as cores das penas do macho.

23. O problema levantado no § 21 se divide, portanto, da seguinte maneira: 1) Supondo (atenção a esta premissa) que se queira demonstrar logicamente que o homem deve seguir algumas regras morais, qual é o raciocínio que na forma parece mais rigoroso? 2) Os sentimentos religiosos ou, para restringir um pouco esse problema talvez demasiado

geral, os sentimentos determinados por uma religião positiva com um Deus pessoal, sentimentos que chamaremos A, estarão eles sempre, ou comumente, acompanhados dos sentimentos morais B, ou seja, os sentimentos A existem habitualmente ao mesmo tempo que os B, ou os sentimentos B encontrar-se-iam habitualmente sem os A?

O primeiro problema faz parte daqueles que denominamos (α) no § 6; o segundo, daqueles designados por (β).

24. Ocupemo-nos do primeiro desses problemas. O raciocínio, habitualmente, tende a levar o homem a fazer certa coisa A que não lhe é agradável ou que não o é suficientemente para que o homem seja levado a fazê-la. Além disso, em geral, A compreende não só a ação mas também a abstenção.

25. Entre os numerosos raciocínios que se fazem sobre o primeiro problema, é preciso considerar aqueles que se dividem nas seguintes classes: (I) Demonstra-se que A é, em última análise, vantajoso ao homem: (I α) porque um ser sobrenatural, ou mesmo simplesmente uma lei natural ou sobrenatural (budismo), recompensa aqueles que fazem A, pune aqueles que não fazem A, seja (I α 1) nesta vida, seja (I α 2) na outra; ou então (I β) porque, por si mesmo, A acaba por ser vantajoso: (I β 1) ao indivíduo, ou (I β 2) à espécie. (II) Demonstra-se que A é a consequência de certo princípio, comumente metafísico, de certo preceito admitido *a priori*, de qualquer outro sentimento moral. Por exemplo: (II α) A coincide com o que a natureza deseja, ou ainda, para certos autores modernos, com a evolução, com a teoria da "solidariedade" etc.; (II β) A é a consequência do preceito que devemos trabalhar para aproximarmos da perfeição; que devemos "perseguir a felicidade do gênero humano, ou melhor, de todos os seres sensíveis";³⁵ ou, ainda, que devemos fazer tudo que possa melhorar e glorificar a *humanidade*, ou que "devemos agir de tal maneira que a regra do nosso querer possa tomar a forma de um princípio de legislação universal" (Kant) etc.

26. Os raciocínios (I α) são os mais lógicos e entre eles os melhores são os (I α 2). Quando Ulisses, para demonstrar que os hóspedes devem ser bem tratados, diz que eles vêm de Zeus,³⁶ emprega um argumento

35 MILL, John Stuart. *Logique*. VI, 12, § 7.

36 *Odisseia*. VI, 207, 208.

προς γὰρ Διὸς εἰσὶν ἄπαντες
ξείνοι τε πτωχοὶ τε.

"Porque é de Zeus que vêm todos os estrangeiros e todos os mendigos."

Ao Cíclope (IX, 270) ele diz:

Ζεὺς ὁ ἔπιτιμῆτων ἰκετῶν τε ξείνων τε

"Zeus vinga os suplicantes e os estrangeiros."

Cíclope responde (IX, 275):

Ὅν γὰρ Κῦκλωπες Διὸς ἀμφοχου ἀλ' ἐγούσιν.

"Os Cíclopes não se importam com Zeus."

que, se aceitarmos a premissa, é perfeitamente lógico. Ele não pode ser recusado senão por aqueles que, como Ciclope, crêem-se tão fortes quanto Zeus, mas para aqueles que se sabem mais fracos, não há escapatória; e, vale notar, caem por suas próprias armas: é por egoísmo que eles recusam ajuda ao hóspede e é por egoísmo que eles devem temer a todo-poderosa força de Zeus.

27. A ligação lógica é muito forte; examinemos a premissa que se encontra na afirmação de que Zeus vinga os estrangeiros. No caso (Iα1) essa proposta pode ser verificada experimentalmente (I, 36) e, por conseqüência, pode ser facilmente destruída pelas constatações de um Diágoras,³⁷ ou por aqueles que Cícero coloca na boca de Cota (*De Natura Deorum*). III, 34 (*et passim*); mas no caso (Iα), a proposta, não sendo experimental, foge a qualquer verificação experimental, e o raciocínio torna-se tão forte que somente é possível opor-lhe um *non liquet*; torna-se impossível refutá-lo, provando o contrário.

28. Os raciocínios do gênero (Iβ), notadamente os raciocínios (Iβ1), conduzem a sofismas evidentes. Em suma, suspendendo todos os véus metafísicos, afirmar que o indivíduo persegue sua própria vantagem, conduzindo-se segundo as regras morais, significa afirmar que a virtude é sempre recompensada e o vício punido, o que é manifestamente falso. A demonstração habitualmente empregada por Platão³⁸ consiste em substituir as sensações agradáveis ou penosas que o homem prova por abstrações que se definem de maneira a fazê-las depender do fato de haver agido moralmente; em seguida, faz-se um círculo vicioso: se a felicidade é conseqüência da conduta moral, não é difícil concluir que a conduta moral traz a felicidade.

29. A origem desses erros está no fato de não se querer compreender que a sensação agradável, ou desagradável, é um fato primitivo que não pode ser deduzido pelo raciocínio. Quando um homem sente uma sensação, é absurdo querer demonstrar-lhe que está sentindo outra. Se um homem se sente feliz, é profundamente ridículo querer demonstrar-lhe que ele é infeliz, ou vice-versa.

37 Alguns pretendem que Diágoras se tornou ateu porque um indivíduo, que por perjúrio o tinha injuriado, permaneceu impune. EMPÍRICO, Sexto. *Adversus Physicos*. p. 562; *Schol. in Aristoph.*, *Nub.* 830.

38 *Civitas*. I, p. 353-354: "Soc: Não é a justiça a virtude da alma e a injustiça o vício? *Tras.*: Certamente. *Soc.* Então o homem justo e a alma justa viverão bem; o homem injusto, mal. *Tras.* É o que parece. *Soc.* Mas aquele que vive bem é contente e feliz; acontece o contrário com aquele que não vive bem. *Tras.* Evidentemente. *Soc.* O justo, então é feliz; o injusto, infeliz. — 'Ο μ'εν δίκαιος ἀρα εὐδαιμων, ο' ὄδίκος ἀθλιος" É o que parafraseia ainda III, p. 444-445. Não sabemos qual era a verdadeira maneira de ver de Sócrates, mas Sócrates de Xenofonte considera quase sempre como idêntico o bem e o útil, o mal e o nocivo. Quando se procede assim, vai-se contra os fatos e, para provar sua asserção, ele só pode ter recorrido aos sofismas.

É estranho que um homem como Spencer tenha caído em erro tão grosseiro; todo o seu tratado sobre a moral não é digno de sua inteligência. No § 79 da *Moral Evolucionista*, ele quer demonstrar que

“as ações realizadas no interesse de outrem nos proporcionam prazeres pessoais, pois fazem reinar a alegria em torno de nós”.

Existe aí uma petição de princípio. Ou o homem sente prazer em ver os outros contentes, e, neste caso, é inútil demonstrar-lhe que sentirá prazer tornando os outros contentes; é como se lhe disséssemos: “O vinho vos agrada; portanto, para proporcionar-vos prazer, bebei vinho”. Ou então esse homem não sente nenhum prazer em ver os outros contentes, e, nesse caso, não é verdade que, prestando serviço a outrem, ele proporcionará prazer a si mesmo. É como se disséssemos: “O vinho não vos agrada; mas, se vos agradasse e se o bebêsseis, estaríeis contente; bebei-o, portanto, e estareis contente”.

No § 80, Spencer quer demonstrar-nos que

“aquele que se ocupa em proporcionar prazer a outrem sente de uma maneira mais forte seus próprios prazeres do que aquele que cuida exclusivamente dos seus”.

Trata-se, outra vez, de um círculo vicioso; toma-se como premissa o que é preciso demonstrar. É uma estranha pretensão de Spencer querer nos demonstrar, logicamente, que sentimos o que não sentimos! Eis um homem que come frango; queremos demonstrar-lhe que sentiria muito mais prazer comendo metade e dando metade a seu vizinho. Ele responde: “Certamente não; eu já experimentei e asseguro-lhes que sinto muito mais prazer comendo-o todo do que dando metade a meu vizinho”. Você pode chamá-lo de malvado, injuriá-lo, mas não pode demonstrar-lhe, logicamente, que ele não sente essa sensação. O indivíduo é o único juiz do que lhe agrada e do que lhe desagrade; e se, por exemplo, tratar-se de um homem que não gosta de espinafre, é o cúmulo do ridículo e do absurdo querer demonstrar-lhe, da mesma maneira que se demonstra o teorema de Pitágoras, que ele lhe agrada. Poderemos certamente demonstrar-lhe que, suportando certa sensação desagradável, ele proporcionará assim mesmo outra sensação agradável; que, por exemplo, comendo espinafre todos os dias, ele se curará de certa enfermidade, mas ele continua sempre o único juiz capaz de saber se existe ou não essa compensação entre esse prazer e essa pena, e ninguém pode demonstrar-lhe, pela lógica, que essa compensação existe, se ele sente que ela não existe.

Deixemos de lado os fenômenos de sugestão, que nada têm a ver com as demonstrações lógicas.

30. Nos raciocínios do gênero (Iβ2), subentende-se, geralmente, uma premissa; o raciocínio completo seria: “O indivíduo deve fazer

tudo que for útil à espécie; A é útil para a espécie, portanto o indivíduo deve fazer A. Não se fala dessa premissa porque não encontraríamos facilmente adesão sem restrição a esta afirmação de que o indivíduo deve fazer tudo que for útil à espécie; e a introdução de restrições nos forçaria a resolver um problema difícil, porque a utilidade do indivíduo e a utilidade da espécie são quantidades heterogêneas que se prestam mal a uma comparação. A seleção atua sacrificando o indivíduo à espécie. Acontece seguidamente que o que é bom, útil para o indivíduo está em oposição absoluta com certas circunstâncias que são favoráveis à espécie. Sem dúvida o indivíduo não pode existir sem a espécie, e vice-versa; conseqüentemente, se destruimos a espécie, destruimos o indivíduo, e vice-versa; isso porém não é suficiente para identificar o bem do indivíduo e o da espécie: um indivíduo pode viver e ser feliz buscando o mal de todos os outros indivíduos que compõem a espécie. Os raciocínios do gênero acima indicado são, geralmente, equivocados do ponto de vista lógico.

31. Os raciocínios da classe (II), assim como os da classe (I), podem ser considerados segundo dois pontos de vista. Poder-se-ia pretender que o princípio ao qual se quer relacionar os sentimentos morais é simplesmente o modelo dos sentimentos existentes. Da mesma maneira, existe um número infinito de cristais que podem ser deduzidos do sistema cúbico. Mas os autores dos raciocínios (II) habitualmente não os entendem dessa maneira; e se assim os entendessem, ser-lhes-ia impossível demonstrar que todos os sentimentos existentes e já existentes podem ser deduzidos do princípio que eles defendem. Não vemos como, do mesmo princípio, se poderia deduzir esse preceito que encontramos em muitos povos:

“Deves vingar-te do inimigo”,

ou ainda simplesmente o preceito grego:

“Odeia quem te odeia, ama fortemente quem te ama”,³⁹

e este outro:

“Perdoa a teus inimigos; ama a teu próximo como a ti mesmo”.

Geralmente os autores querem dar o modelo não dos sentimentos que existiram, mas daqueles que deveriam existir. Daí surge o segundo ponto de vista no qual aparecem esses raciocínios que têm por objetivo não a descrição daquilo que é, mas daquilo que *deveria* ser; e é por isto que não possuem nenhum valor lógico.

Herbert Spencer sai do apuro chamando *pró-moral* os usos e cos-

39 Μισουντα μισει, τον φιλονυθ' υπερφιλει.

tumes que a observação nos prova existirem ou terem existido; e reserva o nome de *moral* a qualquer coisa de absoluto que *deveria* existir. Ele censura as morais *a priori*, como a moral cristã; mas no fundo sua moral é tão *a priori* quanto aquelas que ele reprova, e ele mesmo é forçado a reconhecer que a observação não nos dá senão a *pró-moral*.

Por exemplo, ele está persuadido de que a guerra é imoral. Essa proposta pode satisfazer seus sentimentos e os de outros homens, mas não se pode demonstrá-la cientificamente, e ninguém pode dizer se a guerra desaparecerá um dia desta terra. A repugnância de Spencer pela guerra e pelos sentimentos belicosos é puramente subjetiva; mas, sendo um procedimento corrente, ele a torna um princípio objetivo, que lhe serve para julgar a moral dos diversos povos. Ele não percebe que, agindo de tal modo, imita o homem religioso, para o qual todas as religiões são falsas, menos a sua. Spencer tem, simplesmente, a religião da paz, e essa religião não vale mais nem menos que o islamismo, ou budismo, ou qualquer outra religião.

Spencer percorre uma parte do caminho seguindo os procedimentos do raciocínio científico; depois abandona esse caminho, levado pela força poderosa que arrasta os homens a dar um valor objetivo a fatos subjetivos e passa para o terreno da fé, onde se afunda cada vez mais.

32. Em caso semelhante, o princípio utilizado pelos autores não é, de maneira alguma, mais evidente que as conclusões a que queremos chegar; e terminam por provar uma coisa incerta deduzindo-a de uma coisa ainda mais incerta. Não nos preocupemos se tal coisa está de acordo com a *natureza*,⁴⁰ com o *fim* do homem ou com outra entidade imaginária, ou ainda se ela está de acordo com a evolução, ou qualquer outra abstração análoga, porque, ainda que pudéssemos estar seguros disso, o que não é o caso, não poderíamos tirar a conclusão de que tal indivíduo determinado deve fazer essa coisa, e passemos agora aos raciocínios (IIb), nos quais as lacunas parecem ser menores.

33. Eles têm um defeito comum, do ponto de vista da lógica, que é a falta de precisão de suas premissas que não possuem sentido real correspondente. Não percebemos isso de início porque essas premissas se combinam com certos sentimentos nossos, mas quando as examinamos mais de perto, mais tentamos compreender o que significam, menos elas se tornam inteligíveis.

34. Tomemos como exemplo uma das teorias menos ruins: a de Stuart Mill. Deixemos de lado a última parte, a que se refere aos seres sensíveis — a qual nos impediria de alimentarmo-nos de carne e de

40 *Systèmes Socialistes*. II, p. 21.

peixe, e até de andar, por medo de esmagar qualquer inseto — e consideremo-la sob a forma mais razoável, a que busca a felicidade do gênero humano. Esses termos nos enganam, parecem-nos claros e não o são. O “gênero humano” não é um indivíduo que tenha sensações simples de felicidade ou de infelicidade, mas um conjunto de indivíduos que experimentam esses tipos de sensação. A definição dada supõe, implicitamente: 1) que se sabe exatamente o que é o gênero humano, se ele compreende unicamente os indivíduos que vivem em um momento determinado, ou aqueles que viveram e aqueles que viverão; 2) que as condições de felicidade de cada indivíduo de uma coletividade dada não são contraditórias; senão o problema de assegurar a felicidade dessa coletividade parecer-se-ia o problema da construção de um triângulo quadrado; 3) que as quantidades de felicidade de que goza cada indivíduo são homogêneas, de maneira a poderem ser somadas; senão não se poderia ver como se conheceria a soma da felicidade da qual goza uma coletividade; e se essa soma é desconhecida, não teremos nenhum critério para saber se, em dada circunstância, a coletividade é mais feliz que em outras.

35.1) Na realidade, aqueles que falam do gênero humano entendem, habitualmente, por isso seu próprio país, ou, em casos extremos, a própria raça; e os moralíssimos povos civilizados destruíram e continuam a destruir, sem o menor escrúpulo, os povos selvagens ou bárbaros. Mas suponhamos que por gênero humano se entenda todos os homens; resta ainda resolver três questões graves: quando a felicidade dos homens vivos se encontra em oposição à dos homens por nascer, qual deve prevalecer? Quando, como acontece amiúde, a felicidade dos indivíduos atuais está em oposição à felicidade da espécie, quem deve ceder? Observemos que a civilização européia é fruto de um número infinito de guerras e de uma destruição muito grande dos fracos pelos fortes; foi com esses sofrimentos que se adquiriu a prosperidade atual: é isso um bem ou um mal? O princípio exposto não é suficiente para resolver essas questões.

36.2) Suponhamos uma coletividade constituída por um lobo e um cordeiro; a felicidade do lobo consiste em comer o cordeiro, a do cordeiro em não ser comido. Como tornar feliz essa coletividade? O gênero humano se compõe de povos belicosos e de povos pacíficos: a felicidade dos primeiros consiste em conquistar os segundos; a felicidade destes, em não serem conquistados. É preciso recorrer a algum outro princípio e eliminar, por exemplo, a felicidade dos povos belicosos, julgá-la menos digna que a dos povos pacíficos, que será a única considerada. Nesse caso, o belo princípio que deveria permitir resolver os problemas morais é deixado de lado e não serve para nada.

A felicidade dos romanos encontrava-se na destruição de Cartago; a

dos cartagineses talvez na destruição de Roma, em todo caso, na conservação da cidade. Como realizar a felicidade dos romanos e dos cartagineses?

37.3) Poder-se-ia responder: a felicidade total, onde nem os romanos destruiriam Cartago, nem os cartagineses destruiriam Roma, seria maior do que se uma delas fosse destruída. Eis uma afirmação do ar que não pode ser apoiada em nenhuma prova. Como se poderia comparar essas sensações agradáveis ou desagradáveis e somá-las? Mas, levando ao extremo nossas concessões, admitamos que isso seria possível e tentemos resolver este problema: a escravidão é moral ou não? Se os senhores são numerosos e os escravos em pequeno número, pode acontecer que as sensações agradáveis dos senhores formem uma soma (?) maior do que a das sensações penosas dos escravos; e vice-versa, se houver poucos senhores e muitos escravos. Essa solução não seria certamente aceita por aqueles que preconizam o princípio da maior felicidade do gênero humano. Para saber se o furto é ou não moral, devemos comparar os sentimentos penosos dos roubados aos sentimentos agradáveis dos ladrões e buscar aqueles cuja intensidade for maior?

38. Para poder utilizar o princípio de Mill, é-se levado a combiná-lo, implicitamente, com outros princípios; por exemplo, com os princípios da classe dos que Kant nos fornece o modelo. Mesmo assim, as dificuldades que parecem ter sido suprimidas, reaparecem a partir do momento em que se queira raciocinar com algum rigor. Não pode haver um princípio de legislação propriamente universal em uma sociedade, como essa dos homens, composta de indivíduos que se diferenciam entre si pelo sexo, idade, qualidades físicas e intelectuais etc.; e se esse princípio deve submeter-se a restrições, que levem em consideração tais ou quais circunstâncias, o problema principal consiste, pois, em saber quais são as restrições que é preciso acolher e quais é preciso rejeitar; e as premissas colocadas tornam-se perfeitamente inúteis.

As disposições que se lêem em Gaio, *De Conditione Hominum*, I, § 9, 10, 11,⁴¹ têm ou não o caráter de um “princípio de legislação universal”? Se têm, a escravidão é justificada; se não, torna-se até ilícito decidir que certos homens, eleitos, por exemplo, pelo povo e encarregados de certos serviços, devam comandar e os outros obedecer. Do ponto de vista formal, todas essas disposições são idênticas e não se diferenciam senão pela natureza e modo das restrições.

39. Sabe-se que os sentimentos têm tanta influência sobre os

41 § 9. Et quidem summa divisio de iure personarum haec est, quod omnes homines aut liberi sunt aut servi.

§ 10. Rursus liberorum hominum alii ingenui sunt; alii libertini.

§ 11. Ingenui sunt, qui liberi nati sunt; libertini, qui ex iusta servitate manumissi sunt.

homens que a maioria perde o uso da sã razão. Neste momento, na França, por exemplo, um grande número de homens, que por sinal parecem razoáveis, admiram as palavras vazias de sentido da célebre *Declaração dos Direitos do Homem*. O primeiro parágrafo tem algumas semelhanças com um princípio de legislação universal. Ele declara que:

“Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos; as distinções sociais não podem se fundamentar senão sobre a atitude comum”.

Deixemos passar que essa liberdade e essa igualdade significam simplesmente que os homens nascem e permanecem livres, salvo para as coisas às quais estão sujeitos; e iguais em tudo salvo nas coisas nas quais são desiguais: isto é, menos que nada; e fixemo-nos unicamente sobre esta proposição de que as distinções sociais não podem se fundar senão sobre a utilidade comum. Isso pouco serve para resolver a dificuldade que consiste agora em determinar o que significa utilidade comum. Basta ler Aristóteles para ver como é possível defender a escravidão sustentando que ela é de utilidade comum;⁴² pode-se justificar até o feudalismo, tão odiado pelos revolucionários que escreveram essa *Declaração*. Em nossa época, os jacobinos franceses consideram como justificada pela utilidade comum a distinção que fazem entre os cidadãos que pertencem a lojas maçônicas e aqueles que pertencem a ordens religiosas; mas os atenienses defendiam igualmente como fundada sobre a utilidade comum a distinção que faziam entre o bárbaro e o cidadão de Atenas.

Em resumo, todos esses raciocínios pseudocientíficos são menos claros e têm menos valor que a máxima cristã: “Ama teu próximo como a ti mesmo”. Aliás, nós reencontramos essa máxima em épocas bastante diferentes e em povos absolutamente distintos; e encontramos-la até mesmo no Lun-Yu chinês.⁴³

40. Os raciocínios metafísicos dos quais nos ocupamos, não tem nenhum valor objetivo porque se preocupam com coisas que não existem. São do mesmo gênero daqueles que se fariam para saber se Eros precedeu o Caos, a Terra e o Tártaro, ou se ele era filho de Afrodite. Pesquisar como isso era realmente coisa vã; podemos somente pesquisar como os gregos o conceberam; suas maneiras de ver são para nós fatores com os quais podemos fazer a história.

42 *Systèmes Socialistes*. II, p. 110.

43 *Lun-Yu ou Colloques Philosophiques*. Tradução Pauthier. I, 4, 15: “A doutrina de nosso mestre consiste unicamente em ter a retidão do coração e em amar seu próximo como a si mesmo”. O tradutor acrescenta: “Difícilmente se acreditará que nossa tradução seja exata; entretanto, nós não pensamos que se possa fazer outra mais fiel”.

No *Mahabharata* é dito, igualmente, que devemos tratar os outros como gostaríamos de ser tratados. Encontram-se máximas mais ou menos semelhantes em muitos povos. Elas derivam dos sentimentos de benevolência para com os outros e da necessidade que sente o homem fraco de apelar, para defender-se, aos sentimentos de igualdade.

São numerosos os sistemas de moral que tiveram e têm curso ainda hoje: nenhum deles adquiriu preferência marcada sobre os outros. A questão está pendente ainda de saber qual sistema é o melhor, do mesmo modo que para os três anéis de que fala Boccaccio em uma de suas novelas; e nem poderia ser de outra maneira, pois não existe critério experimental ou científico para resolver semelhante questão.

O único conteúdo experimental ou científico de todos esses sistemas encontra-se no fato de que certos homens experimentaram certos sentimentos e a forma com que os exprimiram.

41. Nos parágrafos precedentes nós consideramos sob um aspecto análogo o que os homens pensam a respeito de certas abstrações; falta, porém, fazer outras pesquisas mais importantes. Podemos buscar a natureza desses sentimentos e as relações que realmente existem entre eles, negligenciando as relações imaginárias e que os homens crêem existir. Em seguida, podemos pesquisar como e de que maneira as relações reais se transformaram em imaginárias. Isso nos leva a considerar os problemas (β) (γ) (δ) do § 6.

42. Pesquisemos primeiro se esses sentimentos têm uma existência objetiva, independente da diversidade das inteligências humanas, ou se eles estão subordinados a essa diversidade. É fácil ver que somente a segunda hipótese pode ser acolhida. Mesmo quando os sentimentos que se relacionam com a religião, a moral, o patriotismo etc., têm expressões literal e formalmente comuns a muitos homens, são por eles compreendidos de forma diversas. O Sócrates de Platão (§ 65) e o homem supersticioso de Teofrasto tinham a mesma religião mas, certamente, compreendiam-na de maneira bem diferente.⁴⁴ Aliás, sem recorrer à história, pode-se encontrar ao redor de si inúmeros exemplos. Portanto, quando falamos, por exemplo, do amor à pátria, temos em vista uma classe abstrata de sentimentos, formada pelos sentimentos singulares que existem nos diferentes indivíduos; e essa classe não tem mais existência objetiva do que a classe dos mamíferos, formada por cada um dos animais singulares que existem realmente. Para os homens que constituem uma nação, esses sentimentos, ainda que em parte diferenciados, têm, entretanto, algo em comum.

43. Os sentimentos que pertencem a classes diferentes aparecem

44 BOISSIER, G. *La Religion Romaine*. I, p. 179. Falando da apoteose dos imperadores, diz ele: "O vulgo, em geral, pensava que os Césares eram deuses como os outros: ele lhes atribuía a mesma força, e supunha que ela se revelava da mesma maneira, pelas aparições e pelos sonhos. As pessoas esclarecidas, pelo contrário, colocavam certa diferença entre eles e as outras divindades; era para eles qualquer coisa como os *heróis* ou semideuses dos antigos gregos. Em suma, eles não lhe concediam mais privilégios que os estóicos atribuía a ser sábio após a morte".

como não sendo completamente independentes. Essa dependência geralmente não é lógica, como imagina erroneamente a maioria dos homens, mas ela provém do fato de que esses sentimentos têm suas causas longínquas e comuns; e é por isso que eles nos parecem como ramos que nascem do mesmo tronco.

A dependência aparece entre ações do mesmo gênero; as ações não-lógicas são, em seu conjunto, favorecidas ou contrariadas da mesma maneira que as ações lógicas. Aquele que cede a um determinado tipo de sentimentos, cederá mais facilmente a outros tipos; aquele que utiliza, habitualmente, o raciocínio em certos casos, utilizá-lo-á mais facilmente em outros.

44. Portanto se nós, como fizemos para a riqueza (VII, 11), dispusermos os homens em camadas, segundo as qualidades de sua inteligência e de seu caráter, colocando nas camadas superiores aqueles que possuem essas qualidades em mais alto grau, e nas camadas inferiores aqueles que não possuem senão um fraco grau de uma dessas qualidades, ou das duas, veremos que os diferentes sentimentos são tanto menos dependentes à medida que se sobe aos andares superiores e tanto mais dependentes à medida que se desce aos andares inferiores. Se continuarmos nossa comparação, diremos que nas camadas superiores os ramos são distintos e separados, enquanto que nas camadas inferiores, se confundem.

A sociedade humana apresenta portanto no espaço uma figura análoga (mas não idêntica) àquela que apresenta no tempo; sabe-se, com efeito, que nos tempos primitivos os diferentes sentimentos, agora completamente distintos, formavam uma massa homogênea (§ 81 nota).

45. As qualidades da inteligência e do caráter não são as únicas que atuam em sentido oposto; muitas outras circunstâncias produzem esse mesmo efeito. Aqueles que governam, de baixo até o alto da escala, desde a sociedade industrial privada até o estado, têm sentimentos geralmente mais distintos e mais independentes que aqueles dos governados; e isso decorre do fato de que aqueles muito mais que estes devem, necessariamente, ter vistas largas; e precisamente porque vêm as coisas mais do alto, adquirem pela prática noções que faltam àqueles cujas ocupações os retêm num domínio mais restrito.⁴⁵

46. Essa nova classificação coincide, em parte, com a precedente, e coincide, também em parte, com a classificação que se obtém dispo-

45 É preciso notar que não se pode confundir estadista e político; mais ainda o hábito adquirido por aquele que, durante muito tempo, governou uma parte qualquer, grande ou pequena, da atividade humana, e o hábito adquirido pelo belo falador, intrigante, adulator de Demos, são essencialmente diferentes.

os homens segundo sua riqueza;⁴⁶ mas essas classes também diferem em parte. Em primeiro lugar, podemos constar que há, nas camadas superiores, elementos que descem e nas camadas inferiores, elementos que sobem. Em seguida, há homens que pertencem à aristocracia intelectual e que não empregam suas faculdades para proporcionar-se bens materiais, mas que se ocupam de arte, de literatura e de ciência: existem os ociosos, os incapazes que gastam sua inteligência e seu vigor nos esportes etc. Enfim, inúmeras circunstâncias podem colocar diferentemente na hierarquia social homens que têm as mesmas qualidades de inteligência e caráter.

47. Observemos, e é uma nova analogia com o que se produz no tempo (§ 81 nota) que a faculdade de abstração vai aumentando de baixo para cima; somente nas camadas superiores é que se encontram, geralmente, os princípios gerais que resumem os diversos gêneros de ação; e com a aparição desses princípios manifestam-se as contradições que podem existir entre eles e que escapam mais facilmente nos casos concretos de onde se abstraem esses princípios.

48. O Espírito humano é feito de tal maneira que, nos tempos de fé ardente, ele não descobre nenhuma contradição entre suas idéias sobre a religião e suas outras idéias sobre a moral ou sobre fatos de experiência; e essas idéias diferentes, embora às vezes completamente opostas, conseguem subsistir num mesmo espírito. Porém, quando a fé se desvanece, ou ainda quando, passando das camadas inferiores às camadas superiores numa mesma sociedade, as diversas qualidades de sentimentos tornam-se mais independentes (§ 19), essa coexistência torna-se desagradável, dolorosa, e o homem procura fazê-la desaparecer, suprimindo essas contradições que só então descobre.

No espírito dos antigos gregos misturavam-se, sem se chocar, as aventuras escandalosas de seus deuses e os princípios de moral bastante puros. Em uma mesma inteligência encontravam-se a crença de que Cronos tinha, com uma foice denteada, cortado as partes viris de seu pai Urano⁴⁷ e a crença de que os deuses rejeitavam o homem que tivesse insultado seu velho pai.⁴⁸ Nessa época de Platão, ao contrário, o contraste havia se tornado agudo e uma das crenças estava a ponto de cassar a outra. Platão não pode admitir que se imagine que Zeus tenha se unido à sua irmã Hera sem o conhecimento de seus pais, nem que

46 Aqueles que possuem grande fortuna e que a administram, governam uma parte notável da atividade humana, e, em consequência, adquirem comumente o hábitos da função que desempenham. Aquele que simplesmente goza sua fortuna, que é administrada por um intendente, não pertence a essa classe, da mesma maneira que o político não pertence à classe dos governantes.

47 HESÍODO. *Theogonie*. 180.

48 HESÍODO. *Op. et di.*, 329.

“nós crêsemos os que nos permitíssemos afirmar que Teseu, filho de Posidão, e Piritoos, filho de Zeus, tenham tentado seqüestrar Perséfone, ou qualquer outro filho dos deuses, nem que algum herói tenha se tornado culpado de impiedade e dos crimes de que falam os poetas”.

Com o passar do tempo aumenta a mania de interpretar artificialmente as antigas crenças e de mudar seu sentido; ao passo que, como salienta com justeza Grote,

“a doutrina que se supõe ter sido expressa de maneira simbólica pelos mitos gregos e que se obscurecia posteriormente foi realmente introduzida pela primeira vez pela imaginação inconsciente de intérpretes modernos. Era um dos meios aceitos pelos homens cultos para escapar à necessidade de aceitar literalmente os antigos mitos, para chegar a uma nova forma de crença que correspondesse melhor à idéia que eles faziam dos deuses”.

Da mesma maneira, os cristãos da Idade Média não viam, e não poderiam ver, entre os relatos da Bíblia e da moral, os contrastes que os filósofos do século XVIII assinalaram com tanta malícia.⁴⁹

49. O contraste que acabamos de indicar não é senão um caso particular de um fato muito mais geral. Os povos bárbaros e os homens do povo das nações civilizadas têm muito mais a fazer do que estudar seus sentimentos. Se algum filósofo pratica a máxima “conhece-te a ti mesmo”, a grande maioria dos homens não se preocupa nada com isso. Além disso, o homem que tem certos conceitos, que experimenta certos sentimentos, não se preocupa em colocá-los em relações uns com os outros, e mesmo quando, com o passar dos tempos, um pequeno número de homens, habituados a raciocinar, chegam a se ocupar disso, eles se contentam facilmente com qualquer relação sugerida por sua imaginação. Assim, em alguns povos, tudo o que o homem deve fazer é ordenado por Deus; e esse comando forma o laço que fixa a relação entre fatos completamente diferentes; os que mais raciocinam supõem

49 Como se sabe, Dante, embora profundamente cristão, crê que a vingança é justa (*Inferno*. XXIX, 31-36).

O Duca mio, la violenta morte
 Che non gli è vendicata ancor, diss'io,
 Per alcun che dell'enta sia consorte,
 Face lui disdegnoso: onde sen gio
 Senza parlarmi, sí com'io stimo:
 Ed in ciò m'ha è fatto a sè più pio."

“O mestre, a morte violenta por ele padecida, e não vingada por alguém da nossa estirpe, foi o que levou a apontar-me reprobativamente e a afastar-se de mim. Tal desdém maior piedade me inspirou.”

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Tradução Donato, H., São Paulo, Abril Cultural, 1979. (N. do T.)

uma ligação metafísica: enfim, foi somente a partir do momento em que a civilização fez grandes progressos que um reduzido número de homens se esforça em pesquisar os laços experimentais desses fatos.

Se isso não é percebido de imediato, é porque se cai no erro indicado no § 9. Supõe-se que esses fatos sejam a consequência lógica de um princípio, e parece então estranho que eles possam contradizer-se; supõe-se que o homem atua sob influência dessas deduções lógicas, e não se concebe então que seus diferentes atos não possam, em parte, ser religados uns aos outros.

50. Sob a influência desses preconceitos, o homem procura sempre restabelecer entre os fatos as relações lógicas que ele crê deverem, necessariamente, existir e que só puderam se obscurecer por causa de um erro grosseiro e de uma profunda ignorância.

As tentativas feitas para conciliar a fé com a razão, a religião com a ciência, a experiência e a história, fornecem-nos exemplos notáveis dessa operação.

É preciso constatar que até o momento nenhuma dessas tentativas obteve sucesso; ou, ainda mais, poder-se-ia colocar como regra geral que quanto mais uma fé qualquer tenta conciliar-se com a ciência, mais rápida será sua decadência,⁵⁰ e isto é natural, pois é suficiente abrir um pouco os olhos para notar que jamais alguém se tornou crente a partir de uma demonstração análoga à de um teorema de geometria.

Da mesma forma, as religiões metafísicas não têm nenhum, ou quase nenhum, valor prático, pois elas não possuem as qualidades necessárias para agir sobre a razão e sobre o senso do vulgar.

O *Exército da Salvação*, empregando meios condizentes com as pessoas às quais se dirige, possui uma eficácia social muito maior do que a das discussões metafísicas mais sábias e mais sutis.

Aqueles que pretendem introduzir na religião cristã a crítica histórica da Bíblia não vêem a divergência absoluta que existe entre a ciência e a religião, entre a razão e a fé, e que elas correspondem a necessidades diferentes. Os Livros Sagrados possuem valor, não por sua precisão histórica, mas pelos sentimentos que podem despertar junto aos que lêem; e o homem que, acabrunhado pela dor, clama pelos socorros da religião, deseja, não uma sábia dissertação histórica, de que ele não entende nada, mas palavras de conforto e de esperança. A religião, tal como é reduzida por certos teólogos humanitários, tornou-se um simples brinquedo para uso dos letrados e metafísicos.

Se nós considerarmos as sociedades da época atual, veremos que a necessidade de conciliação entre os sentimentos religiosos e os outros não existe senão nas camadas superiores; que, para poder fazer aceitar suas

50 Isso é o que aconteceu a certo "protestantismo liberal", que não é nem mesmo um teísmo. Um teólogo definia a religião "o conjunto de todas as solidariedades".

elaboraões pelo povo, são obrigadas a apresentá-las de outro prisma, isto é, como uma conciliação dos interesses da fé e dos interesses materiais, os quais interessam principalmente às camadas inferiores. É dessa maneira que vemos se desenvolver a doutrina dos *democratas-cristãos*.

Os operários sindicalizados querem ser considerados pelo menos iguais aos burgueses em virtude do princípio de que todos os homens são iguais; mas, em seguida, eles já não se preocupam com esse belo princípio e se consideram muito superiores aos operários não sindicalizados e aos “amarelos”. Quando se puseram em greve, os marinheiros do porto de Marselha consideravam que o Governo teria violado a liberdade de greve se os tivesse substituído por marinheiros da marinha de guerra; quando, em seguida, os oficiais da marinha mercante se puseram, por sua vez, em greve, os marinheiros pediram ao Governo que enviasse para comandar os navios os oficiais da marinha de guerra; eles haviam esquecido completamente o princípio da liberdade da greve. É esse gênero de sentimentos que ditava a resposta que um bosquímano dava a um viajante: “Quando alguém rapta minha mulher, comete uma má ação; quando eu rapto a mulher de um outro, faço uma boa ação”.

Nas camadas inferiores socialistas, não é notada a contradição que existe no raciocínio dos operários sindicalizados e dos marinheiros marseheses; e se alguém a percebe, não se preocupa com isso. Somente os chefes notam a contradição, e resolvem-na logo por uma casuística sutil, e pode até acontecer que, fazendo-o, alguns estejam agindo de boa-fé.

Uma contradição das mais patentes e sofrivelmente cômica é das pessoas que reclamam, de um lado a abolição dos tribunais militares, em nome da igualdade dos cidadãos diante da lei; e que, de outro lado pedem um foro privilegiado: o dos conselhos arbitrais, para os operários e empregados.

As mesmas pessoas que aprovavam as sentenças fantasistas do presidente Magnaud, que eram, de caso pensado, explicitamente contrárias à lei, ficaram indignadas com as tímidas reservas feitas por outras sentenças a respeito da lei de separação. No primeiro caso elas diziam: “O juiz deve se deixar guiar por seu sentimento de equidade, sem se preocupar com a lei”; no segundo caso, elas afirmavam, não menos resolutamente, que “o juiz tem que aplicar estritamente a lei e, se seus sentimentos lhe forem contrários, não deve se deixar levar”. O sentimento antecedendo a razão impede de ver uma contradição tão evidente ou, pelo menos, de levá-la em consideração.

Na Itália, as sentenças dos tribunais em matéria de difamação privada são nulas e não procedentes quando os culpados são deputados socialistas e isso é provado pelos partidários de uma igualdade rigorosamente absoluta dos cidadãos diante da lei.

Os “intelectuais” que acusaram com ferocidade os procedimentos dos tribunais militares em um processo célebre, e que encheram o mundo com suas queixas, escutam, sem protestar, o procurador geral

Bulot afirmar que existe uma *razão de Estado* diante da qual o juiz deve se inclinar sob pena de ser destituído.⁵¹ E apesar das claras palavras de Bulot, que ele mesmo chamou de maneira explícita, o “fato do príncipe”, existem pessoas que acreditam que a República está isenta de erros semelhantes, próprios da monarquia.

Outros “intelectuais” imaginam, de boa-fé, que somente os católicos ameaçam a “liberdade de pensamento”; e, para conseguir essa liberdade, aprovam, sem restrições, as perseguições dirigidas contra os católicos, e são admiradores de Combes. E mesmo quando este declara claramente que seu desejo é estabelecer uma nova fé, uniforme, tão intolerante quanto as outras,⁵² não percebem a contradição em que caem.

O antialcoolismo, em certo número de países, tornou-se uma religião e tem partidários ferozes; alguns entre estes aceitam igualmente a religião do materialismo ou qualquer outra semelhante, que os torne adversários declarados do catolicismo e lhes permita zombar da obrigação de jejuar! Se alguém lhes observa que, no fundo, impor a um homem o jejum em certos dias é uma prescrição do mesmo tipo, embora menos incômoda, que a proibição de consumir uma pequena quantidade de bebidas alcoólicas, eles acreditam resolver a contradição dizendo que suas prescrições se apóiam na verdadeira “ciência”, na sacrossanta “ciência” democrática e progressista; o que significa simplesmente que certos médicos, entre as tantas coisas mais ou menos razoáveis que afirmam, acrescentam aquelas; e esses sectários esquecem, ou fingem esquecer, ou não percebem, que sua “ciência” confirma as prescrições

51 Comunicado oficial à imprensa da sessão de 24 de junho da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso dos Chartreux.

"Sembat — Falastes, vós também, Sr. Procurador Geral, do interesse superior. Existe, portanto, uma razão do Estado diante da qual um magistrado é obrigado a se inclinar?"

"Bulot — Sob pena de ser revogado, evidentemente (Risos).

"Berthoulat — Como aconteceu que a instrução tenha continuado a andar, embora ainda não tivésseis o nome que declarasses indispensável ao Presidente do Conselho?"

"Bulot — Ela não continuou por muito tempo e chegou a uma improcedência porque não se podia ir mais longe; eu me inclinei diante da razão de Estado, diante do 'fato do príncipe', se o quereis."

Se se admite o "fato do príncipe", compreende-se porque os magistrados foram tão indulgentes para com os Humberts e tão duros para com as vítimas desses célebres escroques.

FUNK-BRENTANO. *L'Affair du Collier*. Paris, 1901. p. 325: "E tal era o poder absoluto da monarquia do antigo regime(...) A honra da rainha está em jogo, a coroa pode ser atingida. O rei confia o cuidado do julgamento a um tribunal no qual nenhum dos juizes foi por ele nomeado; a magistrados sobre os quais ele não tem nenhum poder e não poderá ter em nenhum momento de suas carreiras, de nenhuma maneira; a magistrados que, por espírito e por tradição, lhe são hostis. Assim como mostra Bugnot, o próprio procurador do rei não é, no Parlamento, livremente escolhido pelo rei. Mais ainda, aí está até mesmo o controlador geral, assistido do bibliotecário do rei (...) que combate diretamente, em circunstância tão grave, os interesses do rei e de sua autoridade. Ninguém se espanta. Existe hoje um Governo que tenha a alegria de ver florescer, sob seus olhos, tamanhas liberdades?"

O Governo que concedia tais liberdades, era o Governo de uma classe em decadência, e caiu; o Governo que hoje as suprime é o Governo que se ergue e que prospera. E a burguesia, ignorante e preguiçosa, ajuda-o com seu dinheiro.

52 Ver nota ao § 94.

católicas, mostrando que se pode evitar certas doenças fazendo jejum.⁵³ Poderíamos citar um número infinito de exemplos semelhantes a propósito de todas as espécies de sectários fanáticos, em todas as épocas e em todos os países.

Herber Spencer ressalta

“a contradição absoluta que existe em toda a Europa entre os códigos que regulamentam a conduta, e que se acomodam tanto às necessidades da amizade no interior quanto aos da inimizade aos de fora”,⁵⁴

mas, para conciliar esses preceitos opostos, ele toma um desvio: suprime os últimos, em nome de *sua* moral, e não lhe chega ao espírito que esses preceitos podem também ser úteis e tão indispensáveis quanto os primeiros.

51. Determinadas circunstâncias favorecem o desenvolvimento dos sentimentos de determinada categoria; outras circunstâncias determinadas lhe são contrárias. Assim se manifesta uma das principais qualidades de dependências desses fenômenos, visto terem eles uma origem comum. É a essa categoria que pertence, em grande parte, a dependência que existe entre os sentimentos religiosos e os sentimentos morais, como já observamos no § 43; eles são amiúde favorecidos ou contrariados ao mesmo tempo, e é isso que se deve dizer de maneira ainda mais precisa, de todos os sentimentos análogos.⁵⁵ Da mesma maneira a chuva faz brotar diferentes espécies de gramíneas em um prado, uma seca prolongada lhe é prejudicial; é dessa maneira que se ligam entre os sentimentos de que havíamos falado, porém isso não significa que uma espécie depende de outra (§ 70).

53 Em 1904, numa comunicação feita na Academia de Medicina de Paris, o doutor Lucas-Championnière, concluía que se alimentar de carne favorece as doenças intestinais e a apendicite depois da gripe; ele aconselha comer vegetais de maneira intermitente, isto é, emagrecer de tempos em tempos.

No momento da publicação de nossos *Systèmes Socialistes*, lordes Salisbury acabava de rechaçar uma das numerosas leis absurdas apresentadas pelos senhores antialcoólicos; mas seus sucessores fizeram aprovar uma lei semelhante. *Systèmes Socialistes*, I, p. 274.

Tendo Yves Guyot pedido que lhe demonstrassem que o absinto é um veneno, um bom humanitário lhe respondeu propondo, para decidir a questão, a seguinte experiência: “Cada um de nós beberá durante 24 horas, ele, dois litros de absinto, eu, dois litros de água.”

Se os humanitários se dignassem a raciocinar, poder-se-ia observar que, segundo essa proposta, o meio de decidir se uma substância é ou não tóxica, é a comparação dos efeitos que produzem, em quantidades iguais, a ingestão dessa substância e a da água. Yves Guyot poderia então fazer uma contraproposta a seu adversário e lhe pedir para consumir, durante 24 horas, dois litros de sal (cloreto de sódio), enquanto Guyot se contentaria em beber dois litros de água. O sal de mesa encontrar-se-ia, assim, classificado entre as substâncias tóxicas cujo uso deve ser proibido.

54 *Morale des Divers Peuples*.

55 Eis um fato que se encontra em relação distanciada, mas não negligenciável, com esse outro bem conhecido de que aquele que dorme seguidamente por hipnotismo perde toda a capacidade de resistência e pode ser adormecido por um simples gesto.

A esses princípios gerais é preciso atar as observações de S. Reinach, que vê nos *tabus* a origem da ética.

A religião primitiva de Roma não era senão um culto quase que vazio de concepções teológicas; e essa circunstância não é estranha ao espírito de disciplina dos romanos, e em consequência, de sua dominação sobre toda a bacia do Mediterrâneo.

52. Não é o caso de dizer que devíamos encontrar em todos os povos todos os sentimentos, nem que todos os sentimentos aumentam ou diminuem em intensidade, de maneira igual. Isso significa simplesmente que esses sentimentos que, por inúmeras razões, encontram-se em um povo, são submetidos a determinadas circunstâncias que atuam sobre todos eles. Por exemplo, um povo pode ter certos sentimentos A, B, C..., e outro povo os sentimentos B, C... e não ter o sentimento A. Se certas circunstâncias vêm a mudar, os sentimentos do primeiro povo tornar-se-ão A', B', C..., tendo sua intensidade modificada, porém não na mesma medida; e será a mesma coisa para os sentimentos do outro povo.

53. Esses sentimentos não somente diferem de povo para povo, mas em um mesmo povo diferem segundo os indivíduos; e as circunstâncias que atuam sobre esses sentimentos têm efeitos diferentes de indivíduos. Para as pessoas nas quais existe maior independência dos sentimentos, certas categorias de sentimentos podem ser favorecidas ou contrariadas para aquela cuja independência é menor, as diferentes categorias de sentimentos são favorecidas e contrariadas ao mesmo tempo. É por isso que se pode encontrar facilmente, nas camadas superiores da população, pessoas com ausência de certos sentimentos enquanto outros são bastante desenvolvidos.⁵⁶

54. Se os homens vivessem completamente separados uns dos outros, poderiam ter sentimentos religiosos, morais, de patriotismo etc... completamente diferentes; mas os homens vivem em sociedade e, em consequência, mais ou menos num estado de comunismo no que diz respeito aos seus sentimentos. Os patrimônios materiais podem ser inteiramente separados; os patrimônios dos sentimentos e da inteligência são, pelo menos em parte, comuns.

55. As mudanças que se produzem nos sentimentos de uma classe social atuam de tal maneira que levam a outras mudanças nos senti-

56 BAYL. *Pensées Diverses... à l'Occasion de la Comète*. 4a. ed. p. 353: "(...) eu salientaria que essas poucas pessoas que fizeram profissão aberta de ateísmo entre os antigos, um Diágoras, um Teodoro, um Evémère e alguns outros, não viveram de maneira a fazer gritar contra a libertinagem de seus costumes. Eu não vejo por que acusá-los de se terem distinguido pelos desregramentos de sua vida. (...)”
Esse argumento, comumente citado com valor geral (encontramo-lo também em Spencer, *Fatos e Comentários*) tem apenas o valor muito restrito indicado no texto.

mentos das outras classes. O movimento pode ser mais ou menos rápido, às vezes até mesmo muito lento. Comumente os sentimentos são atacados e enfraquecidos pelo raciocínio das classes superiores, e é somente indiretamente que, mais tarde, esse movimento se estende às classes inferiores. Ele então muda seguidamente de caráter e de forma; raciocínio cético das classes superiores pode ser, nas classes inferiores, a origem de uma nova fé. Inversamente, os sentimentos das classes inferiores atuam sobre o espírito das classes superiores, que os transformam em raciocínios pseudocientíficos.⁵⁷

56. Os antigos espartanos tinham o sentimento do amor à pátria em grau elevado; parece que eram também muito religiosos, porém não eram morais no mesmo grau.⁵⁸ Aliás, é o que se pode dizer da maioria dos helenos; e é ainda mais notável constatar — o que confirma melhor nossa proposição geral — que, tendo mudado as circunstâncias, todos os sentimentos se enfraqueceram conjuntamente tanto os fortes quanto os fracos.

57. Em Atenas podemos, graças às produções literárias, seguir a decadência dos sentimentos religiosos nas classes intelectualmente superiores, desde a época de Ésquilo, passando por Eurípides, até o tempo dos cínicos, dos epicuristas e dos céuticos. As classes inferiores resistiam à irreligião e seguiam lentamente o exemplo que lhes vinha do alto. Numerosos fatos fornecem-nos a prova dessa resistência; é suficiente lembrar as condenações de Diágoras, de Sócrates etc. Podemos constatar um fenômeno análogo em Roma, nos tempos de Cícero, no momento em que, por outro lado, a resistência das classes populares era simplesmente passiva; mas ela tornou-se ativa e estendeu-se às classes superiores quando se propagaram os cultos orientais e quando finalmente o cristianismo triunfou e perseguiu os filósofos. Constatam-se reações do mesmo gênero no momento em que se fundaram as Ordens mendicantes; depois, quando a irreligião das classes cultas, principalmente no mundo latino, foi repudiada pela grande reação religiosa do protestantismo; e novamente, na França, quando a irreligião das classes altas conduziu à revolução de 1789, que foi como justamente salienta Tocqueville, uma revolução *religiosa*.

58. Observemos que, em todos esses casos e em outros semelhantes que poderíamos citar, a reação religiosa foi acompanhada de

57 Pode-se encontrar tantos exemplos quanto se queira na Antiguidade, na Idade Média e nos tempos modernos.

58 COULANGES, Fustel de. *Nouvelles Recherches sur Quelques Problèmes D'Histoire*. p. 92: "Não existe cidade grega em que a História assinale tantos fatos de corrupção". E ele cita um grande número desses fatos.

uma reação moral.⁵⁹ A descrição desses fenômenos é sempre a mesma; o uso da razão enfraquece, nas classes superiores, os sentimentos religiosos e ao mesmo tempo os sentimentos morais, às vezes também os do patriotismo e então aparecem os cosmopolitas; geralmente se pode dizer que diminuem igualmente muitos sentimentos não lógicos. O movimento se estende, pouco a pouco, às classes inferiores; depois provoca-lhes uma reação que faz reviver nessas classes inferiores os sentimentos religiosos e morais, às vezes até os sentimentos de patriotismo. Esse sentimento, nascido assim nas classes inferiores, estende-se, pouco a pouco, às classes superiores onde os sentimentos religiosos adquirem nova força. E, em seguida, esses sentimentos se enfraquecem novamente, da mesma maneira como se enfraqueceram os antigos. Começa assim um novo ciclo semelhante aquele que acabamos de descrever. É assim que se produzem essas variações rítmicas que foram observadas, há muito tempo, na intensidade dos sentimentos religiosos.⁶⁰

59. É preciso não esquecer que falamos dos sentimentos e que não devemos confundi-los com a forma com que podem se revestir. Acontece muitas vezes que a reação popular ao mesmo tempo que reanima, exaltando os sentimentos religiosos, dá-lhes nova forma; não é, porém, o antigo fervor religioso que reaparece, mas uma nova fé. É preciso não mais confundir os sentimentos religiosos com o culto; aqueles podem diminuir e este permanece vivaz. Que não se acredite mais também que os sentimentos religiosos tenham, necessariamente, por objeto um deus pessoal; o exemplo do budismo seria suficiente para impedir-nos de cair em erro tão grosseiro; temos aliás, um exemplo hoje no socialismo, que se transformou, praticamente, em religião (§ 85 nota).

60. Se as classes superiores pudessem e quisessem conservar para si o fruto de seus raciocínios, essa série de ações e de reações

59 BOISSIER, G. *La Religion Romaine*. II, p. 377. O autor assinala como um fato singular aquilo que é contrário à regra. A propósito da sociedade romana do século III de nossa era, diz: "O que torna tão notáveis as mudanças que se realizam nas opiniões religiosas é que elas coincidem com as que se observam na moralidade pública".

LÉA. *Histoire de l'Inquisition*. Trad. S. Reinach. I, p. 126 (p. 111 do original). Dá um exemplo do despertar da moral ao mesmo tempo que dos sentimentos religiosos: "Uma tarde em que ele (Gervais de Tilbury) passeava a cavalo na escolta de seu arcebispo Guillaume, sua atenção foi chamada por uma bonita jovem que trabalhava sozinha numa vinha. Ele imediatamente lhe fez propostas, mas ela o repeliu dizendo que, se o escutasse, seria irrevogavelmente condenada. Uma virtude tão severa era um índice manifesto de heresia; o arcebispo mandou, imediatamente, que se conduzisse a jovem à prisão como suspeita de catarismo."

MAQUIAVEL. *Discorso sulla Prima Decade di Tito Livio*. I, 12. Falando de sua época, responsabiliza a Igreja de Roma pelas desgraças da Itália, porque "pelos maus exemplos dessa corte, esta província perdeu toda devoção e toda religião, o que provoca desordens sem número. (...) Temos, portanto, nós italianos, esta primeira obrigação com relação à Igreja, e aos padres, pois nos tornamos sem religião e maldosos. (...)"

60 *Systèmes Socialistes*. I, p. 30.

seria, talvez, menos freqüente e menos intensa. Mas, por condições próprias da vida social, é difícil que as classes superiores possam fazê-lo; elas nem mesmo fazem o pouco que poderiam porque, fora aqueles que traem sua classe para buscar ganhos ilícitos, outros indivíduos, materialmente honestos, pertencentes às classes superiores, são levados pela falta de bom senso a fazer as classes inferiores participarem de seus raciocínios; e, além disso, são levados pela inveja e pelo ódio que eles sentem pelas antigas doutrinas relativas ao sentimento, que eles querem julgar, com o gravíssimo erro de levar em conta somente a lógica intrínseca. E não compreendendo seu alto valor social, consideram-na como vãs superstições dando assim prova de um defeito de raciocínio que eles tomam por sabedoria.

61. Agindo dessa maneira, e na medida em que obtêm sucesso em seu projeto, que consiste geralmente em enfraquecer certas formas do sentimento religioso nas classes inferiores, atingem igualmente esse outro objetivo, a que, certamente não se propunham, de enfraquecer igualmente os sentimentos morais. Quando, em seguida, vêem nascer a reação dos sentimentos religiosos, sob a antiga ou sob nova forma, sua razão encontra-se ofendida, vencida, e, em suma chegam até onde certamente não queriam chegar.

62. Em Atenas, a resistência das classes inferiores não se transformou numa reação que atingisse as classes superiores; e isso provavelmente não ocorreu porque o fenômeno foi perturbado pela conquista romana. Essa coexistência, durante certo tempo, de uma classe superior onde a razão dominava e de uma classe inferior onde dominava o sentimento, não é uma das menores razões do desenvolvimento extraordinário da civilização de Atenas naquela época.⁶¹

63. Já em torno de Péricles se reuniam as pessoas que falavam livremente das crenças populares, e suas conversas na casa de Aspásia fazem pensar nos salões franceses à véspera da revolução; nos dois casos, a filosofia se misturava, com graça, aos costumes fáceis.⁶² As

61 Vejam, em outro sentido, porém análogo, o exemplo de Cipião e de seus companheiros. *Systèmes Socialistes*. I, p. 303.

62 PLUTARCO, *Péricles*. 24. Conta Plutarco que Aspásia fazia comércio de cortesãs. Ath., XIII, p. 570: Και Ἀσπασία δὲ ἡ Σωκράτικη ἐνεπορευετο πλεθρὴ καλῶν γυναικῶν, καὶ ἐπληθύνεν ἀπὸ τῶν ταυρῆς εταυριδῶν ἡ Ἑλλάς... "Aspásia, a socrática, fazia comércio de muitas belas mulheres, e graças a ela a Grécia encheu-se de prostitutas." Os autores cômicos acrescentaram coisa de sua lavra, mas, em suma, o fato não parece duvidoso, ou pelo menos, não há nem mais nem menos probabilidade do que em todos os fatos da história grega. PLUTARCO, *Péricles*. 32. Conta Plutarco que Aspásia foi acusada de impiedade (ἀσεβεία) por Hermípio, e também de intermediária por haver proporcionado mulheres livres a Péricles. Até Fídiás foi acusado de haver exercido a mesma profissão de intermediário em favor de Péricles. (*Ib.*, 13.)

acusações dirigidas contra Aspásia e contra Anaxágoras tiveram talvez por origem o ódio político que se tinha dedicado a Péricles; mas a própria forma da acusação, que foi uma acusação de impiedade, deve ter tido também algum apoio nos fatos; isso é claro para Anaxágoras. Foi por meio de suas conversas com esse filósofo, segundo Plutarco (*Péricles*, 6), que Péricles aprendeu a conhecer a vaidade das superstições populares no tocante aos milagres. Já em Anaxágoras se enfraquecia, ao mesmo tempo que a religião, o amor à pátria;⁶³ finalmente Diógenes, o precursor de nossos *internacionalistas*, declara-se abertamente cosmopolita.⁶⁴

64. Dos discursos dos filósofos e das produções cênicas, a irreligião se espalhou pelo povo, porém não sem resistência. Eurípedes começava assim seu drama de *Melanipo*: “Zeus, quem quer que ele seja, já que só lhe conheço o nome”, mas o público chocou-se tanto que ele teve que mudar esse verso.⁶⁵ Muitas passagens de seus dramas são dirigidas contra a religião, pelo menos como a entendia o vulgo; ele coloca mesmo em dúvida os fundamentos da moral.⁶⁶

65. O exemplo de Sócrates é instrutivo. Ele era muito respeitoso das crenças populares, muito moralista, submisso às leis de sua pátria a ponto de suportar a morte para não se furtrar a essas leis, no entanto, sua obra foi, involuntariamente, dirigida contra a religião, a moral, o amor à pátria; e isso porque, pela sua dialética, levando os homens a pesquisar fazendo uso da razão, ele destruía os motivos e a natureza desses sentimentos em suas bases. Eis um exemplo característico da teoria exposta no § 43.

66. Chega-se assim a conclusões aparentemente paradoxais; enquanto as acusações dirigidas contra Sócrates são falsas do ponto de vista formal e do particular, elas são verdadeiras no fundo e no geral. De todas as acusações feitas por Aristófanes em suas *Nuvens*, nenhuma é literalmente verdadeira, mesmo em parte, e no entanto a idéia geral que as nuvens deveriam fazer nascer nos que as escutavam, a saber,

63 DIÓGENES LAÉRCIO. II, 6: “A alguém que lhe perguntava: não te preocupas com a pátria? Ele respondeu: eu me preocupo muito com a pátria, e mostrava o céu”.

64 DIÓGENES LAÉRCIO. VI, 63: “Quando lhe perguntaram o que ele era, ele respondeu: cosmopolita: ἐρωτηθεὶς ποθεν εἶη; Κοσμοπολιτῆς, ἔφη.” Ver também: LUCIANO. *Vitar. auctione*. Igualmente EPICETETO. *Aria.*, *Epic. Diss.*, III, 24; e ANTÍGENES. *Philo. Iud*. Isso é dito também de Sócrates, mas isso é pouco provável.

65 Ele substituiu-o por este verso: “Zeus, assim o chamamos em verdade”; PLUTARCO. *Amat.*, XIII, 4. Ver também LUCIANO *Iúpiter Trágico*. 41; *Iust. mart.* p. 41.

66 *As Fenícias*. 504, 525; *Ion*, 1051 etc. Por outro lado, as palavras que ele põe na boca de Hipólito dizendo que “a língua jurou, mas o espírito não”, e que os contemporâneos as reprovaram, seguidamente, como muitos imorais, significam, na realidade, que a promessa obtida pela fraude e pela astúcia não tem necessidade de ser respeitada; com o que, em certa medida, pode-se, aliás, concordar. Temos aí um exemplo de casuística: *Systèmes Socialistes*. I, p. 29. ARISTÓTELES. *Retórica*. I, 15, 29.

que a obra de Sócrates era, em última análise, contrária aos sentimentos religiosos e morais, é completamente justificada. Da mesma maneira é falso que Sócrates “não tenha considerado como deuses aqueles que a cidade reputava como tais”, mais falso ainda que ele “tenha corrompido a juventude”,⁶⁷ como pretendia a acusação que o conduziu à morte, pelo sentido dado à palavra corromper por seus acusadores; não é menos verdade que, discutindo tudo com todo mundo, ele atacava inconscientemente a crença nos deuses da cidade e corrompia os jovens, na medida em que enfraquecia neles a fé necessária para agir de acordo com o bem da cidade. Além disso, circunstância que muito honra Sócrates e que, de maneira abstrata, parece aumentar muito seus méritos, é o fato de não cobrar seu ensinamento, o que, precisamente, tornava seu ensino mais perigoso para a cidade. Com efeito, os sofistas que se faziam pagar muito caro só podiam ter um pequeno número de ouvintes que pertenciam, em sua maioria, à aristocracia intelectual, eles não poderiam, conseqüentemente, abalar as crenças nacionais senão de um pequeno número de pessoas e os sofistas podiam mesmo fazer mais bem do que mal porque seus discípulos estavam habituados ao uso da razão. Sócrates, pelo contrário, dirigia-se ao artesão, ao homem que, pelas preocupações da vida diária, via-se impossibilitado de acompanhar, com sucesso, os longos raciocínios, sutis e abstratos, e ele destruía sua fé sem poder, de maneira alguma, substituí-la por raciocínios científicos.

67. Essa obra insidiosa e nefasta era vivamente sentida pelos contemporâneos, que compreendiam instintivamente todo mal que ela poderia fazer; por essa razão Sócrates teve inimigos tanto entre os partidários da oligarquia como da democracia; os Trinta proibiram-lhe expressamente de falar com os jovens,⁶⁸ os democratas condenaram-no à morte.

68. Como observa Zeller (*Philosophie der Griechen*. 2ª edição, v. III, p. 193.) o mal era geral e não se limitava ao ensino de Sócrates: “Os homens cultos desse tempo haviam todos passado pela escola de uma crítica independente que havia solapado os fundamentos da crença e da moralidade tradicionais”. O próprio Aristófanes, que queria reconduzir seus contemporâneos às idéias antigas, “é todo pleno das idéias de seu tempo”.

69. É preciso não se esquecer de uma circunstância que não tem grande importância para a história dessa época, mas que adquire valor

67 DIÓGENES LAÉRCIO. II, 40: “...ἀδικεῖ δὲ καὶ τοὺς νεοὺς διαφθεῖρων”.

68 XEROFONTE. *Memoráveis*, I, 2, 36. Os Trinta fizeram vir Sócrates diante deles e este, fingindo não entender, perguntou se, quando comprava a um homem de menos de trinta anos, ele não deveria lhe perguntar o preço. Cárciles respondeu que ele poderia fazê-lo, “mas tu tens o hábito, Sócrates, de perguntar o que já sabes perfeitamente; deixa para lá essas interrogações”. Critias, outro membro dos Trinta, diz: “Convém, Sócrates, que não te ocupes dos sapateiros, dos marceneiros, dos ferreiros, pois eles estão cansados dos teus discursos”.

porque permite-nos descobrir uma analogia com outros fenômenos posteriores: ao passo que as antigas crenças diminuía, as práticas dos *Mistérios* espalhavam-se consideravelmente. Temos aí a indicação de um outro tipo de resistência que se manifestou fortemente em outros fenômenos, isto é, vemos fenômenos religiosos resistirem manifestando-se sob uma nova forma (§ 59).

70. Resta-nos ver como os sentimentos morais e de patriotismo diminuía de intensidade ao mesmo tempo que os sentimentos religiosos. Observemos que falamos somente dos sentimentos que se ligam a religiões positivas e não daqueles que dependem das religiões metafísicas que, por sua própria natureza, são seguidos somente por um número muito restrito de pessoas (§ 50).

Se compararmos a época de Maratona à de Sócrates, as opiniões são divergentes. Alguns, como Grote, não acreditavam que os costumes estivessem em decadência; outros, como Zeller, consideravam, pelo contrário, que eles haviam se tornado piores; mas, se descermos até os tempos de Demétrio Poliorceto, por exemplo, a decadência dos costumes é declarada, e ninguém a nega.⁶⁹ Isso é suficiente para sustentar nossa proposição geral, segundo a qual os sentimentos religiosos, éticos, patrióticos, decrescem ou aumentam juntos; enquanto que a questão de saber se a decadência começou no tempo de Sócrates interessa somente para estabelecer a rapidez com que o movimento se propagou das classes superiores às inferiores.

71. Se podemos confiar nas comparações que os contemporâneos faziam entre os costumes antigos e os de sua época, deveríamos concluir que, desde o tempo de Sócrates, e mesmo antes, os costumes estavam fortemente em decadência; mas essas comparações, ainda quando feitas por homens como Tucídides (III, 82, 83), não têm nenhum valor, porque todos os escritores antigos compartilhavam desse preconceito de que o presente era pior do que o passado.⁷⁰ É necessário que rejeitemos inteiramente

69 É enorme a diferença entre os atenienses que tinham recusado "a terra e a água" pedida por Dario e que tinham, em seguida, sustentado o choque da poderosa frota dos persas em Salamina, e os atenienses que se prosternaram frouxamente aos pés de Demétrio Poliorceto. Eles colocaram este e Antígono no número de seus *deuses-salvadores* e substituíram o nome do arconte que servia para designar o exército pelo do sacerdote dos *deuses-salvadores*. Consagrou-se o lugar em que Demétrio desceu pela primeira vez e ergueu-se uma estátua a *Demétrio-salvador*. Decretou-se que os personagens enviados a Demétrio não se chamariam embaixadores, mas *theorós*, como os que se enviavam à Pítia e ao Olimpo. Eles mudaram até o nome de um de seus meses, que chamaram Demétrio. Pode-se ver o resto em PLUTARCO. *Demétrio*, 10, 11, 12.

70 HORÁCIO. *Carmina*. III, VI. Resume uma opinião secular neste verso:

Aetas parentum, pejor avis, tulit
Nos nequiores, mox daturos
Progeniem vitiosiore.

"Nossos pais eram piores que nossos avós, nós somos piores que nossos pais e nós deixaremos filhos piores que nós." Em nossos dias, a opinião contrária tornou-se artigo de fé.

ramente essa confirmação fácil mas enganadora de nossa proposição geral e buscar, por outro caminho, se ela está de acordo com os fatos.

72. Temos que recorrer à história. O contraste é demasiado grande entre os heróis de Salamina e os ineptos cortesãos de Demétrio Poliorceto, e existem fatos semelhantes o bastante para que não tenhamos a menor dúvida a esse respeito.

73. Acrescentamos que a dúvida que atinge as comparações entre o passado e o presente não existe quando se trata de fatos da mesma época e temos então o testemunho de Políbio. Ele salienta⁷¹ que

“o excesso de religião, que os outros povos tomam por vício, é que mantém a república romana. A religião é exaltada e tem um poder extraordinário em todos os negócios privados. Muitos se espantarão, mas eu creio que isso se deu devido a multidão.⁷² Se fosse possível ter uma república composta unicamente de sábios, talvez isso não fosse necessário. (...) Em conseqüência, parece-me que as antigas opiniões sobre os deuses e as penas do inferno não foram introduzidas no espírito do vulgo nem por acaso nem com temeridade, ao passo que elas foram rejeitadas pelos modernos com muito mais temeridade e insanidade.⁷³ Por isso, sem falar do resto, aqueles que junto aos gregos manipulam a fortuna pública, se lhes confiamos algum talento, mesmo quando eles possuem dez cauções, dez selos e um número duplo de testemunhas, não respeitam a fé jurada; ao passo que, entre os gregos, aqueles que manipulam somas consideráveis, como magistrados ou comissários do Senado, respeitam a palavra dada, pelo respeito a seu juramento”.

Logo mais, entretanto, na época de Salústio e de Cícero, os romanos tornaram-se semelhantes aos gregos de Políbio.

74. É preciso salientar dois pontos do que disse Políbio: 1) os fatos; e não existe nenhuma boa razão para crê-los exatos; 2) a interpretação; esta partilha o erro corrente que consiste em estabelecer uma relação de causa e efeito entre os sentimentos religiosos e os morais, enquanto há apenas uma relação de dependência de origens e razões comuns (II, 43).

71 VI, 56, 57 *et seqs.*

72 Έμοι γε μην δοχουοι του πληθους χαριν τουτο πεποηχεναι.

73 Cipião, o Africano, tinha em seu redor um grupo de amigos, entre eles Políbio, e é muito provável que este reproduzisse as idéias desse grupo.

Mais tarde, Cícero, *De har. resp.*, 9, torna sua uma idéia que era corrente em Roma, declarando que, por causa de sua religião, os romanos tinham vencido outros povos: *omnes gentes nationesque superavimus.*

75. (§ 6, γ) Pesquisemos como nascem e se mantêm esses sentimentos, e, para isso, consideremos um problema mais geral, o de saber como e por que existem na sociedade fatos A, B, C..., sejam sentimentos, instituições, hábitos etc.

76. Recentemente, deu-se uma solução a esse problema que, se pudesse ser aceita, seria perfeita e de um golpe faria da Sociologia uma das ciências mais avançadas. Obtém-se essa solução estendendo aos fatos sociais a teoria de Darwin para explicar a forma dos seres vivos; e é certo que existe semelhança entre os dois casos. Diremos então que os sentimentos, as instituições, os hábitos de uma sociedade dada são aqueles que correspondem melhor às circunstâncias nas quais se encontra essa sociedade, o que significa uma adaptação perfeita entre uns e outros.

77. Os fatos parecem confirmar essa solução, pois ela contém, com efeito, uma parte da verdade, que é precisamente a que se encontra na teoria das formas dos seres vivos, posta à luz do dia pelos neodarwinistas. Devemos, com efeito, admitir que a seleção intervém somente para destruir as formas piores, que se distanciam demasiado daquelas que são adaptadas às circunstâncias nas quais se encontram os seres vivos, ou as sociedades; portanto, ela não determina precisamente as formas, mas estipula certos limites que essas formas não devem ultrapassar.

Dessa maneira, é certo que um povo belicoso não pode ter sentimentos absolutamente frouxos, instituições excessivamente pacíficas, hábitos de fraquezas; mas, além desses limites, seus sentimentos, suas instituições, seus hábitos podem variar consideravelmente e, por consequência, são determinados por outras circunstâncias estranhas à seleção.

78. Os povos pouco civilizados têm instituições tanto menos duras para os devedores quanto maior abundância tenham de capitais mobiliários. Esse fato, considerado de maneira superficial, parece confirmar completamente a teoria do § 76 e pode-se dizer: menos uma sociedade possui capitais mobiliários, mais eles lhe são preciosos, e tanto mais tem necessidade de conservá-los e aumentá-los; em consequência, tanto mais rígidas devem ser as instituições que têm esse objetivo.

Esse raciocínio é, em parte, verdadeiro, mas também é em parte falso. Ele é verdadeiro quando diz que, se os povos que têm pouca riqueza não possuem instituições que impeçam sua destruição, caem rapidamente na barbárie. É falso, quando diz que essas instituições não acompanham, de maneira precisa, o movimento de aumento da riqueza, e, em consequência, não se tornam sempre menos rígidas à medida que esta aumenta, e pode acontecer que por um curto período permaneçam constantes, ou ainda que se tornem mais rígidas enquanto cresce a riqueza. A correspondência entre os dois fenômenos não é perfeita, mas apenas grosseiramente aproximativa.

É preciso igualmente observar que essa correspondência entre

os dois fenômenos não se faz unicamente por meio da seleção. Em uma sociedade onde os capitais mobiliários são escassos, toda destruição que os afeta causa graves sofrimentos e dá, diretamente, origem a sentimentos que provocam medidas destinadas a impedir essa destruição; e isso ocorre, não em virtude de um raciocínio lógico, mas de maneira análoga àquela que impele, não somente o homem, mas também o animal, a se distanciar de tudo que lhe cause dor.

79. Uma sociedade na qual cada indivíduo odiasse seu semelhante não poderia evidentemente subsistir e dissolver-se-ia. Existe, portanto, um certo mínimo de benevolência e simpatia recíprocas necessário para que os membros dessa sociedade, prestando-se segurança mútua, possam resistir às violências de outras sociedades. Abaixo desse mínimo, podem variar mais ou menos os sentimentos de afeição.

80. Chega-se a outra solução muito simples, do mesmo gênero que a precedente, admitindo-se que os sentimentos morais, religiosos etc. são aqueles mais favoráveis à classe dominante.

Essa solução contém uma parte da verdade, mas proporcionalmente menor que a precedente, e uma parte maior de erro. Os preceitos morais têm habitualmente por objeto consolidar o poder da classe dominante, mas também, muito freqüentemente, moderá-lo.⁷⁴

81. O instinto da sociabilidade é, certamente, o fato principal entre os que determinam as máximas morais gerais. Ignoramos por que esse instinto existe em certos animais e não existe em outros; devemos, por consequência, tomá-los como um fato primitivo, além do qual não podemos remontar.

Parece provável que, tanto para a moral como para o direito,⁷⁵ esse instinto se manifestou primeiro em fatos separados; estes foram, em seguida, reunidos e resumidos em máximas morais que aparecem assim como resultado da experiência. Em certo sentido, pode-se também considerar desse ponto de vista a sanção divina a essas máximas, porque aquele que não as observava demonstrava que não tinha os sentimentos necessários nas circunstâncias da vida social na qual se en-

74 *Systèmes Socialistes*. II, p. 115.

75 Ver POST. *Grundriss der ethnologischen Jurisprudenz*, e principalmente MAINE, Henry Summer. *Ancient Law*. Este salienta que na velhíssima antiguidade grega, os θεμιστες eram sentenças ditadas ao juiz pela divindade. "No mecanismo simples das antigas sociedades, via-se provavelmente se reproduzir, com mais freqüência do que hoje, o retorno das mesmas circunstâncias, e, na sucessão de seus semelhantes, as sentenças deviam naturalmente se seguir e assemelhar-se. Ai está o germe ou rudimento do costume, concepção posterior à desses temistas ou julgamentos. Com nossas associações de idéias modernas, somos fortemente inclinados a pensar *a priori* que a noção de costume deve preceder à da sentença judiciária, e que um julgamento deve afirmar um costume ou punir sua violação; mas parece fora de dúvida que a ordem histórica dessas duas idéias é aquela na qual eu as situe."

contrava. Cedo ou tarde, ele poderia carregar a pena, e não era de todo uma ficção que, por exemplo, Zeus vingasse os suplicantes.

Raciocina-se, comumente, como se as máximas morais tivessem por origem exclusiva os sentimentos das pessoas às quais elas impõem certas regras de ação ou de abstenção, quando na realidade elas têm também por origem os interesses das pessoas que delas tiram alguma vantagem. Aquele que deseja que os outros façam alguma coisa por si raramente exprime esse desejo de forma clara; ele acha preferível dar-lhe a forma de uma idéia geral ou de uma máxima moral. E o que se observa perfeitamente em nossos dias quando se considera a nova moral da solidariedade.

82. Sendo os problemas sociais essencialmente quantitativos, quando nós lhes damos soluções qualitativas, o que se segue é que existem máximas morais literalmente opostas e que têm por objeto reprimir os desvios excessivos, tanto num sentido como no outro, levando-nos ao ponto que consideramos quantitativamente o melhor. É assim que à máxima: ama a teu próximo como a ti mesmo, opõe-se esta: caridade bem-ordenada começa por si mesma.⁷⁶ Existem, em uma sociedade, máximas favoráveis à classe dominante, mas há outras que lhe são contrárias;⁷⁷ nas sociedades onde a usura é a mais desumana, encontramos máximas morais que lhe são inteiramente contrárias. Em todos esses casos o que o homem toma por mal social é corrigido por certos fatos que são em seguida resumidos sob forma de máximas ou preceitos. De modo semelhante têm origem as máximas ou preceitos que se aplicam a certas classes sociais, a certas castas, a certas coletividades etc.

O que se toma, com ou sem razão, como prejudicial a uma coletividade mais ou menos restrita, é proibido por um preceito da moral particular daquela coletividade; o que se toma como útil é imposto da mesma maneira. Produzem-se, então, fenômenos de interposição entre essas diferentes morais e entre elas e a moral geral.

83. Torna-se inútil pesquisar se os sentimentos morais têm origem *individual* ou *social*. O homem que não vive em sociedade é um homem extraordinário, que nos é quase ou inteiramente desconhecido; e a sociedade distinta dos indivíduos é uma abstração que não corresponde a nada de real.⁷⁸ Em consequência, todos os sentimentos que se observam no homem que vive em sociedade são individuais de certo ponto de vista e sociais de outro. A metafísica social, que serve de substrato a esse gênero de pesquisa, é simplesmente a metafísica socialista e tende a defender certas doutrinas *a priori*.

76 Teógnis de Mégara diz, 181-182, que "vale mais para o homem morrer do que ser pobre e viver na dura pobreza", e um pouco mais adiante, 315-318, ele observa que muitos maus são ricos e muitos pobres são bons, e acrescenta: "Eu não trocaria minha virtude por sua riqueza".

77 *Systèmes Socialistes*. II, p. 315.

78 *L'Individuel et le Social*. Relatório ao Congresso Internacional de Filosofia, Genebra, 1904.

84. Muito mais importante do que conhecer a origem dos sentimentos, seria conhecer como, hoje nascem, se modificam e desaparecem. Saber como nasceram certos sentimentos nas sociedades primitivas simplesmente satisfaz nossa curiosidade (I, 33) e quase não tem outra utilidade. Da mesma maneira um marinheiro não tem por que saber quais eram os limites dos mares nas antigas épocas geológicas, ao passo que lhe importa muito conhecer quais são os limites dos mares de hoje. Infelizmente, sabemos bem pouca coisa sobre a história natural dos sentimentos em nossa época.

85. (§ 6, γ) Sob nossos olhos, na França, onde a democracia é a mais avançada, processaram-se notáveis mudanças na segunda metade do século XIX. Os sentimentos religiosos parecem ter aumentado de intensidade; mas mudaram em parte de forma, e uma nova religião jacobino-socialista desenvolveu-se fortemente.⁷⁹

Pode-se constatar as seguintes mudanças nos sentimentos morais: 1) Aumento geral da piedade mórbida, à qual se dá o nome de *humanitarismo*; 2) Mais especialmente um sentimento de piedade e de benevolência para com os malfeitores, enquanto aumenta a indiferença pelas infelicidades do homem honesto que caiu sob os golpes desses malfeitores; 3) Aumento notável de indulgência e de aprovação para os maus costumes das mulheres.

Os fatos que se relacionam com essas mudanças são os seguintes: 1) Aumento da riqueza do país, o que permite o desperdício de uma parte para o *humanitarismo* e para a indulgência para com os malfeitores. 2) Maior participação das classes pobres no governo. 3) A decadência da burguesia. 4) Estado de paz ininterrupto durante trinta e quatro anos.

As relações que dependem do primeiro fato pertencem ao gênero de que falamos nos § 76-79. As que dependem do segundo fato pertencem ao gênero citado no § 80.

Enfim, o movimento começou nas classes intelectualmente superiores; manifestou-se na literatura, depois atingiu as classes inferiores e adquiriu formas práticas.

79 Eis um exemplo, entre mil, da maneira com que a maioria das pessoas entende a nova fé. PIDOUX. *La Jeunesse Socialiste*. Lausanne, 15 de janeiro de 1903: "O socialismo é uma religião. É a religião por excelência, a religião humana que já não crê hipocritamente em um mundo melhor, mas que aspira que os homens, solidários entre si, unam seus esforços para fazer da terra um paraíso em que a espécie humana possa gozar da maior soma de felicidade possível. (...) Essa religião é digna daquela que há vinte anos plantou sua cruz sobre a terra. (...) Nossa religião quer estabelecer a igualdade entre os homens. (...) Ela é a religião do homem, da ciência, da razão. (...) Nossa religião faz germinar nos corações o amor ao próximo e o ódio do mal. Faz também germinar a revolta que libera e que consola. (...) Faz germinar a revolta contra a sociedade em que vivemos e prepara a transformação desta sobre as bases do coletivismo. Duas religiões acham-se frente à frente. Uma é a religião do egoísmo e da inveja, outra é a da solidariedade e da ciência. Esta última será a religião do futuro."

86. Os sentimentos de censura aos malfeitores, notadamente aos ladrões, estão certamente muito enfraquecidos; e consideram-se como bons juizes hoje aqueles que, com pouca ciência e sem consciência, invejosos unicamente de uma popularidade malsã, protegem os malfeitores e são severos e rudes somente com as pessoas honestas. Esta é uma maneira de ver que dificilmente seria compreendida pela maioria dos franceses que viviam, por exemplo, em 1830, se bem que já tivesse penetrado na literatura, mas parece que se tratava, no caso, de simples exercício de literatura.

Acontece o mesmo com os maus costumes. Pode ser que, de fato, os costumes não fossem piores do que há cinqüenta anos, mas a teoria já não é, certamente, a mesma.

Essa mudança também se operou na parte intelectual da sociedade; manifestou-se primeiro sob forma exclusivamente literária; e foi vista então como um divertimento do espírito, mas não se acreditava que isso pudesse vir a fazer parte, um dia, da moral social.

Mais tarde todas essas mudanças foram se tornando outras tantas armas nas mãos dos adversários da ordem social atual, e encontraram apoio nas teorias socialistas, que foram fortalecidas, ao mesmo tempo que eram acolhidas por uma burguesia em decadência, ávida de satisfações perversas, como acontece comumente junto aos degenerados.

O direito positivo seguiu lentamente essa evolução da moral; também certos juizes, ávidos de louvores vulgares e desejosos de cativar a boa graça dos novos governantes, desprezaram abertamente o código e as leis e vão buscar os considerandos de seus julgamentos nos romances de George Sand e em *Os Miseráveis* de Victor Hugo.

87. Essa menor censura para com os ladrões teve, talvez, alguma relação com o progresso das teorias que atacavam a propriedade individual, porém essa relação não é certa; pelo contrário, a relação é mais evidente com a democracia e o sufrágio universal.⁸⁰ É preciso observar aqui que, ainda que os delinqüentes fossem proporcionalmente iguais em número nas classes superiores e nas inferiores, os efeitos seriam diferentes dependendo do poder encontrar-se nas mãos de uns ou de outros.

Nas classes superiores há um esforço no sentido de manter as leis e as regras morais, enquanto elas são transgredidas; nas classes inferiores a tendência é de mudar essas leis e essas regras, e isto porque o forte coloca-se acima da lei e dos costumes, enquanto o fraco lhes é submisso.

80 Na Austrália, os roubos de ouro nas minas permanecem impunes, porque os ladrões são numerosos e têm, por seu voto, uma parte apreciável no Governo.

As suavizações aplicadas às leis penais em vários países da Europa aumentaram consideravelmente o número dos malfeitores que conservam seus direitos eleitorais.

Na França, os casos nos quais os deputados devem intervir em favor de pequenos delinquentes, seus eleitores, são tão numerosos que terminaram por traduzir-se em regras gerais, que formam uma legislação não escrita, paralela à legislação escrita, porém diferente; e os juizes desejosos de não serem tocados pelo Governo ou de receber seus favores, seguem aquela e não esta. A história dos defraudadores que permanecem constantemente impunes, ainda que tenham pequena proteção política, é particularmente edificante. Na realidade, não se persegue mais um grande número de delitos que, entretanto, são ainda punidos pela lei. Os magistrados gracejam com espírito sobre o adultério. “Por que continuar vosso discurso?” — dizia um desses juizes ao advogado. — “Vós conheceis, no entanto, a tarifa do tribunal, são 25 francos, e é tudo”. É também a tarifa dos juizes franceses, e mesmo aquele que adquiriu, por sua benevolência com os desonestos, o nome de *bom juiz*, taxa o adultério a apenas 1 franco de multa; e ele se regozija desse novo golpe à lei, à organização da família, aos bons costumes.

Algumas dessas prostitutas, tão caras aos humanitários, cobram mais caro; punem-se mais as mulheres pobres que, depois de pertencer a uma congregação religiosa, são acusadas de violar a lei, fingindo não mais lhe pertencer, e, como prova, exige-se que continuem a manter o voto de castidade.

O desenvolvimento da democracia fortificou o sentimento de igualdade entre os dois sexos, mas é provável que o fim da guerra tenha tido uma boa parte nisso, pois é nela que aparece melhor a superioridade do homem. Esse sentimento de igualdade fez nascer a teoria de uma só moral sexual para o homem e para a mulher; alguns sonhadores interpretaram-na no sentido de que o homem deve tornar-se mais casto, mas a maioria, que se prende à realidade, entende-a no sentido de que a castidade para a mulher é simplesmente uma antigalha.

Apareceu até mesmo um escritor que reivindicou o “direito à imoralidade” para a mulher. — A maneira de viver das jovens que se tornaram mais e mais livres, não coloca, certamente, nenhum obstáculo à união irregular dos sexos, se bem que isso seja negado por muitos, que não vêem senão o que desejam e o que lhes é imposto por sua fé no “progresso”, e não o que se passa na realidade, como o sabem os ginecólogos, dos quais as jovens livres modernas são excelentes clientes.

A facilidade dos abortos em certas grandes cidades modernas lembra a Roma descrita por Juvenal, e o público escuta, sem desaprová-las e sem estar desgostoso, as comédias que justificam indiretamente o aborto do qual acusam a sociedade como responsável.

Todos esses fenômenos se relacionam com a decadência da burguesia. Essa decadência não é senão um caso particular de um fato muito mais geral, o da circulação das elites.

88. O exemplo da França atua sobre os sentimentos dos povos que, como a Itália por exemplo, têm com ela numerosas e freqüentes relações pessoais e intelectuais; temos aí uma nova causa de mudanças nos sentimentos: a imitação.

Essa imitação não se faz somente de povo para povo, mas também entre as diferentes classes sociais e entre os diferentes indivíduos que as compõem; é assim que um movimento que nasceu em um ponto qualquer de uma sociedade se propaga por imitação, continua a propagar-se onde encontra circunstâncias favoráveis e pára quando elas lhe são desfavoráveis.

A oposição refuta a imitação.⁸¹ Quando uma doutrina é geralmente aceita, sobrevém um adversário para atacá-la. A força de fazer repetir sempre a mesma coisa, vem o desejo de alguns afirmar o contrário. Uma teoria muito inclinada num sentido chama, necessariamente, uma outra que se inclinará demasiado no sentido oposto. A teoria do *humanitarismo* e da igualdade dos homens encontrou seu contrapeso nas teorias egoístas do *super-homem* de Nietzsche. Na Idade Média as feiticeiras eram, em parte, um produto da exaltação religiosa.

89. (§ 6, δ). Vejamos como as relações objetivas, que acabamos de estudar, transformam-se em relações subjetivas. Em geral, observam-se as seguintes uniformidades:

1) Produz-se uma dupla transformação. Uma relação objetiva real A transforma-se, sem que o homem o perceba, em uma relação subjetiva B. Depois, em virtude da tendência que transforma as relações subjetivas em objetivas, a relação B é transformada em outra relação objetiva C, diferente de A e em geral imaginária. 2) O homem tende sempre a dar um valor absoluto ao que é somente contingente. Essa tendência é, em certa medida, satisfeita pela transformação do fato contingente B no fato imaginário C, muito menos contingente, ou mesmo absoluto. 3) O homem tende sempre a estabelecer uma relação lógica entre os diferentes fatos que sente dependentes entre si, sem que compreenda nem como nem por quê. Além disso, essa relação lógica é, comumente, de causa e efeito. Excetuando a mecânica e as ciências análogas, as relações de mútua dependência são empregadas muito raramente. 4) O homem é guiado por interesses particulares e principalmente pelos sentimentos, enquanto ele imagina e faz crer aos outros, que é guiado por interesses gerais e pela razão.

Acontece muito freqüentemente, que A (Fig. 4) é um interesse particular que, sem que o homem perceba, transforma-se em B; e depois

81 Sobre a imitação e sobre a oposição, pode-se ler as obras de TARDE. *Les Lois de L'Imitation e L'Opposition Universelle*. Elas padecem, entretanto, em medida extraordinária, de precisão científica.

Lembro ao leitor que, por razões de espaço, devo indicar, em poucas palavras, teorias às quais se poderia dedicar volumes.

B transforma-se no interesse geral C, que é imaginário. Acontece frequentemente também que a transformação A B é no princípio consciente, isto é, o homem percebe que é guiado por um interesse particular, e depois, pouco a pouco, ele o esquece e à relação A B ele substitui a relação C B, isto é, ele crê ser levado por um interesse geral. Tomemos um exemplo para ser mais claro. A representa sentimentos de sociabilidade e certas relações úteis ao indivíduo e à espécie; B representa os sentimentos de benevolência para com os hóspedes; C representa a explicação que se dá desses sentimentos, dizendo que o hóspede é enviado por Zeus. Outro exemplo:

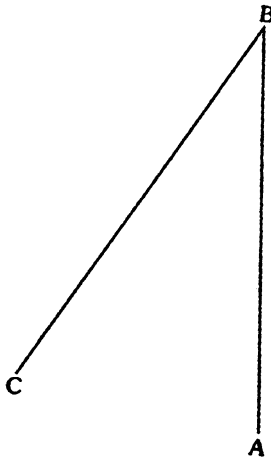


Figura 4

A representa os sentimentos de cobiça do homem pobre; B é o sentimento que o rico deve dar ao pobre; C é o princípio da “solidariedade” entre os homens.

90. É preciso acrescentar que a crença imaginária C é, por sua vez, um fato psicológico, e situa-se entre os fatos reais do gênero de A, que dão nascimento a B. Temos assim uma série de ações e reações. É o que demonstra, admiravelmente, o estudo da linguagem.

Os fatos da fonética e da sintaxe não tiveram, certamente, por origem certas regras gramaticais preexistentes; pelo contrário, estas é que foram tiradas daquelas. Entretanto, quando essa operação foi feita, a existência dessas regras agiu, por sua vez, sobre os fatos da fonética e da sintaxe. O mesmo acontece com os fatos do Direito. Embora certas pessoas lhes atribuam ainda razões imaginárias e lhes dêem, por exem-

plo, por origem, certo “senso jurídico”, começa-se agora a compreender que, muito pelo contrário, foram os fatos de direito que deram nascimento às regras abstradas (§ 80) e, se o quisermos, também a esse senso “jurídico”; porém, quando essas regras e esse senso existem, tornam-se, por sua vez, fatos e atuam como tais para determinar as ações dos homens. Mais ainda, nesse caso particular, essa ação torna-se rapidamente a mais importante e determinante, pois essas regras são impostas pela força.

91. Quando por C se entende o princípio que moral é tudo que é tomado como regra geral das ações humanas (ou outro princípio semelhante), pode-se constatar todas as uniformidades do § 89. 1) Os sentimentos morais que se quer assim explicar nasceram de alguns outros fatos objetivos A, como já vimos. 2) O princípio estabelecido é absoluto; não há restrição, nem de tempo nem de lugar; aplica-se ao negro mais desprovido e ao europeu mais civilizado, ao homem pré-histórico e ao homem moderno; a relação C B é do mesmo gênero que um teorema de geometria que se aplica a todos os tempos e lugares. Os metafísicos não percebem o que existe de absurdo nessa consequência. 3) A relação entre esse belo princípio da regra geral das ações humanas e a consequência B que se quer tirar, é lógica, pelo menos na aparência, e tanto quanto lhe permita a natureza do princípio que nada tem de conteúdo real (§ 38). Além disso, é uma relação entre uma causa C e um efeito B. 4) Utiliza-se esse raciocínio principalmente para pedir a alguém que faça qualquer sacrifício, ou para obter que o poder público lho imponha. Se se dissesse: “dê-me tal coisa porque ela me agrada”, não se conseguiria nada, na maioria das vezes; ao contrário, é preciso dizer: “dê-me isso, porque é útil para todos nós” e então se encontram aliados. Observem que nesse *todos*, em geral, não está incluído aquele de quem se tira a coisa: mas se entende por isso, com frequência, a maioria, e isso é suficiente para que, nos raciocínios pseudocientíficos, não se observe a impropriedade da expressão.

Os operários em greve lutam contra os patrões das fábricas e espancam em nome da solidariedade, os operários que querem trabalhar. É evidente que essa solidariedade pode muito bem existir entre os grevistas, mas não entre estes, os patrões e os “amarelos”. E, no entanto, os teóricos falam da solidariedade entre todos os homens; e depois estendem as propostas a que chegaram ao que nós chamaríamos mais exatamente de “igrejinha”. Invoca-se sempre a solidariedade para receber, jamais para dar. O operário que ganha 10 francos por dia considera que, em nome da solidariedade, o rico deve repartir sua fortuna; mas acharia ridículo se alguém lhe pedisse, em nome dessa solidariedade, para dividir o que ganha com aqueles que tem um salário de 1/20 de franco por dia.

A “democracia” dos Estados Unidos da América têm por princípio

a igualdade dos homens e é por isso que nesse país se lincham os negros e os italianos, que se proíbe a imigração chinesa, e que se faria a guerra à China se esta proibisse seu território aos americanos. Em Nova York as parteiras examinam as mulheres imigrantes; repelem-se aquelas que não são casadas de conformidade com a lei, para impedi-las de corromper a pureza americana. Os socialistas australianos querem ajudar “os fracos e os humildes”, e a covardia burguesa os ajuda; mas em 1894, tendo um missionário sido assassinado pelos indígenas, os australianos fizeram uma expedição que destruiu, sem piedade, um grande número desses infelizes, perfeitamente inocentes. Os socialistas franceses têm a loucura da paz, vêem na guerra, um crime, mas pregam abertamente o extermínio dos burgueses. Enquanto esperam, eles ferem os policiais, matam os oficiais e os soldados que o Governo encarrega de manter a ordem. A pilhagem das fábricas permanece impune. Na Rússia já não se pode contar o número de atentados contra os diretores de fábricas. No começo de 1907, operários fecharam seu diretor em um tubo de ferro e fizeram-no morrer esquentando-o em fogo baixo. Os humanitários europeus e americanos não abriram a boca; mas lançam gritos de aves de rapina se a polícia tem a infelicidade de maltratar os assassinos que prende. A simpatia dos humanitários estaciona nos malfeitores e não se estende às pessoas honestas. Os burgueses decadentes fecham voluntariamente olhos e ouvidos para não ver nem ouvir; e enquanto seus adversários se preparam para destruí-los, eles desfalecem de ternura à idéia do advento de uma “nova e melhor humanidade”.

92. É preciso observar que, com a pseudológica que freqüentemente serve para estabelecer as relações C B, a igualdade de M e de N não tem por consequência a igualdade de N e de M, como aconteceria com a lógica comum. Por exemplo, nas democracias modernas, o pobre deve gozar dos mesmos direitos que os ricos, pois todos os homens são iguais; mas eles já não são iguais se se reivindica para o rico os mesmos direitos que para o pobre. Os operários têm agora tribunais especiais e privilegiados, os homens nobres, que, em certos países, nunca dão razão aos patrões ou aos burgueses mas sempre ao operário.⁸² Se um patrão ou um burguês pusesse fogo na mão de um operário, seria certamente condenado à pena prevista pela lei; mas, ao contrário, os grevistas franceses e seus amigos podem incendiar e pilhar as casas dos patrões e dos burgueses sem que o Governo ouse empregar contra eles a força pública. Na Itália, os advogados socialistas e seus amigos se permitem violências e injúrias contra os magistrados, que seriam reprimidas se viessem de outros. Em julho de 1904, em Cluses, houve uma greve de operários relojoeiros. Para aceitar os operários de volta

82 *Systèmes Socialistes*. I, 136.

ao trabalho, um dos patrões exigia deles que pagassem os vidros que haviam quebrado no começo da greve. Os operários se mostraram indignadíssimos com essa estranha pretensão; e isso é compreensível, pois cada um defende seu interesse; mas os burgueses humanitários também ficaram totalmente indignados, e isso já é menos compreensível, se não se soubesse de que raça desprezível e decaída eles se compõem. O provérbio “aquele que quebra os vidros deve pagá-los” aplica-se apenas aos burgueses e não aos operários e menos ainda aos sacrossantos operários em greve. A fábrica foi tomada, o filhinho de um dos proprietários foi atingido por uma pedra nos braços de sua mãe; para defender-se, os proprietários atiraram sobre os agressores. Então, a fábrica foi pilhada e incendiada, e a força armada que a cercava nada fez para opor-se a isso. Perseguiu-se somente alguns dos saqueadores, escolhidos, por sinal, entre os menos culpados. Se eles tivessem sido presos, a greve geral teria sido decretada, por isso eles foram deixados em liberdade; os patrões, que se haviam defendido, pelo contrário, tiveram decretada sua prisão preventiva, foram condenados,⁸³ e os saqueadores absolvidos.

No fim de 1903, o Parlamento francês votou a anistia para todos os casos de greve e conexos. Enquanto se discutia essa anistia, indivíduos, certos da impunidade, saquearam algumas lojas em Paris. Dois dentre eles foram processados e levados aos tribunais, que declararam que a anistia lhes era aplicável; os demais tranqüilizaram-se. Se um lojista houvesse saqueado a casa de um desses malfeitores certamente teria sido condenado pelos tribunais. E, no entanto, existem pessoas que crêem, de boa-fé, que este é o regime da igualdade dos cidadãos e que desfalecem de alegria pensando em sua superioridade sobre os antigos regimes, sob os quais existiam cidadãos privilegiados.

93. As pessoas que querem fazer crer que são guiadas pelo interesse geral, e não pelo particular, podem, às vezes, não ser de boa fé. No número dos sofismas mais comuns, quando se quer atingir particularmente uma coisa E, dando a impressão de estabelecer uma medida de ordem geral, é preciso assinalar o seguinte. A coisa E tem certos caracteres M, N, P...; escolhe-se um, por exemplo M, que aparentemente parece distinguir esta coisa das outras e afirma-se que a medida geral é dirigida contra M. As antigas repúblicas fizeram frequentemente leis que pareciam gerais, mas que, no fundo, tendiam a atingir um pequeno número de indivíduos ou mesmo um único.

Esparta, no começo da guerra do Peloponeso, enviou embaixadores a Atenas para pedir aos “atenienses para vingarem o sacrilégio

83 Até o Governo de Combes terminou por ter vergonha e, quatro meses depois, indultou esses infelizes.

feito à deusa".⁸⁴ Era uma perífrase para lhe pedir para dar caça a Péricles, que era descendente por parte de mãe dos Alcmeônidas, considerados culpados desse sacrilégio.

O sofisma é ainda mais evidente quanto M também se encontra em outra coisa F, à qual não se aplica a medida tomada contra E, por causa de M, diz-se. Por exemplo, em 1906, na França, querendo proibir as congregações religiosas de dar aulas, alguns afirmaram que a proibição visava apenas suprimir do ensino as pessoas que não eram casadas. Porém, é claro que, se os homens que pertencem às congregações não são casados, nem as mulheres, é igualmente claro que nem todos os celibatários fazem parte de uma congregação; e, se se quisesse atingi-los, era preciso fazê-lo diretamente e não por intermédio das congregações.

94. Uma mesma idéia pode ser expressa em várias línguas diferentes, e, numa mesma língua, sob diversas formas. A mesma discussão que teria tomado, há alguns séculos, a forma teológica, tomaria hoje a forma socialista. Quando se diz, em jargão moderno, que uma lei é "amplamente humana", é preciso traduzi-la da seguinte maneira: ela favorece os preguiçosos e os patifes à custa dos homens ativos e honestos. Quem quisesse exprimir a idéia de que um homem parece digno de censura, na linguagem da Idade Média, diria que é um herético ou um excomungado; na linguagem dos jacobinos do fim do século XVII, dir-se-ia que é um aristocrata; na linguagem dos jacobinos modernos, que é um racionário.⁸⁵ São, simplesmente, maneiras diferentes de exprimir a mesma idéia.

De forma mais geral pode-se observar que, na sociedade, um fenômeno que no fundo permanece o mesmo, toma, no curso dos tempos, formas variadas e às vezes muito diferentes: em outras palavras, há permanência do mesmo fenômeno sob várias formas.⁸⁶

95. O que precede nos mostra que há uma parte de verdade nesta observação de G. Sorel, ou seja, que o que diz respeito à pátria

84 TUCÍDIDES. I, 126: "...εχειλεον τους 'Αθηναιους το αγος ελαυνετη της θεου.

85 O correspondente parisiense do *Journal de Genève* (29 de janeiro de 1905) diz muito bem: "Porque a palavra clerical perdeu tanto seu sentido próprio hoje quanto o de aristocracia sob o comitê de Saúde Pública".

86 Encontrar-se-ão numerosos fatos para apoiar essa teoria em nossos *Systèmes Socialistes*, e no índice: "Persistência dos Mesmos Fenômenos Sociais". Acrescentaremos apenas um fato que ocorreu posteriormente à publicação deste livro.

Na sessão do Senado francês de 24 de junho de 1904, o presidente do Conselho, Combes, defendendo a lei que excluía do ensino as congregações religiosas, dizia: "Cremos que não é quimérico considerar como desejável e praticável realizar na França contemporânea o que o antigo regime tinha tão bem estabelecido na França de outrora. Um só rei, uma só fé: tal era, então, a divisa. Essa máxima fez a força de nossos Governos monárquicos, seria preciso encontrar uma que seja análoga e que corresponda às exigências do tempo presente".

Muitas pessoas, na França, pensam assim; a persistência desse estado de espírito é notável desde a revogação do edito de Nantes, para não ir mais longe, até nossos dias. A forma muda, o fundo permanece o mesmo.

e à religião tem caráter místico⁸⁷ e que “os mitos são necessários para expor, de maneira exata, as conclusões de uma filosofia social que não quer enganar a si mesma...” Com efeito, cada vez que pretendemos compreender o que pensaram ou o que pensam certos homens, é preciso conhecer a língua e as formas por meio das quais eles exprimiam seu pensamento. Grote, por exemplo, fez ver, de forma evidente, que não podemos compreender a história dos antigos gregos, se não buscarmos tornar nossos, tanto quanto possível, os mitos que formavam o meio intelectual no qual viviam.⁸⁸

Da mesma maneira, aquele que quer atuar de forma ativa sobre os homens deve falar sua língua e adotar as formas que lhes agradam e, conseqüentemente, empregar a linguagem dos mitos.

96. Mas a teoria de G. Sorel é incompleta, pois além desses fenômenos subjetivos existem os objetivos e não se pode impedir que outros deles se ocupem. Seu equívoco provém do preceito que ele coloca:

“O que é preciso à Sociologia é que ela adote, desde o começo, uma postura francamente subjetiva, que saiba o que quer fazer e que subordine assim todas as pesquisas ao gênero de solução que quer preconizar.”⁸⁹

Isso pode bem ser o objeto da propaganda, mas não da ciência. Não discutamos sobre as palavras e deixemos que isso leve o nome que se queira! Como se poderá impedir alguém de pesquisar quais são os fatos objetivos que estão abaixo desses fatos subjetivos, ou ainda simplesmente pesquisar as uniformidades que apresentam essas maneiras de considerar os fatos subjetivos?

G. Sorel nos fornece um exemplo das duas espécies de considerações que comporta um fato subjetivo. Diz ele que “é provável que Marx já tivesse apresentado a concepção catastrófica [a destruição da burguesia como resultante da concentração da riqueza] como um mito, ilustrando de maneira bastante clara a luta de classe e a revolução social”.⁹⁰

Marx pensou o que quis, mas nos será lícito pesquisar se essa catástrofe se produziu ou não nos limites de tempo que lhe foram designados. Não se compreende como seria proibido ocupar-se desse fato objetivo.

Além disso, se Marx queria falar por mitos, não seria mau se nos prevenisse antes que os fatos tivessem desmentido suas previsões, pois de outra maneira a profissão de profeta se tornaria fácil demais. Faz-se uma profecia; se os fatos a confirmam, admira-se a perspicácia de seu autor; se ela é desmentida pelos fatos, declara-se que se tratava de um mito.

87 *La Ruine du Monde Antique*. p. 213.

88 *Introduction à l'Économie*. p. 377.

89 *Ib.* p. 368.

90 *Ib.* p. 377.

97. (§ 6, ε). Nossas pesquisas se assentaram, até aqui sobre fatos que aconteceram efetivamente, sobre movimentos que podemos chamar REAIS, a fim de distingui-los de outros movimentos que são hipotéticos e que chamaremos VIRTUAIS (III, 22).

Não esgotamos nosso assunto pesquisando como certos fatos se produzem; resta-nos estudar um problema de grande importância: se um dos fatos que estavam em relação viesse, por hipótese, a ser modificado, que mudanças ocorreriam nos outros? Esse problema é uma preparação necessária à solução de um segundo problema que consiste em pesquisar as condições que propiciam o máximo de utilidade à sociedade, a uma parte da sociedade, a uma classe social, a um indivíduo determinado, quando, naturalmente, se definiu antes de tudo o que se entende por essa utilidade.

98. Esses problemas são colocados para todas as ações do homem e também, por conseqüência, para aquelas que são objeto da POLÍTICA. Na prática, eles têm muito mais importância que todos os outros. Mais ainda, sempre desse ponto de vista prático, são os únicos que interessam, e todo outro estudo só será útil na medida em que prepare sua solução. São também os mais difíceis; nós os reencontraremos em Economia Política e poderemos então chegar a solução pelo menos aproximativa. Ao contrário, esses problemas não possuem ainda soluções, mesmo grosseiramente aproximativas, quando se trata de ações que dependem dos sentimentos e da política. Essa diferença nos dá a razão do estado mais avançado da ciência econômica entre as outras ciências sociais.

99. Dessa maneira, a base de todo raciocínio gira em torno do seguinte problema: que efeitos terão os sentimentos sobre certas medidas dadas? Não somente não estamos em condições de resolver, em geral, teoricamente, esse problema, como não possuímos nem mesmo soluções práticas que precedem, comumente, nas histórias dos conhecimentos humanos, as soluções teóricas, e que formam, quase sempre, a matéria de que são extraídas. Até mesmo os homens de Estado mais eminentes se enganam quando procuram essas soluções. É suficiente lembrar o exemplo de Bismarck. Ele se propunha resolver o problema seguinte: que medidas podem enfraquecer os sentimentos que alimentam o partido católico e o partido socialista? Ele acreditou ter encontrado a solução nas medidas do *Kulturkampf* e das leis excepcionais contra os socialistas. Os fatos demonstraram que ele se enganou redondamente. Os efeitos que se seguiram foram precisamente o contrário do que ele esperava; o partido católico dominou no Reichstag; o partido socialista se desenvolveu ainda mais e cada eleição viu aumentar o

número de votos que ele recolhia. As medidas de Bismarck não somente não impediram essas conseqüências como contribuíram muito para elas.⁹¹

100. As dificuldades que se opõem à elaboração de uma teoria nessa matéria são em parte objetivas e em parte subjetivas.

Entre as dificuldades objetivas salientamos estas:

1) Os fenômenos se produzem muito lentamente e não apresentam, por conseguinte, a freqüência necessária para poder, com provas e contraprovas, constituir uma teoria. Todas as ciências fizeram progresso extraordinário, e no entanto, na matéria da qual nos ocupamos, o que temos de melhor encontra-se ainda nas obras de Aristóteles e de Maquiavel. Entre as numerosas razões desse fato, a circunstância de que esses dois autores viveram em épocas em que as mudanças políticas eram rápidas, múltiplas no espaço, freqüentes no tempo, não está entre as menores. Aristóteles encontrou, nas numerosas repúblicas gregas, matérias abundantes para seus estudos, como Maquiavel, nos numerosos Estados italianos.

Suponhamos que experiências semelhantes às de Bismarck tivessem sido numerosas e repetidas em pequeno número de anos; nós teríamos podido, comparando-as, procurando o que elas podiam ter em comum e em que se diferenciavam, descobrir alguma uniformidade que daria um começo de teoria. Foi preciso, pelo contrário, que esperássemos até agora para ter experiência semelhante: aquela oferecida pela luta dos jacobinos franceses contra os católicos. Se daí resulta um fato semelhante àquele que seguiu o *Kulturkampf* alemão, teremos um índice de uniformidade. Mas que débil índice aquele que se apóia somente sobre dois fatos!

2) Os fenômenos que se relacionam com os sentimentos não podem ser medidos com precisão; não podemos, portanto, recorrer à Estatística, tão útil em Economia Política. A asserção de que certos sentimentos se debilitam ou se reforçam é sempre um pouco arbitrário, e depende um pouco do autor que julga os acontecimentos.

3) Os fenômenos sociológicos são, às vezes, muito mais raros e mais complexos do que os que a Economia Política estuda, e são a resultante de muito mais causas, ou, mais exatamente, estão em relação mútua com um maior número de outros fenômenos.

4) Como eles são, muito freqüentemente, não-lógicos (§ 3) não podemos colocá-los em relação recíproca por meio de deduções lógicas, o que podemos fazer em Economia Política. A dificuldade é ainda au-

91 Enfim, o que sabemos de mais certo sobre esse ponto, encontra-se já em Maquiavel: é preciso bajular ou exterminar os homens, porque eles se vingam das ofensas ligeiras, o que não podem fazer com as ofensas graves; de maneira que a ofensa que se faz a um homem deve ser tal que não se tema sua vingança. *Il Principe*. Cap. III.

mentada pelo fato de que os homens têm o hábito de dar motivos lógicos não-reais às suas ações.

5) É muito difícil conhecer de maneira precisa os sentimentos de outrem, ou mesmo seus próprios sentimentos; a matéria que deveria servir de fundamento à teoria e sempre um pouco incerta. Por exemplo, no § 99 nós demos como prova do poder dos sentimentos socialistas na Alemanha o fato de que o número de votos recolhidos pelo partido socialista ia aumentando. Porém, isso não é senão um índice que tem necessidade de se apoiar em outras provas, porque muitos desses eleitores não são socialistas, mas radicais, liberais ou simples descontentes.

101. Passemos às dificuldades subjetivas:

1) Os autores quase nunca buscam a verdade, eles buscam argumentos para defender o que eles crêem, de antemão, ser a verdade, e que é, para eles, um artigo de fé. Pesquisas desse tipo são sempre estereis, ao menos em parte. Os autores assim procedem não somente porque são, involuntariamente, o juguete de suas paixões, mas fazem-no muitas vezes de forma deliberada e censuram violentamente aqueles que se recusam assim proceder. Que acusações tolas foram feitas contra Maquiavel! Essa dificuldade existe também para a Economia Política; e, de igual modo, as dificuldades das quais iremos falar são comuns à Sociologia e à Economia Política. A maior parte dos economistas estuda e expõe os fenômenos com a intenção determinada de concluir de certa maneira.

2) São infinitos os preconceitos e as idéias *a priori* dependentes da religião, da moral, do patriotismo etc., que nos impedem de raciocinar de maneira científica sobre as matérias sociais. Os jacobinos, por exemplo, crêem seriamente, que “os reis e os padres” são a causa de todos os males da humanidade⁹² e eles vêem toda a história através desses falsos óculos. Muitos dentre eles imaginam que Sócrates foi vítima dos “sacerdotes”, enquanto os sacerdotes, precisamente, nada tiveram com a morte de Sócrates. Para muitos socialistas, toda infelicidade, pequena ou grande, que pode atingir o homem é consequência certa do “capitalismo”. Roosevelt está persuadido de que o povo americano é muito superior aos outros povos; e não vê o que há de ridículo em citar Washington para fazer saber ao mundo que “a maneira mais certa de se ter a paz é preparar a guerra” (*American Ideals*. Cap. VIII.); esse capítulo é intitulado: “Um Preceito Esquecido de Washington”.⁹³ Nós, pobres europeus, imaginávamos que, algum tempo antes de Washing-

92 *Systèmes Socialistes*. II. p. 491.

93 Tradução francesa de Rousiers, p. 130: “Uma máxima esquecida de Washington. — Há um século, Washington escrevia: ‘O meio mais seguro de obter a paz é estar pronto para a guerra’. Rendemos a essa máxima a homenagem dos lábios que nós sempre rendemos com tanta freqüência às palavras de Washington; mas ela nunca foi gravada profundamente em nossos corações”.

ton, certos habitantes de um pequeno país que se chama Latium já tinha dito em seu idioma: *si vis pacem* etc.; mas parece que nós nos enganávamos, os latinos sem dúvida copiaram Washington e repetiram o que ele havia dito primeiro.

Encontrar-se-á a indicação de outras dificuldades do mesmo gênero na *Introdução à Ciência Social* de Herbert Spencer.

As mesmas dificuldades são encontradas no estudo da Economia Política. Os economistas “éticos”, falam, com bela suficiência, daquilo que eles não compreendem. Outro, para esconder sua ignorância, pavoneia-se e anuncia ao público que segue o “método histórico”. Outro, fala do “método matemático”, julga-o e condena-o, mas conhece isso de que fala tanto quanto um ateniense do tempo de Péricles poderia conhecer o chinês.

3) A dificuldade subjetiva indicada no nº 5 do § 100 está em relação com uma dificuldade subjetiva análoga, isto é, que nos é muito difícil não julgar as ações de outrem com nossos próprios sentimentos. Foi há pouco tempo que se compreendeu finalmente que, para ter uma idéia clara dos fatos de um povo e de uma época dada, era preciso se esforçar, tanto quanto possível, em vê-los com os sentimentos e as idéias de um homem pertencente a esse povo e a essa época. Descobriu-se também que há muitas coisas que, mesmo trazendo o mesmo nome, são essencialmente diferentes, nos lugares e no tempo em que foram observadas. Os jacobinos franceses da primeira revolução acreditavam, e parte de seus sucessores ainda acredita, que a república francesa é semelhante, ou quase, à república romana ou à ateniense.

4) Somente a fé leva, com vigor, os homens a agir; porque não é desejável, para o bem da sociedade, que a massa dos homens, ou mesmo muito deles, se ocupem cientificamente das matérias sociais. Existe antagonismo entre as condições da *ação* e as do *saber*.⁹⁴ E aí está um novo argumento (§ 60) que nos mostra o quanto aqueles que querem, indistintamente, sem discernimento, fazer todo mundo participar do saber, agem com pouca sabedoria. É verdade que o mal que isso poderia acarretar é corrigido, em parte, pelo fato de que isso que eles chamam saber é simplesmente uma forma particular de fé sectária; e seria preciso que nos detivéssemos menos sobre os males que o ceticismo acarreta do que sobre aqueles que resultam dessa fé.

5) O contraste entre as condições da ação e as do saber aparece

94 O livro de Roosevelt, *American Ideals*, por exemplo, poderá talvez servir para levar à ação os cidadãos dos Estados Unidos, mas, seguramente, não acrescenta nada aos nossos conhecimentos, e seu valor científico está muito vizinho ao zero.

O autor acredita que seu país é o primeiro do mundo; “ter o nome de americano é ter o mais honroso de todos os títulos”; um inglês pode pensar a mesma coisa da Inglaterra, um alemão, da Alemanha etc. Logicamente as proposições: A leva a melhor sobre B, e B leva a melhor sobre A, são contraditórias e as duas não podem subsistir, mas as duas podem muito bem subsistir se elas somente tiverem por objeto impulsionar os homens à ação.

também porque, para agir, nós nos conformamos com certas regras dos costumes e da moral; não seria realmente possível fazer de outra maneira, porque não teríamos nem tempo nem os meios para buscar as origens em cada caso particular e a partir daí fazer a teoria completa; ao contrário, para conhecer as relações das coisas, para saber, é preciso justamente colocar em discussão esses mesmos princípios.

Por exemplo, em povo belicoso os costumes são favoráveis aos sentimentos guerreiros. Se se admite que esse povo deve permanecer belicoso, é-lhe útil que, pelo menos em certos limites, a atividade dos indivíduos esteja de acordo com esses sentimentos; tem-se, portanto, razão, sempre dentro desses limites quando se julga que uma atividade dada é prejudicial pelo único fato de estar em oposição a esses sentimentos. Porém, essa conclusão já não é válida se se pesquisa se é bom para esse povo ser belicoso ou pacífico.

Da mesma maneira, onde existe a propriedade privada, existem sentimentos que são feridos por toda violação desse direito e, por tanto tempo quanto se creia necessário mantê-lo, é lógico condenar os atos que se encontram em oposição a esses sentimentos. Estes se tornam, assim, um critério apropriado para decidir o que é bem ou mal nessa sociedade. Eles porém já não podem desempenhar esse papel quando se pergunta se é preciso manter ou destruir a propriedade. Opor-se aos socialistas, como o faziam certos autores da primeira metade do século XIX, dizendo que são malfetores porque querem destruir a propriedade privada, é, certamente, fazer um círculo vicioso e tomar o acusado por juiz. Comer-se-ia o mesmo erro se se quisesse julgar o amor livre invocando os sentimentos de castidade, de decência, de pudor.

Numa sociedade organizada de certa maneira, em que existam certos sentimentos A, pode-se, razoavelmente, pensar que uma coisa B contrária a esses sentimentos pode ser prejudicial; desde que a experiência nos ensina que existem sociedades organizadas de maneira diferente, pode existir, em alguma delas, sentimentos C, favoráveis a B, e B pode ser útil à sociedade. Em conseqüência, quando se propõe estabelecer B para passar da primeira à segunda organização, não se pode mais objetar que B é contrário aos sentimentos A que existem na primeira organização.

Observemos ainda que o consentimento universal dos homens, ainda que mesmo por hipótese se pudesse conhecê-lo, não mudaria em nada essa conclusão, mesmo negligenciando essa consideração de que o consentimento universal de ontem pode bem não ser aquele de amanhã.

6) Para convencer alguém em matéria de ciência, é preciso expor fatos tanto quando possível certos e colocá-los em relação lógica com as conseqüências que se quer tirar. Para convencer alguém em matéria de sentimentos, e quase todos os raciocínios que se fazem sobre a sociedade e sobre instituições humanas pertencem a essa categoria, é preciso expor fatos capazes de despertar esses sentimentos, para que

estes sugeriram a conclusão que se quer tirar. Torna-se claro que esses dois raciocínios são completamente diferentes.

Eis um exemplo. Brunetièrre, respondendo à René Bazin, na sessão de 29 de abril de 1904 da Academia Francesa, começa por demonstrar que a arte deve ser humana:

“Podemos crer, e tudo nos leva a isso, que, se nós não existíssemos, os planetas não descreveriam menos suas órbitas através do espaço, e não me parece provável que, se nós desaparecêssemos um dia da face da terra, a natureza e a vida devessem se aniquilar e desaparecer conosco. Mas o que é a arte fora do homem? A que responderia? E que seria somente a matéria? A arte não tem existência e realidade senão para o homem e pelo homem. (...) Eis por que a primeira condição da arte é de ser humana, ainda antes de ser arte”.

Observemos que *humano* significa aqui simplesmente: que pertence ao homem; nesse sentido a proposição enunciada é incontestável. Porém, mal havendo demonstrado sua proposição em certo sentido, Brunetièrre emprega-a em outro e, num passe de mágica, *humano* se transforma em *humanitário*, o que não é absolutamente a mesma coisa.

“Os naturalistas finalmente acabaram por escutá-la (a proposição no sentido indicado acima) (...), perceberam que o romance naturalista, liberado de seus antigos estrangimentos, não tardaria a inclinar-se para o romance social.”

Eis o novo sentido que se manifesta.

“*Atirando-se ao povo*, segundo a palavra de La Bruyère, era portanto inevitável que o naturalismo fizesse descobertas. (...)”

Eis que o social toma um sentido particular e significa: o que pertence a certas classes sociais; e à medida que esse sentido se torna mais particular, a arte *humana* torna-se não somente a arte *humanitária*, mas *humanitária* no sentido que convém à Brunetièrre:

“Vocês se inteiraram de que a curiosidade do prazer ou do sofrimento dos outros seria somente indiscrição e mesmo perversidade se nós não buscássemos razões e meios de estabelecer ou de reforçar os laços de solidariedade que nos ligam a eles”.

Parece que os infelizes burgueses não são homens, e o que lhes diz respeito não é *humano*. Brunetièrre indaga se, nos romances de Bazin, se observou que

“mal se via passar, em último plano e mal esboçados, alguns heróis burgueses. Mas os verdadeiros, aqueles que vocês amam,

os preferidos de seu coração e de seu talento (...) são todos do povo, do verdadeiro povo, daqueles que trabalham com suas mãos, lavradores, operários de fábrica. (...) Foi no círculo estreito de sua profissão que vocês encerraram o drama de sua existência. Não se vê mesmo aparecer em *Terra que Morre* o proprietário da fazenda que os Lumineau valorizam. (...)”

Se tivesse aparecido, o romance não mais seria *humano*, o proprietário não é um homem. Finalmente, num acesso de lirismo, nosso autor, dirigindo-se a Bazin, declara:

“Não conheço, na literatura contemporânea, obra menos aristocrática e menos burguesa, mais popular que a sua. Nenhum dos mestres do teatro e do romance contemporâneo se inclinou com mais complacência para os humildes com curiosidade mais inquieta ou mais apaixonada por seus males”.⁹⁵

Em suma, o raciocínio de nosso autor leva a isso: a arte deve ocupar-se de coisas que dizem respeito ao homem, ser humano; portanto, ela não deve ocupar-se senão do povo, dos operários, para ter por objetivo a solidariedade, ser humanitária.

Logicamente, esse raciocínio é absurdo e, no entanto, foi favoravelmente acolhido e aplaudido pelos bons burgueses que o escutavam, e isso porque eles não são apegados ao raciocínio, mas às palavras que cotucavam agradavelmente certos sentimentos seus. Esses bravos homens crêem que, prosternando-se diante do povo, fazendo-se humildemente lisonjeiros, eles retornarão ao poder. Além disso, falta-lhes toda energia civil e, para sentir sensações agradáveis, é-lhes suficiente ouvir qualquer produção literária onde venham, como em refrão, as palavras: povo, operários, os pequenos e os humildes, humano, solidariedade etc.

Em muitos povos, o raciocínio sobre as coisas sociais se paralisa no momento em que parece que certos fatos são, ou não, aceitos pelos sentimentos religiosos. Atualmente, junto aos povos civilizados, esse ponto se encontra no momento em que parece que os fatos concordam ou não com os sentimentos humanitários, e não há preocupação, como se deveria fazer cientificamente, em examinar esses mesmos sentimentos.

95 Para compreender a intenção desse discurso, é preciso não esquecer que existe uma forte concorrência entre o socialismo católico de Brunetière e os outros socialismos. Os partidários de qualquer uma dessas doutrinas esforçam-se sempre para demonstrar que, melhor do que os partidários das outras doutrinas, eles se ocupam do bem do povo. Cada um procura levar a água ao seu moinho, adulando e enganando Demos.

Brunetière reserva aos romances que prefere o nome de romance social, que ele nega aos romances de seus adversários; “pois não chamo de ‘romance social’ nem *Os Mistérios de Paris*, nem *Companheiro da Volta à França*, nem *Os Miseráveis*”. Por seu lado, os socialistas não permitem à Brunetière intitular-se socialista.

Aquele que pudesse intitular-se “verdadeiro socialista” sem que esse título lhe fosse confiscado por ninguém teria resolvido o mais insolúvel dos problemas.

Herbert Spencer, por exemplo, tem sentimentos absolutamente opostos à guerra; em consequência, quando ele leva seu raciocínio até o ponto em que mostra que certos fatos ferem esses sentimentos, nada mais há a acrescentar para ele, e esses fatos são condenados.⁹⁶ Outros autores param no ponto em que podem demonstrar que certa coisa é contrária à “igualdade entre os homens” e não lhes ocorre que essa igualdade pode perfeitamente ser contestada.

102. A sociedade humana não é homogênea; é constituída por elementos que diferem mais ou menos, não somente segundo características muito evidentes, como sexo, idade, força física, saúde etc., mas também por características menos observáveis, porém não menos importantes, como as qualidades intelectuais, morais, a atividade, a coragem etc.

A afirmação de que os homens são objetivamente iguais é de tal maneira absurda que não merece nem ao menos ser refutada. Ao contrário, a idéia subjetiva da igualdade dos homens é um fato de grande importância e que atua poderosamente para determinar as mudanças que a sociedade sofre.

103. Da mesma maneira que numa sociedade se pode distinguir os ricos e os pobres, se bem que as rendas cresçam insensivelmente da mais baixa à mais alta, pode-se distinguir, numa sociedade, a elite, a parte *aristocrática*, no sentido etimológico (αριστος = melhor) e uma parte vulgar; porém é preciso sempre se lembrar de que se passa insensivelmente de uma para a outra.

A noção dessa elite está subordinada às qualidades que se procura nela. Pode haver uma aristocracia de santos ou uma aristocracia de salteadores, uma aristocracia de sábios, uma aristocracia de ladrões etc. Se se considera esse conjunto de qualidades que favorecem a prosperidade e a dominação de uma classe na sociedade, temos o que chamaremos simplesmente *a elite*.

Essa elite existe em todas as sociedades e as governa, mesmo quando o regime é, em aparência, aquele da mais ampla democracia.

Por uma lei de grande importância, e que é a razão principal de

96 Na *La Morale des Divers Peuples*, § 127, nosso autor diz: “dá-se o nome de grande ao czar Pedro, a Frederico (da Prússia), a Carlos Magno, a Napoleão, apesar dos atos mais cruéis por eles cometidos”. E não lhe vem ao espírito que muitos desses atos podem ter contribuído enormemente à civilização humana. E há mais, ele reprova lord Wolseley, que é general do Exército inglês, por ter dito a seus soldados que eles “devem crer que os deveres de sua condição são os mais nobres que um homem pode exercer”. Mas como um general poderia exprimir-se de outra maneira? Deve ele dizer a seus soldados: “Você são malfetores porque vocês deveriam fugir”?

O próprio Spencer reconhecia, em seus *Princípios de Sociologia*, que em outros tempos a guerra foi útil à civilização. Nós teríamos agora chegado a uma época em que ela já não é útil, mas prejudicial. Essa proposição pode ser verdadeira — pode também ser falsa — mas ela não é, certamente, de uma tal evidência que possa se tornar um axioma que sirva para julgar todas as ações dos homens de nossa época.

muitos fatos sociais e históricos, essas aristocracias não duram, mas se renovam continuamente. Temos assim um fenômeno que se poderia chamar de *circulação das elites*.

Deveremos retomar a tudo isso quando falarmos da população; é suficiente termos aqui lembrado brevemente esses fatos, dos quais temos necessidades nas considerações que se seguem.

104. Suponhamos que exista uma sociedade composta de uma coletividade A que domina, e de uma coletividade B sujeita, as quais são claramente hostis.

Elas poderão parecer, uma e outra, o que são realmente. Mas acontecerá com freqüência que a parte dominante A quererá parecer agir para o bem comum, porque espera assim diminuir a oposição de B; enquanto a parte sujeita B reivindicará francamente as vantagens que quer obter.

Observam-se fatos semelhantes quando as duas partes são de nacionalidade diferente: por exemplo, junto aos ingleses e irlandeses, junto aos russos e poloneses.

O fenômeno se torna muito mais complexo numa sociedade de nacionalidades homogêneas ou, o que dá no mesmo, considerada como tal pelos que a compõem.

Primeiro, nessa sociedade, entre as duas partes adversas A e B, coloca-se uma parte C, que participa de uma e de outra e que pode se encontrar tanto de um lado como de outro. Em seguida a parte A divide-se em duas: uma, que chamaremos $A\alpha$, tem ainda bastante força e energia para defender sua parte de autoridade; outra, que chamaremos $A\beta$, compõe-se de indivíduos degenerados, de inteligência e vontade fracas, *humanitários*, como se diz hoje. Do mesmo modo, a parte B divide-se em duas: uma, que chamaremos $B\alpha$, constitui a nova aristocracia que nasce, Ela acolhe também os elementos de A que, por cupidez e ambição, traem sua própria classe e se colocam entre os adversários. A outra parte, que chamaremos $B\beta$, compõe-se da massa vulgar que forma a maior parte da sociedade humana.⁹⁷

105. Objetivamente, a luta consiste unicamente em que os $B\beta$ querem tomar o lugar dos $A\alpha$; todo o resto é subordinado e acessório.

Nessa guerra de chefes, isto é, os $A\alpha$ e os $B\alpha$ têm necessidade de soldados, e cada um procura encontrá-los como puder.

Os A preocupam-se em fazer crer que trabalham para o bem comum, mas no caso atual é uma arma de dois gumes. Com efeito, se de um lado, isso serve para diminuir a resistência dos $B\beta$, de outro, diminui também a energia dos $A\beta$, que tomam por verdade o que não

97 Na realidade, passa-se por graus insensíveis de uma à outra dessas classes. É preciso lembrar-se da observação feita no § 103.

passa de ficção e não pode ser útil senão como tal. Com o tempo pode acontecer que os B β criem sempre menos na palavra de ordem dos A α , enquanto os A β tomam-na cada vez mais como regra de sua conduta real e, nesse caso, o artifício empregado pelos A α volta-se contra eles e termina por fazer-lhes mais mal do que bem. É o que se pode constatar atualmente em certos países, nas relações entre a burguesia e o povo.⁹⁸

106. Quanto aos B α , aparecem como defensores dos B β e, melhor ainda, como defensores de medidas úteis a todos os cidadãos. De tal maneira que a disputa que, objetivamente, é uma luta pela dominação entre os A α e os B α , toma, subjetivamente, a forma de uma luta pela liberdade, justiça, direito, igualdade e outras coisas semelhantes: e é essa forma que a história registra.

Para os B α , as vantagens desse modo de agir são que, notadamente, os B α atraem não somente os B β , mas uma parte dos C e também a maior parte dos A β .

Suponhamos que a nova elite alardeasse clara e simplesmente suas intenções, que são de suplantar a antiga elite; ninguém viria em sua ajuda, ela seria vencida antes de haver se lançado à batalha. Ao contrário, ela tem o ar de nada pedir para si, sabendo bem que, sem pedi-lo adiantadamente, obterá o que quiser como consequência de sua vitória. Ela afirma que faz a guerra somente para obter a igualdade entre os B e os A, em geral. Graças a essa ficção, conquista o favor, ou, pelo menos, a benevolente neutralidade da parte intermediária C, que não teria consentido em favorecer os fins particulares da nova aristocracia. Em seguida, ela não somente tem consigo a maior parte do povo, mas obtém também o favor da parte degenerada da antiga elite. É preciso lembrar que essa parte, embora degenerada é sempre superior ao vulgo: os A β são superiores aos B β e têm, além disso, dinheiro necessário para as despesas de guerra. Consta que quase todas as revoluções foram obra, não do vulgo, mas da aristocracia e notadamente da parte desprovida da aristocracia; é o que se vê na história, começando na época de Péricles até a época da primeira revolução francesa; e hoje mesmo vemos que uma parte da burguesia ajuda fortemente o socialismo, cujos chefes, aliás, são burgueses. As elites terminam comumente pelo suicídio.

O que acabamos de dizer é somente o resumo de fatos numerosos, e não possuem outro valor que o dos fatos. Mas, por falta de espaço, nós remetemos nossos leitores aos *Systèmes*, onde se encontram expostos em parte.⁹⁹

Vê-se agora a grande importância subjetiva da concepção da igualdade dos homens, importância que não existe do ponto de vista objetivo.

98 *Systèmes Socialistes*. p. 396.

99 Encontrar-se-á em nossa *Sociologia* um grande número de outros fatos.

Essa concepção é o meio comumente empregado, notadamente em nossos dias, para se desembaraçar de uma aristocracia e substituí-la por outra.

107. É preciso observar que a parte degenerada da elite, isto é, os Aβ, é aquela que é verdadeiramente enganada, e que se deixa ir para onde não pretendia. O vulgo, isto é, os Bβ, termina sempre para ganhar alguma coisa, seja durante a batalha, seja quando lhe ocorre mudar de patrão. A elite da antiga aristocracia, isto é, os Aα, não é enganada, ela sucumbe sob a força; a nova aristocracia obtém a vitória.

A obra dos humanitários do século XVIII, na França, preparou o massacre do *Terror*; a obra dos liberais da primeira metade do século XIX preparou a opressão demagógica, cuja aurora desponta.

Aqueles que pediam a igualdade dos cidadãos perante a lei certamente não previam os privilégios de que gozam agora as classes populares; suprimiram-se as antigas jurisdições especiais e acaba de instituir-se uma nova, a dos conselhos arbitrais em favor dos operários.¹⁰⁰ Aqueles que pediam liberdade de greve não imaginavam que a liberdade, para os grevistas, consistiria em espancar os operários que querem continuar a trabalhar e a incendiar impunemente as fábricas. Aqueles que pediam a igualdade dos impostos em favor dos pobres não imaginavam que se chegaria ao imposto progressivo às expensas dos ricos e a uma organização na qual os impostos são votados por aqueles que não os pagam, de tal maneira que se ouve, às vezes, o seguinte raciocínio desavergonhado: “O imposto A não atinge senão as pessoas ricas e servirá para cobrir despesas que serão úteis apenas aos menos afortunados: portanto, ele será, certamente, aprovado pelos eleitores”.

Os ingênuos que em qualquer país desorganizaram o exército, deixando-se levar por discursos sobre justiça e igualdade, assustam-se e indignam-se quando do nascimento do antimilitarismo, do qual, entretanto, são os autores. Sua inteligência não chega a compreender que se colhe o que se semeia.

107. *bis*. O grande erro da época atual é crer que se pode governar os homens pela pura razão, sem fazer uso da força, que é, ao contrário, o fundamento de toda organização social. É até curioso observar que a antipatia da burguesia contemporânea contra a força termina por deixar o campo livre para a violência. Por estarem seguros da impunidade, os malfeitores e os amotinadores fazem quase tudo que desejam. As pessoas mais práticas são levadas a se sindicalizar e a recorrer à ameaça e à violência, única via aberta que os governantes lhes deixam para defender seus interesses.

100 *Systèmes Socialistes*, I, p. 136.

A religião humanitária mui provavelmente desaparecerá quando tiver cumprido sua obra de dissolução social e quando uma nova elite se levantar sobre as ruínas da antiga. A inconsciência ingênua de uma burguesia em decadência faz toda a força dessa religião, que não terá nenhuma utilidade no dia em que os adversários da burguesia se tornarem bastante fortes para não mais esconder seu jogo.

É isso, aliás, que já fazem os melhores dentre eles; e o *sindicalismo* permite prever já o que poderá ser a força e a dignidade da nova elite.

Uma das obras mais notáveis de nossa época é a que G. Sorel publicou sob o título de *Reflexões Sobre a Violência*.¹⁰¹ Ela antecipa o futuro, saindo completamente dos discursos vazios de sentido do humanitarismo para entrar na realidade científica.

108. As teorias econômicas e sociais das quais se servem aqueles que participam das lutas sociais não devem ser julgadas pelo seu valor objetivo, mas principalmente por sua eficiência em suscitar emoções. A refutação científica que se possa fazer não serve para nada, por mais exata que seja objetivamente.

Há mais. Os homens, quando lhes é útil, podem acreditar em uma teoria, da qual não sabem mais do que o nome; este é, aliás, um fenômeno corrente em todas as religiões. A maioria dos socialistas marxistas não leu as obras de Marx. Em alguns casos particulares se pode ter a prova certa. Por exemplo, antes mesmo que essas obras tivessem sido traduzidas ao francês e ao italiano, é certo que os socialistas franceses e italianos, que não sabiam o alemão, não poderiam tê-las lido. As últimas partes de *O Capital*, de Marx, foram traduzidas para o francês no momento em que o marxismo começava a declinar na França.

Todas as discussões científicas a favor ou contra o livre-câmbio não tiveram nenhuma influência, ou tiveram parte bem fraca sobre a prática do livre-câmbio ou da proteção.

Os homens seguem seus sentimentos e seus interesses, mas agrada-lhes imaginar que seguem a razão; também procuram, e encontram sempre, uma teoria que, *a posteriori*, dá certa cor lógica a suas ações. Se se pudesse, cientificamente, reduzir essa teoria a nada, chegar-se-ia simplesmente ao resultado de que uma outra teoria substituiria a primeira para atingir o mesmo fim; usar-se-ia numa nova forma, mas as ações continuariam as mesmas.

É, portanto, ao sentimento e ao interesse que se pode dirigir para fazer os homens agir e seguir o caminho que se deseja. Sabe-se ainda muito pouca coisa sobre a teoria desses fenômenos, e não podemos nos estender mais sobre o assunto.

101 *Le Mouvement Socialiste* desde janeiro de 1906 e principalmente maio-junho de 1906.

109. A igualdade dos cidadãos diante da lei é um dogma para muita gente e, nesse sentido, ela escapa à crítica experimental. Se quisermos falar de maneira científica veremos imediatamente que não é nada evidente *a priori* que tal igualdade seja vantajosa à sociedade; e ainda mais, dada a heterogeneidade da própria sociedade, o contrário parece mais provável.

Se, nas sociedades modernas, essa igualdade substitui os estatutos pessoais das antigas sociedades, é talvez porque os males produzidos pela igualdade são menores que os provocados pela contradição entre os estatutos pessoais e o sentimento de igualdade que existe nas sociedades modernas.

Por outro lado, essa igualdade é comumente uma ficção. Todos os dias dão-se novos privilégios aos operários, que obtêm assim um estatuto pessoal que não deixa de ter utilidade para eles. Como já observamos, quanto à questão de que o operário é igual ao burguês, isso não tem como conseqüência, graças à lógica do sentimento, que o burguês seja igual ao operário.¹⁰²

110. A heterogeneidade da sociedade tem por conseqüência que as regras de conduta, as crenças, a moral devem ser, pelo menos em parte, diferentes para as diferentes partes da sociedade, a fim de proporcionar o máximo de utilidade à sociedade. Na realidade, isso acontece mais ou menos assim em nossas sociedades, e é somente em ficção que se fala de uma moral única. Os governos, por exemplo, têm idéias sobre a honestidade totalmente diferentes das idéias dos particulares. Basta citar a espionagem a que recorrem para surpreender os segredos da defesa nacional,¹⁰³ a fabricação de moedas falsas, substituídas hoje pelas emissões de papel-moeda etc.

Junto aos particulares podemos constatar diferentes “morais profissionais”, que diferem, mais ou menos, entre si.

Essas diferenças não impedem que essas diferentes morais possam ter algo em comum. O problema, como todos os problemas da Sociologia, é essencialmente quantitativo.

102 Para informar-se sobre o que é a *igualdade* na mais avançada das democracias modernas, é suficiente ler o discurso de Deschanel na Câmara francesa, em 8 de maio de 1907.

A esse propósito escreve G. de Lamarzelle: “Também sob os regimes pretensamente democráticos nunca é a massa, mas sempre uma minoria que dirige tudo, que é senhora de tudo”.

“Essa minoria (...) chegou a dominar tudo na França e se serve de sua dominação — o discurso de Steeg o demonstra de forma superabundante — sobretudo para satisfazer os interesses pessoais, os apetites de seus membros.”

O que esses homens de Estado concluem agora sobre os fatos contemporâneos, nós havíamos deduzido em geral dos fatos de toda a história nos *Sistemas Socialistas* publicados em 1902; e bem antes sir Henry Summer Maine tinha salientado essa uniformidade na História.

103 Em 1904, muitos jornais franceses falavam, com muitos elogios e como de uma heroína, de certa mulher que, estando a serviço do embaixador da Alemanha em Paris, o traía e remetia a agentes do Governo francês os papéis que roubava da embaixada.

111. Se as diferentes classes das sociedades humanas fossem materialmente separadas, como o são aquelas de certos insetos (cupins), essas diferentes morais poderiam subsistir sem se chocar demasiado. Porém, as classes das sociedades humanas são misturadas e, além disso, existe nos homens de hoje um sentimento de igualdade muito forte, que não poderia ser ferido sem graves inconvenientes. Também é preciso que essas morais, essencialmente diferentes, tenham a aparência de não ser diferentes.

Acrescentamos que é difícil que uma classe de homens possa, indefinidamente, parecer ter sentimentos que não possui; é preciso, portanto, que essas morais diferentes sejam consideradas como iguais por aqueles que as seguem. Provém daí, em parte, a casuística, que se encontra em todos os tempos e em todos os povos. Coloca-se um princípio geral que todos aceitam; faz-se, em seguida, todas as exceções necessárias, graças às quais esse princípio só é geral na aparência. Todos os cristãos da Idade Média admitiam plenamente o preceito divino do perdão das ofensas, mas os nobres feudais esforçavam-se, energeticamente, por vingar as injúrias recebidas. Em nossos dias, todo mundo se declara partidário da igualdade entre os homens, porém isso não impede que os operários obtenham novos privilégios todos os dias.

112. Os meios que servem para separar as morais são muito imperfeitos: também as morais se misturam na realidade, e nós nos distanciamos assim das condições que podem fazer prosperar a sociedade.

113. As classes inferiores têm necessidade de uma moral humanitária, que serve também para suavizar seus sofrimentos. Se as classes superiores a acolhem somente pela forma, o mal não é grande; mas se, pelo contrário, elas a seguem realmente, daí resultam grandes males para a sociedade. Antigamente se observou muitas vezes que os povos têm necessidade de ser governados com mão de ferro enluvada de veludo. A justiça deve ser rígida e parecer clemente. O cirurgião conforta o doente com boas palavras, enquanto, com mão firme e impiedosa, corta o corpo.

114. Numa sociedade mais restrita, como a dos socialistas de hoje, vemos os chefes, e em geral os socialistas mais cultos, terem crenças um pouco diferentes daquelas da massa. Enquanto esta sonha com uma futura idade de ouro, que virá com o “coletivismo”, aqueles, informados pela prática do governo de sua sociedade ou pela das administrações públicas, têm uma fé menor na panacéia do coletivismo e preocupam-se de preferência com reformas mais imediatas.¹⁰⁴ Essa

104 Por volta do final do ano de 1906. Jaurès foi intimado, na Câmara, a precisar a legislação para estabelecer o coletivismo, que ele reclamava há muito tempo. Ele pediu três meses para fazê-lo, o que já era bastante surpreendente, se nos colocamos apenas do ponto de

diversidade na fé é muito útil para os socialistas, pois assim cada um tem a fé que melhor corresponde à atividade que deve executar.

115. A diversidade da natureza dos homens junto com a necessidade de dar, de qualquer maneira, satisfação ao sentimento que os pretende iguais, fez com que, na democracia, houvesse um esforço em dar a aparência do poder ao povo e a realidade do poder a uma elite. Até aqui, as democracias em que isso foi possível ser feito só prosperaram, mas esse equilíbrio é instável e, após muitas mudanças, produz alguma subversão radical.

116. A lenda, contada por Dioniso de Halicarnasso, é o tipo de numerosos fenômenos históricos posteriores. Por meio dos comícios centuriais, Sêrvio Túlio enganou a plebe e lhe roubou o governo da coisa pública.

“Eles imaginavam ter todos uma parte igual no governo da cidade, porque cada homem, em sua centúria, era chamado a dar sua opinião, mas eles se enganavam, porque cada centúria tinha apenas um voto, fosse ela composta de um grande número de cidadãos ou de uns poucos”¹⁰⁵

e além disso os pobres eram os últimos a ser chamados e isso apenas se o sufrágio das primeiras centúrias não tivesse sido decisivo.

Cícero nos diz que a liberdade consiste em dar ao povo a faculdade de conceder sua confiança aos bons cidadãos,¹⁰⁶ e é exatamente esse o princípio que o regime representativo moderno se propunha realizar. Porém nem em Roma, nem nos Estados modernos isso foi obtido; e o povo quis mais do que a simples faculdade de eleger os melhores para governá-lo.

117. A História nos ensina que as classes dirigentes sempre tentaram falar ao povo a linguagem que elas acreditavam não ser a mais verdadeira, mas a que melhor convinha ao objetivo a que elas se pro-

vista da lógica, pois se esperava que um chefe de partido soubesse exatamente o que pretendia obter. Há mais ainda; os três meses se passaram há muito tempo e chegou o fim do ano de 1907 sem que Jaurès houvesse dado a conhecer seu plano, que permanece sempre escondido por nuvens espessas.

Essa maneira de agir pode parecer absurda de um ponto de vista objetivamente lógico; ela é, ao contrário, perfeitamente sensata e razoável do ponto de vista subjetivo de uma ação sobre os sentimentos, e isso por razões que acabam de ser dadas no texto.

105 Antiquidades Romanas. IV, 21:

Υπελαμβάνον μὲν γὰρ ἀπαντὲς ἴσον ἔχειν τῆς πολιτείας, μέρος, κατ’ ἀνδρά διερρωτῶμενοι τὰς γῶμας ὅτι τοῖς ἰδίοις ἑκάστοι λοχοῖς, ἐξηπατῶντο δὲ τῷ μιᾷ εἶναι ψηφον οἴλου τοῦ λοχοῦ, τοῦ τε ολίγου ἔχοντος ἐν αὐτῷ πολίτας καὶ τοῦ πανυ πολλού.

106 É por isso que ele queria que o povo mostrasse seu boletim de voto e o oferecesse ao melhor cidadão. *De Legibus*, III, 17: “Habeat sane populus tabellam, quasi vindicem libertatis, dummodo haec optimo cuique et gravissimo civi ostendatur, ultroque offertur; uti in eo sit ipso libertas, in quo populo potestas honestes bonis gratificandi datur”.

punham.¹⁰⁷ E é isso mesmo o que se passa nas democracias mais avançadas, como a democracia francesa. Temos aí um notável exemplo da persistência dos mesmos fenômenos sociais, sob novas formas.

118. Por motivos inúteis de serem aqui pesquisados, a classe que governa a França se compõe de duas partes, que chamaremos de A e B. Os A, para desembaraçar-se dos B, chamaram os socialistas em sua ajuda, mas com intenção determinada de ceder pouca coisa ou nada ao povo, alimentando-o com fumaça e pagando lautamente os chefes que desejavam ter a seu serviço. Para que essa maneira de agir não fosse por demais aparente, para desviar a atenção, eles imaginaram a campanha anticlerical e, com esse engodo, cativaram alguns ingênuos, aos quais se juntaram, sem grande trabalho, os humanitários, de inteligência e energia fracas. Em uma palavra, existem hoje, na França, “capitalistas” que se tornam ricos e poderosos servindo-se dos socialistas.¹⁰⁸

107 Aristóteles descreve os artificios empregados pelas oligarquias, *Política*. IV, 10, 6:

“Ἔστι δ’ ὅσα προφασεως ἕκαστιν ἐν ταῖς πολιτείαις σοφίζονται πρὸς τὸν δῆμον πεντε τὸν ἀριθμὸν. “Nas repúblicas, engana-se o povo de cinco maneiras, mediante pretextos”. E acrescenta que nas democracias usa-se artificios análogos.

108 Ver um excelente artigo G. Sorel na *Revista Popolare de Colajanni*: “A experiência da política anticlerical seguida com tanta obstinação pelo Governo francês há dois anos, constituiu um dos fenômenos sociais mais importantes que o filósofo possa estudar”. O autor assinala a covardia dos adversários de Combes, o que significa, aliás, apenas um caso particular da lei geral da decadência das aristocracias. “Quando se começou a expulsar os monges, anunciou-se que haveria uma resistência enérgica (...), mas após algumas tentativas na Bretanha, tudo se tornou calmo. (...) A coragem dos adversários não foi até a resistência legal. (...) A *Libre Parole* salientou, diversas vezes, que o mundo católico não diminuiu suas festas e nada mudou em suas relações mundanas. (...) Urbain Gohier denunciou, em vinte vigorosos artigos, todo tipo de tráfico que teria sido praticado pela *Petite République*, e se muitos jovens se tornaram socialistas, não é duvidoso que isso se deu porque eles estavam seguros de fazer um bom negócio. Eles estariam verdadeiramente curiosos em saber os nomes dos capitalistas que deram, recentemente, grossas somas para permitir à *Petite République* transformar-se e ao *Humanité* nascer; ninguém imagina, suponho, que os capitalistas fornecessem dinheiro aos socialistas por amor ao coletivismo! Não se dá um milhão em negócios como este se não se está seguro de tirar daí algum lucro. O socialismo parlamentar tornou-se uma excelente empresa cujas ações são muito apreciadas no mundo da Bolsa”.

O autor tem noção clara de maneira como se dá a evolução política: “Assim, as questões materiais são escondidas sob uma dupla camada de sentimentos, que impedem o homem de perceber que existe em sua conduta política muito mais egoísmo e más paixões do que pensa. (...) A política, em geral, é dominada sobretudo pelos interesses daqueles que a fazem e que se propõem a dela tirar vantagens. Os interesses se coligam facilmente, e é assim que, quase em toda parte, os governos liberais se apóiam em pessoas que têm alguma coisa a obter para si próprias, para seus conselhos eleitorais, ou para grupos sociais aos quais pedem votos”.

Germain, que foi diretor do *Crédit Lyonnais*, falava grosso, desde 1883, exatamente dos políticos, “desses homens que não pensam senão em uma coisa: ter a maioria e dispor do orçamento da França em favor de sua clientela”.

Podemos acrescentar alguns fatos vindos à luz no inquérito sobre os Chartreux. Trata-se primeiro de alguém que declara ter, junto com amigos, doado 100 mil francos para as eleições, e acrescenta, aliás, que “ele não se ocupa de política”. É esse outro fato do qual falou Aynard na Câmara dos Deputados em 12 de julho de 1904: “(...) trata-se de saber também o que é do dinheiro do comitê Mascaraud, auxiliar do Governo. Trata-se de saber quem é esse personagem original que tem uma admirável contabilidade de

119. Quanto mais se desce nas camadas sociais, mais o misoneísmo domina e mais os homens se recusam a agir por outras considerações que não seja seu interesse direto e imediato. Foi nisso que se apoiaram, em Roma e também entre os povos modernos, as classes superiores para governar. Mas isso não pode durar porque as classes inferiores terminam por compreender melhor seu interesse pessoal e se voltam contra aqueles que exploram sua ignorância.

120. Esse fenômeno pode ser bem estudado na Inglaterra moderna. O partido *tory* contribuiu para ampliar mais o sufrágio, para atingir as camadas que lhes serviam de apoio no governo, recompensando seus aliados com medidas que justificaram plenamente o nome "*socialismo tory*" Agora os *whigs*, que no passado defenderam os princípios liberais, entram em concorrência com os *tory* para alcançar as boas graças da plebe. Eles buscam aliança com os socialistas e vão muito mais longe do que o socialismo meloso e humanitário dos *tory*. Os dois partidos lutam para ver quem se prosternará mais humildemente aos pés do homem da plebe, e cada qual busca suplantar o outro em sua adulação. Isso se vê até nos mais ínfimos detalhes. No momento da preparação das eleições, os candidatos não tem vergonha de enviar suas mulheres e suas filhas para mendigar os sufrágios. Esses atos, por sua novidade inesperada, cativam o homem do povo, surpreso com tanto amor e tanta benevolência; mas, com o tempo, eles terminam por provocar náuseas naqueles que vêem por demais clara a bajulação interessada.

121. Quando uma camada social compreende que as classes altas querem simplesmente explorá-la, estas descem ainda mais baixo para encontrar outros partidários; mas é evidente que chegará o dia em que isso já não poderá continuar porque faltará matéria. Quando o sufrágio for concedido a todos os homens, incluindo os loucos e os criminosos, quando for estendido às mulheres, se o quiserem, e às crianças, será preciso parar; não se poderá descer mais baixo, a menos que concedamos o sufrágio aos animais, o que seria mais fácil do que fazê-los exprimir-se.

122. Na Alemanha, o sufrágio universal foi estabelecido, em parte, para lutar contra a burguesia liberal; o fenômeno é, portanto, semelhante ao que se passou na Inglaterra: e da mesma maneira se promulgaram inúmeras leis sociais na esperança de arrebataram partidários

seus banquetes, sobretudo de seus banquetes, de suas idas e vindas, e que não tem nenhuma contabilidade do dinheiro."

Isso, porém, não é nada ao lado do que se passa nos Estados Unidos no momento das eleições.

do partido socialista. Mas o resultado não foi atingido e o povo percebeu perfeitamente os artifícios que se empregavam para lográ-lo. Atualmente, as classes elevadas começam a se queixar do sufrágio universal, e procura-se um meio de voltar atrás.¹⁰⁹

123. No momento em que começou a evolução democrática, que se desenvolveu no curso do século XIX e que deverá terminar no século XX, alguns pensadores viram, perfeitamente, qual deveria ser seu fim; mas suas previsões são esquecidas, agora que elas se realizam, e quando finalmente o homem pertencente às últimas camadas sociais compreender e transportar à realidade essa observação lógica:

“Se a expressão arbitrária de minha vontade é o princípio da ordem legal, minha satisfação pode ser também o princípio da repartição da riqueza.”¹¹⁰

Mas a história não estacionará no fim da evolução atual, e se o futuro não deve ser completamente diferente do passado, à evolução atual sucederá uma evolução em sentido contrário.

109 O prof. Von Jagemann, que durante dez anos fez parte do Conselho Federal do Império, para o Governo de Badess, e é agora professor de Direito Público na Universidade de Heidelberg, escreveu uma obra interessante na qual examina os meios legais que se poderia empregar para substituir, na Alemanha, o sufrágio universal pelo sufrágio restrito.

110 STAHL. Rechtsphilosophie. II, 2, p. 72

CAPÍTULO III

Noção Geral do Equilíbrio Econômico

1. Tudo o que precede tinha por fim, não expor a teoria, mas dar alguns exemplos de uma extensíssima classe de problemas, dos quais não podemos fazer abstração, senão raramente, nas questões práticas; iremos agora estudar uma classe completamente diferente de fenômenos, cuja teoria nos propomos construir.

Estudaremos as ações lógicas, repetidas em grande número, que os homens executam para buscar as coisas que satisfazem seus gostos.

Examinemos uma relação do gênero da que indicamos por AB no § 89 do capítulo II; não nos ocuparemos, pelo menos em Economia pura, das relações do gênero BC, nem das reações destas sobre B. Em outras palavras, ocupar-nos-emos apenas de certas relações entre fatos objetivos e os subjetivos que são principalmente os gostos dos homens. Além disso, simplificaremos mais o problema, supondo que o fato subjetivo se adapta perfeitamente ao fato objetivo; e podemos fazê-lo porque consideramos apenas as ações que se repetem, o que nos permite admitir que uma ligação lógica une essas ações. Um homem que, pela primeira vez, compra certo alimento, poderá comprar mais do que precisa para satisfazer seu gosto, levando em conta o preço; mas, numa segunda compra ele retificará seu erro, pelo menos em parte; e assim, pouco a pouco, terminará por adquirir exatamente o de que necessita. Nós o consideramos a partir do momento em que chegou a esse estado. Da mesma maneira, se ele se engana uma primeira vez em seus raciocínios a respeito do que deseja, retificá-los-á repetindo-se e terminará por torná-los completamente lógicos.

2. Simplificamos, assim, enormemente o problema, considerando apenas uma parte das ações do homem, consignando-lhe, além disso, certas características. É o estudo dessas ações que formará o objeto da Economia Política.

3. Mas, por outro lado, o problema é bastante complexo, pois os fatos objetivos são muito numerosos e dependem, em parte, uns dos outros. Essa mútua dependência faz com que a lógica comum se torne, em breve, impotente, logo que se vá além dos primeiros elementos. É preciso, então, recorrer a uma lógica especial, apropriada a esse gênero de estudos, isto é, à lógica matemática. Não há, portanto, por que falar de um “método matemático” que *se oporia* a outros métodos. Trata-se de um procedimento de pesquisa e demonstração que vem JUNTAR-SE aos outros.

4. Além disso, sempre em conseqüência de dificuldades inerentes ao próprio problema, é preciso cindir a matéria: começar por eliminar tudo que não é propriamente essencial e considerar o problema reduzido a seus principais e essenciais. Somos assim levados a distinguir a Economia pura e a Economia aplicada. A primeira é representada por uma figura que contém apenas as linhas principais: acrescentando-se os detalhes, obtém-se a segunda. Essas duas partes da Economia são análogas às duas partes da Mecânica: à Mecânica racional e à Mecânica aplicada.

5. Procede-se de maneira semelhante em quase todos os ramos do saber humano. Até mesmo em Gramática, começa-se por dar as principais regras fonéticas, às quais se acrescenta, em seguida, as regras particulares. Quando, em Gramática grega, se diz que o aumento é o sinal do passado do indicativo dos tempos históricos, estamos em presença de uma regra que se poderia chamar de “Gramática pura”. Mas ela não é suficiente, por si mesma, para saber quais são, efetivamente, esses passados; para isso é preciso acrescentar um grande número de regras particulares.

6. O problema que nos propomos estudar é, portanto, um problema muito particular, e procuramos sua solução a fim de poder passar, em seguida, a pesquisas posteriores.

7. O estudo da Economia pura compõe-se de três partes: uma parte estática — uma parte dinâmica que estuda os equilíbrios sucessivos — uma parte dinâmica que estuda o movimento do fenômeno econômico.

Essa divisão corresponde à realidade concreta. Qual será hoje, na Bolsa de Paris, o preço médio dos 3% franceses? É um problema de estática. Eis alguns exemplos do mesmo gênero: Quais serão esses preços médios amanhã, depois de amanhã etc.? Segundo que lei variam esses preços médios, estão eles em alta ou em baixa? É um problema de equilíbrios sucessivos. Que leis regulam os movimentos dos preços dos 3% franceses, isto é, como é que o movimento, no sentido da alta, passa além do ponto de equilíbrio, para tornar-se assim a causa de um movimento em sentido contrário; como variam esses preços, rápida

ou lentamente, de um movimento ora acelerado, ora retardado? Este é um problema de dinâmica econômica.

8. A teoria da estática é a mais avançada; há poucas noções sobre a teoria dos equilíbrios sucessivos e, salve o que diz respeito a uma teoria especial — a das crises econômicas —, nada se sabe da teoria dinâmica.

9. Nós nos ocuparemos, primeiro, exclusivamente da teoria estática. Pode-se considerar um fenômeno econômico isolado, por exemplo a produção e o consumo de certa quantidade de mercadoria, ou pode-se estudar um fenômeno econômico contínuo, isto é, a produção e o consumo de certa quantidade de mercadoria, na unidade de tempo. Como já vimos, a Economia Política estuda os fenômenos que se repetem (§ 1) e não os fenômenos acidentais, excepcionais, mas os fenômenos médios; em consequência, nós nos aproximaremos muito mais da realidade estudando o fenômeno econômico contínuo. Tal pessoa comprará ou não, hoje, tal pérola fina determinada? Este pode ser um problema psicológico, mas certamente não é um problema econômico. Quantas pérolas se vendem, em média, por mês, por ano, na Inglaterra? Este é um problema econômico.

10. Quando fica bem claro que o fenômeno estudado é um fenômeno contínuo, podemos, sem inconveniente, não tornar pesada a exposição da teoria repetindo a cada instante: “na unidade de tempo”. Quando falarmos, por exemplo, da troca de 10 quilos de ferro por 1 quilo de prata, é preciso subentender “que se faz na unidade de tempo”; e que não falamos de uma troca isolada, mas de uma troca repetida.

11. Existem duas grandes classes de teorias. A primeira tem por objeto comparar as sensações de um homem colocado em condições diferentes e comparar qual dessas condições será escolhida por esse homem. A Economia Política ocupa-se, principalmente, dessa classe de teorias; e, como se tem por hábito supor que o homem será sempre guiado, em sua escolha, exclusivamente pela consideração de sua vantagem particular, de seu interesse pessoal, diz-se que essa classe é constituída pelas teorias do egoísmo. Mas ela poderia ser constituída pelas teorias do *altruísmo* (se se pudesse definir de maneira rigorosa o que esse termo significa) e, em geral, pelas teorias que repousam sobre uma regra qualquer que o homem segue na comparação de suas sensações. Não é um caráter essencial dessa classe de teorias que o homem, tendo duas sensações a escolher, escolhesse a mais agradável, ele poderia escolher uma outra, segundo uma regra que se poderia fixar arbitrariamente. O que constitui o caráter essencial dessa classe de teorias, é que se compararam as diferentes sensações de um homem e não aquelas de diferentes homens.

12. A segunda classe de teorias compara as sensações de um homem com aquelas de um outro homem e determina as condições nas quais os homens devem ser colocados, uns em relação aos outros, se se pretende atingir certos fins. Esse estudo situa-se entre os mais imperfeitos da ciência social.¹¹¹

13. Dois caminhos se nos oferecem para o estudo que queremos fazer, e cada qual tem suas vantagens e seus inconvenientes. Podemos estudar a fundo cada assunto, sucessivamente, ou então começar a dar-nos uma idéia geral, e necessariamente superficial, do fenômeno para retornar em seguida às coisas já vistas de maneira geral, para estudá-las em detalhe, e terminar nosso estudo aproximando-se sempre mais do fenômeno considerado. Se se segue o primeiro método, a matéria será mais bem ordenada, não haverá repetições; porém, é difícil ter imediatamente uma visão clara do conjunto complexo do fenômeno; seguindo-se o segundo método, obtém-se essa visão de conjunto, mas é preciso então resignar-se a indicar, de passagem, certos detalhes e deixar seus estudos para mais tarde. Apesar desses inconvenientes, achamos útil não negligenciar esse método, e isso sobretudo porque é bom segui-lo quando, e isto é válido precisamente para a ciência econômica, até aqui se estudou melhor os detalhes do que o fenômeno geral, que foi completamente ou quase completamente negligenciado. Pode ser um dia, dentro de alguns anos ou muito mais tarde, essa razão não mais exista; será melhor então proceder de forma diferente e ater-se ao primeiro método.

14. O objeto principal de nosso estudo é o equilíbrio econômico. Veremos, em breve, que esse equilíbrio resulta da oposição que existe entre os gostos dos homens e os obstáculos para satisfazê-los. Nosso estudo compreende, portanto, três partes bem diferentes: 1) o estudo dos gostos; 2) o estudo dos obstáculos; 3) o estudo da maneira como esses dois elementos se combinam para chegar ao equilíbrio.

15. A melhor ordem a seguir consistiria em começar pelo estudo dos gostos, esgotando esse assunto; passar em seguida ao estudo dos obstáculos e também esgotá-lo; estudar finalmente o equilíbrio, sem retornar ao estudo dos gostos nem ao dos obstáculos.

Mas, para o autor, seria difícil assim proceder, da mesma maneira que para o leitor. É impossível esgotar um desses assuntos sem fazer com que, freqüentemente, intervenham noções que pertencem aos outros dois. Se essas noções não são aprofundadas, o leitor não pode seguir a demonstração; se as explicamos, chega-se a misturar os as-

111 Cours d'Economie Politique. II, § 654.

suntos que se proponha separar. Além disso, o leitor se cansa facilmente de um longo estudo do qual não vê o objetivo: o autor leva isso em conta e trata dos gostos e obstáculos, não por acaso, mas somente na medida em que estes possam ser úteis para determinar o equilíbrio; o leitor sente o desejo legítimo de saber também para onde conduz o longo caminho que se quer fazê-lo percorrer.

Para mostrar onde queremos ir e para adquirir certas noções que nos servirão em nossos estudos, daremos neste capítulo uma idéia geral das três partes do fenômeno. Estudaremos os gostos e os obstáculos somente na medida em que for necessário para se ter algumas idéias sobre o equilíbrio econômico. Depois, retornaremos a cada uma das partes desse todo do qual obtivemos assim um conhecimento aproximativo. Estudaremos os gostos no capítulo IV; os obstáculos no capítulo V, e veremos finalmente no capítulo VI como esses elementos se comportam quando existe equilíbrio.

16. Suponhamos que os homens se encontrem diante de certas coisas suscetíveis de satisfazer seus gostos que chamaremos de bens econômicos. Se se coloca o problema: como repartir um desses bens entre esses indivíduos? estamos diante de uma questão que entra na segunda classe de teoria (§ 12). Com efeito, cada homem sente apenas uma sensação: aquela que corresponde à quantidade do bem econômico que lhe é destinada; não estamos diante de sensações diferentes de um mesmo indivíduo, que poderíamos comparar entre si, mas podemos comparar apenas a sensação experimentada por um indivíduo com aquela que experimenta um outro indivíduo.

17. Se existem duas ou mais coisas, cada indivíduo experimenta duas ou várias sensações diferentes, segundo a quantidade de coisas das quais dispõe; podemos, então, comparar essas sensações e determinar, entre as diferentes combinações possíveis, a que será escolhida por esse indivíduo. É uma questão que entra na primeira classe de teorias (§ 11).

18. Se todas as quantidades de bens, dos quais dispõe um indivíduo, aumentam (ou diminuem), veremos em breve que, à exceção de um caso do qual falaremos mais adiante (IV, 34), a nova posição será mais vantajosa (ou menos vantajosa) do que a antiga para o indivíduo considerado; de tal maneira que, nesse caso, não existe nenhum problema a resolver. Mas se, pelo contrário, certas quantidades aumentam enquanto outras diminuem, é o caso de pesquisar se a nova combinação é, ou não, vantajosa ao indivíduo. É a essa categoria que pertencem os problemas econômicos. Vemo-los nascer, na realidade, por ocasião do contrato de troca, no qual se dá uma coisa para receber outra, e por ocasião da produção, em que certas coisas se transformam em certas outras. Nós nos ocuparemos primeiro desses problemas.

19. Os elementos que devemos combinar são, de uma parte, os gostos do homem, de outra, os obstáculos para satisfazê-lo. Se, em lugar de tratar de homens, estudássemos seres etéreos sem gostos nem desejos, não sentindo nem mesmo necessidades materiais de comer e de beber, não existiria nenhum problema econômico a resolver. Seria o mesmo se, passando ao extremo oposto, supuséssemos que nenhum obstáculo impede os homens de satisfazer todos os seus gostos e todos os seus desejos. Para aquele que dispõe de tudo à vontade não existe problema econômico.

O problema existe porque os gostos encontram certos obstáculos e é tanto mais difícil resolvê-lo na medida em que existem vários meios de dar satisfação a esses de triunfar sobre esses obstáculos. É, portanto, o caso de pesquisar como e por que tal ou qual meio pode ser preferido pelos indivíduos.

Examinemos o problema mais de perto.

20. Se se tivesse que escolher apenas entre duas, ou entre um pequeno número de coisas, o problema a resolver seria qualitativo, e sua solução seria fácil. O que você prefere: um tonel de vinho ou um relógio? A resposta é fácil. Mas, na realidade, existe um grande número de coisas sobre as quais a escolha deve recair; e, mesmo para duas coisas, as combinações de quantidades entre as quais se pode escolher são inumeráveis. Em um ano um homem pode beber 100, 101, 102 litros de vinho; pode, se seu relógio não funciona bem, obter outro imediatamente, ou esperar um mês, dois (...), um ano, dois (...), antes de efetuar essa compra, esperando consertar seu relógio. Em outras palavras, as variações de quantidade das coisas entre as quais é preciso escolher são infinitas, e essas variações podem ser muito fracas, quase insensíveis. Devemos, portanto, construir uma teoria que permita resolver esse gênero de problemas.

21. Consideramos uma série dessas combinações de quantidades diferentes de bens. O homem pode passar de uma dessas combinações às outras, para se decidir finalmente por uma delas. É importante saber qual é esta última, e chega-se aí pela teoria do equilíbrio econômico.

22. *O equilíbrio econômico* — Podemos defini-lo de diferentes maneiras, que no fundo dão no mesmo. Pode-se dizer que o equilíbrio econômico é o estado que se manteria indefinidamente se não houvesse nenhuma mudança nas condições nas quais o observamos. Se, no momento, nós consideramos apenas o equilíbrio estável, podemos dizer que ele é determinado de tal maneira que, se modificado francamente, tende, de imediato, a restabelecer-se, a retomar a seu primeiro estado. As duas definições são equivalentes.

Por exemplo: dadas todas as circunstâncias ou condições, um indivíduo compra todos os dias 1 quilo de pão; se o obrigarmos a comprar

um dia 900 gramas, e se no dia seguinte está livre, ele ainda comprará 1 quilo; se nada mudou nas condições em que ele se encontrar, continuará, indefinidamente, a comprar 1 quilo de pão. A isso se chama estado de equilíbrio.

Ser-nos-á necessário exprimir matematicamente que, tendo sido atingido esse estado de equilíbrio, essas variações, ou esses movimentos, não se produzem; o que significa dizer que o sistema se mantém indefinidamente no estado considerado.

Os movimentos necessários para se chegar efetivamente ao equilíbrio podem ser chamados *reais*. Os que se supõem poderem se produzir para nos distanciar do estado de equilíbrio, mas que na realidade, não se produzem porque o equilíbrio subsiste, podem ser chamados *virtuais*.

A Economia Política estuda os movimentos reais, para saber como se passam os fatos, e estuda os movimentos virtuais, para conhecer as propriedades de certos estados econômicos.

23. Se, dado um estudo econômico, pudéssemos dele nos distanciar por meio de quaisquer movimentos, poder-se-ia continuar indefinidamente os movimentos que aumentam as quantidades de todos os bens que um homem pode desejar e chegar-se-ia assim a um estado no qual o homem teria de tudo à fartura. Esta seria, evidentemente, uma posição de equilíbrio, mas é evidente também que as coisas na realidade, não se passam assim, e nós teremos que determinar outras posições de equilíbrio em que deveremos nos deter, porque não são todos os movimentos, mas somente alguns movimentos, que são possíveis. Em outras palavras, existem obstáculos que impedem os movimentos, que não permitem ao homem seguir certos caminhos, que impedem certas variações de acontecerem. O equilíbrio resulta precisamente dessa oposição entre gostos e os obstáculos. Os dois casos extremos que consideramos e que não se encontram na realidade são aqueles em que não há gostos e aquele em que não há obstáculos.

24. Se os obstáculos ou os vínculos fossem tais que determinassem de maneira precisa cada movimento, não teríamos que nos ocupar dos gostos, e a consideração dos obstáculos seria suficiente para determinar o equilíbrio. De fato, isso não acontece, pelo menos em geral. Os obstáculos não determinam de maneira absoluta todos os movimentos, simplesmente estabelecem certos limites, impõem certas restrições, mas permitem ao indivíduo mover-se segundo seus próprios gostos num domínio mais ou menos restrito; e entre todos os movimentos permitidos, teremos que pesquisar os que na realidade se produzirão.

25. Os gostos e os obstáculos referem-se a cada um dos indivíduos que se considera. Para um indivíduo os gostos dos outros homens com os quais ele se relaciona figuram no número dos obstáculos.

26. Para ter todos os dados do problema do equilíbrio, é preciso acrescentar aos gostos e obstáculos as condições que de fato determinam o estado dos indivíduos e das transformações dos bens. Por exemplo: as quantidades de mercadorias possuídas pelos indivíduos, os meios para transformar os bens etc. É isso que compreenderemos melhor à medida que avançarmos em nosso estudo.

27. Para determinar o equilíbrio, colocaremos essa condição de que, no momento em que ele se produz, os movimentos permitidos pelos obstáculos são impedidos pelos gostos: ou inversamente, o que dá no mesmo, que, nesse momento, os movimentos permitidos pelos gostos são impedidos pelos obstáculos. Com efeito, é evidente que dessas duas maneiras se exprime a condição de que nenhum movimento se produz, e é esta, por definição, a característica do equilíbrio.

É preciso, pois, que pesquisemos quais são, do ponto de equilíbrio, os movimentos impedidos e os movimentos permitidos pelos gostos; bem como quais são os movimentos impedidos e os permitidos pelos obstáculos.

29. *Os gostos dos homens* — É preciso encontrar o meio de submetê-los ao cálculo. Teve-se a idéia de deduzi-los do prazer que certas coisas proporcionam aos homens. Se uma coisa satisfazia as necessidades e os desejos do homem, dizia-se que ela tinha um *valor de uso*, uma *utilidade*.

Essa noção era imperfeita e equívoca em vários pontos. 1) Não se colocava em evidência que esse *valor de uso*, essa *utilidade*, era exclusivamente uma relação entre um homem e uma coisa. Também muitos falavam disso, talvez sem consciência, como de uma propriedade objetiva das coisas. Outros, que se aproximavam mais, embora ainda insuficientemente, da verdade, falavam como de uma relação entre os homens em geral e uma coisa. 2) Não se via que esse *valor de uso* dependia (estava em função, como dizem os matemáticos) das quantidades consumidas. Por exemplo, falar por falar do *valor de uso* da água não tem sentido; e não é suficiente acrescentar, como acabamos de ver, que esse *valor de uso* é relativo a um certo homem; é muito diferente se esse homem morre de sede ou se já bebeu tanto quanto desejava. Para ser preciso, é necessário falar do valor de uso de certa quantidade de água que se junta a uma quantidade conhecida já consumida.

30. Foi principalmente pela retificação desse erro da antiga Economia que nasceu a Economia pura. Com Jevons ela apareceu como uma retificação das teorias então em curso sobre o *valor*; com Walras ela se torna, e isso foi um grande progresso, a teoria de um caso especial de equilíbrio econômico, isto é, o da livre concorrência, enquanto um outro caso, o caso do monopólio, já tinha sido estudado, mas de maneira totalmente diferente, por Cournot. Marshall, Edgeworth, Irving Fischer

estudaram o fenômeno econômico de maneira sempre mais extensa e mais geral; em nosso *Cours*, ele se tornou a teoria geral do equilíbrio econômico, e vamos ainda mais longe nesse caminho na presente obra.¹¹² 3) A palavra *utilidade* é levada a significar, em Economia Política, outra coisa do que pode significar em linguagem corrente. É assim que a morfina não é útil, no sentido comum da palavra, pois ela é nociva ao morfinômano; ao contrário, é *útil* economicamente, pois satisfaz uma de suas necessidades, mesmo sendo esta má. Embora os antigos economistas já tivessem feito menção desse equívoco, esqueciam-no ainda por vezes. É também indispensável não empregar a mesma palavra para indicar coisas também diferentes. Propusemos, em nosso *Cours*, designar *utilidade* econômica pela palavra *ofelividade*, que outros autores adotaram depois.

31. É preciso que façamos aqui uma observação geral que se aplica tanto no caso atual quanto em muitos outros, dos quais falaremos mais adiante. A crítica que fazemos atinge hoje as teorias antigas, mas não investe, no momento, sobre o instante em que foram elaboradas. Seria um grave erro acreditar que teria sido bom se essas teorias equivocadas não tivessem visto a luz do dia. Estas, ou outras semelhantes, eram indispensáveis para se chegar a teorias melhores. As concepções científicas modificaram-se, pouco a pouco, para se aproximar cada vez mais da verdade. Fazem-se contínuos retoques nas teorias; admitem-se, primeiro, certas proposições imperfeitas e vai-se avançando no estudo da ciência, em seguida, volta-se atrás e se retificam essas proposições. Foi somente em nossos dias que se ousou reexaminar o postulado de Euclides. Que teria sido da Geometria se os antigos tivessem estacionado, com teimosia e obstinação, no exame desse postulado e tivessem negligenciado totalmente ir adiante no estudo da ciência? Há uma grande diferença entre as teorias astronômicas de Newton, as de Laplace e outras teorias mais modernas; porém as primeiras eram um degrau necessário para se chegar às segundas e estas para se chegar às terceiras. As teorias da antiga Economia eram necessárias para se chegar às teorias novas e estas, sempre muito imperfeitas, servir-nos-ão para chegar a outras que o serão menos, e assim por diante. Aperfeiçoar uma teoria é diferente de querer destruí-la por tolas e pedantes sutilezas; o primeiro trabalho é uma coisa sensata e útil, o segundo é coisa pouco razoável e vã, e quem não tem tempo a perder faz melhor se não cuidar disso.

32. Para um indivíduo, a ofelividade de certa quantidade de

112 Encontrar-se-á maior número de detalhes sobre a história das teorias da Economia pura em nosso artigo: "Anwendungen der Mathematik auf Nationalökonomie". In: *Encyclopädie der Mathematischen Wissenschaften*.

uma coisa, juntada a outra quantidade determinada (que pode ser igual a zero) dessa coisa já possuída por ele, é o prazer que lhe proporciona essa quantidade.

33. Se essa quantidade é muito pequena (infinitamente pequena) e se se divide o prazer que ela proporciona por essa própria quantidade, tem-se a OFELIMIDADE ELEMENTAR.

34. Enfim, se se divide a ofelividade elemental pelo preço, tem-se a OFELIMIDADE ELEMENTAR PONDERADA.

35. A teoria da ofelividade recebeu um novo aperfeiçoamento. Em todo raciocínio que serve para estabelecê-lo existe um ponto fraco, que foi posto em evidência pelo Prof. Irving Fischer. Admitimos que esta coisa chamada *prazer, valor de uso, utilidade econômica, ofelividade*, era uma quantidade; mas a demonstração não foi dada. Suponhamos feita essa demonstração, como se faria para medir essa quantidade? É um erro acreditar que, de maneira geral, se possa deduzir da lei da oferta e procura o valor da ofelividade. Isso somente é possível em um caso particular, a unidade de medida de ofelividade ficando arbitrária; isso acontece quando se trata de mercadorias tais que a ofelividade de cada uma delas não depende senão da quantidade dessa mercadoria, e permanece independentemente das quantidades consumidas das outras mercadorias. Porém, em geral, isto é, quando a ofelividade de uma mercadoria A, consumida ao mesmo tempo que as mercadorias B, C, ..., depende não somente do consumo de A, mas também dos consumos de B, C, ..., a ofelividade permanece indeterminada, mesmo depois que se fixou a unidade que serve para medi-la.

36. No que se segue, quando nós falarmos de ofelividade, dever-se-á sempre entender que queremos, simplesmente, indicar um dos sistemas dos índices da ofelividade (§ 55).

36. *bis.* As noções de *valor de uso*, de *utilidade* de ofelividade, de índices de ofelividade etc., facilitam muito a exposição da teoria do equilíbrio econômico, mas não são necessárias para construir essa teoria.

Graças ao uso das matemáticas, toda essa teoria repousa somente sobre um fato de experiência, isto é, sobre a determinação das quantidades de bens que constituem combinações indiferentes para o indivíduo¹¹³ (§ 52). A teoria da ciência econômica adquire, assim, o rigor

113 Isso não pode ser compreendido por economistas literários e metafísicos. Eles pretenderão, todavia, dar sua opinião e o leitor que tem algum conhecimento das Matemáticas poderá se divertir tomando conhecimento das lorotas que eles debitarão ao assunto deste parágrafo e dos § 8 e seguintes do *Apêndice*.

da mecânica racional; ela deduz seus resultados da experiência, sem fazer intervir nenhuma entidade metafísica.

37. Como já observamos, podem existir certas coações que impedem a modificação dos fenômenos segundo os gostos. Por exemplo, existiam antigamente governos que obrigavam seus súditos a comprar, cada ano, certa quantidade de sal. É evidente que, nesse caso, para essa matéria, não se levasse em conta os gostos. Não se teria que considerar isto para nenhuma matéria, se se fixasse para todas a quantidade que cada um deveria comprar cada ano. Se isso acontecia na prática, seria inútil perder tempo em pesquisar a teoria dos gostos. Porém, a observação mais vulgar é suficiente para ver que as coisas, na realidade, não se passam assim. Mesmo quando existem certas coações, como, por exemplo, quando o Estado, tendo o monopólio de uma mercadoria, fixa-lhe o preço, ou então coloca certos obstáculos à produção, à venda, ao livre comércio etc., isso não impede, de maneira absoluta, que o indivíduo haja segundo seus gostos, dentro de certos limites. Em conseqüência, cada um deve resolver certos problemas para fixar o consumo segundo seus gostos. O pobre perguntará se lhe vale mais comprar um pouco de salsicha ou um pouco de vinho; o rico indagará se prefere comprar um automóvel ou uma jóia; mas todos, mais ou menos, resolvem problemas desse gênero. Daí a necessidade de considerar a teoria abstrata que corresponde a esses fatos concretos.

38. Tentaremos explicar, sem utilizar símbolos algébricos, os resultados a que chega a Economia matemática. Será suficiente relembrar aqui certos princípios, cujo principal é, para o momento, o seguinte. As condições de um problema são traduzidas, algebricamente, por equações. Estas contêm quantidades conhecidas e quantidades desconhecidas. Para determinar certo número de desconhecidas, é preciso um igual número de condições (equações) distintas, isto é, condições tais que uma delas não seja conseqüência das outras. É preciso, além disso, que elas não sejam contraditórias. Por exemplo, se se procuram dois números desconhecidos e se dá por condições (equações) que a soma desses dois números deve ser igual a um número dado, e a diferença a outro número dado, o problema é bem determinado, porque há duas desconhecidas e duas condições (equações). Mas, se lhe dessemos, pelo contrário, além da soma dos dois números, a soma do dobro de cada um desses números, a segunda condição seria uma conseqüência da primeira, porque, por exemplo, se 4 é a soma de dois números desconhecidos, 8 será a soma do dobro de cada um desses números. Não temos, nesse caso, duas condições (equações) distintas e o problema permanece indeterminado. Nos problemas econômicos é importante saber se certas condições determinam completamente o problema ou se o deixam indeterminado.

39. *Efeitos diretos e efeitos indiretos dos gostos* — Poder-se-ia fazer numerosas hipóteses sobre a maneira como o homem se deixa levar por seus gostos, e cada uma delas serviria de base a uma teoria abstrata. Para não correremos o risco de perder tempo estudando teorias inúteis, é preciso que examinemos os fatos concretos e pesquisemos que tipos de teoria abstrata lhes convêm.

Consideremos um indivíduo que compra um título francês de 3% a 99,35; perguntemo-lhe por que fez essa operação. Ele dirá que é porque considera que a esse preço lhe convém comprar esse título. Tendo posto na balança, de um lado o gasto de 99,35 e do outro a renda de 3 francos por ano, ele considera que, para ele, a compra desta renda vale esse gasto. Se pudesse comprá-lo a 98, ele compraria 6 francos de renda em vez de 3. Ele não se coloca o problema de saber se preferia comprar 3 francos a 99,35 ou 6 francos a 98; seria uma pesquisa inútil porquanto a fixação desse preço não depende dele; ele pesquisa, porque isso só depende dele, que quantidade de renda lhe convém comprar a um preço dado. Interroguemos seu vendedor. Pode ser que ele esteja determinado por razões perfeitamente idênticas; nesse caso, temos sempre o mesmo tipo de negócios. Mas, pelo fim do ano de 1902, poderíamos por acaso ter encontrado alguém que nos dissesse: “Vendo para fazer baixar a cotação da renda e para aborrecer assim o Governo francês”. A todo momento podemos encontrar alguém que nos dirá: “Vendo (ou compro) para fazer baixar (ou subir) a cotação da renda, para em seguida tirar partido disto e proporcionar-me certas vantagens”. Aquele que assim age é levado por razões bem diferentes das que consideramos anteriormente: ele tende a modificar o preço e compara principalmente as posições a que chega com preços diferentes. Estamos diante de outro tipo de contrato.

40. *Tipos de fenômeno dos efeitos dos gostos* — Os dois tipos de fenômeno que acabamos de indicar têm grande importância para o estudo da Economia Política; pesquisemos quais são seus caracteres e, na expectativa, indiquemos por (I) o primeiro tipo e por (II) o segundo. Começemos por considerar o caso em que aquele que transforma os bens econômicos se propõe unicamente buscar sua vantagem pessoal. Veremos mais adiante (§ 49) casos em que isso não acontece.

Diremos que aquele que compra ou que vende uma mercadoria pode ser levado por dois tipos bem diferentes de consideração.

41. Ele pode buscar, exclusivamente, satisfazer seus gostos, considerando-se certo estado ou condições do mercado. Ele contribui bastante, embora sem buscá-lo de forma direta para modificar esse estado porque, segundo os diferentes estados do mercado, ele está disposto a

transformar uma quantidade mais ou menos grande de uma mercadoria em outra. Ele compara as transformações sucessivas, num mesmo estado do mercado, e procura encontrar um estado tal que possibilite que essas transformações sucessivas o conduzam a um ponto em que seus gostos sejam satisfeitos. Temos assim o tipo (I).

42. O indivíduo considerado pode, pelo contrário, buscar modificar as condições do mercado para tirar vantagem ou para qualquer outro fim. Considerando-se certo estado do mercado, a troca faz com que o equilíbrio tenha lugar em um ponto; em outro estado, o equilíbrio tem lugar em outro ponto. Comparam-se essas duas posições e busca-se aquela que atende melhor o objetivo que se tem em vista. Após haver escolhido, está-se preocupado em modificar as condições do mercado, de maneira que sejam aquelas que correspondam a essa escolha. Temos assim o tipo (II).

43. Evidentemente, se o tipo (I) pode ser aquele das transações de todo indivíduo que se apresenta no mercado, o tipo (II), pelo contrário, somente pode convir àqueles que sabem e podem modificar as condições do mercado, o que não é, certamente, o caso de todos.

44. Continuemos nossas pesquisas e veremos que o tipo (I) engloba um número muito grande de transações, nas quais entram a maioria ou talvez mesmo todas as transações que têm por objetivo consumos domésticos. Quando é que se viu uma dona de casa que compra chicória ou café preocupar-se com alguma coisa que não seja o preço desses objetos e dizer: “Se eu comprar chicória hoje, isso pode fazer aumentar no futuro o preço dessa mercadoria e tenho que considerar o prejuízo que sofrerei no futuro com a compra que faço hoje?” Quem alguma vez deixou de encomendar uma roupa, não para evitar essa despesa, mas para fazer baixar, dessa maneira, o preço das roupas em geral? Se alguém se apresentasse no mercado dizendo: “Ser-me-ia agradável que os morangos fossem vendidos a 30 centavos o quilo, portanto eu me atenho a esse preço”, causaria risos. Pelo contrário, diz: “A 30 centavos o quilo eu compraria 10 quilos, a 60 centavos eu compraria apenas 4 quilos, a 1 franco nada compro”; e procura assim entrar em acordo com aquele que vende. Esse tipo (I) responde, portanto, a numerosos fatos concretos, e não será absolutamente perda de tempo fazer a teoria sobre eles.

45. Encontramos, igualmente, numerosos exemplos do tipo (II). Na Bolsa de Valores, companhias de poderosos banqueiros e sindicatos seguem esse tipo. Aqueles que, graças a meios poderosos, procuram açambarcar mercadorias, querem, evidentemente, modificar as condi-

ções do mercado a fim de obter lucro. Quando o Governo francês fixa o preço do tabaco que vende ao público, opera segundo o tipo (II). Todos aqueles que gozam de um monopólio e sabem tirar proveito dele agem segundo esse tipo.

46. Se observarmos a realidade, veremos que o tipo (I) se encontra onde existe concorrência entre os que a isso se submetem. As pessoas com as quais fazem negócio podem não estar em concorrência e, conseqüentemente, não seguir o tipo (I). O tipo (I) é tanto mais claro quanto a concorrência for mais ampla e mais perfeita. É precisamente porque todo dia na Bolsa de Paris existem muitas pessoas que compram e vendem a renda francesa, que seria loucura querer modificar as condições desse mercado comprando ou vendendo alguns francos de renda. Evidentemente, se todos aqueles que vendem (ou que compram) se pusessem de acordo, poderiam efetivamente modificar essas condições para seu proveito; porém eles não se conhecem e cada um age por conta própria. No meio dessa confusão e dessa concorrência, cada indivíduo não tem outra coisa a fazer senão se ocupar de seus próprios negócios e buscar satisfazer seus próprios gostos, segundo as diferentes condições que podem se apresentar no mercado. Todos os vendedores (ou os compradores) de renda modificam bastante os preços, mas sem desejo prévio; não é este o objetivo, mas o efeito de sua intervenção.

47. Observamos o tipo (II) nos casos em que a concorrência não existe e em geral existe açambarcamento, monopólio etc. Quando um indivíduo age a fim de modificar, em seu proveito, as condições do mercado, é preciso, se não quiser fazer obra inútil, que esteja seguro de que não virão outros para perturbar suas operações, e para tanto é preciso que se desembarace, de alguma maneira, de seus concorrentes. Isso pode acontecer seja com ajuda da lei, seja porque somente ele possui certas mercadorias, seja porque, pela intriga, pelo engano, por sua influência ou inteligência, ele consegue se descartar dos concorrentes. Pode acontecer também que não precise preocupar-se com seus concorrentes porque têm pouca importância ou por alguma outra razão.

Enfim, é preciso observar que acontece muitas vezes que certo número de indivíduos se associa precisamente com a finalidade de se tornar donos do mercado; nesse caso, estamos diante do tipo (II), podendo a associação, sob determinados pontos de vista, ser considerada como compreendendo apenas um indivíduo.

48. Encontramos um caso análogo, mas não idêntico, quando certo número de pessoas ou de associações chega a um acordo para modificar certas condições do mercado, deixando aos associados toda liberdade de ação no que diz respeito a outras condições. Com frequência, fixa-se o preço de venda, ficando cada um livre para vender o quanto possa.

Às vezes, fixa-se a quantidade que cada um poderá vender, seja de maneira absoluta, seja de forma que esse limite não possa ser ultrapassado sem pagar certa soma às associações; pode-se também estipular um prêmio a ser pago àquele que ficar abaixo da quantidade fixada. Quanto ao preço, é fixado livremente pelo vendedor; só excepcionalmente é que se fixam as condições da venda.

Por exemplo, os sindicatos operários impõem às vezes a uniformidade dos salários: aquele que comprou o trabalho de dez operários a certo preço não poderá comprar o trabalho de um décimo primeiro a um preço menor. Aliás, os sindicatos na maioria das vezes também fixam o preço de tal maneira que se fixou não somente o modo mas também as condições, e nós entramos em um dos casos precedentes.

A lei impõe, às vezes, a venda de todas as porções da mercadoria a um mesmo preço; isso acontece em quase todos os países no tocante a estradas de ferro que não podem cobrar do décimo viajante mais ou menos que cobraram do primeiro em condições idênticas. Um filantropo pode vender abaixo do preço para ajudar os consumidores ou então certa classe de consumidores. Veremos outros casos quando falarmos de produção. Compreende-se que possam ser numerosos pois referem-se a condições muito variadas que podem ser modificadas no fenômeno econômico.

49. Devemos portanto examinar diversos gêneros do tipo (II). É preciso, desde agora, deixar de lado um desses gêneros, ao qual denominamos tipo (III). Trata-se daquele ao qual se chega quando se quer organizar todo o conjunto do fenômeno de tal maneira que proporcione o máximo de bem-estar a todos os que dele participam. Será necessário, por outro lado, que definamos, de maneira precisa, em que consiste esse bem-estar. (VI, 33, 52). O tipo (III) corresponde à organização coletivista da sociedade.

50. Observemos que os tipos (I) e (II) são relativos aos indivíduos; pode portanto acontecer, e em geral acontece, que, quando duas pessoas fazem um contrato, uma segue o tipo (I), a outra, o tipo (II); ou então, se um número grande de pessoas intervém num contrato, algumas seguem o tipo (I) e as outras, o tipo (II). Acontece o mesmo com o tipo (III), se o Estado coletivista deixa alguma liberdade a seus administrados.

51. Aquele que segue o tipo (II) detém-se, segundo a própria definição dada desse tipo, em um ponto no qual seus gostos não são *diretamente* satisfeitos. Em conseqüência, comparando a condição à qual chegaria o indivíduo seguindo o tipo (I) e à que chegaria seguindo o tipo (II), ver-se-á que a segunda difere da primeira por certas quantidades de mercadorias, para mais ou para menos. Poder-se-ia, portanto, definir também o tipo (I) da seguinte maneira: é aquele em que as quantidades de mercadorias satisfazem diretamente os gostos; e o tipo

(II) é aquele em que as quantidades de mercadorias são tais que, estando os gostos diretamente satisfeitos, sobra um residuo positivo ou negativo.

52. *As linhas de indiferenças dos gostos* — Consideramos um homem que se deixa conduzir unicamente por seus gostos e que possui 1 quilo de pão e 1 quilo de vinho. Considerando esses gostos, ele está disposto a ter um pouco menos de pão e um pouco mais de vinho ou vice-versa. Consente, por exemplo, em ter apenas 0,9 quilo de pão desde que tenha 1,2 de vinho. Em outras palavras isso significa que essas duas combinações, ou seja, 1 quilo de pão e 1 quilo de vinho, 0,9 quilo de pão e 1,2 quilo de vinho são iguais para ele; ele não prefere a segunda à primeira, nem a primeira à segunda; ele não saberia qual escolher, é-lhe *indiferente* gozar de uma ou de outra dessas combinações.

Falando dessa combinação: 1 quilo de pão e 1 quilo de vinho, encontraremos um grande número de outras, entre as quais a escolha é indiferente. Temos, por exemplo:

Pão	1,6	1,4	1,2	1,0	0,8	0,6
Vinho	0,7	0,8	0,9	1,0	1,4	1,8

Chamamos essa série, que se poderia prolongar indefinidamente, *série de indiferenças*.

53. O emprego de gráficos facilita muito a compreensão dessa questão.

Tracemos dois eixos perpendiculares um sobre o outro OA, OB; assentemos sobre OA as quantidades de pão, sobre OB as quantidades de vinho. Por exemplo, *Oa* representa um de pão, *Ob* um de vinho; o ponto *m*, onde se cortam essas duas coordenadas, indica a combinação: um quilo de pão e um quilo de vinho.

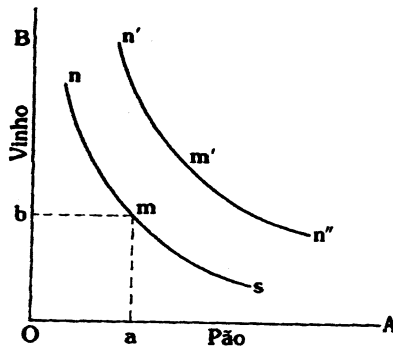


Figura 5

54. Podemos representar assim toda a série precedente, e juntando todos os pontos dessa série por uma linha contínua, teremos a linha nms que se chama LINHA DE INDIFERENÇA ou CURVA DE INDIFERENÇA.¹¹⁴

55. Demos a cada uma dessas combinações um índice que deve satisfazer as seguintes condições e que, por outro lado, permanece arbitrário: 1) Duas combinações entre as quais a escolha é indiferente devem ter o mesmo índice. 2) De duas combinações, a que se prefere à outra deve ter um índice maior.¹¹⁵

Temos assim o ÍNDICE DE OFELIMIDADE, ou do prazer que sente o indivíduo quando desfruta da combinação que corresponde a um índice dado.

56. Resulta do precedente que todas as combinações de uma série de indiferença têm o mesmo índice, ou seja, que todos os pontos de uma linha de indiferença têm o mesmo índice.

Seja 1 o índice da linha nms da Fig. 5; seja m' (por exemplo, 1,1 de pão e 1,1 de vinho) outra combinação que o indivíduo prefere à combinação m e demos-lhe o índice 1,1. Partindo dessa combinação m' encontramos outra série de indiferença, isto é, descrevemos outra curva $n'm'n$ ". Podemos continuar dessa maneira considerando, evidentemente, não só as combinações que, para o indivíduo, são melhores do que a combinação m , mas também as que são piores. Teremos, dessa maneira, séries de indiferença, tendo cada uma seu índice. Em outras palavras, cobriremos a parte do plano OAB, que queremos considerar, com um número infinito de curvas de indiferença, tendo cada uma seu índice.

57. Isso nos dá uma representação completa dos gastos do indivíduo, no que diz respeito ao pão e ao vinho, o que nos é suficiente para determinar o equilíbrio econômico. O indivíduo pode desaparecer desde que nos deixe essa fotografia de seus gostos.

É evidente que podemos repetir para todas as mercadorias o que dissemos do pão e do vinho.

58. O leitor que tenha usado cartas topográficas sabe que há o hábito de nela descrever certas curvas que representam os pontos que têm, para uma mesma curva, a mesma altura acima do nível do mar ou de qualquer outro nível.

114 Essa expressão se deve ao prof. F. Y. Edgeworth. Ele supunha a existência da *utilidade* (ofelividade) e daí deduzida as curvas de indiferença; eu, ao contrário, considero as curvas de indiferença como um dado de fato e daí deduzo tudo que me é necessário para a teoria do equilíbrio, sem recorrer à ofelividade.

115 Ver IV, 32, outra condição que é útil acrescentar, mas que não é necessário fazer intervir aqui.

As curvas da Fig. 5 são curvas de nível, contanto que se considere que os índices de ofelividade representam a altura acima do plano CAB, suposto horizontal, pontos de uma colina. E o que se pode chamar colina dos índices do prazer. Existem outras semelhantes, em número infinito, segundo o sistema arbitrário de índices escolhido.

Se o prazer pode ser medido, se a ofelividade existe, um desses sistemas de índice será precisamente o dos valores da ofelividade, e a colina correspondente será a colina do prazer ou da ofelividade.

59. Um indivíduo que desfruta de certa combinação de pão e de vinho pode ser representado por um ponto dessa colina. O prazer que esse indivíduo sentir será representado pela altura desse ponto acima do plano OAB. O indivíduo sentirá prazer tanto maior quanto mais alta for a altura em que estiver — entre duas combinações preferirá sempre a que é representada por um ponto mais elevado da colina.

60. *Os atalhos* — Suponhamos um indivíduo que possua a quantidade de pão representada por oa e a quantidade de vinho representada por ab ; dizemos que o indivíduo se encontra no ponto da colina que se projeta em b sobre o plano horizontal xy , ou, de maneira elíptica, que ele está em b . Suponhamos que em outro momento o indivíduo tenha oa' de pão e $a'b'$ de vinho; abandonado b , estará em b' . Se, em seguida, tem oa'' de pão e $a''b''$ de vinho, ele terá ido de b' a b'' , e assim por diante até c . Suponhamos que os pontos b , b' , b'' estejam muito próximos e reunamo-los por uma linha; diremos que o indivíduo que teve sucessivamente a quantidade oa de pão e ab de vinho, oa' de pão e $a'b'$ de vinho etc., percorreu sobre a colina um *atalho*, ou estrada, ou caminho que se projeta, sobre o plano horizontal oxy , segundo a linha b , b' b'' ... c , ou, de maneira elíptica, que percorreu o atalho bc .

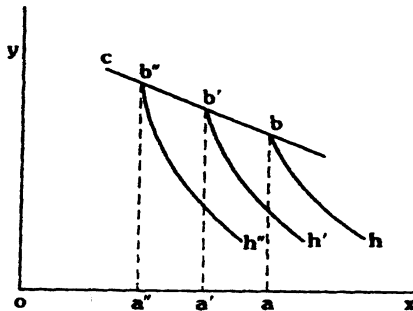


Figura 6

61. Observemos que, se um indivíduo percorresse um número infinito de atalhos $hb, h'b', h''b'', \dots$ e se detivesse nos pontos b, b', b'', \dots , seria preciso considerá-lo percorrendo na realidade o atalho $b, b', b'' \dots c$.

62. Consideremos um atalho mn tangente em c a uma curva de indiferença t'' ; e suponhamos que os índices de ofelividade vão crescendo de t em direção a t'' , e o atalho vá subindo de m até c para, em seguida, descer de c para n . Um ponto a que, partindo de m precede o ponto c , e além do qual existem obstáculos que não permitem o indivíduo de chegar, será chamado PONTO TERMINAL. Encontremo-lo somente subindo de m para c e não descendo de c para n . Em consequência, b não seria ponto terminal para quem percorresse o atalho mn ; mas sê-lo-ia para quem percorresse o atalho nm , isto é, para aquele que, partindo de n , fosse até m .

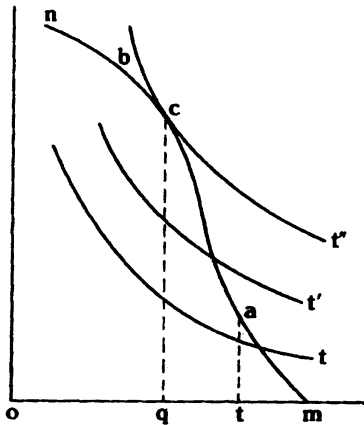


Figura 7

63. O ponto terminal e o ponto de tangência possuem uma propriedade comum: são o ponto mais alto que o indivíduo pode atingir percorrendo o atalho mn . O ponto c é o ponto mais alto de todo o atalho; o ponto a é o ponto mais alto do pedaço de atalho ma que é permitido ao indivíduo percorrer.

64. Veremos, em seguida, como essa maneira de representar os fenômenos pelas curvas de indiferença e dos atalhos é cômoda para expor as teorias da Economia.

65. *Variações contínuas e variações descontínuas* — As curvas

de indiferença e os atalhos poderiam ser descontínuos; e, na realidade, o são. Isto é, as variações das quantidades se produzem de maneira descontínua. Um indivíduo passa de um estado no qual possui 10 lenços para um estado no qual possui 11, e não passa pelos estados intermediários, nos quais teria, por exemplo, 10 lenços e um centésimo de lenço, 10 lenços e dois centésimos etc.

Para aproximarmo-nos da realidade, seria preciso, portanto, considerar variações terminadas, mas existe aí uma dificuldade técnica.

Os problemas que têm por objeto quantidades que variam em graus infinitamente pequenos são muito mais fáceis de resolver do que os problemas nos quais as quantidades sofrem variações acabadas. É preciso, portanto, todas as vezes que for possível, substituir estas por aquelas; é assim que se procede em todas as ciências físico-naturais. Sabe-se que dessa maneira se comete um erro, mas podemos negligenciá-lo, seja quando for pequeno de maneira absoluta, seja quando for menor que outros erros inevitáveis, o que torna inútil a pesquisa de uma precisão que escapa por outro lugar. Este é o caso em Economia Política porque não se consideram senão os fenômenos médios e que se referem a grandes números. Falamos ao indivíduo, não para pesquisar efetivamente o que o indivíduo consome ou produz, mas somente para considerar um dos elementos de uma coletividade e para totalizar em seguida o consumo e a produção de um grande número de indivíduos.

66. Quando dizemos que um indivíduo consome um relógio e um décimo, seria ridículo tomar essas palavras ao pé da letra. O décimo de um relógio é um objeto desconhecido e do qual não se faz uso. Essas palavras, porém, significam simplesmente que, por exemplo, cem indivíduos consomem 110 relógios.

Quando dizemos que o equilíbrio acontece no momento em que um indivíduo consome um relógio e um décimo, queremos simplesmente dizer que o equilíbrio acontece quando 100 indivíduos consomem, alguns um, outros dois relógios ou mais ou ainda nenhum, de maneira que todos juntos consumam cerca de 110, e que a média é de 1,1 por indivíduo. Essa maneira de exprimir-se não é específica da Economia Política, encontramos-la em numerosas ciências.

Nos seguros, fala-se de frações de seres vivos, por exemplo, 27 seres vivos e 37/100. E é mais do que evidente que não existem 37/100 de ser vivo!

Se não se estipulasse substituir as variações descontínuas por variações contínuas, não se poderia fazer a teoria da alavanca. Diz-se que uma alavanca com braços iguais, uma balança, por exemplo, está em equilíbrio quando suporta pesos iguais; eu tomo uma balança que é sensível ao centígrama, coloco em um dos pratos um miligrama mais do que no outro e constato que, contrariamente à teoria, ela continua em equilíbrio.

A balança em que se pesa o gosto dos homens é tal que, para

certas mercadorias, é sensível ao grama, para outras somente ao hectograma, para outras ao quilograma etc.

A única conclusão que se pode tirar é a de que não é preciso exigir das balanças mais precisão do que a que elas podem dar.

67. Além disso, já que se trata só de dificuldade técnica, aqueles que têm tempo a perder podem divertir-se considerando as variações acabadas, e, depois de um trabalho perseverante e extremamente longo, chegarão a resultados que, no limite dos possíveis erros, não se diferenciam daqueles a que se chega fácil e rapidamente considerando as variações infinitesimais, pelo menos nos casos comuns. Nós escrevemos para pesquisar de forma objetiva as relações dos fenômenos e não para agradar os pedantes.

68. *Os obstáculos* — São de duas espécies: os que saltam aos olhos e os menos evidentes.

69. Pertence ao primeiro gênero os gostos das pessoas com as quais o indivíduo efetua um contrato. Se uma quantidade dada de mercadoria deve ser repartida entre diferentes indivíduos, o fato de que essa quantidade é fixa constitui um obstáculo. Se se deve produzir a mercadoria a ser repartida, o fato de que ela não pode ser obtida sem o emprego de outras mercadorias constitui também um obstáculo. O fato de que a mercadoria não se encontra disponível no lugar e no tempo em que se tem necessidade também constitui obstáculo. Enfim, existem obstáculos que derivam da organização social.

70. De maneira geral, quando um indivíduo renuncia a certa quantidade de mercadoria para proporcionar-se outra, diremos que TRANSFORMA a primeira mercadoria na segunda. Ele pode proceder por troca, cedendo à outra a primeira mercadoria e recebendo a segunda; pode também chegar a isso por meio da produção, transformando ele mesmo, efetivamente, a primeira mercadoria na segunda. Para efetuar essa operação, pode ainda dirigir-se a uma pessoa que transforme as mercadorias, a um produtor.

71. Reservaremos a esta última operação o nome de PRODUÇÃO ou de TRANSFORMAÇÃO e chamaremos PRODUÇÃO OBJETIVA ou TRANSFORMAÇÃO OBJETIVA a produção, abstração feita daquele que a faz, como o faria, por exemplo, por conta própria, o indivíduo que desfruta da mercadoria transformada.

72. No que diz respeito à transformação objetiva, devemos distinguir, pelo menos por abstração, três categorias de transformações que são:

1) A transformação material: por exemplo, a transformação do trigo em pão, e das ervas da campina (e é preciso acrescentar aqui o emprego da superfície do solo e das casas) em lã de ovelha etc.

2) A transformação no espaço: por exemplo, o café do Brasil transformado em café na Europa.

3) A transformação no tempo: por exemplo, a colheita do trigo atual conservada e transformada em trigo disponível dentro de alguns meses; e inversamente, o trigo da futura colheita em trigo consumido atualmente, e que se obtém substituindo em seguida a quantidade de trigo consumida atualmente pelo produto da futura colheita, mediante o que se transformou economicamente essa colheita futura em bem presente (V, 48).

73. Isso, porém, não é suficiente; a questão não está esgotada, existem outros impedimentos ou obstáculos que constituem o SEGUNDO GÊNERO DE OBSTÁCULOS. Um indivíduo possui, por exemplo, 20 quilos de trigo; destes, ele troca 10 por 15 quilos de vinho, e depois os outros 10 por 15 quilos de vinho. Em suma, ele trocou seus 20 quilos de trigo por 30 quilos de vinho. Ou então começa a trocar 10 quilos de trigo por 10 quilos de vinho e em seguida 10 quilos de trigo por 20 quilos de vinho. No total, terá trocado 20 quilos de trigo por 30 quilos de vinho.

O resultado final é o mesmo, mas o indivíduo pode chegar a ele de duas maneiras diferentes. Pode acontecer que ele seja livre para escolher a maneira que mais lhe convém, como igualmente pode acontecer que não o seja. Este último caso é o mais geral.

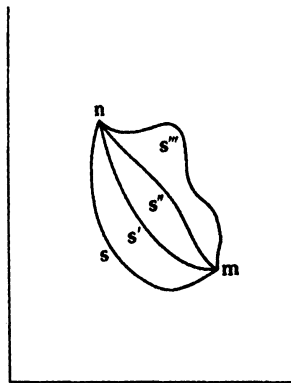


Figura 8

Aquilo que se opõe a que o indivíduo tenha liberdade de escolha é um obstáculo do segundo gênero.¹¹⁶

74. Há um número infinito de atalhos, como seja, msn , $ms'n$, $ms''n$ etc., que partindo do ponto m nos conduzem ao ponto n .

Um desses atalhos pode ter a forma de uma reta ou de uma curva qualquer. O segundo gênero de obstáculos tem como efeito determinar, às vezes, o único atalho que se pode seguir partindo de m , e às vezes somente a espécie dos atalhos que se pode seguir. Veremos, por exemplo, um caso (§ 172) no qual o indivíduo não pode deixar m senão seguindo uma única linha. Veremos um outro caso (§ 172) no qual essa linha reta pode ser qualquer uma, isto é, que o indivíduo pode escolher entre um número infinito de atalhos que passam por m , desde que todos sejam retilíneos.

Veremos outros casos nos quais o indivíduo segue uma linha quebrada (VI, 7).

75. *As linhas de indiferenças dos obstáculos, nas transformações objetivas* — Existem, para os obstáculos do primeiro gênero, certas linhas que são análogas às linhas de indiferenças dos gostos.

Suponhamos que uma mercadoria A seja transformada em outra B , e se conheçam as quantidades B que se obteriam com 1, 2, 3 ... de A .

Tracemos dois eixos coordenados (Fig. 9), e para cada quantidade oa de A indiquemos a quantidade ab de B produzida. Obtemos, assim, uma curva $bb'b''$..., que chamaremos LINHA DE INDIFERENÇA DOS OBSTÁCULOS. Dar-lhe-emos o índice zero porque sobre essa linha as transformações se efetuam sem deixar resíduos.

Tornemos iguais a 1 as porções bc , bc' ... de retas paralelas ao eixo oA ; teremos uma outra linha de indiferença cc' ... à qual daremos o índice 1. Se temos a quantidade oa'' de A , e se fazemos uma transformação que dá $a''c'$ de B , sobra ainda $a'a''$ de A , isto é, um resíduo de A igual a 1; e é por essa razão que o índice 1 é dado à linha cc ...

Da mesma maneira tomemos bd , $b'd'$... iguais a 1 e liguemos os pontos dd' ...; teremos uma outra linha de indiferença à qual daremos o índice negativo 1, porque falta precisamente uma unidade na transformação oa de A em ab de B , obtêm-se apenas oa'' de A .

Assim procedendo, cobriremos todo plano de curvas de indiferença, algumas com índices positivos, outras com índices negativos, separadas pela linha do índice zero. Essa linha deve merecer nossa atenção, chamá-la-emos linha das TRANSFORMAÇÕES COMPLETAS, porque sobre ela as transformações se efetuam sem deixar resíduo, nem positivo, nem negativo.

116 A maioria dos economistas literários tem apenas uma idéia muito imperfeita desse gênero de fenômenos.

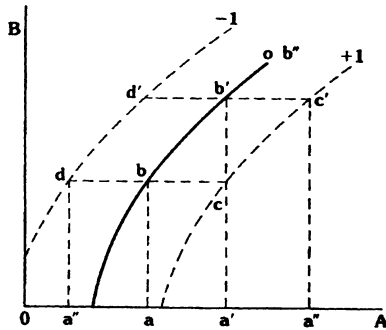


Figura 9

76. *As linhas de indiferença do produtor* — Se consideramos apenas um produtor, as linhas que acabamos de indicar são igualmente linhas de indiferença para o produtor, porque sobre cada uma delas ele obtém o mesmo lucro, se o índice for positivo; ou a mesma perda, se o índice for negativo e não ganha nem perde se o índice for zero, isto é, sobre a linha das transformações completas. Mas quando existe um grande número de produtores, o próprio número de produtores pode constituir parte dos obstáculos, e nesse caso as linhas de indiferença variam.

77. *Analogias das linhas de indiferença dos gostos e das linhas de indiferença dos obstáculos* — Essas linhas se correspondem em parte e em parte diferem. Existe analogia entre o esforço do indivíduo em passar, tanto quanto lhe seja permitido, de uma linha de indiferença para outra que tenha índice mais elevado, e aquele feito pelo produto.

78. Observemos, por outro lado, que o indivíduo que satisfaz seus próprios gostos é guiado por considerações de ofelividade, e o produtor, por considerações de quantidades de mercadorias (§ 76).

79. No que diz respeito ao produtor, comumente intervêm certas circunstâncias que o impedem de subir acima da linha das transformações completas. E ele não pode ficar por muito tempo abaixo dessa linha porque perde: em conseqüência, vê-se obrigado a permanecer sobre essa linha. Existe aí uma diferença essencial nos fenômenos que se referem aos gostos.

80. Enfim, as formas das linhas de indiferença dos gostos são, habitualmente, diferentes das formas das linhas de indiferença dos obstáculos: podemos inteirar-nos disso, grosso modo, comparando a Fig. 5 e a Fig. 9.

81. Se se consideram as linhas de indiferença do produtor como projeções das linhas de nível de uma superfície em que todos os pontos têm, sobre o plano, uma altura indicada pelo índice desse ponto, obtém-se uma COLINA DO LUCRO, análoga, em parte, à colina do prazer (§ 58), mas que dela difere pelo fato de estar em parte acima e em parte abaixo do plano ao qual se refere. Assemelha-se a uma colina que se banha na água; a superfície da colina emerge em parte acima do nível do mar, e também se prolonga abaixo.

82. *A concorrência* — Fizemos alusão a ela no § 16, agora é necessário fazer uma idéia precisa a seu respeito.

É preciso distinguir a concorrência dos que trocam da concorrência dos que produzem, e esta última apresenta ainda muitos tipos.

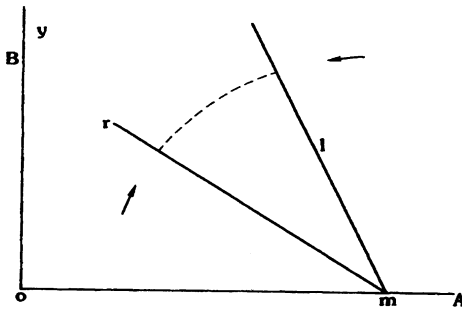


Figura 10

83. Aquele que troca esforça-se por se erguer o quanto possível sobre a colina do prazer. Se existe uma quantidade maior de A, procura ter maior quantidade de B, e para chegar a ela, cede uma quantidade maior de A pela mesma quantidade de B, isto é, encontra-se em *l* diminui a inclinação de *ml* sobre o eixo *oA*. Se existe um excesso de B, isto é, se ele se encontra em *r*, cede menos de A pela mesma quantidade de B, isto é, ele aumenta a inclinação de *mr* sobre o eixo *oA*.

A concorrência tem como efeito impedi-lo de comparar as posições sobre dois atalhos diferentes e de limitar sua escolha a posições do mesmo atalho ou a posições bastante próximas. Além disso, os indivíduos que estão em concorrência movimentam-se até que todos estejam satisfeitos; e basta que apenas um não esteja satisfeito para obrigar os demais a se movimentarem.

84. Quem produz esforça-se para subir, tanto quanto possa, na colina do lucro (§ 81), isto é, esforça-se para ter o maior resíduo possível de A; jamais tem excesso de A. Em conseqüência, move-se sempre no mesmo sentido e não ora num sentido, ora em outro, como na Fig. 10. Para mudar o sentido do seu movimento é preciso que mude o sentido no qual há maior quantidade de A.

85. Geralmente se começa pelo estudo de uma coletividade isolada, sem comunicação com outras. Em tal coletividade o número daqueles que trocam é invariável; ao contrário, o número dos produtores é especialmente variável, porque aqueles que fazem maus negócios acabam parando de produzir, ao passo que, se os negócios vão bem, imediatamente se apresentam outros produtores para compartilhar dos benefícios. Acontece algo semelhante com os consumidores, e será preciso que consideremos quando falarmos da população. A produção dos homens, porém, não segue as mesmas leis que a das mercadorias e sobretudo ela se estende sobre um espaço de tempo mais considerável; devemos também consagrar-lhe um estudo separado.

86. Tenha ou não concorrência, o produtor não pode ficar do lado dos índices negativos, onde fica com prejuízo. Se não há concorrente, ele pode, ao contrário, ficar do lado dos índices positivos, onde consegue lucros, com a tendência, além disso, de mover-se para o lado em que obterá lucros mais consideráveis. A concorrência tende a diminuir esse lucro, empurrando-o em direção aos índices negativos.

Essa concorrência pode acontecer tanto na suposição de que sejam constantes as condições técnicas da fabricação como na de que sejam variáveis. Neste capítulo nós nos prenderemos à primeira espécie de concorrência.

87. Suponhamos dois consumidores. O primeiro possui oa de A, o segundo possui oa' de A: os dois juntos possuem, portanto, oA , que é igual à soma dessas duas quantidades. Suponhamos que esses dois consumidores possam percorrer apenas as linhas paralelas ad , $a'd'$. Eles deter-se-ão em certos pontos d , d' ; isso significa que o primeiro transformará ab de A ou bd de B, e o segundo $a'b'$ de A ou $b'd'$ de B. Façamos as somas das quantidades assim transformadas e veremos que, no total, os consumidores transformam AB de A em BD de B, percorrendo um atalho paralelo a ad , $a'd'$. No lugar desses dois consumidores pode-se, portanto, considerar apenas um, que percorre o atalho AD . O mesmo raciocínio se aplica a um número qualquer de consumidores, que podem, em conseqüência, ser substituídos por apenas um consumidor fictício, que os representa em sua totalidade.

88. Poder-se-ia fazer o mesmo com os produtores, mas apenas no caso em que se desprezam as modificações que seu número pode acarretar aos obstáculos.

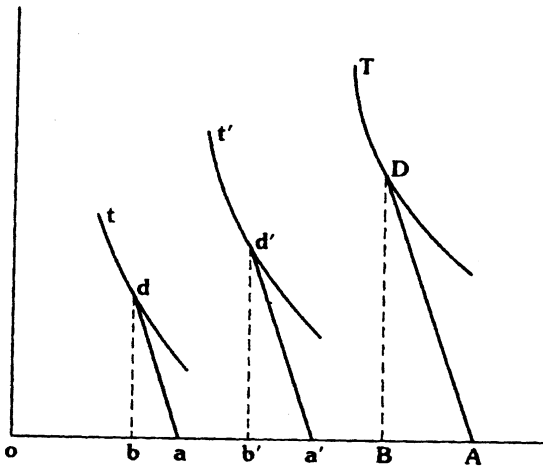


Figura 11

89. *Tipos de fenômenos referentes aos produtores* — Da mesma maneira que para os consumidores, devemos considerar os tipos (I) e (II), aos quais podemos acrescentar o tipo (III). As características são as mesmas. O tipo (I) é sempre o da concorrência; mas a concorrência dos consumidores difere daquela dos produtores,

90. *O equilíbrio* — Como vimos anteriormente (§ 27), o equilíbrio se produz quando os movimentos que conduziriam os gostos são impedidos pelos obstáculos e vice-versa. O problema geral do equilíbrio se cinde, em consequência, em outros três que consistem: 1) em determinar o equilíbrio no que se refere aos gostos; 2) em determinar o equilíbrio no que se refere aos produtores; 3) em encontrar um ponto comum a esses dois equilíbrios, que formará um ponto de equilíbrio geral.

91. Quanto aos atalhos, devemos: 1) considerar o equilíbrio sobre um atalho determinado; 2) considerá-lo entre uma classe de atalhos e ver de que maneira se escolhe o que será seguido.

92. No que se refere aos tipos de fenômenos, devemos estudar primeiro o tipo (I) com relação ao que troca e ao que produz. Estudaremos em seguida o tipo (II), que em geral se apresenta apenas com relação aos indivíduos que contratam com outros que atuam segundo o tipo (I).

93. *O equilíbrio em relação aos gostos* — Começemos por considerar um indivíduo que segue um caminho determinado e que se esforça em chegar nesse caminho até onde seus gostos serão muito bem satisfeitos.

94. Se os obstáculos do primeiro gênero fornecem, nesse caminho, um ponto além do qual ele não pode ir, e se as posições que precedem aquela ocupada por esse ponto são menos vantajosas para o indivíduo, ele irá evidentemente até esse ponto e aí se deterá.

Nesse ponto existe equilíbrio com relação aos gostos. Esse ponto pode ser um ponto de tangência de atalho e de uma curva de indiferença, ou então um ponto terminal (§ 62). De toda maneira, é o ponto mais alto da porção de atalho que é permitida ao indivíduo percorrer.

95. O ponto de tangência poderia ser também o ponto mais baixo do atalho, e nesse ponto o equilíbrio seria instável. No momento, não nos ocuparemos desse caso.

96. A partir daqui consideraremos apenas os atalhos retilíneos, pois, na realidade, estes são os mais freqüentes; mas nossos raciocínios são gerais e podemos, por meio de ligeiras modificações ou restrições, aplicá-los a outras espécies de atalho.

97. Consideremos um indivíduo para o qual t, t', t'' ... representam as curvas de indiferença dos gostos, indo os índices de ofelimidade aumentando de t a t'' . Esse indivíduo tem, a cada semana, uma quantidade om de A . Suponhamos que para transformar A em B ele siga o atalho retilíneo mn . No ponto a , onde o atalho encontra a curva de indiferença t , não existe equilíbrio porque é melhor para o indivíduo ir de a para b , sobre a curva t' , onde ele terá um índice maior de ofelimidade.

Pode-se dizer outro tanto de todos os pontos em que o atalho encontra curvas de indiferença, porém não do ponto c'' , em que o atalho é tangente a uma curva de indiferença. Com efeito, o indivíduo não pode ir de c'' senão em direção a b ou b' , e nos dois casos o índice de ofelimidade diminui. Os gostos se opõem a todo movimento do indivíduo que chegou a c'' , percorrendo o atalho mn ; em conseqüência, c'' é um ponto de equilíbrio. Acontece o mesmo com os pontos análogos c, c', c'', c'' , situados em outros atalhos que se supõe poder ser percorridos pelo indivíduo. Reunindo-se esses pontos por uma linha, obter-se-á a linha de equilíbrio em relação aos gostos; chamamo-la também LINHA DE TROCAS.¹¹⁷

117 Poderíamos cobrir o plano com um grande número de linhas de trocas, teríamos assim uma representação da colina dos índices de ofelimidade, que seria análoga à que se obtém cobrindo o plano com linhas de indiferença.

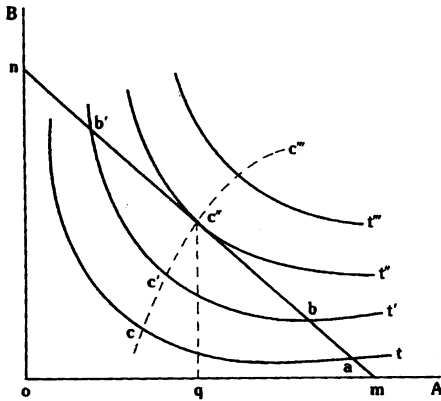


Figura 12

Os pontos terminais que, vindo de m , precedem os pontos da linha de trocas também podem ser pontos de equilíbrio.

98. Poderia acontecer que um atalho levasse a se ter zero de A , sem ser tangente a nenhuma linha de indiferença. Neste caso, ter-se-ia um ponto terminal no lugar em que o atalho corta o eixo oB , e isso significaria que, nesse atalho, o indivíduo está disposto a dar não somente toda a quantidade de A que possui, para ter B , mas que, ainda que ele tivesse uma maior quantidade de A , ele a daria para possuir mais de B .

99. Efetuando a soma das quantidades de mercadorias transformadas por cada indivíduo, obtém-se a linha de troca para a coletividade desses indivíduos. E, se o quisermos, pode-se igualmente representar as curvas de indiferença para essa coletividade. Elas resultarão das curvas de indiferença dos indivíduos que a compõem.

100. *O equilíbrio para o produtor* — O produtor busca conseguir o máximo de lucro e, se nada disso se opuser, ele subirá o mais alto possível na colina do lucro. Seguindo um atalho, o I , o produtor pode chegar a um ponto, c , onde esse atalho é tangente a uma curva de indiferença dos obstáculos, e este ponto pode ter um índice maior de lucro do que os pontos vizinhos sobre o atalho. Nesse caso o equilíbrio do produtor se realiza no ponto c , sobre o atalho oI , da mesma maneira que isso se dá com o consumidor. Diremos, nesse caso, que a concorrência é incompleta.

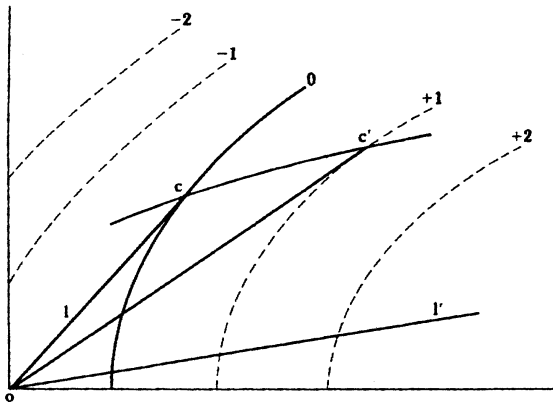


Figura 13

101. Pode ocorrer o contrário, quer porque o atalho $o l$, não seja tangente a nenhuma curva de indiferença dos obstáculos, quer porque, encontrando-se $o l$ tangente a c em uma de suas curvas, o índice de c seja mais fraco que aquele dos pontos vizinhos sobre o atalho. Neste caso a concorrência é completa.

O produtor esforçar-se-á em continuar seu caminho pelo atalho $o l$ até esse ponto terminal que as outras condições do problema lhe impõem.

102. Consideremos duas categorias de mercadoria: 1) existem certas mercadorias tais que a quantidade de B obtida pela unidade de A aumenta a quantidade de A transformada; 2) existem outras mercadorias para as quais, ao contrário, essa quantidade de B diminui.¹¹⁸

103. No primeiro caso estamos diante de linhas análogas às linhas $t, t' \dots$ da Fig. 14, sobre as quais marcamos o índice correspondente. É evidente que nenhum atalho do gênero $o l$ pode ser tangente a uma curva de indiferença de índice positivo.

A linha t de índice zero, isto é, a linha das transformações completas, divide o plano em duas partes ou regiões; de um lado se encontram as linhas de índice negativo, do outro, as linhas de índice positivo. O produtor não pode deter-se na primeira região ou, pelo

118 A primeira categoria compreende as mercadorias B cujo custo de produção diminui com o aumento da quantidade de mercadoria produzida; a segunda categoria compreende as mercadorias cujo custo de produção aumenta.

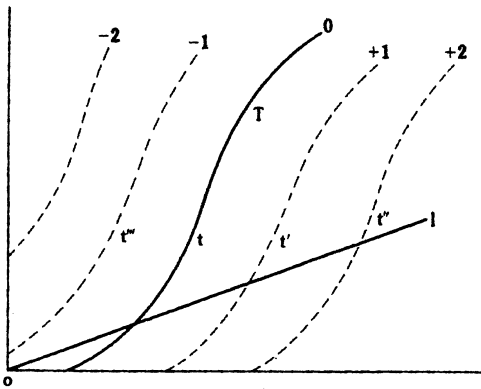


Figura 14

menos, não pode deter-se aí por muito tempo, porque estaria com perda. E é evidente que ele não o quer e que, além disso, não pode indefinidamente. O equilíbrio não é, portanto, possível nessa região. Ele o é na segunda, que chamaremos REGIÃO DE EQUILÍBRIO POSSÍVEL. Com efeito, o produtor pode deter-se num ponto qualquer em que haja lucro. Por outro lado, ele procura aumentar esse lucro tanto quanto possível, isto é, procura ir tão longe quanto possível sobre o atalho $o l$; o equilíbrio faz-se nos pontos terminais (§ 62) e não mais nos pontos de tangência. Para essas mercadorias a concorrência é completa.

104. É raro, aliás, que as linhas de indiferença tenham, indefinidamente, a forma que indicamos. Em geral, além de certo ponto T, mais ou menos distanciado, o fenômeno muda e a primeira categoria transforma-se na segunda. O ponto T e os outros pontos análogos podem encontrar-se além dos limites considerados e, nesse caso, é como se eles não existissem.

105. A segunda categoria de mercadoria indicada no § 102 tem linhas de indiferença cuja forma é análoga àquela por nós representada na Fig. 13. Existem atalhos como oc que são tangentes a uma curva de indiferença; existem outros, como ol' , que não podem ser tangentes a nenhuma dessas curvas. Reunindo os pontos de tangência cc'' ... temos uma linha que chamaremos LINHA DO MAIOR LUCRO. Ela corresponde à linha das trocas, que se obtém por meio de curvas de indiferença dos gostos. A região das curvas de indiferença com índice positivo é, em geral, a região de equilíbrio possível; mas é evidente que, se puder, o produtor se detém sobre a linha do lucro máximo. Para essas mercadorias a concorrência é incompleta (V, 96).

Quando há concorrência, os atalhos, que não encontram a linha de lucro máximo e o conduzem a qualquer ponto com índice negativo, não podem ser seguidos (§ 137).

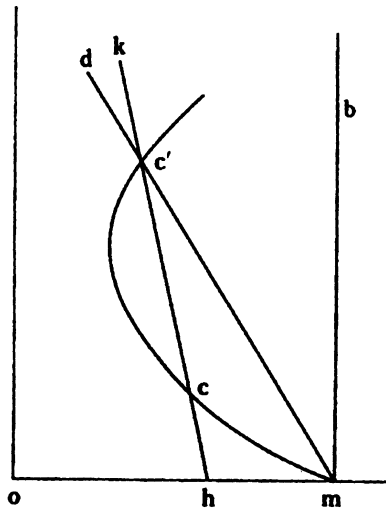


Figura 15

106. *O equilíbrio dos gostos e dos obstáculos* — Consideremos certo número de consumidores e um único produtor, ou então certo número de produtores com a condição, porém, de que seu número não tenha nenhuma ação sobre os obstáculos. Indiquemos para os consumidores a linha de trocas mc' ; para as quantidades totais de mercadorias, isto é, consideremos a coletividade como se tratasse de um só indivíduo (§ 87).

Para os produtores, indiquemos a linha hk , que será a das transformações completas para as mercadorias da primeira categoria (§ 102), isto é, com concorrência completa, e que será a linha do lucro máximo para as mercadorias da segunda categoria (§ 102), com concorrência incompleta. Consideremos os fenômenos do tipo (I).

107. Se existe uma linha de lucro máximo e se ela corta a linha das trocas dos consumidores, os produtores se detêm sobre a linha do lucro máximo porque nela encontram sua vantagem. Do contrário, veremos (§ 141) que serão caçados sobre a linha das transformações completas. A linha hk é, portanto, aquela sobre a qual se detêm os

produtores, e os pontos de equilíbrio serão indicados pelos pontos c , c' , pontos em que essa linha corta a linha das trocas dos produtores.

108. Tudo isso é verdadeiro no caso em que os atalhos percorridos são retos, partindo de m , porque é justamente a esses atalhos que se referem as linhas das trocas e do lucro máximo. Se os atalhos mudam, as linhas mudam igualmente. Se, por exemplo, os produtores fossem forçados a seguir a linha das transformações completas, haveria equilíbrio no ponto em que essa linha é tangente a uma curva de indiferença dos gostos.

109. Se dois indivíduos trocam mercadorias entre si, os pontos de equilíbrio encontram-se nas interseções das linhas de trocas dos dois indivíduos; no caso de os eixos coordenados estarem dispostos de maneira tal que o atalho percorrido por um coincida com o atalho percorrido pelo outro (§ 116).

O mesmo ocorrerá se, em vez de dois indivíduos, considerarmos uma coletividade.

110. O caso abstrato de dois indivíduos que agem segundo o tipo (I) dos fenômenos, caso que consideramos freqüentemente, não corresponde à realidade. Dois indivíduos que contratasse juntos seriam provavelmente guiados por motivos bem diferentes daqueles que supusemos. Para estar com o certo, devemos supor que o par considerado não está isolado, mas que é elemento de um conjunto que compreende numerosos pares. Começaremos primeiro a estudar um, a fim de chegar em seguida a ver como as coisas acontecem quando existem muitos. Suponhamos, portanto, que o par considerado se conduz não como se estivesse isolado, mas como se fizesse parte de uma coletividade.

É preciso fazer a mesma restrição quando se considera um só produtor e um só consumidor.

111. Quando um indivíduo opera segundo o tipo dos fenômenos (II), impõe aos outros o atalho que lhe é pessoalmente mais vantajoso, e o ponto de equilíbrio se encontra na interseção desse atalho e da linha de equilíbrio dos outros indivíduos.

112. Considerando tudo o que precedeu, podemos deduzir o seguinte teorema geral:

Para os fenômenos (I): se existe um ponto em que um atalho percorrido pelos indivíduos que contratam é tangente às curvas de indiferença desses indivíduos, este é o ponto de equilíbrio.

Com efeito, se dois indivíduos contratam juntos, os pontos que cortam as linhas das trocas desses indivíduos constituem pontos de equilíbrio; mas nesses pontos os atalhos são tangentes às linhas de

indiferença dos gostos, pois está precisamente aí a condição que determina essas linhas (§ 97). Naturalmente, é preciso que os eixos estejam dispostos de tal maneira que os indivíduos percorram o mesmo atalho (116). O mesmo raciocínio se aplica às duas coletividades.

113. No caso de consumidores que negociam com produtores com uma linha de lucro máximo (§ 105), as interseções dessa linha com a linha das trocas dos consumidores darão os pontos de equilíbrio; nesses pontos, porém, os atalhos são tangentes às curvas de indiferença dos gostos e às curvas de indiferença dos obstáculos, pois é precisamente esta última condição que determina o lucro máximo. O teorema, portanto, está demonstrado.

114. Se os pontos de tangência não existem, o teorema já não se aplica e é substituído pelo teorema seguinte, que é mais geral e que o compreende.

O equilíbrio se produz nos pontos de interseção da linha de equilíbrio dos gostos e da linha de equilíbrio dos obstáculos. Essas linhas são o lugar dos pontos de tangência dos atalhos com as linhas de indiferença, ou o lugar dos pontos terminais desses atalhos.

115. Para os fenômenos do tipo (II) temos o seguinte teorema:

Se um indivíduo opera segundo os fenômenos do tipo (II) com outros que operam segundo os fenômenos do tipo (I), o equilíbrio tem

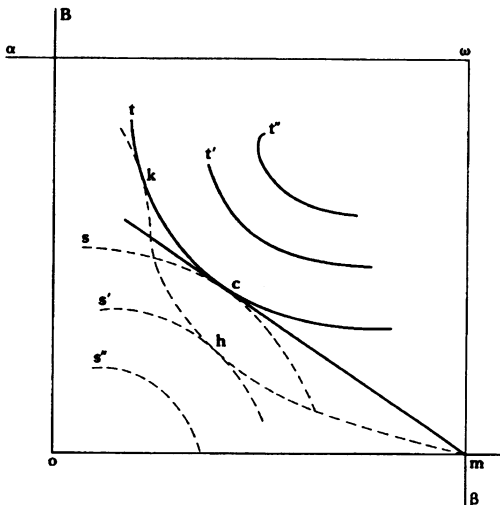


Figura 16

lugar no ponto mais vantajoso para o primeiro desses indivíduos, sendo esse ponto um daqueles em que os atalhos cortam a curva que marca o lugar do ponto de equilíbrio possível.

116. *Modos e formas de equilíbrio na troca* — Estudemos agora, em seus detalhes, os fenômenos que acabamos de estudar em geral.

Suponhamos que os obstáculos consistam unicamente no fato de que a quantidade total de cada mercadoria é constante e que somente existe variação na repartição entre dois indivíduos. É o caso da troca.

Suponhamos que o primeiro indivíduo, cujas condições são representadas pela Fig. 16, possua om da mercadoria A, enquanto o outro indivíduo tem certa quantidade de B, mas não de A. Os eixos coordenados do primeiro são oA , oB ; os do segundo w_a , w_b , sendo a distância w_m igual à quantidade de B que o segundo indivíduo possui. As curvas de indiferença são t , t' , t'' ..., para o primeiro e s , s' , s'' ..., para o segundo. Considerando a maneira como estão dispostas as figuras, uma única linha é suficiente para indicar o atalho percorrido pelos dois indivíduos. Os índices de ofelividade vão aumentando de t em direção a t'' , e de s para s'' .

117. Estudemos os fenômenos do tipo (I). Se um atalho mc é tangente em c a uma curva t e a uma curva s , c é um ponto de equilíbrio. Portanto, se os obstáculos do segundo gênero impõem não um atalho, mas somente o tipo de atalho, os dois indivíduos experimentarão diferentes atalhos dessa espécie, até que encontrem um semelhante a mc .

Para determinar o ponto c , pode-se operar da seguinte maneira. Indica-se para cada indivíduo a curva das trocas (§ 97) e tem-se assim, para cada indivíduo, o lugar dos pontos em que deve ocorrer o equilíbrio. O ponto em que a curva das trocas do primeiro indivíduo corta a curva das trocas do segundo é, evidentemente, o ponto de equilíbrio buscado, pois é um ponto de equilíbrio para os dois indivíduos.

118. Se os obstáculos impusessem um atalho determinado mhk , tangente em h a uma das curvas s , s' ... e em k a uma das curvas t , t' ... os pontos de equilíbrio seriam diferentes para os dois indivíduos. Conseqüentemente, se nenhum dos dois pode impor sua vontade ao outro, isto é, se se trata do tipo (I) dos fenômenos, o problema que levantamos é insolúvel. Se o primeiro indivíduo pode impor suas condições ao segundo, ele o forçará a segui-lo até o ponto k , onde se dará o equilíbrio.

119. É preciso observar que esse caso não se confunde com aquele em que um indivíduo pode impor a outro o atalho a seguir (§ 128).

No primeiro caso, o caminho é determinado, e um indivíduo pode, nesse caso, forçar um outro a percorrer uma distância mais ou menos longa. No segundo, o caminho é indeterminado, e um indivíduo pode fixá-lo à sua vontade, mas em seguida não pode forçar outrem a percorrer, nesse caminho, uma distância mais ou menos longa.

120. Dissemos que se experimentam diversos atalhos antes de encontrar aquele que conduz ao ponto de equilíbrio. Vejamos a coisa mais de perto.

Se traçarmos as curvas das trocas de dois indivíduos, veremos, em casos muito numerosos, que elas apresentam formas análogas às da Fig. 17, e que se cortam mais ou menos como é indicado nessas figuras; uma delas dá três pontos de interseção, a outra um. Estes são de três espécies, que designaremos pelas letras a , b , y ; e são mostrados com maiores detalhes na Fig. 18.

A linha das trocas para o primeiro indivíduo, para o qual os eixos são, na Fig. 17, oA , oB , será sempre indicada por cd na Fig. 18. Para o segundo indivíduo, essa linha, cujos eixos são indicados por wa , wb , na Fig. 19, será sempre indicada por hk na Fig. 18. O ponto de encontro dessas duas linhas de contratos, isto é, o ponto de equilíbrio, é marcado pelo ponto l .

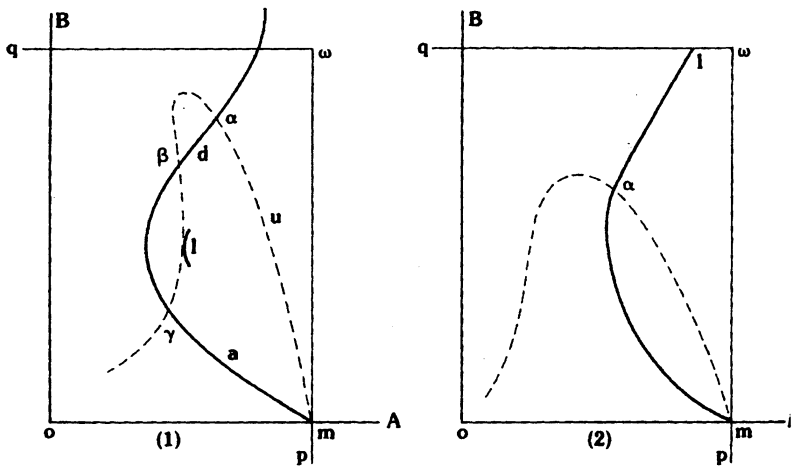


Figura 17

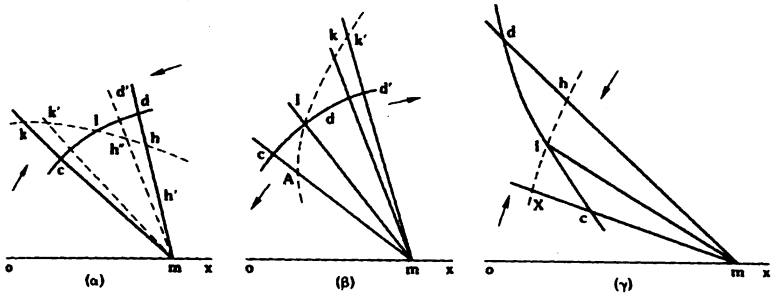


Figura 18

121. Consideremos o equilíbrio para o primeiro indivíduo. No caso dos pontos (a) e (y) os pontos da linha lh precedem os da linha cd e, em consequência, são pontos terminais (§ 62) para o primeiro indivíduo. A linha sobre a qual ele pode encontrar-se em equilíbrio é, portanto, clh . Por razão análoga, a linha sobre a qual o segundo indivíduo pode encontrar-se em equilíbrio, sempre no caso dos pontos (a) e (y), é também clh . No caso do ponto (b), essa linha de equilíbrio é, tanto para o primeiro quanto para o segundo indivíduo, hld . Temos portanto que considerar apenas o que acontece sobre essas linhas.

122. Ocupemo-nos dos pontos (a) e (y). O primeiro indivíduo encontra-se em posição de equilíbrio. Considerando que estamos diante do tipo (I), ele compara unicamente as condições em que se encontraria nos diferentes pontos do atalho mhd , e observa que estaria em melhores condições em d do que em h ; ele não pode chegar a d porque é impedido pelos gostos do segundo indivíduo. Se um grande número de indivíduos está em concorrência com um grande número de outros indivíduos, se nosso par não está isolado, o primeiro indivíduo tem um meio para chegar, se não a d , pelo menos a um ponto bastante próximo. Ele segue um atalho md' um pouco menos inclinado do que md sobre o eixo ox , isto é, cede uma maior quantidade de A pela mesma quantidade de B. Dessa maneira ele atrai os clientes do segundo indivíduo, recebe B de outros indivíduos e pode chegar a d'' , que é o mais alto do atalho, onde fica em equilíbrio.

Vejamos o que acontece com o segundo indivíduo. Ele se encontrava em h , que é para ele o ponto mais alto do atalho. A perda dos clientes atira-o para trás; eles lhe trazem menos de A , porque o primeiro indivíduo já recebeu mais do que ele. Assim, este segundo indivíduo encontra-se rechaçado, por exemplo para h' . Comparando sempre e unicamente o estado em que estaria nos diferentes pontos do atalho mhd , ele percebe que sua situação piorou, que tem vantagem em tentar retornar a h , ou, pelo menos, a um ponto muito próximo. Para isso imitará o exemplo dado pelo primeiro indivíduo e lhe pagará na mesma moeda. Seguirá um atalho muito mais próximo, mas um pouco menos inclinado que md' , e chegará assim, por exemplo, ao ponto h'' da linha kh .

Agora, cabe ao primeiro indivíduo ficar atento à borrasca, tomar cuidado e percorrer um atalho menos inclinado. Dessa maneira, os dois indivíduos se aproximarão do ponto l indo no sentido da seta.

Fenômenos análogos ocorrem partindo do ponto c . O segundo indivíduo que se encontra em c — c é para ele um ponto terminal — quer aproximar-se de k , o ponto mais alto do atalho mck ; em consequência, ele consente em receber um pouco menos de A pela mesma quantidade de B e segue, por isso, um atalho mk' , mais inclinado que mk sobre o eixo ox . O primeiro indivíduo é obrigado a imitar essa maneira de agir; assim, pouco a pouco, os dois indivíduos aproximam-se de XI , no sentido da seta.

123. O ponto de equilíbrio encontra-se, portanto, em l , e chamamo-emos ponto de EQUILÍBRIO ESTÁVEL, porque, se os dois indivíduos se distanciam de l , tendem, em seguida, a ele retornar.

124. Ocupemo-nos do ponto (β). Como já vimos, a linha de equilíbrio é a linha hld . Suponhamos que os dois indivíduos estejam em d ; o segundo indivíduo queria, a partir desse ponto, que é para ele um ponto terminal, aproximar-se de k . Para aí chegar, deve conformar-se em receber menos de A pela mesma quantidade de B , isto é, percorrer um atalho $md'k'$, mais inclinado do que mk sobre o eixo ox , e se distanciará de l . O primeiro indivíduo é forçado a seguir seu exemplo; eles irão, portanto, no sentido da seta. Acontece o mesmo do outro lado de l . Se os dois indivíduos se encontram em h , o primeiro quererá aproximar-se de c . Para isso, dará maior quantidade de A pela mesma quantidade de B ; seguirá, então, um atalho menos inclinado que mc e se distanciará de l . O segundo indivíduo deve seguir seu exemplo e assim por diante. Os dois indivíduos se movem, portanto, distanciando-se de l . O ponto l é um ponto de EQUILÍBRIO ESTÁVEL.

125. Retornemos à Fig. 17. Para o indivíduo (2), há apenas um ponto de equilíbrio e é um ponto de equilíbrio estável. Para o indivíduo (1) existem dois pontos de equilíbrio estável a saber (α) e (γ), e um

ponto de equilíbrio instável, a saber (β). Em geral, entre dois pontos de equilíbrio estável há um ponto de equilíbrio instável, que marca o limite entre as posições de onde alguém se aproxima de um ou de outro dos dois pontos de equilíbrio estável.

A linha de equilíbrio é a linha $m u \alpha d \beta l \gamma a m$.

126. Chamemos de sentido positivo das rotações aquele indicado pela seta na Fig. 19, que faz crescer o ângulo α . Se, no sentido da rotação negativa, antes do encontro das duas linhas de equilíbrio, a linha do indivíduo que troca A por B precede a linha do indivíduo que troca B por A, o equilíbrio é estável. No caso contrário, é instável.

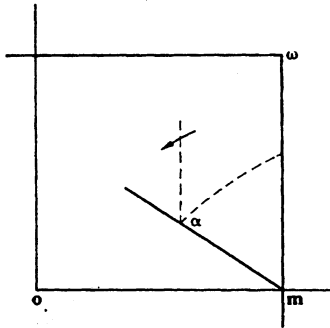


Figura 19

127. Pela Fig. 18 vê-se que cada indivíduo procura sempre galgar a colina do prazer, aumentar sua ofelividade, continuando a seguir o atalho percorrido. A concorrência, porém, fá-lo desviar-se, escorregar, aproximando-o de l , nos casos de equilíbrio estável, distanciando-o de l , nos casos de equilíbrio instável.

Trata-se de saber se, entre esses dois equilíbrios, partindo do ponto de equilíbrio e no sentido da rotação positiva, o indivíduo pode manter-se sobre sua linha de contratos, ou se deve passar para aquela do segundo indivíduo, cujos pontos se tornam pontos terminais para ele. No primeiro caso, temos os pontos (α) e (γ) da Fig. 18; no segundo, o ponto (β). Podemos exprimi-lo ainda da seguinte maneira: no caso de uma rotação negativa, se o primeiro indivíduo não consegue se manter sobre a linha de trocas e se deve passar para a do segundo indivíduo — pontos (α) e (γ) —, o equilíbrio é estável; se, ao contrário, consegue manter-se sobre sua própria linha das trocas — ponto (β) —, o equilíbrio é instável.

128. Consideremos agora os fenômenos do tipo (II). Suponhamos

que o segundo indivíduo agisse segundo esse tipo, enquanto o primeiro continua a seguir o tipo (I).

Para esse primeiro indivíduo, a curva de equilíbrio é ainda *matsb*, que reúne os pontos de tangência dos diversos atalhos que partem de *m* com as curvas de indiferença. O segundo indivíduo pode, perfeitamente, escolher o atalho *mde*, mas não pode forçar o primeiro a ultrapassar o ponto *d*, para chegar a *e*. Aliás, ele poderia deter-se antes de chegar a *d* e forçar assim o primeiro indivíduo a se deter. Em resumo, o equilíbrio é possível em todo o espaço compreendido entre $m\omega$ e *matsb* βdb . A maneira de chegar ao ponto de equilíbrio é diferente nesses dois casos. Para os fenômenos do tipo (I), os indivíduos eram conduzidos a esse ponto pela concorrência; para os fenômenos do tipo (II), um dos indivíduos escolhe o ponto que mais lhe convém entre aqueles em que o equilíbrio é possível.

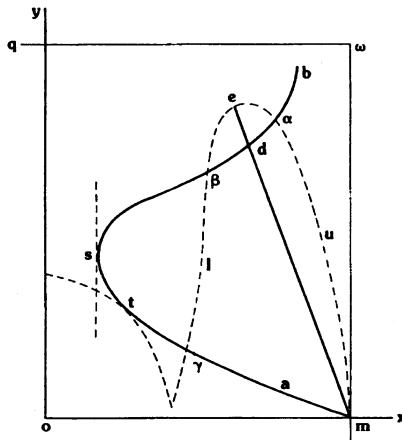


Figura 20

129. O segundo indivíduo, que se encontra em *d*, não busca mais, como antes, ir para *e*, ou pelo menos para um ponto muito próximo: ele compara o estado no qual se encontra em *d* com aquele em que estaria em qualquer outro ponto onde o equilíbrio fosse possível; e escolhe o ponto que lhe convém, impondo ao outro indivíduo o atalho que necessariamente o conduz a esse ponto.

130. O ponto no qual a situação do segundo indivíduo é a melhor é, evidentemente, o ponto que tem o maior índice de ofelividade, o ponto mais alto entre todos aqueles que possa escolher, isto é, o ponto mais alto sobre a colina do prazer do segundo indivíduo. Ora, é evidente que

os pontos compreendidos entre ωm e $ma\gamma ts$ são mais baixos que os que se encontram além de $m\alpha\gamma ts$. Pode-se considerar essa linha como um atalho; seu ponto mais alto sobre a colina do prazer do segundo indivíduo será o ponto t ao qual ela é tangente numa curva de indiferença. Este é, portanto, o ponto conveniente para o segundo indivíduo se deter.

131. A determinação desse ponto é, na prática, muito difícil. Também aquele que opera segundo o tipo (II) propõe, habitualmente, um outro fim, a saber, obter a maior quantidade possível de A. O ponto que satisfaz essa condição é o ponto de tangência s da linha comum de equilíbrio e de uma paralela ao eixo oy . Esse ponto se determina facilmente pois o próprio orçamento do indivíduo indica o que ele recebe de A.

132. Quando a mercadoria A é muito mais ofélima do que a mercadoria B, para o segundo indivíduo, o ponto s quase se confunde com o ponto t ; confunde-se completamente se A é ofélima apenas para o segundo indivíduo, porque nesse caso as linhas de indiferença são paralelas ao eixo oy (IV, 54).

Poder-se-ia escolher outras condições, obtendo-se, então, outros pontos de equilíbrio.

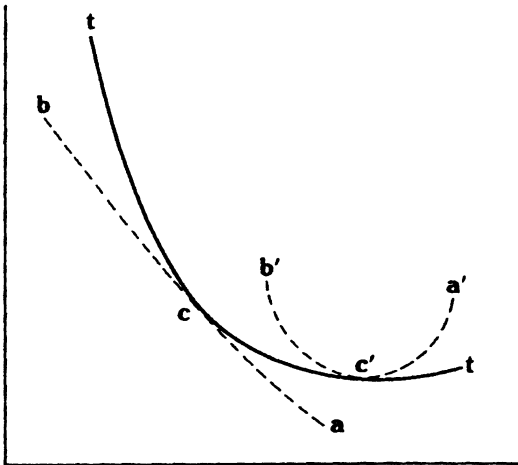


Figura 21

133. Se, em vez de percorrer os atalhos retilíneos que indicam os preços, o indivíduo percorre a linha de transformação imposta pelos obstáculos, ou em geral outro atalho determinado, o equilíbrio poderá ser estável ou instável. Considerando acb uma linha de transformação, c o ponto no qual ela é tangente a uma linha de indiferença dos gostos, t é o ponto em que ocorre o equilíbrio. Se, como acontece habitualmente, essa linha ab de transformação é tal que o índice de ofelividade é maior em cdo que os índices dos pontos próximos a , b , o equilíbrio é estável. Com efeito, o indivíduo que, por acaso, se distancia de c , procura a ele retornar, porque sempre tenta passar, na medida do possível, de um ponto a outro, com índice de ofelividade maior. Pela mesma razão, se a linha das transformações tivesse uma forma $a'b'$, tal que os índices de ofelividade dos pontos $a'b'$ próximos do ponto de equilíbrio c' fossem maiores que o índice de ofelividade de c' , o equilíbrio seria instável.

134. *Máximos de ofelividade* — Precisamos examinar em pormenores os diferentes máximos dos pontos de equilíbrio. Temos, primeiro, um máximo absoluto no ponto mais alto da colina do prazer, em seu cume. Nesse ponto o indivíduo tem de tudo à vontade; não há razão por que nos deter nesse caso.

Vem, em seguida, um grande número de máximos relativos. O ponto c'' , Fig. 12, é o mais alto do atalho mn ; é um máximo subordinado à condição de que o indivíduo se mova somente sobre o atalho mn . Os outros pontos de tangência c' , c''' ..., são também máximos do mesmo gênero. Um deles pode ser muito mais alto que os outros, é um *maximum maximorum* [máximo dos máximos]. Existe também um ponto terminal que marca um máximo; é o ponto mais alto de uma porção de atalho, mas é mais baixo do que o ponto de tangência que segue.

O ponto t , Fig. 20, é, para o segundo indivíduo, o ponto mais alto da linha comum de equilíbrio.

Quanto ao ponto s , ele indica um máximo de um gênero diferente dos precedentes, porque já não é um máximo de ofelividade, mas um máximo de quantidade da mercadoria A.

135. *Modos e formas do equilíbrio na produção* — Se se supõe que na Fig. 18 a linha hk indica a linha do lucro máximo do produtor ou dos produtores, basta refazer os raciocínios que acabamos de aplicar à troca. A tendência do produtor é ficar nessa linha, da mesma maneira que o consumidor na linha das trocas.

136. Existe, no entanto, uma diferença que diz respeito aos atalhos que não encontram essa linha hk do lucro máximo (Fig. 22). Se o produtor segue o atalho mk , compreende-se por que ele se detém em

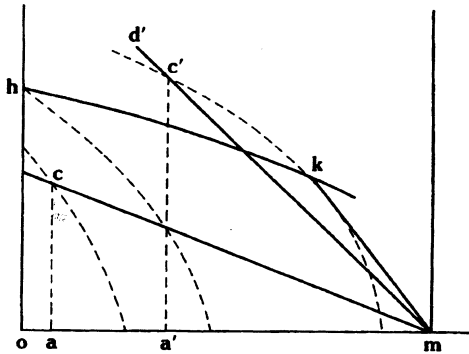


Figura 22

k, pois sua condição seria menos boa aquém ou além desse ponto. Se ele segue, porém, o atalho *mc* que não é tangente a nenhuma curva de indiferença dos obstáculos, por que não iria por esse atalho até o ponto que permitem os gostos de seus clientes?

137. Nesse ponto intervém a concorrência. A linha *hk* divide o plano em duas regiões: na que se encontra aquém de *hk* em relação a *m*, o produtor tem a vantagem de aumentar, ao longo de um atalho retilíneo *mc*, a quantidade *ma* de mercadoria A transformada; na que se encontra além de *hk*, em relação a *m*, o produtor tem a vantagem de diminuir, ao longo de um atalho retilíneo *mc'*, a quantidade *ma'* de mercadoria B transformada. Então as coisas não são as mesmas para os produtores que estão em *c* e para aqueles que estão em *c'*.

138. Aquele que se encontra em *c* pode tentar, ainda que esteja só, aumentar a transformação, e assim será se se supõe que ele segue rigorosamente os princípios dos fenômenos do tipo (I). Ele comparará o estado em que se encontraria nos diversos pontos do atalho *mcd*, e verá que estaria melhor além de *c*; em conseqüência, se o consumidor não quiser ir por esse atalho, além de *c*, o produtor aceitará dar maior quantidade de B por um de A, isto é, ele aumentará, ligeiramente, a inclinação do atalho *mc* sobre *mo*. Por outro lado, se ele está só, acabará percebendo que, se espera ganhar dessa maneira, na realidade está perdendo, e então deixará de agir segundo o tipo (I) e agirá, ao contrário, segundo o tipo (II).

Se existem vários concorrentes, aquele que aumenta a inclinação do atalho *mc* leva vantagem, durante um curto espaço de tempo. Por

outro lado, se assim não o fizesse, outros o fariam. Dessa maneira aumenta, pouco a pouco, a inclinação de mc sobre mo , e aproximamo-nos da linha hk . Lá chegando, não existe mais vantagem alguma em aumentar a quantidade transformada de A. Desaparecendo a causa, cessa também o efeito.

139. Se o produtor se encontra em c , percebe rapidamente que leva vantagem diminuindo a quantidade ma' de A transformada. Para aumentar essa quantidade, deveria lutar contra seus concorrentes, mas, para diminuí-la, ele age por si próprio, sem se preocupar com os outros. Diminui, portanto, a inclinação de mc' sobre mo e aproxima-se da linha do lucro máximo hk , sem preocupar-se em saber se os outros concorrentes o seguem ou não. Observemos que seu movimento pode se fazer todo ele sobre o atalho mc ; em conseqüência, operando exatamente segundo os princípios do tipo (I), ele se dirige para v onde está melhor do que em c' . Além de v ele não irá em direção a m , pois a situação pioraria.

140. Em resumo, portanto, o produtor que se encontra além de hk , em relação a m , retorna sobre hk por seu interesse pessoal. O produtor que se encontra aquém de hk , em relação a m , retorna, talvez por si mesmo, mas com certeza pela concorrência, sobre hk . Ele certamente a ele retornaria por si próprio se se pudesse admitir que ele se conduz exatamente segundo o tipo (I).

141. Resta-nos examinar o caso em que essa linha do lucro máximo não existe.

Consideremos cd a linha das trocas, hk a linha das transformações completas do produtor. A região dos índices positivos está além de hk , em relação a m . Dois casos se apresentam, indicados por (μ) e por (π) .

142. Examinemos primeiro o caso (μ) . Em c o consumidor está em equilíbrio, pois se encontra sobre a linha das trocas: o produtor está satisfeito, pois se encontra na região dos índices positivos; esse estado de coisas poderia, portanto, durar muito tempo.

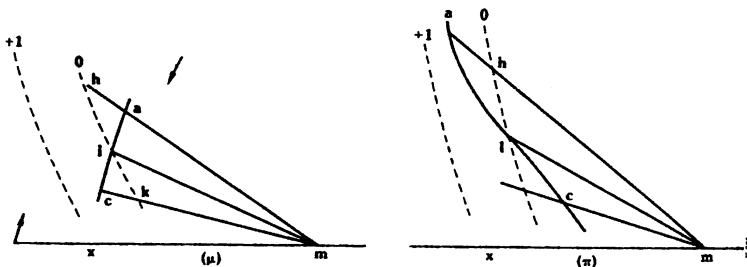


Figura 23

Mas, se o produtor deseja estar ainda melhor e, por consequência, se ele se conduz rigorosamente segundo o princípio dos fenômenos (I), continuará a mover-se sobre o atalho mc : aí ele é impedido pelos gostos dos consumidores e tentará, então, dar a esse consumidor uma maior quantidade de B pela mesma quantidade de A, isto é, aumentar a inclinação do atalho sobre o eixo dos A, aproximando-se assim da linha hk .

Por outro lado, se o produtor se encontrava só, perceberia, rapidamente, que é loucura agir dessa maneira, pois alcança um resultado oposto àquele que procuraria, portanto, de agir segundo os princípios dos fenômenos (I) e aplicaria aqueles dos fenômenos (II).

143. Quando existe um certo número de produtores em concorrência, aquele que aumenta um pouco a inclinação do atalho mc alcança, pelo menos por um curto espaço de tempo, o resultado desejado. Ele tira clientes de seus concorrentes e avança mais ou menos na região dos índices positivos. Ele poderia até mesmo aí permanecer, se seus concorrentes não viessem a imitá-lo. Se eles o imitam, se a concorrência é real, eles aumentarão, por seu lado, a inclinação do atalho sobre mn e assim, pouco a pouco, indo no sentido da seta, produtores e consumidores se aproximarão do ponto l onde a linha hk das transformações completas corta a linha cd das trocas. Os produtores não podem ultrapassar essa linha, pois entrariam na região dos índices negativos, seguindo a linha cd das trocas; e não podem ir sobre lh porque os consumidores recusam segui-los. É preciso, então, que eles se detenham em l , que é um ponto de equilíbrio e um ponto de equilíbrio estável.

144. De outra maneira, pode-se observar que lc é apenas uma linha de equilíbrio possível; o mesmo ocorrendo com ld , pois ela se encontra na região dos índices negativos. Sobre a linha $c l$, a concorrência dos produtores opera de tal maneira que o ponto de equilíbrio se aproxima de l .

145. Examinemos agora o caso (π). Veremos, como acima, que $l d$ é a única linha de equilíbrio possível, porque lc se encontra na região dos índices negativos. Se os produtores estiverem em d , encontram-se bem, pois estão na região dos índices positivos; mas a concorrência que fazem entre si os fará aumentar a inclinação de md sobre mx e assim nos distanciamos de l . E é justamente em l que poderia haver equilíbrio, pois nesse ponto consumidores e produtores se acham satisfeitos. Porém, desde que nos distanciamos de l , do lado de h , em vez de aí retornarmos, dele nos afastaremos cada vez mais. Do lado de k retornamos a l . Temos aqui um gênero de equilíbrio especial, estável por um lado e instável por outro.

de indiferença, e cd a linha das trocas dos consumidores. Se houver apenas um produtor, ele se deterá na interseção I da linha das trocas e da linha hk do lucro máximo. O mesmo se dá se existem vários produtores, porém com a condição de que seu número não atue sobre os obstáculos e por consequência — sejam eles alguns ou um grande número — conseguem todo o lucro máximo quando a quantidade total am de A é transformada em a I de B .

148. Suponhamos, ao contrário, que a linha hk se refira ao caso de um só produtor e que outros possam aparecer nas mesmas condições. Se houver dois, é preciso, para que cada um tenha o lucro máximo, dobrar todas as quantidades; se houver três é preciso triplicar etc. A linha hk encontra-se assim deslocada quando se refere ao total da produção, segundo o número de produtores. Ela seria igualmente deslocada se, de maneira geral, em lugar de duplicar, triplicar etc. a produção, fosse preciso simplesmente aumentá-la em certas proporções. A linha s das transformações completas também seria deslocada.

Se, por acaso singular, as linhas assim deslocadas, quando existem, por exemplo, dois produtores, se cruzarem em um ponto g da linha cd das trocas, o equilíbrio se dará em g . Com efeito um dos produtores não pode continuar em I , porque o outro, para atrair os clientes, muda a inclinação do atalho mI até que este coincida com o atalho mg . Ele não pode ir mais longe porque então entraria na região dos índices negativos, e não existe um terceiro produtor.

149. Será muito difícil acontecer que as linhas deslocadas do pequeno máximo e das transformações completas se cruzem precisamente sobre a linha das trocas. Enquanto esta corta a linha do lucro máximo num ponto diferente daquele em que ela é cortada pela linha das transformações completas, o equilíbrio poderá acontecer no ponto de interseção da linha das trocas e da linha do lucro máximo. Mas, os produtores tendo lucro nesse ponto, outros surgirão, se isso for possível, naturalmente, até que a linha do lucro máximo não mais cruze a linha das trocas. Quando isso ocorrer, estaremos no caso já tratado (§ 141) e o equilíbrio se fará no ponto de interseção da linha das trocas e da linha das transformações completas.

Podemos fazer o mesmo raciocínio para as mercadorias da segunda categoria (§ 102).

150. Em resumo, o equilíbrio se dá no ponto em que se cruzam a linha do lucro máximo e a linha das trocas. Quando, porém, é possível que novos produtores se apresentem e que a linha do lucro máximo se encontre então deslocada de maneira a não mais cortar a linha das trocas, o equilíbrio se dá no ponto em que a linha das trocas corta a

linha das transformações completas. O primeiro caso se apresenta quando a concorrência é incompleta (§ 105), o segundo quando ela é completa.

151. Para os fenômenos do tipo (II), se o produtor opera segundo este tipo, avançará tanto quanto possa na região dos índices positivos e, em consequência, o ponto de equilíbrio se encontrará no ponto de tangência da linha das trocas e de uma linha de indiferença, no caso de concorrência completa, Fig. 14. Ele estará no ponto de tangência das trocas e das linhas de lucro máximo, em caso de concorrência incompleta, Fig. 13. Tudo isso, bem entendido, quando esses pontos estão nos limites do fenômeno considerado.

Se o consumidor operar segundo o tipo (II), obrigará os produtores a se deterem sobre a linha das transformações completas. Se os atalhos devem ser retas partindo de m , o equilíbrio, em caso de concorrência completa, não será diferente daquele que se produz para os fenômenos do tipo (I); poderá, no entanto, ser diferente se o consumidor estiver em condição de mudar a forma dos atalhos (VI, 17, 18).

152. *Os preços* — Até aqui, raciocinamos, em geral, esforçando-nos em não utilizar os preços, porém quando tivemos de fazê-lo, fizemo-lo imaginando exemplos concretos, e mesmo nas teorias gerais tivemos que usá-los mais ou menos implicitamente: servimo-nos deles, embora sem citá-los nominalmente. Agora é interessante a eles recorrer, mas seria útil demonstrar que as teorias da Economia não derivam diretamente da consideração de um mercado em que existam certos preços, mas antes da consideração do equilíbrio que nasce da oposição dos gostos e dos obstáculos. Os preços aparecem como auxiliares desconhecidos, muito úteis para resolver os problemas econômicos, mas que devem finalmente ser eliminados, para deixar unicamente presentes os gostos e os obstáculos.

153. Denomina-se PREÇO de Y em X a quantidade de X que é preciso dar para se ter uma unidade de Y.

Quando o preço é constante, pode-se comparar uma quantidade qualquer de X e de Y, procurar a relação entre a quantidade de X que se dá e a quantidade de Y que se recebe, obtendo-se, dessa maneira, o preço. Quando os preços são variáveis, é preciso comparar quantidades infinitesimais.

154. De nossa definição do preço resulta que se passa do ponto c ao ponto d trocando ac de A contra ad de B, o preço de B em A é igual à inclinação da reta dcm sobre o eixo oB , e o preço de A em B exprime-se pela inclinação dessa mesma reta sobre o eixo oA .

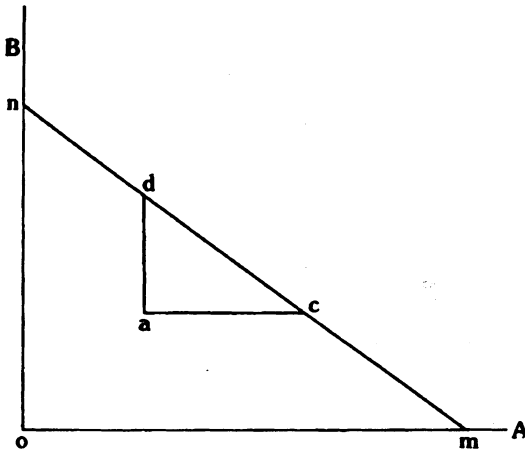


Figura 25

155. Nos parágrafos anteriores falamos, com freqüência, em aumentar ou diminuir a inclinação de mn sobre um dos eixos, por exemplo, sobre oB . E como se houvéssemos falado em aumentar ou baixar o preço de B em A.

156. O VALOR DE TROCA dos economistas, quando se quer precisar as concepções nebulosas das quais se cercam os economistas literários (§ 226), Corresponde, aproximadamente, ao preço tal como acabamos de defini-lo. É raro, porém, que os autores que empregam esse termo valor tenham uma idéia clara do que ele representa. Além disso existiam economistas que faziam distinção entre o *valor*, que era uma fração qualquer, por exemplo $6/3$, e o preço, que era uma fração na qual o denominador era a unidade, por exemplo $2/1$. Se se trocam 6 de vinho por 3 de pão, o valor de troca do pão em vinho seria $6/3$, e porque é necessário, nesse caso, dar 2 de vinho para se ter 1 de pão, o preço do pão em vinho seria 2. É inútil dar dois nomes para coisas tão pouco diferentes como o são $6/3$ e $2/1$, sobretudo desde que a Economia Política deixou de ser um gênero literário para se tornar uma ciência positiva.

157. Os economistas utilizavam essa noção de *valor de troca* para estabelecer o teorema de que era impossível um aumento geral dos valores, ao passo que era possível um aumento geral dos preços. No exemplo precedente o valor do pão em vinho era $6/3$ e o do vinho em pão $3/6$. É suficiente ter todas as primeiras noções de Aritmética para

compreender que, quando uma dessas frações aumenta, a outra diminui, seu produto sendo sempre igual a 1. Assim, se se trocam 12 de vinho por 3 de pão, o valor do vinho em pão torna-se $3/12$. Quanto ao preço do pão em vinho, ele aumenta e torna-se 4 em lugar de 2.

158. A noção geral do preço de uma mercadoria em outra é útil na Ciência Econômica porque ela faz abstração da moeda. Na prática, nos povos civilizados, o preço de todas as mercadorias se refere a uma só delas, que se chama moeda; falando de fenômenos concretos é também bastante difícil evitar falar do preço nesse sentido. Mesmo na teoria é útil introduzir essa noção desde o começo. Antecipa-se assim, é verdade, a teoria da moeda, que deve vir após a teoria geral do equilíbrio econômico, mas isso não causa grande mal, se se pensa, sobretudo, na maior clareza que o emprego dessa noção dá à exposição.

159. Relembremos, fazendo uso da noção geral do preço, os resultados a que já chegamos.

160. O tipo (I) dos fenômenos é constituído por aqueles em que o indivíduo aceita os preços que encontra no mercado e procura satisfazer seus gostos com esses preços. Assim fazendo, ele contribui, sem querer, para modificar seus preços, mas não age diretamente com a intenção de modificá-los. A certo preço ele compra (ou vende) certa quantidade de mercadoria; se a pessoa com a qual ele negocia aceitasse um outro preço, ele compraria (ou venderia) uma outra quantidade de mercadoria. Em outras palavras, para fazê-lo comprar (ou vender) certa quantidade de mercadoria, é preciso praticar certo preço.

161. O tipo (II), ao contrário, é constituído pelos fenômenos nos quais o indivíduo tem por objetivo principal modificar os preços, para daí, em seguida, tirar certa vantagem. Ele não deixa a escolha de diferentes preços à pessoa com a qual negocia; ele impõe um e só e a pessoa deixa a escolha da quantidade a comprar (ou vender) a esse preço. A escolha do preço não é mais bilateral como no tipo (I), ela se torna unilateral.

162. Já vimos que, na realidade, o tipo (I) corresponde à livre concorrência (§ 46) e que o tipo (II) corresponde ao monopólio.

163. Onde existe a livre concorrência, ninguém sendo privilegiado, a escolha do preço é bilateral. O indivíduo 1 não pode impor seu preço ao 2, nem o indivíduo 2 seu preço ao 1. Nesse caso, aquele que contrata se coloca o seguinte problema: "Dado o preço tal, que quantidade comprar (ou vender)?" Ou, ainda, em outras palavras: "Para que eu compre (ou venda) tal quantidade de mercadoria, qual deveria ser o preço dela?"

164. Onde existe monopólio, sob qualquer forma, existe alguém privilegiado. Este se utiliza de seu privilégio para fixar o preço, cuja escolha se torna unilateral. Ele levanta, portanto, o problema seguinte: “Que preço devo impor ao mercado para atingir o fim a que me proponho?”

165. O tipo (III) também corresponde ao monopólio, mas se diferencia do tipo (II) pelo fim a que se propõe. O problema que o estado socialista deve colocar é o seguinte: “Que preço devo fixar para que meus administradores gozem do bem-estar máximo compatível com as condições nas quais se encontram ou que eu ache bom lhes impor?”

166. Observem que, mesmo se o Estado socialista suprimisse toda faculdade de troca, impedisse toda compra-venda, os preços não desapareceriam por causa disso; eles permaneceriam ainda que como artifício contábil para a distribuição das mercadorias e suas transformações. O emprego dos preços é o meio mais simples e mais fácil para resolver as equações de equilíbrio; se se teimasse em não empregá-los, acabar-se-ia provavelmente por utilizá-los sob outro nome e haveria então uma simples modificação da linguagem, mas não das coisas.

167. *Os preços e o segundo gênero de obstáculos* — Vimos que, entre os dados do problema, devíamos ter as relações segundo as quais se transformam as porções sucessivas das mercadorias. Fazendo intervir os preços, isso se exprime dizendo que devemos dar o modo segundo o qual variam os preços das porções sucessivas: fixar, por exemplo, que essas porções tenham todas o mesmo preço, que pode, aliás, ser desconhecido, ou que seus preços vão aumentando (ou baixando) segundo certa lei.

168. Este é um ponto sobre o qual alguns autores se equivocaram e, por conseguinte, merece ser estudado mais de perto. No tocante às variações dos preços, é preciso fazer uma distinção fundamental. Os preços das porções sucessivas que se compram para chegar à posição de equilíbrio podem variar, ou então são os preços de duas operações conjuntas, que conduzem à porção de equilíbrio, que podem variar.

(α) Por exemplo, um indivíduo compra 100 gramas de pão a 60 centavos o quilo, depois 100 gramas a 50 centavos, depois ainda 100 gramas a 40 centavos o quilo, e chega assim a uma posição de equilíbrio tendo comprado 300 gramas de pão a preços diferentes. Amanhã ele recomeça a mesma operação. Nesse caso os preços são variáveis para porções sucessivas que se compram para chegar à posição de equilíbrio, mas eles não variam quando se recomeça a operação.

(β) Ao contrário, o mesmo indivíduo, amanhã, compra 100 quilos

de pão a 70 centavos o quilo, depois 100 quilos a 65 centavos, depois 100 quilos a 58 centavos. Os preços variam não só para as porções sucessivas, mas também de uma operação que conduz ao equilíbrio para outra.

(γ) O indivíduo considerado compra 300 gramas de pão pelo mesmo preço de 60 centavos o quilo e chega assim à posição de equilíbrio. Amanhã ele repete a mesma operação. Nesse caso os preços das porções sucessivas são constantes, e o preço não varia mais conduzindo de uma operação ao equilíbrio para outra operação.

(δ) Finalmente, esse indivíduo compra hoje 300 gramas de pão, ao mesmo preço de 60 centavos o quilo, e chega assim à posição de equilíbrio. Amanhã, para chegar a essa posição, ele compra 400 gramas de pão, pagando todas as porções sucessivas ao preço constante de 50 centavos. Os preços das porções sucessivas são, nesse caso, também constantes; o que varia são os preços de uma porção conduzindo ao equilíbrio para outra.

169. Isso será mais bem compreendido por meio de figuras.

Em todas as figuras, ab , ac indicam os caminhos seguidos nas diferentes compras, isto é, os preços pagos pelas diversas porções. Em (α) e em (β) ab , ac são curvas, isto é, os preços variam de uma porção para outra; em (γ) e em (δ) ab , ac são retas, isto é, os preços são constantes para as diversas porções. Em (α) e em (γ) o indivíduo percorre cada dia o caminho ab ; em (β) e em (δ) percorre hoje o caminho ab e amanhã ac . As figuras representam, portanto, os seguintes casos:

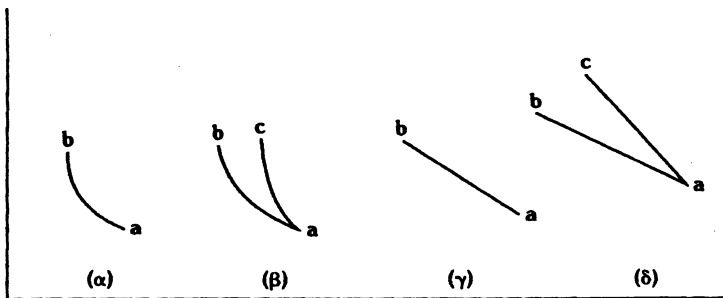


Figura 26

(α) Preços variáveis para porções sucessivas, mas que recomeçam idênticos para operações sucessivas que conduzem ao equilíbrio.

(β) Preços variáveis para porções sucessivas e para operações sucessivas que conduzem ao equilíbrio.

(γ) Preços constantes para porções sucessivas e para operações sucessivas que conduzem ao equilíbrio.

(δ) Preços constantes para porções sucessivas, mas variáveis para operações sucessivas que conduzem ao equilíbrio.

No atual estado da ciência, os casos gerais a considerar são os de (γ) e de (δ), mas nada impede que chegue o dia em que seja útil considerar igualmente (α) e (β).

170. Quando grande número de pessoas se apresenta no mercado e elas atuam independentemente uma da outra, fazendo-se concorrência, é evidente que num mesmo momento algumas comprarão as primeiras porções, outras as segundas etc., para chegar ao estado de equilíbrio; e pela razão de que, sobre certo mercado, em momento dado, admite-se que exista apenas um preço, vê-se que o preço dessas diferentes porções deve ser o mesmo. A rigor, isto não impediria que, para um mesmo indivíduo, esse preço não possa variar de uma porção à outra; essa hipótese, porém, acarreta conseqüências estranhas e inteiramente distanciadas da realidade, e a hipótese que melhor se adapta à realidade é a de preços iguais por porções sucessivas. Isso não impede, naturalmente, que existam preços sucessivamente diferentes em (δ), Fig. 26.

Isso é sobretudo verdadeiro para o consumo. Se um indivíduo compra 10 quilos de açúcar, de café, de pão, de carne, de algodão, de lã, de pregos, de chumbo, de verniz etc., ele não compra o primeiro quilo a um preço, o segundo a um outro etc. Não que isso não seja possível, mas, freqüentemente, as coisas não se passam assim. Observem, por outro lado, que pode perfeitamente acontecer que esse indivíduo compre hoje 10 quilos de cebola a certo preço e amanhã 10 quilos a outro preço, o que nos leva ao caso (δ) da Fig. 26. Acontece freqüentemente que no mercado das grandes cidades o peixe custa mais caro pela manhã do que por volta do meio dia, na hora de fechar o mercado. O cozinheiro de um restaurante de primeira classe pode chegar de manhã para ter mais escolha e comprar 20 quilos de peixe a certo preço. O cozinheiro de um restaurante de segunda classe virá mais tarde e comprará o que sobrou a preço inferior. Continuamos no caso (δ) da Fig. 26. Por outro lado, no caso que consideramos, seria possível sem erro grave basear-se num preço médio. Não nos esqueçamos jamais que nosso fim é simplesmente chegar a uma noção geral do fenômeno.

171. Quando se trata de especulação, quase sempre é preciso considerar que as diferentes porções são compradas a preços diferentes. Se, por exemplo, certos banqueiros querem açambarcar o cobre, eles não devem se esquecer que lhes é necessário comprar esse metal a

preços crescentes; a consideração de um preço médio poderia fazê-los incorrer em erros muito graves.¹¹⁹ Sucede o mesmo se se quisesse fazer um estudo dos diversos modos de venda em leilão de certas mercadorias, peixes, por exemplo; seria necessário considerar as variações dos preços. Mas tudo isso constitui um estudo especial de fenômenos secundários. Eles vêm modificar o fenômeno principal que, em última análise, adapta o consumo à produção.

Além disso, o caso do qual falamos, o da especulação, pertence muito mais à dinâmica do que à estática. Há que considerar, portanto, um maior número de posições sucessivas de equilíbrio. Salvo certos casos excepcionais, os preços, nos grandes mercados, variam apenas de um dia para o outro, pelo menos de forma considerável, e freqüentemente se pode, sem cair num erro grosseiro, substituir os diferentes preços reais pelo preço médio.¹²⁰

172. Quando o preço das porções sucessivas que são trocadas é constante, a relação entre essas quantidades é também constante, isto é, se a primeira unidade de pão é trocada por duas de vinho, a segunda unidade de pão será trocada ainda por duas de vinho, e assim por diante. Representa-se graficamente esse fenômeno por uma reta cuja

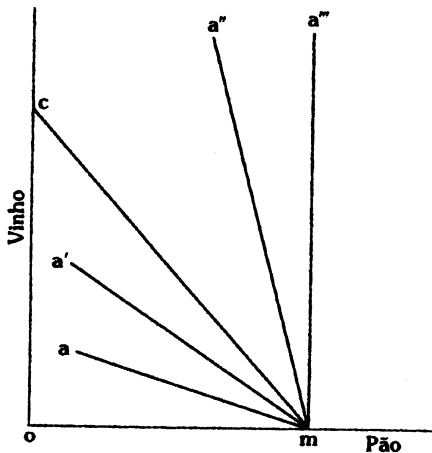


Figura 27

119 Este foi o obstáculo que fez fracassar a operação de açambarcamento do cobre tentada em 1887/88.

120 A nota 2 do § 928 do *Cours* repousa sobre considerações errôneas e deve ser inteiramente modificada.

inclinação sobre um dos eixos é o preço (§ 153). Quando portanto se coloca essa condição da constância do preço, determina-se unicamente que o atalho seguido pelo indivíduo deve ser uma reta, porém não se diz qual reta deve ser. Um indivíduo tem 20 quilos de pão e quer trocá-los por vinho; se se admite que o preço é constante para porções sucessivas trocadas, supõe-se simplesmente que o caminho a seguir é uma reta. Se se toma, sobre o eixo sobre o qual se levam as quantidades de pão, o comprimento om igual a 20, o indivíduo pode seguir qualquer caminho escolhido entre as retas ma , ma' , ma'' etc. Se, além disso, se estabelecesse que o preço do pão em vinho é 2, isto é, que é preciso dar 2 de vinho por 1 de pão, a reta seria então completamente determinada. Se considerarmos ac igual a 40, mc representará essa reta; e é somente quando se percorre essa reta, partindo de m , que 1 de pão se troca por 2 de vinho.

173. Os ângulos oma , oma' , oma'' ... devem ser todos agudos, porque o preço é essencialmente positivo. Isso significa que, na troca, para que um indivíduo receba qualquer coisa, é preciso que dê qualquer outra coisa. Em consequência, para que aumente a quantidade de uma mercadoria que ele possui, é preciso diminuir a quantidade de uma outra mercadoria, igualmente possuída por ele. Se um dos ângulos oma , oma' ... fosse obtuso, as duas quantidades cresceriam ao mesmo tempo. Se o ângulo oma fosse igual a zero, o preço seria zero; não se receberia nenhuma quantidade de vinho por não importa que quantidade de pão. Se o ângulo oma fosse reto, o preço seria infinito. Para um ângulo um pouquinho menor, ter-se-ia um tal preço que uma quantidade muito pequena de pão seria trocada por uma quantidade muito grande de vinho. Os ângulos oma , oma' ... da figura representam os preços contidos entre esses dois extremos.

174. Quando o caminho seguido não é dado diretamente, mas só pela indicação dos preços das porções sucessivas, é preciso fazer um cálculo para conhecer as quantidades de mercadorias transformadas.

Suponhamos que haja apenas duas mercadorias, A e B, que o preço de B se expressa em A e que, por exemplo, se troque 1 quilo de A por certa quantidade de B a um preço $1/2$; em seguida, 2 quilos de A por outra quantidade de B, a um preço $1/3$, depois 1 quilo de A por outra quantidade de B pelo preço $1/4$. As quantidades de B assim obtidas sucessivamente serão 2, 6, 4. Portanto, no total, 12 quilos de B terão sido obtidos a preços diferentes pela troca de 4 quilos de A.

Se existem várias mercadorias, e se se expressam os preços de B, C, D ... em A, é evidente que a quantidade total de A transformada deve ser igual ao que se obtém multiplicando cada porção de B, C, D ... por seu preço e fazendo o total. Essas igualdades indicam o ponto em que se chega seguindo certo caminho.

175. *Orçamento do indivíduo* — Pela venda de coisas que possui,

o indivíduo obtém certa soma de moeda; a isso denominaremos sua *receita*. Para a compra de coisas de que necessita, ele despense certa soma de moeda; a isso chamaremos sua *despesa*.

Se se considera a transformação de 8 de A em 4 de B, por exemplo, e se A representa a moeda, o preço de B em A é 2. A receita é 8 de A, a despesa é, em moeda, 4 de B, multiplicando pelo preço 2 de B, é portanto 8. A receita é igual à despesa e isso significa que 8 de A transformou-se em 4 de B.

Se existem mais de duas mercadorias, é fácil ver que a receita deve ser sempre igual à despesa porque, se assim não fosse, isso significaria que o indivíduo recebeu, ou gastou, dinheiro por um outro meio que não o da transformação das mercadorias. Essa igualdade das receitas e das despesas é denominada ORÇAMENTO DO INDIVÍDUO.

176. *Orçamento do produtor* — O produtor tem também seu orçamento, e nós falamos sobre isso, embora sem mencioná-lo expressamente, quando estudamos a transformação de uma mercadoria em outra. Vimos que essa transformação poderia deixar um resíduo positivo ou negativo que é, claramente, um elemento, ativo ou passivo que se leva a “lucros e perdas”.

Isso é verdadeiro para todas as transformações. O produtor compra certas mercadorias, faz certas despesas, é a saída de seu orçamento; vende mercadorias produzidas, é a entrada de seu orçamento. O lugar das transformações completas é aquele em que o orçamento se fecha sem lucro nem perda.

177. *Custo de produção* — Se se consideram todas as despesas necessárias para obter uma mercadoria, e se divide o total pela quantidade de mercadoria produzida, obtém-se o CUSTO DE PRODUÇÃO dessa mercadoria.

178. Esse custo de produção é expresso em moeda. Alguns autores consideram um custo de produção expresso em ofelividade. Isso é inútil e acarreta equívocos; não daremos jamais esse significado à expressão custo de produção. Se certa coisa A pode ser consumida diretamente e se a transformamos em outra coisa B, o sacrifício que se faz renunciando a consumir A diretamente pode ser considerado como o custo em ofelividade de B. Existem, porém, casos extremamente numerosos em que A não pode ser consumida diretamente; não existe então, propriamente falando, sacrifícios diretos quando se transforma A em B. Para encontrar um custo em ofelividade, somos obrigados a mudar o sentido dessa expressão e dizer que se A pode ser transformada em B ou em C, o custo de produção em ofelividade de B é o prazer a que se renuncia transformando A em B, em lugar de transformá-la em C e vice-versa.

Não é preciso discutir sobre as palavras, podendo-se dar o sentido que se queira à expressão: custo de produção em ofelividade. É preciso, porém, salientar que o primeiro sentido que anotamos é essencialmente diferente do segundo. O primeiro separa a produção da troca, o segundo as confunde. O primeiro proporciona conhecimento real de certo custo em ofelividade, o segundo dá apenas uma das condições que, com outras, poderá determinar esse custo.¹²¹

Um indivíduo, por exemplo, possui farinha e transforma-a em pão. Desprezando os gastos dessa transformação, ele pode considerar o custo em ofelividade do pão como igual ao prazer ao qual renuncia não comendo dessa farinha sob forma de mingau. Mas ele deve levar em conta todos os empregos indiretos que pode ter essa farinha, o que lhe torna impossível ter uma única coisa à qual possa dar este nome de custo de produção. Essa farinha pode ser transformada em carne de coelho, de peru, de capão, fazendo-a ser consumida por esses animais. Pode ser dada a comer a operários que farão uma casa, um chapéu, luvas e assim por diante, indefinidamente. A consideração desse pseudocusto de produção conduz, então, simplesmente, ao reconhecimento da igualdade das ofelividades ponderadas das mercadorias que o indivíduo consome (§ 198).

179. Cada mercadoria não tem, propriamente, um custo de produção próprio. Existem mercadorias que se devem produzir juntas, por exemplo, o trigo e a palha, e que têm, em consequência, um custo de produção conjunto.

180. *Oferta e procura* — Tem-se o hábito, em Economia Política, de distinguir entre a quantidade de mercadoria que um indivíduo deu ao chegar a um ponto de equilíbrio e aquela que recebeu: a primeira chama-se sua OFERTA e a segunda sua PROCURA.

181. Esses dois termos foram, como todos os termos da Economia não-matemática, empregados de maneira pouco rigorosa, equívoca, ambígua, e o número considerável de discussões inúteis, sem objeto, sem pé nem cabeça de que foram objeto, é verdadeiramente incrível. Ainda hoje não é difícil encontrar entre os economistas não-matemáticos autores que não sabem o que significam esses termos, dos quais se servem a cada instante.

182. Começemos considerando duas mercadorias, e observamos

121 É ainda uma das inúmeras tentativas feitas em vão para se subtrair à necessidade de resolver um sistema de equações simultâneas (§ 219 *et seq*); para se considerar de forma vaga a interdependência dos fenômenos econômicos, para dissimular, sob termos sem precisão, a ignorância das soluções dos problemas que se abordam.

a Fig. 12. Um indivíduo tem a quantidade om de A e não tem de B; seguindo certo atalho mn , chega a um ponto de equilíbrio c'' trocando qm de A por qc'' de B. Diremos que, sobre esse atalho e estando no ponto de equilíbrio c'' temos, para o indivíduo considerado, a oferta qm de A e a procura qc'' de B.

183. É preciso observar imediatamente que essas quantidades seriam diferentes se a forma do atalho viesse a mudar, o que quer dizer que elas dependem dos obstáculos do segundo gênero. Mesmo quando a forma do atalho permanece a mesma, por exemplo, quando o atalho é uma reta, essas quantidades mudam com a inclinação da reta, isto é, com o preço.

184. Voltemos ainda à Fig. 12: dado um preço qualquer de A em B, isto é, dada a inclinação de mn sobre om , o encontro dessa reta com a linha das trocas cc''' nos faz conhecer a procura qc'' de B e a oferta qm de A. A curva das trocas então pode também ser chamada CURVA DA OFERTA e CURVA DA PROCURA. Na Fig. 20, a curva $masb$ é, para o primeiro indivíduo, a curva da procura de B, e essa procura é relacionada, comumente, ao preço de B em A, expressa pela inclinação de um atalho (por exemplo, me) sobre o eixo oy . Ela é também, sempre para o primeiro indivíduo, a curva da oferta de A; e essa oferta é relacionada, comumente, ao preço de A em B (e não mais ao preço de B em A), a saber, a inclinação de um atalho (por exemplo, me) sobre o eixo mo .

185. No caso de duas mercadorias, *se supomos* o atalho retilíneo, a procura de B depende, então, unicamente do preço de B; a oferta de A, unicamente do preço de A.

186. É preciso evitar estender essa conclusão ao caso de várias mercadorias. A oferta de uma mercadoria depende dos preços de todas as outras mercadorias trocadas, acontecendo o mesmo com a procura de uma mercadoria.

187. Isso não é tudo. Supusemos que o ponto de equilíbrio estava em c , Fig. 7; poderia acontecer que ele fosse o ponto terminal a ; nesse caso, a quantidade oferecida de A seria rm ; a quantidade procurada de B seria ra ; essas quantidades dependeriam da posição do ponto a , isto é, dos obstáculos.

Em geral, a oferta e a procura dependem de todas as circunstâncias do equilíbrio econômico.

188. Quando se consideram apenas dois indivíduos que trocam: um oferece A e procura B; o outro oferece B e procura A. Vimos (§ 117) que há um ponto de equilíbrio da troca dos dois indivíduos no

ponto de encontro das curvas das trocas dos dois indivíduos. Servindo-nos das novas denominações que acabamos de dar a essas curvas, podemos dizer que o ponto de equilíbrio é um daqueles no qual a curva da procura B, do primeiro indivíduo, encontra a curva da oferta de B do segundo indivíduo. Ou então, o que dá no mesmo: o ponto de equilíbrio é um daqueles em que a curva de oferta de A, do primeiro indivíduo, encontra a curva de procura de A, do segundo indivíduo; ou ainda, o ponto de equilíbrio é um daqueles em que a procura de uma das mercadorias é igual à oferta.

189. A Economia Política não-matemática tinha formulado essa proposição, mas dela não tinha noção precisa, e notadamente não conhecia as condições que sós justificam o teorema e as restrições que ele comporta. Ainda hoje a maioria daqueles que se dizem economistas as ignoram.

Existem, por outro lado, pessoas que pretendem que “o método matemático não formulou até hoje nenhuma nova verdade” o que é verdadeiro em certo sentido, porque para o ignorante as coisas das quais ele não tem a menor noção não podem ser nem verdadeiras nem novas. Quando se desconhece até mesmo a existência de certos problemas, não se sente, certamente, necessidade de ter sua solução.

190. Para o produtor, a oferta e a procura não têm nenhum sentido se não se lhes acrescenta uma condição que determina em que parte da região de equilíbrio possível queremos nos deter. Para encontrar aplicação do teorema precedente, em matéria de produção, ou seja, para os fenômenos do tipo (I), à concorrência completa pode-se acrescentar esta condição de que a oferta e a procura são aqueles que têm lugar sobre a linha das transformações completas.

191. Se se pretendesse em continuação que o teorema do equilíbrio, em consequência da igualdade da oferta e da procura, se aplicasse também às mercadorias para as quais existe uma linha de lucro máximo, como no § 105, seria preciso dar outro sentido à oferta e à procura e relacioná-las com essa linha.

192. No caso de vários indivíduos e de várias mercadorias, compreende-se que, efetuando a soma, para cada mercadoria, das procuras dos diferentes indivíduos, obtém-se a procura total de cada mercadoria; o mesmo ocorrendo com a oferta.

193. O modo de variação da oferta e da procura foi chamado lei da oferta e procura. Falaremos disso em outro capítulo; no momento é suficiente saber que, no caso de duas mercadorias, quando o preço

de uma mercadoria aumenta, a procura diminui, ao passo que a oferta primeiro aumenta, mas pode diminuir em seguida.

194. Se considerarmos um atalho mc' , Fig. 15, que termina em um ponto c' da linha das transformações completas, a inclinação de reta mc' sobre o eixo mb , sobre o qual se levam quantidades da mercadoria B, é igual ao custo de produção da mercadoria B, obtida pela transformação completa em c' . E se c' também se encontra sobre a linha das trocas, essa inclinação mede o preço de venda. Daí resulta que nos pontos de interseção c , c' da curva das trocas e da curva das transformações completas, isto é, nos pontos de equilíbrio, o custo de produção é igual ao preço da venda.

195. Vimos que o equilíbrio poderia ser estável ou instável; eis a explicação recorrendo às noções de preço, de oferta e de procura.

Dois indivíduos que trocam estão num ponto de equilíbrio; suponhamos que o preço de B aumente e vejamos o que se passa.

O primeiro indivíduo que vende A e compra B, diminui sua procura de B; o segundo indivíduo pode aumentar ou pode diminuir sua oferta de B. É preciso distinguir dois casos: 1) A oferta de B aumenta, ou então diminui, de maneira porém a ficar superior à procura de B. As coisas ocorrem como nos dois pontos (α) e (δ) da Fig. 18. 2) A oferta diminui de maneira a tornar-se inferior à procura. É o caso do ponto (β) da Fig. 10. Resumindo, é só observar se, com o novo preço, a oferta é superior ou inferior à procura. No primeiro caso o equilíbrio é estável. Com efeito, aquele que oferece é levado a reduzir seu preço para aproximar sua oferta da procura. No segundo caso, o equilíbrio é instável porque aquele que procura não está satisfeito, pois deve contentar-se com a menor oferta que lhe é feita e, em consequência, ela aumenta seu preço para obter uma maior quantidade de mercadoria, mas ele se engana e no fim obtém menos.

Podem-se fazer observações análogas no caso de produção; é muito fácil traduzir na nova linguagem o que expusemos nos § 140, 141, 142.

196. *Equilíbrio no caso geral* — Até aqui estudamos principalmente o caso de dois indivíduos e de duas mercadorias; agora é preciso que nos ocupemos de equilíbrio de um número qualquer de indivíduos e de um número qualquer de mercadorias.

Neste capítulo limitar-nos-emos a examinar o caso geral do equilíbrio para os fenômenos do tipo (I) com concorrência completa.

Supondo que tenhamos chegado ao estado de equilíbrio, isto é, ao ponto onde se transforma, pela troca ou de outra maneira, indefinidamente, certas quantidades de mercadorias, com certos preços, tendemos determinar essas quantidades e esses preços. Esse caso é representado graficamente por (γ) na Fig. 26; suponhamos que a operação indicada por (γ)

se repita indefinidamente. Um indivíduo qualquer troca, por exemplo, 10 quilos de pão por 5 quilos de vinho, chegando assim a uma troca, por exposição de equilíbrio, e repete indefinidamente essa operação.

No tipo (I), o indivíduo deixa-se guiar unicamente por seus gostos pessoais, aceitando os preços do mercado tais como se encontram. Para que os gostos sejam satisfeitos pela troca acima, será preciso que não lhe convenha ir além nem ficar aquém. O preço do vinho em pão é 2. Se o indivíduo continua a troca e dá mais 10 gramas de pão, receberá 5 gramas de vinho. Se a ofelividade (ou índice de ofelividade) desses 10 gramas de pão fosse menor que a ofelividade desse 50 gramas de vinho, seria conveniente que esse indivíduo juntasse esta troca à troca já efetuada. Se a ofelividade desses 10 gramas de pão fosse maior que a ofelividade dos 5 gramas de vinho, seria conveniente não trocar todos os 10 quilos de pão pelos 5 quilos de vinho, mas trocar somente 9 quilos e 990 por 4 quilos e 995 de vinho. Portanto, se a ofelividade desses 10 gramas de pão não deve ser, no ponto de equilíbrio, nem maior nem menor que a ofelividade dos 5 gramas de vinho, ela só pode ser igual.

197. Para que esse raciocínio fosse rigoroso, seria preciso, além disso, que as quantidades fossem infinitesimais. Quando são finitas, não se pode dizer que a ofelividade de 10 gramas de pão, somados a 10 quilos de pão, seja igual à ofelividade de 10 gramas de pão. Poder-se-ia, além disso, raciocinar simplesmente por aproximação e considerar uma média. Não temos, porém, por que nos deter nisso, pois, de uma maneira ou de outra, temos uma noção do fenômeno.

198. Para quantidades muito pequenas pode-se supor que a ofelividade é proporcional às quantidades. A ofelividade dos 5 gramas de vinho será, portanto, de cerca da metade da ofelividade de 10 gramas de vinho (ela seria rigorosamente a metade se se considerasse em quantidades infinitesimais). Poder-se-á, portanto, dizer que para o equilíbrio é preciso que a ofelividade de uma muito pequena quantidade de pão seja igual à metade da ofelividade da mesma muito pequena quantidade de vinho. A ofelividade elementar (§ 33) do pão deverá ser igual à metade da ofelividade elementar do vinho. Ou então, lembrando que o preço do vinho é 2, poderemos ainda dizer que as ofelividades elementares ponderadas (§ 34) do pão e do vinho devem ser iguais.

Sob essa forma a proposição é geral para o tipo (I) e aplica-se a um número qualquer de indivíduos que se deixam guiar diretamente por seus gostos pessoais (§ 41) e a um número qualquer de mercadorias, visto que se supõe que o prazer que proporciona o consumo de cada mercadoria é independente do consumo de outras (IV, 10,11). Nesse caso cada indivíduo compara uma das mercadorias, A, por exemplo, às outras B, C, D ... ; e ele se detém nas transfor-

mações quando, para ele, as ofelimitades ponderadas de todas essas mercadorias forem iguais. Têm-se, assim, para cada indivíduo, tantas condições quanto as mercadorias, menos uma. Se, por exemplo, existem três, A, B, C, deve-se dizer que a ofelimitade elementar ponderada de A é igual àquela de B, e também à de C, e que nos dá, precisamente duas condições.

199. Essa categoria de condições expressa a idéia de que cada indivíduo satisfaz DIRETAMENTE (§ 41) seus gostos, tanto quanto seja permitido pelos obstáculos. Para distingui-los das outras, chamá-los-emos categoria (A) das condições.

200. Temos outra categoria de condições que indicaremos por (B), fazendo o orçamento de cada indivíduo (§ 175). O número de condições dessa categoria é, portanto, igual ao número de indivíduos.

Se fizermos a soma de todos os orçamentos individuais, obtém-se o orçamento de toda a coletividade, que é formada pelos resíduos de cada mercadoria depois da compensação das vendas e compras. Se uma parte dos indivíduos vendeu um total de 100 quilos de óleo, e se os outros indivíduos compraram 60, a coletividade vendeu, no total, 40 quilos de óleo. Todos esses resíduos, multiplicados pelos respectivos preços, devem ser balanceados. Se, por exemplo, a coletividade vendeu 20 quilos de vinho a 1,20 franco o quilo e 60 quilos de trigo a 0,20 o quilo, tirou de suas vendas 36 francos; e se comprou apenas óleo, como as receitas balanceiam as despesas, é preciso que ela não tenha ultrapassado 36 francos pelo óleo. Conseqüentemente, se conhecemos os preços e as quantidades compradas ou vendidas pela coletividade, para todas as mercadorias menos uma, as condições (B) nos levam a conhecer essa quantidade até mesmo para a mercadoria emitida.

201. Contemos as condições que acabamos de enumerar. Se há, por exemplo, 100 indivíduos e 700 mercadorias, a categoria (A) nos dará, para cada indivíduo, 699 condições, e para 100 indivíduos, 69 900 condições. A categoria (B) nos dará 100 outras condições; teremos no total: 70 000 condições. Esse total é em geral igual ao número dos indivíduos multiplicado pelo número de mercadorias.

Contemos as incógnitas. Uma das mercadorias servindo de moeda, existem 699 preços de outras mercadorias. Para cada indivíduo existem as quantidades que recebe (ou que dá) de cada mercadoria; temos, então, no total, 70 000 quantidades. Acrescentando os preços, temos 70 699 incógnitas.

Comparando o número 70 000 das condições ao número 70 699 da incógnitas, veremos em breve que, para que o problema seja bem determinado (§ 38), faltam 699 condições, a saber, geralmente tanto quanto há de mercadorias menos uma.

202. Devemos obtê-las pela consideração dos obstáculos. Na troca, os obstáculos, além da oposição aos gostos do indivíduo, que já consideramos nas condições (A), consistem simplesmente no fato de que as qualidades de mercadorias são constantes, porque o que um dos indivíduos dá é recebido pelos outros; e no total, para cada mercadoria, as vendas da coletividade compensam exatamente as compras. As condições (B), porém, nos dão a quantidade total de uma mercadoria vendida, ou comprada pela coletividade, quando se conhecem as quantidades análogas para as outras mercadorias (§ 200); será suficiente, então, colocar como condição para todas as mercadorias menos uma, isto é, para 699 mercadorias, que o resíduo das compras ou das vendas da coletividade seja igual a zero. Isso porque as condições (B) nos mostram que esse resíduo é igualmente zero para a última mercadoria.

Temos assim uma nova categoria das condições que se referem aos obstáculos que designaremos por (C).

203. Faltavam-nos 699 condições, e a categoria (C) é precisamente constituída pelas 699 condições. O número de condições é agora igual ao das incógnitas e o problema é completamente determinado.

204. No tocante às 700 mercadorias poderíamos ter dito que, para a coletividade, as quantidades vendidas eram iguais às quantidades compradas, o que significa um resíduo zero para todas as 700 mercadorias. Teríamos tido, assim, mais uma condição na categoria (C); mas, em compensação, teríamos tido uma a menos na categoria (B). Com efeito, quando todas as quantidades de mercadorias são conhecidas, é suficiente ter o orçamento de todos os indivíduos menos um para ter, igualmente, o orçamento deste último. O que ele recebe é, evidentemente, igual ao que os outros dão; e o que ele dá é igual ao que todos eles recebem.

205. Consideremos a produção. Suponhamos que em 700 mercadorias, 200 sejam transformadas em 500 outras, das quais calcularemos o custo de produção. Se a concorrência é completa, o equilíbrio só pode acontecer onde esse custo de produção seja igual ao preço de venda. Com efeito, se ele for mais elevado, o produtor está com perda e deve abandonar a luta; se ele é mais baixo, o produtor ganha, e virão outros para repartir esse lucro. Temos assim uma categoria — que designaremos por (D) — de condições que exprimem, para cada uma das 500 mercadorias produzidas, que o custo de produção é igual ao preço de venda.

206. No caso da troca seria preciso exprimir que as quantidades totais de todas as 700 mercadorias, menos uma, permaneceriam constantes. No caso da produção já não é assim, e devemos exprimir que 200 mercadorias foram transformadas em 500 outras, isto é, que a

quantidade das primeiras que desapareceu foi substituída pela quantidade das que foram produzidas. Por motivos análogos aos que acabamos de indicar, é suficiente indicar o mesmo para as 200 mercadorias menos uma. Temos, assim, uma nova categoria (E) de condições.

As condições dessa categoria expressam que o equilíbrio se produz sobre a linha das transformações completas.

207. Totalizando o número das condições (D) e o das condições (E), temos 699 condições, ou seja, o que nos faltava, e assim o problema fica completamente determinado.

208. No caso dos fenômenos do tipo (I), com concorrência completa e preços constantes para as porções sucessivas de uma mesma operação, podemos enunciar o seguinte teorema:

Temos um ponto de equilíbrio no ponto em que se realizam as condições seguintes: (A) Igualdade, para cada indivíduo, das ofelimitudes ponderadas; (B) Igualdade, para cada indivíduo, das receitas e das despesas. Além disso, no caso de troca: (C) Igualdade, para todos as mercadorias, das quantidades existentes antes e depois da troca. Em seguida, no caso da produção, as condições acima são substituídas pelas seguintes: (D) Igualdade do custo de produção e do preço de venda, para todas as mercadorias produzidas; (E) Igualdade das quantidades de mercadorias requeridas para a transformação e das quantidades dessas mercadorias efetivamente transformadas.

209. Aliás, entre as condições (B) e (C) existe uma supérflua, o mesmo ocorrendo entre as condições (B) e (D) e (E).

210. Escolhamos, ao acaso, uma mercadoria A que servirá de moeda; os preços de todas as mercadorias serão, em conseqüência, expressas em A. Além disso, como o fizemos antes (§ 198), comparemos uma a uma, as outras mercadorias a A, e suponhamos que temos, para cada indivíduo, as linhas de indiferença de A e de B, as linhas de indiferença de A e de C etc. Os pontos de equilíbrio possível são aqueles em que a curva de indiferença de A e de B tem uma tangente cuja inclinação sobre o eixo oB é igual ao preço de B em A. Da mesma maneira, para as linhas de indiferença de C em A, a inclinação da tangente sobre o eixo oC deve ser igual ao preço de C em A etc.

211. Temos, assim, condições análogas àquelas que constatamos para o caso de duas mercadorias. Porém, enquanto se conhecia, então *a priori*, a distância om , Fig. 12, que é a quantidade de A possuída na origem, pelo indivíduo, ao contrário no caso de várias mercadorias, om é uma incógnita: é essa parte de A que o indivíduo transforma em outra mercadoria, por exemplo em B. A categoria (A) de condições

expressa então, simplesmente, que o equilíbrio é possível nos pontos em que a tangente da curva de indiferença de uma mercadoria qualquer e da mercadoria A tem, sobre o eixo dessa mercadoria qualquer, uma inclinação igual ao preço dessa mercadoria.

212. A categoria (B), no caso das duas mercadorias, indica-nos, para cada indivíduo, o atalho percorrido. Se existem três mercadorias, pode-se ainda ter uma representação geométrica das condições (B), levando a quantidade dessas mercadorias sobre três eixos ortogonais. Um dos orçamentos (B) representa um plano sobre o qual se efetua a troca ou a transformação. Da mesma maneira se pode dizer, em casos de mercadorias em número superior a três, que cada orçamento (B) indica o *lugar* das transformações do indivíduo ao qual o orçamento se refere.

213. As condições (C), no caso de duas mercadorias e de dois indivíduos, se reduzem a uma, isto é, a quantidade de A cedida por um indivíduo é recebida pelo outro. E é em virtude dessa condição que, se dispusermos as curvas de indiferença dos dois indivíduos como elas o são na Fig. 16, o atalho seguido por cada um dos indivíduos é representado por uma única linha reta.

214. Vejamos que correspondência existe entre as condições que dizem respeito aos obstáculos e as que dizem respeito aos produtores. No caso de duas mercadorias, as condições (D) se reduzem a uma, que indica que o preço da mercadoria é igual a seu custo de produção. As condições (E) se reduzem também a uma só, ou seja, não existe nenhum resíduo de A, o que significa que o equilíbrio teve lugar sobre uma linha das transformações completas.

215. O equilíbrio pode ser estável ou instável. Por hipótese, suprimamos as equações da categoria (A) que se referem ao primeiro indivíduo, ou seja, não nos preocupemos em saber se os gostos destes indivíduos estão satisfeitos; seu orçamento continua em equilíbrio, pois todas as condições (B) subsistem. As equações por nós suprimidas na categoria (A) são em número igual ao das mercadorias menos uma (§ 198); este é também o número dos preços. Daí resulta que, quando admitimos que os gostos de um dos indivíduos da coletividade podem não ser satisfeitos, podemos fixar arbitrariamente os preços.

216. Essa demonstração era necessária para mostrar que a operação que íamos efetuar era possível. Suponhamos que exista uma posição de equilíbrio para todos os membros da coletividade: modifiquemos ligeiramente os preços e restabeleçamos o equilíbrio para todos os indivíduos da coletividade, menos o primeiro; isso é possível graças à demonstração precedente.

Após essa operação, todos os indivíduos estão satisfeitos, à exceção do primeiro. É preciso observar agora que este compara, sucessivamente, todas as mercadorias a uma delas, isto é, em nosso caso a A, e que, visto que consideramos os fenômenos do tipo (I), ele compara unicamente a ofelimidade da qual usufrui nos diferentes pontos de cada atalho. Para A e B, para A e C etc., estar-se-á, portanto, diante de fenômenos como aqueles tantas vezes relembrados dos pontos (α), (β) e (γ) da Fig. 18 e dos casos análogos de equilíbrio estável e instável. Em outras palavras, o indivíduo considerado recebe e dá, a novos preços, certas quantidades de mercadorias que são superiores ou inferiores às que, para ele, correspondem ao equilíbrio. Ele se esforçará, em consequência, para retomar à posição de equilíbrio, o que só lhe é possível modificando os preços a que compra e aqueles a que vende. Assim fazendo, pode acontecer que ele se aproxime da posição de equilíbrio, de onde supusemos que ele havia sido expulso, ou então pode ocorrer que dela se distancie. No primeiro, trata-se de um caso de equilíbrio estável; no segundo, de um caso de equilíbrio instável. Para que o equilíbrio seja estável para a coletividade, é preciso, evidentemente, que ele o seja para todos os indivíduos que a compõem.

217. As condições que enumeramos para o equilíbrio econômico nos dão uma noção geral desse equilíbrio. Para saber o que seriam certos fenômenos, tivemos que estudar sua manifestação; para saber o que seria equilíbrio econômico, tivemos que pesquisar como ele era determinado. Observamos, aliás, que essa determinação não tem, absolutamente, como finalidade chegar a um cálculo numérico dos preços. Façamos a hipótese mais favorável a tal cálculo; suponhamos que tenhamos triunfado sobre todas as dificuldades para chegar a conhecer os dados do problema e que conhecêssemos as ofelimidades de todas as mercadorias para cada indivíduo, todas as circunstâncias da produção das mercadorias etc. Tal hipótese já é absurda e, no entanto, ela ainda não nos fornece a possibilidade prática de resolver esse problema. Vimos que no caso de 100 indivíduos e de 700 mercadorias haveria 70 699 condições (na realidade, um grande número de circunstâncias, que negligenciamos até aqui, aumentaria ainda mais esse número); portanto, deveremos resolver um sistema de 70 699 equações. Na prática isso ultrapassa o poder da análise algébrica e ultrapassaria mais ainda se se considerasse o número fabuloso de equações que daria uma população de 40 milhões de indivíduos e alguns milhares de mercadorias. Nesse caso, os papéis seriam trocados, e já não seriam as Matemáticas que viriam em auxílio da Economia Política, mas a Economia Política é que iria em auxílio das Matemáticas. Em outras palavras, se fosse possível conhecer verdadeiramente todas essas equações, o único meio acessível às forças humanas para resolvê-las seria observar a solução prática que o mercado fornece.

218. Porém, se as condições que acabamos de enumerar não podem nos servir na prática para cálculos numéricos de quantidade e de preços, elas são o único meio, até aqui conhecido, para se chegar a uma noção da maneira como variam essas quantidades e esses preços ou, mais exatamente, de modo geral, para saber como se produz o equilíbrio econômico.

219. Sob a pressão dos fatos, até mesmo os economistas aos quais eram desconhecidas essas condições tiveram que levá-las em consideração. Pode-se dizer que chegavam ao seguinte: eles procuravam a solução de um sistema de equações sem fazer uso das Matemáticas, e, como isso não é possível, não tinham outro meio de escapar à dificuldade a não ser com subterfúgios, alguns, justiça seja feita, bastante engenhosos. Em geral, procedeu-se da seguinte maneira; supôs-se, mais ou menos implicitamente, que todas as condições (equações) menos uma estavam satisfeitas restando apenas uma incógnita a ser determinada por meio de quantidades conhecidas, o que era um problema que não ultrapassava o poder da Lógica comum.¹²²

Em vez de uma só condição, pode-se também considerar apenas uma das categorias de condições (equações) que determinam o equilíbrio, pois, sendo semelhantes as condições, a lógica comum pode delas se ocupar, aliás sem grande precisão, como de uma só equação.

Eis um exemplo de frases anfigúricas, tais como ainda são empregadas em Economia literária: “Se supomos uma condição de plena e livre concorrência, o grau de limitação — assim como o custo de substituição e o grau de utilidade marginal — se identificarão com o grau de limitação quantitativa, isto é, com o custo de produção.

Isso parece querer dizer alguma coisa e não quer dizer absolutamente nada. O autor evitou definir exatamente o que significa o *grau de limitação*: ele tem uma idéia muito vaga de certa coisa que ele chama *custo de produção* e que não é de modo algum o custo em moeda; ele entrevê outra coisa que é a *utilidade marginal*; e por associação de idéias estabelece uma identidade que só existe em sua imaginação.

Naturalmente, tal modo de raciocinar só pode conduzir a equívocos. Com efeito, nos dizem: “se consideramos o valor de bem em uma única troca, só se pode dizer que o preço desse bem é determinado por seu grau de limitação quantitativa”.

Apliquemos essa teoria a um exemplo. Um viajante se encontra no centro da África: ele possui uma partitura da *Traviata*, que é única na localidade. Seu “grau de limitação quantitativa”, se esse termo significa alguma coisa, deve então ser muito elevado; e, no entanto seu

¹²² Trata-se que já indiquei, pela primeira vez, no *Giornale degli Economisti*. Setembro de 1901. Ver também *Systèmes*. II, p. 228 et seq.

preço é zero; os negros com os quais nosso viajante se relaciona não apreciam de modo algum essa mercadoria.

Temos retrogradado; Fedro e La Fontaine eram melhores economistas. O galo que havia encontrado a pérola já sabia que, além da questão “de limitação quantitativa”, existe uma questão de gosto:

*Ego quod te inveni, potior cui multo est cibus,
Nec tibi prodesse, nec mihi quidquam potest.*

Quanto ao ignorante de La Fontaine, pode ser que o manuscrito que ele havia herdado tivesse um alto grau de “limitação quantitativa” e fosse até o único em seu gênero; mas se nenhum amador quisesse esse manuscrito, nosso ignorante não teria tido seu ducado.

Pretendeu-se encontrar pelo menos um limite dos preços, afirmando que “ninguém consentiria em pagar a uma mercadoria mais do que ela custaria se ele próprio a produzisse”.

Se entendermos rigorosamente essa proposição, só pode tratar-se de um custo em moeda, pois não se pode comparar duas quantidades heterogêneas: preço e sacrifícios. Deixamos de lado o erro que consiste em supor um custo de produção independente dos preços, erro que será tratado mais adiante (§ 224); limitemo-nos a salientar que essa proposição, ainda que fosse verdadeira, seria as mais das vezes inútil, pois entre as mercadorias que consumimos quase não se encontram aquelas que pudessem ser produzidas por nós, e estas, em número muito reduzido, que poderíamos produzir, nos custariam um preço enormemente superior àquele pelo qual as compramos. Como vocês se arranjariam para produzir, diretamente, o café que bebem, o tecido com que se vestem, o jornal que lêem? E qual seria o preço de uma dessas mercadorias se — supondo até mesmo o impossível — vocês pudessem produzi-las diretamente?

Os economistas literários, querendo evitar a todo preço estudar o conjunto das condições do equilíbrio econômico, trataram de simplificar o problema trocando o sentido do termo “custo de produção” e substituindo o custo de produção em número por um custo de produção expresso em sacrifícios, que tem apenas um sentido vago e indeterminado, prestando-se a todo tipo de interpretação.

Um indivíduo possui um quintal em que pode cultivar morangos; diz-se que é evidente que ele não pagará pelos morangos um preço que represente para ele um sacrifício maior do que aquele que faria produzindo-os diretamente. Essa proposição, que tem por finalidade evitar a complicação dos fenômenos econômicos, é simples apenas na aparência; se quisermos precisá-la, a complicação que se acreditava evitada aparecerá novamente. Como avaliar os “sacrifícios” do indivíduo que cultiva seus morangos? Seria o esforço que fará mais as despesas? Ignoramos como se poderá somar essas quantidades heterogêneas, mas vamos adiante: admitamos que de alguma maneira se tenha feito essa

soma. Conseguimos, dessa maneira, isolar do resto do fenômeno econômico a produção de morangos de nosso indivíduo. Só que, nesse sentido, a proposição é falsa. O dono do quintal é um pintor de talento; numa jornada de trabalho ele ganha o suficiente para comprar muito mais morangos do que produziria trabalhando seis meses em seu quintal; portanto, ele leva vantagem em pintar e em comprar os morangos por muito mais do que eles lhe “custariam”.

Para tornar verdadeira nossa proposição, e preciso mudar o sentido do termo *custar* e dizer que nosso indivíduo deve considerar não o *esforço* que ele gasta diretamente para produzir os morangos, mas as vantagens a que renuncia empregando seu tempo em cultivar morangos, em vez de empregá-lo de outra maneira. Nesse caso, porém, o fenômeno da produção de morangos não se encontra mais isolado do resto do fenômeno econômico; a proposição que enunciamos já não é suficiente para determinar o preço dos morangos; ela expressa apenas o fato de que todo indivíduo trata de fazer uso o mais vantajoso de seu trabalho e dos outros fatores de produção de que dispõe; o que, nesse caso, conduz simplesmente a colocar uma parte das condições (equações) do equilíbrio econômico, e precisamente das condições que designamos por A (§ 199).

Podemos continuar nesse caminho esforçando-nos para levantar as dificuldades que assinalamos no começo. Objetam-nos que um homem está impossibilitado de produzir a maior parte das mercadorias que consome. Bem, façamos para as mercadorias que o indivíduo consome a mesma operação que fizemos para os fatores de produção de que ele dispunha. Não lhe peçamos para produzir diretamente seu relógio, o pobre homem jamais chegaria ao fim; chamemos “custo de produção” o prazer a que ele renuncia quando emprega seu dinheiro para comprar um relógio em vez de comprar outra coisa. Desde que se tenha a lealdade de advertir claramente o leitor de que se dá esse sentido estranho ao termo “custo de produção”, poder-se-á, em seguida, dizer que o preço que se paga por um relógio é tal que representa um prazer igual ao “custo de produção” do relógio. Apenas se terá, assim, as equações que faltavam para completar o total das equações A, das quais já obtivemos numa parte considerando os fatores da produção. Ter-se-á feito uma teoria da troca enquanto se tinha a impressão de fazer uma teoria de produção; e foi para dar o troco a esse assunto que, sem que se tivesse consciência, mudou-se de maneira estranha o sentido do termo: custo de produção.

Se nos estendemos um pouco sobre essa proposição da Economia literária, não é porque seja pior do que as outras, mas unicamente para citar um exemplo, escolhido ao acaso, da maneira deploravelmente vaga e errônea como são ainda tratadas essas questões, e dos absurdos que se ensinam corretamente sob o nome de Ciência Econômica.

220. Consideremos apenas a categoria (A), do § 208, e suponhamos que todas as outras categorias de condições estejam satisfeitas por si próprias. Nesse caso podemos dizer que os preços são determinados pela ofelividade, pois é precisamente a categoria (A) que estabelece a igualdade das ofelividades ponderadas. Ou então, servindo-nos da fraseologia dos economistas que consideram o problema dessa maneira, diremos que os *valores* são determinados pelas *utilidades*, ou ainda que o valor tem como causa a utilidade.

221. Consideremos, ao contrário, unicamente a categoria (D) do § 208 e suponhamos que todas as outras categorias de condições estejam por si mesmas satisfeitas. Nesse caso podemos dizer que os preços são determinados pela igualdade do custo de produção de cada mercadoria e de seu preço de venda.¹²³

Se quisermos levar em consideração o fato de que as mercadorias consideradas são as que se podem produzir por meio desse preço no momento em que o equilíbrio se estabelece, falaremos do custo de *reprodução* e não do custo de produção.

Ferrara foi mais longe: ele considerou o custo para produzir, não uma mercadoria, porém uma sensação¹²⁴ e dessa maneira foi levado a considerar, sem dúvida de maneira imperfeita, não somente as condições (D), mas também as condições (A). Quando se imagina que ele chegou até aí sem recorrer às considerações matemáticas, que tornam o problema tão simples, deve-se admirar o poder verdadeiramente extraordinário de sua inteligência. Nenhum dos economistas não matemáticos foi mais longe.

222. Consideremos as categorias (A) e (B); elas nos permitem deduzir as quantidades das mercadorias determinadas pelos preços (as quantidades em função dos preços, ou seja, isso que os economistas chamaram *leis de oferta e da procura*). E se, como acima, nós supusermos que as outras categorias de condições encontram-se satisfeitas por elas próprias, poderemos dizer que as quantidades são determinadas pelos preços, por intermédio das leis da oferta e da procura.

Os economistas não matemáticos não tiveram jamais uma idéia clara dessas leis. Frequentemente eles falavam da oferta e da procura de uma mercadoria como se elas dependessem apenas do preço dessa mercadoria.¹²⁵ Quando perceberam seu erro, corrigiram-no falando do *poder de compra* da moeda, porém sem saber jamais ao certo o que era essa entidade.

123 *Cours. I, § 80.*

124 *Cours. I, § 80.*

125 Cairnes. *Some Leading Principles of Pol. Econ.* Cap. II. "Por oferta e procura, quando se fala em mercadorias especiais, é preciso (...) entender oferta e procura a certo preço (...)"

223. Além disso, como eles não viam claramente que a procura e a oferta resultavam precisamente das condições (A) e (B), falavam da procura e da oferta como de quantidades que tinham existência independente dessa condição e colocavam então problemas como onde saber se o desejo que um indivíduo tem por um objeto que não tem meios de comprar pode ser considerado como fazendo parte da procura, ou ainda se uma quantidade de mercadoria existente no mercado mas que seu possuidor não quer vender faz parte da oferta.

Thornton¹²⁶ faz a suposição que se tem para vender certo número de luvas que são vendidas a preços sucessivos decrescentes, até que estejam todas vendidas; ele admite que a quantidade *oferecida* é o número total das luvas e observa que somente a última porção é vendida pelo preço que torna iguais a oferta e a procura “vendendo-se a maior parte a preços que tornariam a oferta e a procura desiguais”. Ele confunde aqui o ponto de equilíbrio, em que a oferta e a procura são iguais, e o caminho seguido para chegar a esse ponto, caminho sobre o qual a oferta e a procura são desiguais (§ 182).

224. O custo de produção foi concebido pelos economistas literários como um preço *normal* em torno do qual deviam gravitar os preços determinados pela procura e pela oferta. Assim chegavam a levar em consideração, embora de maneira imperfeita, as três categorias de condições (A), (B), (D). Eles, porém, as consideravam independentemente umas das outras, e parecia que o custo de produção de uma mercadoria era independente dos preços desta mercadoria e das outras. É fácil de ver quão grosseiro era o erro. Por exemplo, o custo de produção do carvão-de-pedra depende do preço das máquinas, e o custo de produção das máquinas depende do preço do carvão. Em conseqüência, o custo de produção do carvão depende do preço desse mesmo carvão. E essa dependência é ainda mais direta se considerarmos o consumo de carvão das máquinas empregadas na mina.

225. O preço ou o *valor de troca* é determinado ao mesmo tempo que o equilíbrio econômico, e este nasce da oposição entre os gostos e os obstáculos. Quem olha apenas um lado e considera unicamente os gostos, acredita que estes determinam exclusivamente o preço e encontra a *causa* do valor na *utilidade* (ofelividade). Quem olha do outro lado e só considera os obstáculos crê que são exclusivamente eles que determinam o preço e encontra a *causa* do valor no custo de produção. E, se entre os obstáculos considera apenas o trabalho, encontra a causa do valor exclusivamente no trabalho. Se no sistema das condições (e-*quações*) que, como vimos, determinar o equilíbrio supusermos que

126 *On Labour.*

todas as condições estão por si satisfeitas, com exceção daqueles referentes ao trabalho, poderemos dizer que o valor (preço) depende apenas do trabalho, e essa teoria não será falsa, mas simplesmente incompleta. Ela será verdadeira desde que as hipóteses feitas se realizem.

226. As condições que, muitas vezes inconscientemente, se desprezavam, que se descartavam, retornavam por si mesmas, porque, chegados à solução do problema, sentia-se, freqüentemente por intuição, que era necessário levá-las em consideração. Foi dessa maneira que Marx, em sua teoria sobre o valor, teve que procurar eliminar, por média ou de outra maneira, as condições que teve que negligenciar para fazer o valor depender apenas do trabalho.¹²⁷ Assim, para muitos economistas, o termo *valor de troca* não significa apenas uma relação, a razão de troca de duas mercadorias, mas acrescenta, de maneira um pouco imprecisa, certas noções de poder de compra, de equivalência de mercadorias, os obstáculos a vencer, resultando daí uma entidade mal definida que, justamente por causa disso, pode compreender certa noção das condições que se desprezaram mas cuja consideração se sente que é preciso levar em conta.

Tudo isso é dissimulado pela indefinição e pela falta de precisão das definições por um tinido de palavras que parecem querer algo e sob as quais não há nada.¹²⁸

Deram-se assim tantos sentidos vagos e às vezes até mesmo contraditórios ao termo *valor* que seria melhor não utilizá-lo no estudo da Economia Política.¹²⁹ Foi o que fez Jevons, utilizando-se da expressão *taxa de troca*; e seria melhor ainda, como o fez Walras, servir-se da noção de preço de uma mercadoria B numa mercadoria A (§ 153).

Ocorreu certa troca: trocou-se 1 de A por 2 de B; nessa troca o preço de A em B é 2. Este é um fato e é desses fatos que a Ciência Econômica se propõe fazer a teoria.

Vários autores colocam na noção do que determinam *valor* algo mais do que existe nessa noção de preço, isto é, aos fatos do passado eles acrescentam uma previsão do futuro. Dizem que o valor é 2 se se puder trocar *corretamente* 2 de B por 1 de A.

Eles não se expressam assim tão claramente porque todas essas teorias têm necessidade, para dissimular erros que nelas se encontram, de permanecer vagas, mas é exatamente este o fundo de seu pensamento.

127 Num livro publicado recentemente, diz-se que "o preço é a manifestação concreta do valor". Tínhamos as encarnações de Buda, eis que agora temos as encarnações do valor! Que poderá ser essa misteriosa entidade? Parece que é a "capacidade que possui um bem de ser trocado por outros bens". É definir uma coisa desconhecida por uma outra coisa menos conhecida, pois, o que poderia ser essa "capacidade"? E o que é ainda mais importante, como medi-la? Dessa "capacidade" ou de seu homônimo "valor" conhecemos apenas a "manifestação concreta", que é preço; e, francamente, é então inútil nos embarçarmos com essas entidades metafísicas, e podemos nos ater aos preços.

128 *Systemes*. I, p. 338 *et seq.*; p. 121 *et seq.*

129 *Systemes*. II, cap. XIII.

É preciso primeiro observar que nesse sentido as mercadorias que se vendem no atacado quase nunca teriam “valor”, pois seu preço varia de uma compra para outra; a cotação de abertura do mercado é muitas vezes diferente da cotação de fechamento.

Há um esforço para escamotear essa dificuldade fazendo distinção entre o *valor* e sua grandeza: como se uma quantidade pudesse existir independente de sua grandeza! Aliás, ainda que se admitisse isso, a consideração dessa entidade metafísica seria da mais perfeita inutilidade. Na realidade, remetem-se assim à imprecisão de uma definição as condições que se é incapaz de considerar para determinar o equilíbrio econômico.

Além disso, ao estabelecer uma teoria, é preciso que não confundamos jamais os fatos que essa teoria deve explicar e as previsões que se podem tirar. Os preços realizados para as vendas do cobre por atacado na bolsa de Londres são fatos; é preciso que se faça a teoria a seu respeito antes de ter a menor esperança de conhecer o que serão no futuro; e, neste momento, essa previsão é absolutamente impossível. Nada existe de real, fora esses preços, que seja o “valor” do cobre. Se as pessoas que não têm noções científicas em Economia Política julgam de outra maneira, é porque entrevêem vagamente que, se certos preços foram realizados em Londres para o cobre e se é provável que outros preços, que não se saberiam precisar, se realizarão no futuro, é porque o cobre satisfaz indiretamente os gostos dos homens e que existem obstáculos para obtê-lo. Nessas concepções, a que a ciência dá precisão, têm, para essas pessoas, apenas um sentido vago e indeterminado, e elas o ligam ao termo *valor*, para dar-lhe um nome.

Não existe nenhuma entidade que se assemelhe a esta que os economistas literários denominam *valor*, e que seja objetivamente dependente de uma coisa, como o seria a densidade ou qualquer outra propriedade física dessa coisa. Essa entidade também não existe sob a forma de “estimativa” que um ou vários indivíduos fazem dessa coisa. Para dar-lhe existência, também não é suficiente considerar certos obstáculos à produção.

Se essa coisa vaga e indeterminada que os economistas literários denominam *valor* tem qualquer relação com os preços, pode-se afirmar que ela depende de *todas* as circunstâncias, sem exceção, que influem sobre a determinação do equilíbrio econômico.

Qual é o *valor* dos diamantes? Vocês não podem resolver essa questão nem considerando os desejos que ele desperta em homens e mulheres, nem considerando os obstáculos que sua produção encontra, nem as avaliações nas quais se traduzem esses desejos e esses obstáculos, nem as “limitações de quantidade”, nem o custo de produção, nem o custo de reprodução etc. Todas essas circunstâncias influem sobre o preço dos diamantes, mas sozinhas, ou em grupo, não são suficientes para determiná-lo.

Por exemplo, por volta do fim do ano de 1907, nenhuma mudança notável tinha acontecido nas circunstâncias que acabamos de enumerar, mas o preço dos diamantes baixava e teria baixado ainda mais se não tivesse sido sustado pelo monopólio de um sindicato. A crise era tão profunda que os principais produtores de diamantes, a Companhia Der Beer e a Companhia Premier, suspendiam a distribuição dos dividendos. Que circunstância viria mudar assim tão bruscamente o *valor* dos diamantes? Simplesmente a crise financeira nos Estados Unidos da América e na Alemanha. Esses países, grandes compradores de diamantes, suspendiam quase que inteiramente suas compras.

Para explicar e prover semelhantes fenômenos, as teorias metafísicas dos economistas literários não servem para nada; ao passo que as teorias da Economia científica se adaptam perfeitamente a esses fatos.

227. A coisa indicada pelas palavras valor de troca, taxa de troca, de preço, não tem *uma* causa; e podemos dizer, daqui para diante, que todo economista que procura *a causa* do valor demonstra que não entendeu nada do fenômeno sintético do equilíbrio econômico.

Outrora acreditava-se que devia haver *uma* causa do valor e discutia-se simplesmente para saber qual seria.

É interessante notar que o poder da opinião segundo a qual deveria haver uma causa do valor tão grande que mesmo Walras não pode se esquivar inteiramente, ele que, dando-nos as condições de equilíbrio em caso determinado, contribuiu para demonstrar o erro dessa opinião. Ele expressa duas noções contraditórias. Por um lado nos diz que “todas as incógnitas do problema econômico dependem de todas as equações do equilíbrio econômico”; e essa é uma boa teoria. Mas, por outro lado, afirma que “é certo que a *raridade* (ofelimidade) é a causa do valor de troca” e esta é uma reminiscência de teorias ultrapassadas, que não correspondem à realidade.¹³⁰

Esses erros são perdoáveis e até mesmo naturais, no momento em que se passa de teorias inexatas a novas e melhores teorias; porém seriam imperdoáveis agora que essas teorias foram elaboradas e progrediram.

228. Em resumo, as teorias que levam em conta apenas o valor

130 *Éléments d'Économie Politique Purs.* Lausanne, 1900. “Teoricamente, todas as incógnitas do problema econômico dependem de todas as equações do equilíbrio econômico”, p. 289. “É certo que a raridade é a causa do valor de troca”, p. 102.

É provável que Walras tenha-se deixado enganar pelas notas acessórias da palavra *raridade*. Em suas fórmulas, como ele próprio concorda, é o *Grenznutzen* dos alemães, o final *degree of utility* dos ingleses, ou então nossa ofelimidade elementar, mas no texto, aqui e ali, ele acrescenta, de maneira pouco precisa, esta idéia de que a mercadoria é rara para as necessidades a satisfazer, em conseqüência dos obstáculos a ultrapassar para obtê-la. Entrevê-se, também vagamente, uma noção dos obstáculos, e esta proposição, “a raridade é a causa do valor de troca”, torna-se menos inexata. A culpa dessas confusões não cabe a este sábio eminente; ela pertence inteiramente ao modo de raciocínio em uso na Ciência Econômica; modo de raciocínio para cuja retificação os trabalhos de Walras têm, precisamente, contribuído.

(preço), *grau final de utilidade* (ofelividade), não possuem grande utilidade para a Economia Política. As teorias mais úteis são aquelas que consideram, em geral, o equilíbrio econômico e que pesquisam como ele nasce na oposição entre os gostos e os obstáculos.

É a mútua dependência dos fenômenos econômicos que torna indispensável o uso das Matemáticas para estudar esses fenômenos; a Lógica comum pode servir para estudar as relações de causa e efeito, mas logo se torna importante quando se trata de relações de mútua dependência. Estas, em Mecânica racional e em Economia pura, necessitam o uso das Matemáticas.

A principal utilidade que se tira das teorias da Economia pura é que ela nos dá uma noção sintética do equilíbrio econômico, e neste momento não temos outros meios para chegar a esse fim. Porém, o fenômeno que a Economia pura estuda difere, às vezes um pouco, às vezes muito, do fenômeno concreto; cabe à Economia aplicada estudar essas divergências. Seria pouco razoável pretender regular os fenômenos econômicos apenas pelas teorias da Economia pura.

CAPÍTULO IV

Os Gostos

1. No capítulo precedente procuramos chegar a uma noção muito geral, e em conseqüência um pouco superficial, do fenômeno econômico; descartamos, em vez de resolver, um grande número de dificuldades que encontramos. Falta-nos, agora, estudar mais de perto os fenômenos, os detalhes que desprezamos e completar as teorias que apenas indicamos.

2. *Os gostos e a ofelimidade* – Tentamos reduzir o fenômeno dos gostos ao prazer que o homem sente quando consome certas coisas ou quando delas se serve de alguma maneira.

Apresenta-se aqui, imediatamente, uma dificuldade. Devemos considerar o uso e o consumo simplesmente como facultativos ou também como obrigatórios? Em outras palavras, as quantidades de mercadorias que figuram nas fórmulas da Economia pura devem ser entendidas como consumidas apenas quando isso agrada ao indivíduo, ou como necessariamente consumidas, mesmo que em vez de prazer elas causem aborrecimentos? No primeiro caso, as ofelimidades são positivas, não podendo descer abaixo de zero, pois quando o sujeito está satisfeito, ele se detém. No segundo caso, as ofelimidades podem ser negativas e representar uma dor em vez de um prazer.

Os dois casos são teoricamente possíveis para resolver a questão que acabamos de colocar; é preciso debruçar-se sobre a realidade e ver qual é o caso do qual a Economia Política deve se ocupar.

3. Não é difícil ver que ela deve se ocupar em fazer a teoria da primeira categoria. Se um homem tem mais água do que lhe é necessário para saciar-se, na verdade ele não é forçado a bebê-la toda; bebe quanto quer e deita fora o resto. Se uma senhora tem 10 vestidos, não tem necessidade de vesti-los todos de uma vez; e não é hábito vestir todas as camisas que se possuem. Enfim, cada um se serve dos bens que possui da maneira que mais lhe convém.

4. Mas, decidido isso, muda um pouco o significado das quantidades que figuram nas fórmulas da Economia para as mercadorias. Já não se trata das quantidades consumidas, mas das quantidades que se encontram à disposição do indivíduo. Por isso o fenômeno concreto diverge um pouco do fenômeno teórico. Como causa das ações do indivíduo, substituímos a sensação do consumo atual pela sensação atual do consumo futuro dos bens que estão a sua disposição.

5. Além disso, no caso em que o indivíduo possui uma quantidade de bens que chega à fartura, desprezamos o aborrecimento que ele pode ter para se desembaraçar das quantidades supérfluas. É verdade, porém, que normalmente ela é insignificante e, como diz o provérbio: abundância de bens nunca prejudica; mas existem casos excepcionais em que ela pode ser muito importante e por isso deve ser levada em consideração.

6. Quanto à substituição da sensação do consumo efetivo pela sensação do consumo possível, considerando as ações que se repetem, e é o que faz a Economia Política, essas duas sensações, em resumo, encontraram-se em relação constante de tal maneira que, sem erro grave, a segunda pode substituir a primeira. Nos casos excepcionais, por exemplo, para indivíduos muito imprevidentes e estouvados, torna-se útil considerar a diferença que existe entre essas duas sensações, porém, neste momento, não nos deteremos nisso.

7. A consideração das quantidades que estão à disposição do indivíduo também tem outra vantagem; permite-nos levar em consideração a ordem dos consumos e supor que essa ordem é a que melhor convém ao indivíduo. É evidente que não se sente o mesmo prazer se comemos a sopa no começo da refeição e a sobremesa no fim, ou se começamos pela sobremesa para terminar com a sopa. Deveríamos, portanto, levar em consideração a ordem, isso porém aumentaria consideravelmente as dificuldades da teoria e não há mal em nos desembaraçarmos desse espinho.

8. Isso não é tudo. O consumo de mercadorias pode ser independente: a ofelividade que proporciona o consumo de uma mercadoria pode ser a mesma quaisquer que sejam as outras mercadorias consumidas. Ela pode, portanto, ser independente. Mas, em geral, isso não acontece, e constantemente ocorre que os consumos são dependentes, o que significa que a ofelividade proporcionada pelo consumo de mercadoria depende do consumo de outras mercadorias.

É preciso distinguir duas espécies de dependências: 1) a que nasce do fato de que o prazer de um consumo encontra-se em relação com o prazer dos outros consumos; 2) A que se manifesta quando se pode substituir uma coisa por outra para produzir, no indivíduo, sensações, senão idênticas, pelo menos aproximadamente iguais.

9. Examinemos, agora, o primeiro gênero de dependência. Na realidade, o prazer que nos proporciona um consumo depende de nossos outros consumos; e, além disso, para que certas coisas nos proporcionem prazer, é preciso que estejam juntas a outras: por exemplo, uma sopa sem sal é pouco agradável e uma roupa sem botões é bastante incômoda.

No fundo, os casos que acabamos de considerar diferem apenas quantitativamente; o primeiro apresenta, embora menos pronunciadas, as mesmas características do segundo, e passa-se de um para outro em graus insensíveis. Pode tornar-se útil, assim mesmo, distinguir os casos extremos, que são os seguintes: (α) a dependência dos consumos pode resultar do fato de que apreciamos mais ou menos o uso e o consumo de uma coisa, segundo o estado em que nos encontramos; (β) essa dependência pode ser proveniente do fato de que certas coisas devem ser reunidas para proporcionar-nos prazer; chamamo-las BENS COMPLEMENTARES.

10. (α) O primeiro gênero de dependência é muito geral, e não podemos desprezá-lo quando consideramos variações importantes das quantidades das coisas; é somente quando essas variações são pouco importantes que se pode supor, aproximadamente, que certos consumos são independentes. É certo que aquele que sofre cruelmente de frio aprecia pouco uma bebida suave; aquele que tem fome não experimenta grande prazer apreciando um quadro, escutando uma narrativa bem-ordenada, e, se lhe dermos de comer, pouco lhe importa ser servido numa sopeira grosseira ou em porcelana fina. Por outro lado, nesse gênero de dependência e para pequenas variações de quantidade, a parte principal das variações da ofelividade provém da variação da quantidade dessa mercadoria. É preferível comer um frango num prato bonito, mas, em suma, se esse prato é simplesmente mais ou menos belo, o prazer não é diferente. Inversamente, o prazer que se experimenta ao se servir de um belo prato depende principalmente desse prato, e não varia muito se o frango é mais ou menos gordo e de qualidade mais ou menos fina.

11. Uns poucos autores que constituíram a economia pura foram levados, para tornar mais simples os problemas que queriam estudar, a admitir que a ofelividade de uma mercadoria dependia apenas da quantidade da mercadoria à disposição do indivíduo. Não se pode censurá-los, pois afinal é preciso resolver as questões umas após as outras, e é melhor não se apressar. Porém, está na hora de se dar um passo adiante e considerar também o caso no qual a ofelividade de uma mercadoria depende do consumo de todas as outras.

No que diz respeito ao gênero de dependência que estudamos neste momento, poder-se-á, embora sempre aproximadamente e conquanto se trate de pequenas variações, considerar a ofelividade de

uma mercadoria como dependendo exclusivamente das quantidades dessa mercadoria. Mas será preciso levar em conta os outros gêneros de dependência.

12. (β) A noção de bens complementares pode ser mais ou menos extensa. Para se ter luz é preciso uma lâmpada e também petróleo; porém não é necessário ter um copo para se beber vinho, pode-se bebê-lo na garrafa.

Ampliando a noção de bens complementares poder-se-ia levar em conta essa dependência considerando como mercadorias distintas todas as combinações de mercadorias das quais o indivíduo se serve ou que são consumidas diretamente por ele. Por exemplo, não se considerariam separadamente o café, o açúcar, a xícara, a colher, considerando-se apenas uma mercadoria composta por essas três mercadorias necessárias para se tomar uma xícara de café. Descarta-se, assim, uma dificuldade para cair em outras maiores. Primeiro: por que se deter na formação dessa mercadoria ideal, na colher? Seria preciso levar em conta igualmente a mesa, a cadeira, o tapete, a casa em que se encontram todas essas coisas, e assim por diante até o infinito. Multiplicamos assim, além de qualquer medida, o número de mercadorias, porque toda combinação possível das mercadorias reais nos dá uma dessas mercadorias ideais.

É preciso, portanto, escolher o menor de dois males e apenas levar em consideração essas mercadorias compostas nos casos em que são muito estreitamente dependentes entre si, o que tornaria muito penoso considerá-las à parte. Em outros casos é preferível considerá-las separadamente, e recaímos, assim, no caso precedente. É preciso, porém, quando assim se procede, não nos esquecermos que a ofelividade de uma dessas mercadorias depende não somente das quantidades dessas mercadorias mas também das quantidades das outras mercadorias que a acompanham no uso ou consumo, e que se comete um erro considerando-a apenas como dependente da quantidade dessa mercadoria. Esse erro pode ser menosprezado quando existem apenas pequenas variações das quantidades das mercadorias, porque nesse caso se pode supor, aproximadamente, que o consumo da mercadoria considerada se efetua em certas condições médias em relação às mercadorias acessórias.

Retomando o exemplo precedente, se devêssemos considerar o caso extremo no qual não existe xícara para o café, não se poderia, sem grave erro, supor a ofelividade do café independente da xícara; mas se, ao contrário, se considera um estado que se desvia um pouco do estado existente, isto é, um estado no qual as variações consistem simplesmente em se ter uma xícara de qualidade um pouco melhor ou um pouco pior, pode-se, sem erro grave, considerar a ofelividade do café como independente da xícara. A rigor, a ofelividade do café

para um indivíduo varia com o açúcar, a xícara, a colher etc., que ele tem à sua disposição; porém, se supusermos um estado médio para todas essas coisas, poderemos, com uma aproximação grosseira, supor que a ofelividade do café depende unicamente da quantidade de café da qual dispõe um indivíduo dado. Da mesma maneira, a ofelividade do açúcar dependerá unicamente da quantidade de açúcar etc. Isso não mais seria verdadeiro se considerássemos as variações notáveis das quantidades ou dos preços. Que o açúcar custe 40 ou 50 centavos o quilo, isso pouco modifica a ofelividade do café; mas se já não pudéssemos obter açúcar, isso mudaria muito a ofelividade do café, e a simples alta do preço do açúcar de 50 centavos para 2 francos o quilo levaria a uma variação da ofelividade do café que não se deveria menosprezar.

13. Concluiremos, portanto, que, se nos ocuparmos de variações muito extensas, será preciso, pelo menos para a maior parte das mercadorias, considerar a ofelividade de uma mercadoria como dependente, não somente da quantidade utilizada ou economizada dessas mercadorias, mas também da quantidade de muitas outras mercadorias que se utilizam ou se consomem ao mesmo tempo. Se não o fizermos e se nos contentarmos em considerar a ofelividade de uma mercadoria como dependente unicamente da quantidade dessa mercadoria, torna-se necessário raciocinar unicamente sobre variações muito pequenas e, em consequência, estudar o fenômeno apenas na vizinhança de uma dada posição de equilíbrio.

14. Passamos agora ao segundo gênero de dependência. Um homem pode se fartar de pão ou de batatas, pode beber vinho ou cerveja, pode se vestir de lã ou de algodão, pode utilizar petróleo ou velas. Concebe-se que se pode estabelecer certa equivalência entre os consumos que correspondem a certa necessidade. Mas é preciso, porém, distinguir se essa equivalência é relativa aos gastos do homem ou a suas necessidades.

15. Se a relação de equivalência se refere rigorosamente aos gostos do indivíduo, ela não é outra coisa senão a relação que dá a curva de indiferença para as mercadorias equivalentes; é, portanto, inútil fazer um estudo separado. Dizer que um homem considera equivalente para seus gostos substituir um quilo de feijão por dois quilos de batatas, é exprimir a idéia de que a curva de indiferença entre o feijão e as batatas passa pelo ponto 1 quilo de feijão e zero de batatas, e pelo ponto 2 quilos de batatas e zero quilo de feijão.

16. Às vezes, a equivalência não se refere aos gostos, mas às necessidades. Nesse caso já não haveria identidade entre a relação de equivalência e a da curva de indiferença. Por exemplo, um homem pode se fartar comendo 2 quilos de polenta ou 1 quilo de pão; uma

mulher pode se enfeitar com um colar de pérolas falsas ou com um de pérolas finas. Com relação aos gostos não existe nenhuma equivalência entre essas coisas; o homem prefere o pão, a mulher, as pérolas finas, e é apenas sob pressão da necessidade que eles os substituem pela polenta e pelas pérolas falsas.

17. Quando o homem consome ao mesmo tempo pão e polenta, quando a mulher enfeita-se com pérolas falsas e pérolas finas, não se pode mais supor que a ofelividade da polenta é independente da do pão, nem que a ofelividade das pérolas falsas é independente das pérolas finas; é preciso, então, considerar a ofelividade de certa combinação de pérolas falsas e de pérolas finas, de pão e de polenta ou de outra maneira qualquer, levar em conta a dependência dos consumos.

18. O fenômeno dessa dependência é muito extenso. Muitas mercadorias existem com qualidades muito diferentes, e essas qualidades se substituem umas pelas outras, quando os recursos do indivíduo aumentam. Sob o nome de camisa, arrumamos um grande número de objetos muito diferentes, desde a grosseira camisa de uma camponesa até a fina cambraia de uma mulher elegante. Existe um grande número de qualidades de vinho, de queijo, de carne etc. Quem não tem outra coisa, come muita polenta; se tiver pão, comerá menos polenta; se tiver carne diminuirá seu consumo de pão. Não se pode dizer qual é o prazer que proporciona a alguém certa quantidade de polenta, se não se sabe quais são os outros alimentos de que dispõe. Que prazer proporciona a um indivíduo determinado um casaco de lã grossa? Para responder é preciso saber quais as vestimentas que ele tem a sua disposição.

19. Esses fenômenos nos fazem conhecer certa hierarquia das mercadorias. Se, por exemplo, as mercadorias A, B, C... são capazes de satisfazer certas necessidades, um indivíduo se servirá da mercadoria A porque não pode ter acesso às outras, que são muito caras. Se seu desafio aumentar, utilizará, ao mesmo tempo, A e B; se aumentar ainda mais, ele se servirá apenas do B; depois de B e C, depois unicamente de C; em seguida de C e D etc. Fica bem claro que não temos aqui senão uma pequena parte do fenômeno, e que aquele que se serve de C, pode ainda, às vezes, consumir, ao acaso, pequenas quantidades de A, B, C etc.

Diremos que qualquer uma das mercadorias de uma série semelhante é *superior* às precedentes e *inferior* às seguintes. Temos, por exemplo, a série: polenta, pão, carne de segunda, carne de primeira. Aquele que for muito pobre come muita polenta, pouco pão e, mui raramente, carne. Aumentando seus recursos, ele comerá mais pão e menos polenta; se sua situação melhorar mais, comerá pão e carne de segunda e apenas, de tempos em tempos, a polenta. Aumentando seu

desaperto, comerá carne de primeira e outros alimentos de boa qualidade, muito pouca polenta, pouco pão e ainda um pão de qualidade superior ao que comia antes.

Vê-se quão extenso é o gênero de dependência de que falamos, e é preciso que o levemos em consideração. Como no caso precedente, abrem-se-nos dois caminhos.

20. Podemos ocupar-nos desse gênero de dependência apenas nos casos em que ela seja muito marcada e em que a preferência do indivíduo não possa ser desprezada e considerar os outros consumos como independentes.

21. Mas, poderíamos proceder de outra maneira nesse terreno de aproximação, e estender, em vez de restringir, a consideração desse gênero de dependência. Poderíamos, por exemplo, considerar um maior ou menor número de gostos e de necessidades do homem, e por meio destes supor equivalentes certas quantidades de mercadorias que podem substituir-se umas pelas outras. Por exemplo, para a alimentação, estabelecer certas equivalências entre as quantidades de pão, de batatas, de feijão, de carne etc. Nesse caso, teríamos que considerar apenas a ofelividade total dessas quantidades equivalentes.

22. Sendo aproximativas, essas equivalências de substituição não devem, mesmo para o segundo gênero de dependência, se distanciar de certo estado médio, para o qual essas equivalências foram estabelecidas de forma aproximada.

23. As dificuldades aqui encontradas não são especiais dessa questão. Já observamos (§ 18) que em geral as encontramos nos fenômenos muito complexos. Existe, nos povos civilizados, uma quantidade enorme de mercadorias variadas, suscetíveis de satisfazer inúmeros gostos. Para se ter uma idéia geral do fenômeno, é absolutamente necessário desprezar numerosos detalhes, e pode-se fazê-lo de várias maneiras.

24. Consideramos os principais gêneros de dependência; existem outros, e o fenômeno é muito variado e muito complexo. Em resumo, a ofelividade de um consumo depende de todas as circunstâncias nas quais se dá o consumo. Porém, se queremos considerar o fenômeno em toda sua amplitude, já não haverá teoria possível, pelas razões já por diversas vezes abordadas; também é absolutamente necessário separar as partes principais, e retirar do fenômeno completo e complexo os elementos ideais e simples que podem ser objeto de teorias.

Podemos atingir esse fim de várias maneiras; indicamos duas, mas há outras possíveis. Cada um desses procedimentos apresenta vantagens e, de acordo com as circunstâncias, um pode ser preferido ao outro.

25. Como em todas as ciências concretas nas quais se substitui, de forma aproximada, um fenômeno por outro, a teoria não pode se estender além dos limites para os quais foi construída; e qualquer que seja o caminho seguido, não se pode estender as conclusões, pelo menos sem novas pesquisas, além da região estreita que se encontra nas proximidades do ponto de equilíbrio considerado.

26. Outros fatos de grande importância obrigam-nos a assim proceder. Quando mudam as condições, mudam também os gostos dos homens. A uma mulher que já possui diamantes, podemos, na esperança de obter uma resposta razoável, perguntar: “se os diamantes custassem um pouco mais, quantos a menos você compraria?” Porém, se perguntarmos a uma camponesa, que jamais possuiu diamantes: “se você fosse milionária, quantos diamantes compraria a tal preço?”, teríamos uma resposta dada ao acaso e sem nenhum valor. Marcial nos diz num de seus epigramas: “Você sempre me pergunta, Prisco, o que eu seria se me tornasse rico e poderoso. Você pensa que se possa conhecer os sentimentos futuros? Diga-me se você fosse leão, como seria?”¹³¹

Se pretendemos ser exatos, é preciso que digamos que não é necessário que as condições dos fenômenos mudem radicalmente para que os gostos mudem: eles podem mudar também por ligeiras mudanças nas condições exteriores. Acrescentemos que um indivíduo não é perfeitamente semelhante a ele mesmo no dia seguinte.

27. Essa observação nos coloca no caminho de uma proposição que é de grande importância. Começemos por citar um exemplo. Na Itália, o povo toma café e não toma chá. Se o café aumentasse muito o preço e se o chá baixasse bastante seu preço, o efeito imediato seria a diminuição do consumo do café, ao passo que o consumo do chá não aumentaria, pelo menos de uma maneira sensível. Porém, pouco a pouco, depois de um tempo que certamente será longo, pois os gostos dos homens são muito tenazes, o povo italiano poderá substituir o café pelo chá; o último efeito da diminuição considerável do preço do chá será o aumento considerável de seu consumo.

Em geral, devemos sempre distinguir as mudanças que sobrevêm em curtos períodos das que sobrevêm após longos períodos. Salvo casos excepcionais, é preciso que a Estatística econômica estude exclusivamente os primeiros. Suponhamos que as curvas de diferença entre uma mercadoria B e uma outra mercadoria A (que poderia ser a moeda) sejam hoje as que indicam as linhas cheias *s* da Fig. 28, e que, depois de um século, tornem-se as linhas pontilhadas *t*. Suponhamos ainda que o indivíduo tenha a quantidade *oa* de moeda. Hoje, qualquer que

seja o preço de B (em certos limites), esse indivíduo despenderá quase a mesma quantidade ah de A; em um século, despenderá uma quantidade ak , que será quase a mesma quando o preço varia, mas que será diferente de ah .

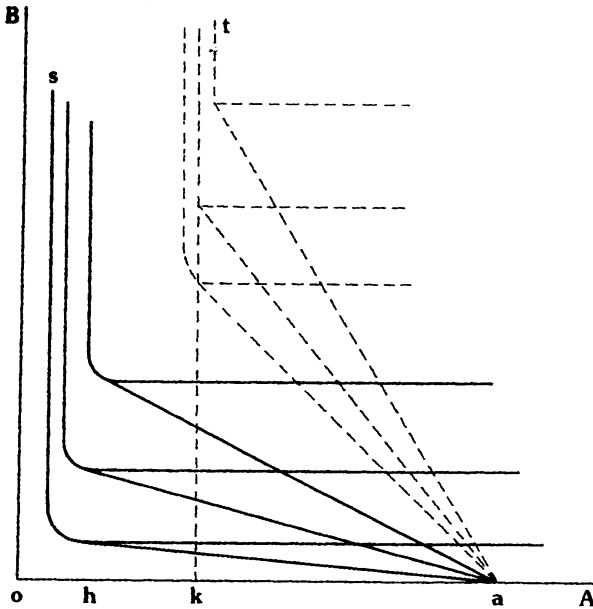


Figura 28

28. É preciso que passe muito tempo antes que as curvas de indiferença s se transformem em curvas de indiferença t ; podemos portanto supor, sem erro sensível, que num curto espaço de tempo, por exemplo, um, dois, ou mesmo quatro ou cinco anos, elas continuem iguais a s .

29. Supusemos que um homem pode comparar duas sensações; mas, quando elas não são simultâneas e, na verdade não parece possível que elas o sejam, ele só pode comparar uma sensação com a idéia que faz de outra sensação. Ainda por essa razão o fenômeno real difere do fenômeno teórico, e pode ser útil em alguns casos levar em consideração essa divergência para uma aproximação posterior. Muitas vezes, ao contrário, podemos admitir que a idéia de uma sensação futura não nos engana demasiado, principalmente porque, ocupando-se a Economia apenas de fenômenos médios e repetidos, se essa idéia, nas pri-

meiras experiências, se distancia demais da sensação futura, ela é retificada pelas experiências que se seguem à primeira.

30. Vê-se então que, se o fenômeno teórico que estudamos difere muito, em certos casos, do fenômeno concreto, na maior parte dos fenômenos concretos ordinários ele o representa com uma aproximação mais ou menos grosseira, desde que as condições seguintes sejam realizadas: 1) podemos estudar apenas o que se passa numa pequena região cujo centro é o fenômeno concreto que nos fornece os dados de fato necessários para constituir a teoria. Na realidade, estamos diante de uma posição vizinha à posição de equilíbrio do sistema econômico; podemos saber como se comporta o sistema nas cercanias dessa posição, porém faltam-nos dados para saber como as coisas se passariam se as condições de fato do sistema viessem a ser consideravelmente modificadas; 2) consideramos apenas os fenômenos médios e que se repetem, de maneira a eliminar o maior número de variações acidentais.

Se alguém achar que é muito pouco, basta nos mostrar como se pode fazer melhor. O caminho está livre e o progresso da ciência é contínuo. Mas, enquanto esperamos, esse pouco vale mais do que nada; ainda mais que a experiência nos ensina que em todas as ciências o pouco é sempre necessário para se chegar ao muito.

31. Certas pessoas acreditaram que, pelo único fato de utilizar a Matemática, a Economia Política teria adquirido em suas deduções o rigor e a certeza das deduções da Mecânica Celeste. Eis um grave erro. Na Mecânica Celeste, todas as conseqüências que se tiram de uma hipótese foram verificadas pelos fatos; e concluiu-se que é muito provável que essa hipótese seja suficiente para nos fornecer uma idéia precisa do fenômeno concreto. Não podemos esperar resultado semelhante em Economia Política, pois sabemos, sem nenhuma dúvida, que nossas hipóteses se afastam em parte da realidade, e é apenas em certos limites que as conseqüências que podemos tirar correspondem aos fatos. Acontece o mesmo, aliás, na maior parte das artes e das ciências concretas, por exemplo, na arte do engenheiro. Dessa maneira, a teoria é mais freqüentemente um modo de pesquisa do que de demonstração e jamais se deve menosprezar verificar se as deduções correspondem à realidade.

32. *A ofelividade e seus índices.* – Falando em ofelividade, é preciso não se esquecer de distinguir a OFELIVIDADE TOTAL (ou seu índice) da ofelividade elementar (ou seu índice). A primeira consiste no prazer (ou índice do prazer) que proporciona a quantidade total de mercadoria A possuída; a segunda é o quociente do prazer (ou do índice

do prazer) de uma nova e muito pequena quantidade de A dividida por essa quantidade (III, 33).

Um indivíduo que se encontra sobre um ponto da colina do prazer (III, 58) usufrui de uma ofelividade total representada pela altura desse ponto sobre um plano horizontal. Se cortarmos a colina do prazer por um plano vertical paralelo ao eixo oA , sobre o qual se leva as quantidades da mercadoria A, obtém-se certa curva; a inclinação, sobre uma reta horizontal, da tangente a essa curva no ponto em que se encontra o indivíduo é igual à ofelividade elementar (§ 60, 69).

O homem pode saber se o prazer que lhe proporciona certa combinação I de mercadoria é igual ao prazer que retira de outra combinação II, ou se é maior ou menor. Consideramos esse fato (III, 55) para determinar os índices de ofelividade, isto é os índices que indicam o prazer que proporciona outra combinação qualquer, ou se é maior ou menor.

Além disso, o homem pode saber, aproximadamente, se, passando da combinação I à combinação II, sente maior prazer do que passando da combinação II a outra combinação III. Se esse julgamento pudesse ser feito com suficiente precisão, poderíamos, no limite, saber se, passando de I a II, esse homem sente prazer igual àquele que sente passando de II a III; e, em consequência, passando de I a III sentiria prazer dobrado ao que sentiria passando de I a II. Isso seria suficiente para nos permitir o prazer ou a ofelividade como uma quantidade.

Não nos é possível, porém, chegar a essa precisão. Um homem pode saber que o terceiro copo de vinho lhe proporciona menos prazer do que o segundo, porém não pode, de maneira alguma, saber que quantidade de vinho deve tomar depois do segundo copo para ter um prazer igual ao que lhe proporcionou esse segundo copo de vinho. Daí a dificuldade em considerar a ofelividade como uma quantidade, se não for apenas enquanto hipótese.

Entre o número infinito de sistemas de índice que se pode ter, é preciso que retenhamos apenas os que gozam da seguinte propriedade: se ao passar de I a II o homem sente mais prazer do que passando de II a III, a diferença dos índices de I e de II é maior que a diferença dos índices de II e de III. Dessa maneira os índices sempre representam melhor a ofelividade.

A ofelividade, ou seu índice, para outro indivíduo, são quantidades heterogêneas. Não se pode somá-las nem compará-las, *No bridge*, como dizem os ingleses. Uma soma de ofelvidades das quais usufruiriam indivíduos diferentes não existe: é uma expressão sem nenhum sentido.

33. *Características da ofelividade* – Em tudo que se segue iremos supor que a ofelividade para um indivíduo é uma quantidade; aliás, seria fácil modificar o raciocínio fazendo simplesmente uso da concepção dos índices de ofelividade.

Em virtude da hipótese feita sobre as quantidades de mercadorias

– e por essas quantidades compreendem-se apenas as que estão à disposição do indivíduo (§ 3) – a ofelividade é sempre positiva; e essa é sua primeira característica.

A segunda característica, que foi reconhecida pelos primeiros economistas que estudaram esse assunto, consistiria em que, se a ofelividade de uma mercadoria é considerada dependente unicamente da quantidade dessa mercadoria, a ofelividade elementar (III, 33) decresce quando aumenta a quantidade consumida. Pretendeu-se fazer essa propriedade depender da lei de Fechner,¹³² mas isso supõe, necessariamente, o consumo e já vimos (§ 3) que isso acarretava muitas dificuldades; além disso, na grande variedade de usos econômicos, existem muitas que se distanciam demasiado dos fenômenos aos quais se aplica a lei de Fechner.

É mais conveniente recorrer diretamente à experiência, e esta nos demonstra que, efetivamente, para muitos usos e consumos, a ofelividade elementar diminui com o aumento das quantidades consumidas.

34. Enfim, é um fato bastante geral que, quanto mais possuímos de uma coisa, menos preciosa nos é cada uma das unidades dessa coisa. Existem exceções. Por exemplo, se fazemos uma coleção, prendemo-nos mais a ela à medida que se torna mais completa; é um fato bastante conhecido que certos camponeses proprietários se tornam tanto mais desejosos de ampliar sua propriedade quanto mais esta aumenta; enfim, todo mundo sabe que o avarento deseja aumentar tanto mais seu patrimônio quanto mais este aumenta. Em geral, a poupança tem certa ofelividade que lhe é própria, independentemente do lucro que se retire de seus juros e essa ofelividade aumenta com a quantidade de poupança até certo limite, depois, exceção feita ao avarento, ela diminui.

35. Existem ainda as mercadorias cujas ofelvidades não são independentes (§ 9). Para a dependência (α), pode-se considerar, pelo menos em geral, que a ofelividade elementar diminui à medida que a quantidade aumenta; freqüentemente mesmo ela diminui de maneira mais rápida do que se a ofelividade fosse independente. Para a dependência (β), a ofelividade elementar pode aumentar e diminuir em seguida, à medida que a quantidade aumenta. Por exemplo, se temos uma camisa à qual falta o único botão, a ofelividade desse botão é maior que a dos outros; e a de um outro botão é ainda menor. Mas esse fenômeno é análogo, em parte, àqueles das variações descontínuas que já estudamos (III, 65). É preciso lembrar que estudamos não os fenômenos individuais, mas os fenômenos coletivos e médios. Não se

132 FECHNER. *Revision der Hauptpunkten der Psychoph.* Leipzig, 1888. WUNDT. *Grundzüge der physiol. Psychol.*

vendem as camisas com um botão a menos; o caso abstrato de que acabamos de falar não existe na prática. Devemos considerar o consumo de milhares de mercadorias e de milhares de botões, e nesse caso se pode admitir, sem grande erro, que a ofelividade diminui com o aumento das quantidades.

36. Quanto à dependência do segundo gênero (§ 8), pode-se observar, em geral, que a ofelividade elementar de uma mercadoria diminui até zero quando a quantidade da mercadoria aumenta. Essa ofelividade elementar permanece em zero até que a mercadoria à qual se refere seja eliminada do consumo, ou que reste apenas quantidade insignificante e seja substituída por outra mercadoria superior.

37. Em resumo, salvo uma parte do fenômeno no caso de bens complementares, para a maioria das mercadorias, a ofelividade elementar diminui quando a quantidade consumida aumenta. O primeiro copo de água proporciona maior prazer que o segundo a quem tem sede, a primeira porção de alimentos proporciona maior prazer que a segunda para quem tem fome, e assim por diante.

38. Nesse terreno podemos ir mais longe e encontrar uma terceira característica da ofelividade de um grande número de mercadorias. Não somente o segundo copo de vinho proporciona menos prazer que o primeiro, e o terceiro menos que o segundo, mas a diferença entre o prazer que proporciona o terceiro e aquele que proporciona o segundo é menor que a diferença entre o prazer do primeiro e o do segundo. Em outras palavras, à medida que aumenta a quantidade consumida, não somente diminui o prazer proporcionado pelas pequenas novas quantidades iguais acrescentadas ao consumo, como, além disso, os prazeres que essas pequenas quantidades proporcionam tendem a tornar-se iguais. Para quem tem 100 lenços, não somente o prazer que lhe proporciona o 101º lenço é muito pequeno, mas também é sensivelmente igual ao prazer que lhe proporciona o 102º lenço.

39. É preciso pesquisar agora o que se passa quando o que varia já não é a quantidade da mercadoria da qual se considera a ofelividade elementar, mas a quantidade de outras mercadorias com as quais ela tem relações de dependências.

No caso da dependência (α) (§ 9), o prazer que nos proporciona uma pequena quantidade de mercadoria A, acrescida à quantidade consumida, é comumente maior quando sofremos menos falta de outras mercadorias. Em conseqüência, a ofelividade elementar de A aumenta quando aumentam as quantidades de B, C... Isso acontece também no caso da dependência (β), pelo menos em certos limites. O prazer que uma lâmpada proporciona, juntada a outras, é maior se se tem muito óleo, de maneira a poder servir-se igualmente da nova lâmpada; e, inversamente, de que adianta ter muito óleo se não temos lâmpadas

para queimá-lo? Concluiremos então que, em geral, para o primeiro gênero de dependência, a ofelividade elementar de B aumenta quando aumentam as quantidades de certas mercadorias outras, B, C...

40. Para o segundo gênero de dependência acontece o oposto. Se A pode substituir uma mercadoria B, a ofelividade elementar de A será tanto menor quanto se tenha maior abundância de seu sucedâneo B.

41. Para melhor entendermos isso traçamos um quadro, com números escolhidos ao acaso, e que têm tão-somente, a finalidade de dar uma forma tangível às considerações precedentes.

Quantidade de		Prazer proporcionado por	Quantidade de		Prazer proporcionado por
A	A		A	A	
<i>Dependência do primeiro gênero (α) (§9)</i>					
10	11	5,0	10	11	5,2
11	10	5,4	11	11	6,1
Prazer proporcionado por 1 de A		0,4			0,9
<i>Diferença desses prazeres</i>					+ 0,5
<i>Dependência do primeiro gênero (β) (§9)</i>					
10	10	5,0	10	11	5,15
11	10	5,1	11	11	7
Prazer proporcionado por 1 de A		0,1			1,85
<i>Diferença desses prazeres</i>					+ 1,75
<i>Dependência do segundo gênero (§14)</i>					
10	10	5,0	10	11	6,0
11	10	5,9	11	11	6,1
Prazer proporcionado por 1 de A		0,9			0,1
<i>Diferença desses prazeres</i>					- 0,8

Observem que a diferença dos prazeres proporcionados por um de A é positiva para a dependência do primeiro gênero; negativa para a dependência do segundo gênero. Essa diferença é sempre igual à que se obteria comparando os prazeres proporcionados por um de B. Isso ocorre porque supusemos, implicitamente, que o prazer da combinação AB é independente da ordem dos consumos.

42. Vamos compor uma mercadoria A com partes proporcionais de duas ou três mercadorias B e C, por exemplo, com 1 de pão e 2 de vinho. Se B e C são independentes, ou se existe entre eles uma dependência do primeiro gênero, poderemos repetir o raciocínio acima e verificar que, em geral, a ofelividade A diminui quando aumenta a quantidade A. As exceções podem ser desprezadas pelas razões indicadas no § 35.

43. *Características das linhas de indiferença* – Os economistas começaram por coletar da experiência as características da ofelividade e, deduziram, em seguida, as linhas de indiferença.

Podemos seguir caminho inverso. No caso em que a ofelividade elementar de uma mercadoria depende apenas da quantidade dessa mercadoria, os dois procedimentos são equivalentes. Porém, é interessante observar que, no caso geral, ou seja, no caso em que os consumos são dependentes, o estudo das linhas de indiferença nos fornece resultados aos quais se chegaria facilmente, pelo menos neste momento, recorrendo-se somente à experiência para determinar as características da ofelividade.

44. Uma primeira característica das linhas de indiferença se obtém observando que é preciso aumentar a quantidade de uma mercadoria para compensar a diminuição da quantidade de outra. Daí resulta que o ângulo α é sempre agudo. Essa propriedade corresponde exatamente à propriedade de as ofelividades elementares serem sempre positivas.

45. Além disso, se fizermos exceção para o pequeno número de fatos assinalados no § 34, podemos constatar que para compensar as faltas de uma pequena quantidade, sempre a mesma, de uma mercadoria dada, é preciso tanto menos de outra quanto mais se possua da primeira. Resulta daí que as linhas de indiferença são sempre convexas do lado dos eixos, têm formas análogas a t e jamais formas como s, s' (Fig. 29). Para que tivessem estas últimas formas seria preciso que se referissem a uma mercadoria em que cada unidade se torne mais preciosa à medida que aumente a quantidade dessa mercadoria de que o indivíduo dispõe. Fica claro que esse caso é muito excepcional.

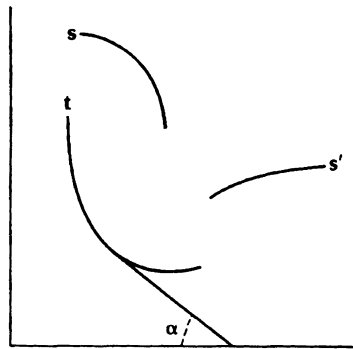


Figura 29

46. Quando se consideram várias mercadorias A, B, C..., não se pode mais falar propriamente de linhas de indiferença; mas existem propriedades análogas a estas que acabamos de assinalar e que são muito úteis para a teoria.

Qualquer uma dessas mercadorias, A, por exemplo, pode ser escolhida como moeda. Quanto às demais, algumas serão vendidas, outras compradas; pode-se considerar separadamente as quantidades de moedas necessárias para essas compras, ou que se recebe dessas vendas; suprimindo da soma fornecida pelas vendas a soma das despesas, teremos a quantidade de A que resultou do conjunto dessas operações, ou vice-versa.

Se compararmos A, sucessivamente, a cada uma das mercadorias B, C... teremos linhas de indiferença gozando de propriedades idênticas àquelas que já assinalamos.

47. E ainda: 1) se no total temos certa despesa, isso significa que as compras fizeram mais do que compensar as vendas, isto é, a diminuição de A foi compensada pelo aumento de algumas das mercadorias B, C...; 2) qualquer que seja a dependência dos consumos, suponhamos que para compensar a despesa de um franco seja necessária certa fração de uma combinação de B, C, D...: à medida que diminua a renda do indivíduo essa fração irá aumentando e vice-versa.

Se um indivíduo faz certa despesa para adquirir uma lâmpada, a mecha, o óleo (primeiro gênero (β) de dependência), e para habitar, se vestir, se alimentar (primeiro gênero (γ) de dependência com a lâmpada), e se existe para ele uma compensação exata entre a despesa e as satisfações procuradas, fica claro que essa compensação já não existiria se todas essas despesas viessem a dobrar, porque, por um lado,

a moeda torna-se mais preciosa para ele porque possuiria menos, e as lâmpadas etc., se tornam menos preciosas porque ele possuiria mais.

Comumente, considerando um grande número de indivíduos, as variações descontínuas se transformam, com leve erro, em variações contínuas.

48. *Relação entre a ofelividade ou as linhas de indiferença e a oferta e a procura* – As propriedades da ofelividade e das linhas de indiferença estão estreitamente ligadas a certas características das leis da oferta e da procura. Exporemos certo número dessas relações.

49. Consideremos a oferta e a procura para um indivíduo que possui duas ou um maior número de mercadorias a sua disposição. Se os consumos dessas mercadorias são independentes, ou se existe entre elas uma dependência de primeiro gênero, a procura de uma mercadoria sempre baixa com a alta do preço dessa mercadoria; a oferta primeiro aumenta, em seguida pode diminuir, enquanto o preço aumenta.

Para as mercadorias entre as quais existe uma dependência do segundo gênero, quando o preço sobe, a procura pode aumentar e em seguida diminuir; a oferta pode diminuir, depois aumentar.

A diferença existe na realidade, especialmente na procura. Ela é mais marcante em certas circunstâncias. Suponhamos um indivíduo que dispõe de certa renda que reparte na compra de diversas mercadorias.

Se os consumos dessas mercadorias são independentes, ou se existe entre elas uma dependência do primeiro gênero, a procura de cada uma dessas mercadorias aumenta sempre quando a renda aumenta. Se, ao contrário, trata-se de uma dependência do segundo gênero, a procura pode aumentar e, em seguida, diminuir quando a renda aumenta.

50. Essa proporção é suficiente para nos mostrar a necessidade de estudar a dependência do segundo gênero. Com efeito, vejamos que correspondência existe entre as duas deduções teóricas e os fatos concretos. Se supomos que a ofelividade de uma mercadoria depende apenas da quantidade dessa mercadoria que o indivíduo consome ou que tem à sua disposição, a conclusão teórica é que, para essas mercadorias, o consumo aumenta quando a renda aumenta; ou, no limite, que é constante acima de certa renda. Conseqüentemente, se um camponês se alimenta apenas de polenta, e, se ele se torna rico, comerá mais polenta, ou, pelo menos tanto quanto comia quando era pobre. Aquele que possui apenas um par de tamancos por ano, porque são muito caros, poderá usar, quando se tornar rico, uma centena de pares, porém, de toda maneira usará pelo menos um par. Tudo isso está claramente em contradição com os fatos: nossa hipótese deve, portanto, ser rejeitada, a menos que se possa admitir que esses fatos são insignificantes.

51. Porém, esse não é o caso. Além disso, como já vimos (§ 19), estamos diante de um fenômeno muito geral, porque, para um grande número de mercadorias, existe certo número de qualidades de cada mercadoria; e, à medida que a renda aumenta, as qualidades superiores ocupam o lugar das qualidades inferiores, e, em consequência, a procura destas últimas primeiro aumenta com o aumento da renda, mas em seguida diminui até tornar-se insignificante ou até mesmo nula.

52. Essa conclusão já não seria verdadeira se, em vez de considerar novas mercadorias reais, tivéssemos levado em consideração grandes categorias de mercadorias ideais (§ 21); por exemplo, se considerássemos a alimentação, a habitação, o vestuário, os objetos de decoração, os divertimentos. Nesse caso não é absurdo dizer que, com o aumento da renda, aumenta a despesa para cada categoria de mercadorias, e poderíamos, sem erro grosseiro, supor que as ofelidades são independentes, ou melhor, que existe entre as ofelidades uma dependência do primeiro gênero.

53. Na realidade, um indivíduo procura em geral uma grande variedade de mercadorias e oferece apenas uma ou algumas. Um grande número oferece simplesmente o trabalho; outros, o uso da poupança; outros, certas mercadorias que produzem. O caso da simples troca de duas mercadorias entre aqueles que têm uma dependência do segundo gênero é absolutamente excepcional; um servente vende seu trabalho e compra fubá e pão, mas nós não constatamos a troca do pão pelo fubá. As deduções da teoria não poderiam, portanto, ser verificadas diretamente nesse caso, e seria preciso haver um outro procedimento de verificação, que pode ser feito considerando a repartição da renda.

54. *Variação das formas das linhas de indiferença e das linhas das trocas* – É útil representar por gráficos as propriedades da ofelidade. Suponhamos que um indivíduo tenha duas mercadorias, A e B, em que apenas uma, A, é ofélida para ele. Nesse caso, as linhas de indiferença são retas paralelas ao eixo oB . A colina da ofelidade é uma superfície cilíndrica onde uma seção qualquer, feita paralelamente a oA , é indicada por bgh . Se a quantidade oA de A é suficiente para saciá-lo a superfície cilíndrica termina num antiplano representado por bgh , sobre a seção. A propriedade que a ofelidade elementar possui de descrever quando quantidade de A aumenta faz com que a encosta da colina diminua de oB para g , isto é, sobre a seção, de b para f e para g (§ 32).

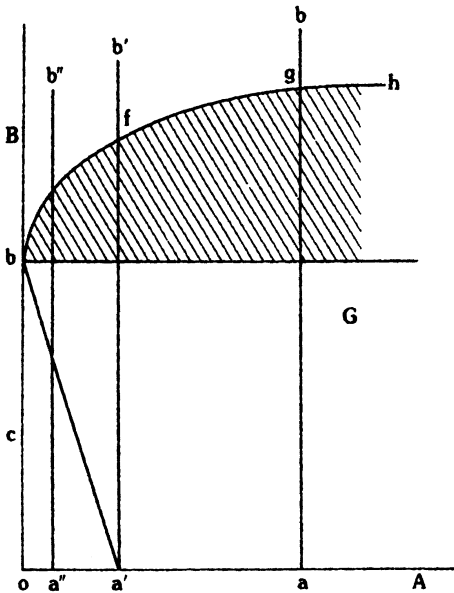


Figura 30

O indivíduo jamais procura B, pois, para ele, essa mercadoria não é ofélime, mas pode oferecê-la, se tiver certa quantidade dela, por exemplo ob . Estamos diante do caso indicado (III, 98). Não existe atalho retilíneo que, partindo de b possa ser tangente a uma linha de indiferença, e temos outro tanto de pontos terminais $a, a', a''...$; o eixo oA faz, portanto, parte da linha dos negócios. É evidente que até bo faz parte. Se a linha dos negócios de um outro indivíduo corta bo em c , a quantidade de B cedida é bc , e o preço zero. Se essa curva de negócios corta oA em a , ou em outro ponto análogo, a quantidade cedida é sempre toda a quantidade bo ; o preço varia segundo a posição dos pontos a , sendo igual à inclinação da reta ba sobre oB . No caso da Fig. 40, dizemos *oferece-se toda a quantidade existente de B*.

55. Se A e B são dois bens complementares, dos quais somente se pode usufruir combinando-os em proporções rigorosamente definidas, as linhas de indiferença são retas $\beta c, \beta' c' \alpha'$, que se cortam em ângulo reto. A colina da ofelicidade é formada por duas superfícies cilíndricas e pode existir e g um antiplano que marca a saciedade. O prazer que os indivíduos sentem em c é o mesmo que aquele que sentem em d

ou em e , porque devendo os bens se combinar em proporções rigorosamente definidas, as quantidades cd de A, ou ce de B, são supérfluas.

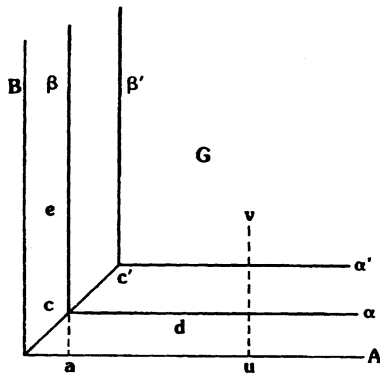


Figura 31

56. Quando a colina da ofelividade tem uma superfície contínua, uma seção feita segundo uv (Fig. 32) apresenta uma forma análoga a (I). Na realidade, para muitos bens complementares, temos, ao contrário, uma escada, como em (II). Por exemplo, o cabo de uma faca tem por complemento uma lâmina e não é possível se utilizar de um cabo e de um décimo de lâmina. Em consequência, teremos outro tanto de degraus de uma largura exatamente igual à unidade. Como muitas

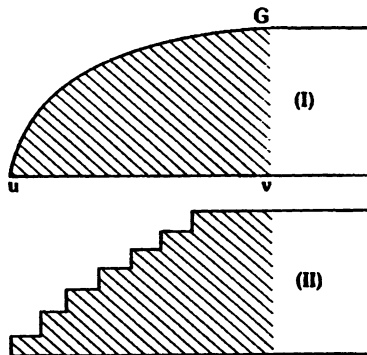


Figura 32

vezes repetimos, podemos, para grandes números, substituir, com erro pequeno, essa escada pela superfície contínua onde a superfície se assemelhará à seção (I) e será limitada por uma curva contínua (III, 65).

57. Se os bens são apenas aproximativamente complementares, os ângulos a , a' ... são mais ou menos arredondados. Consideraremos um indivíduo que só possui pão A e água B, ou, se quisermos, um alimento e uma bebida. Sem pão, ele morre de fome, qualquer que seja a quantidade de água de que disponha, e, em consequência, ao longo de oB a ofelimidade total é igual a zero e a ofelimidade elementar de uma pequena porção é infinita, isto é, a colina sobe em perpendicular.

Sem água ele morre de sede, qualquer que seja a quantidade de pão de que disponha, e, em consequência, sobre oA a ofelimidade total ou o prazer sentido é igualmente zero, e a ofelimidade elementar ainda é infinita. Seja oa a menor quantidade de pão do qual tem necessidade para não morrer de fome, e ob a menor quantidade de água de que tem necessidade para não morrer de sede. Fica claro que ele não passaria sem uma pequena quantidade de pão ainda que fosse para ter muita água ou vice-versa. Em consequência, as linhas de indiferença serão α , β com um ângulo muito fracamente arredondado em c . Para maiores quantidades de pão e de água, o ângulo poderá ser mais arredondado, mas ele quase não o será ou o será mais em c_1 , quando o indivíduo terá a quantidade oa_1 , de pão e ob_1 de água que o saciam completamente. Mais além se estende o platô G.

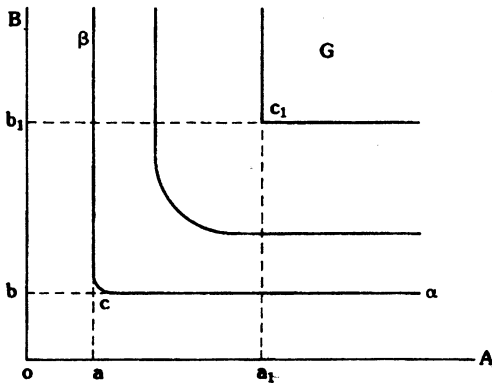


Figura 33

58. O leitor não deve jamais se esquecer de que a Economia

Política, como toda outra ciência concreta, procede apenas por aproximação. A teoria estuda, por razões de simplicidade, casos extremos, mas os casos concretos simplesmente aproximam-se daqueles. Assim, para saber quantos metros cúbicos de alvenaria deve pagar ao empreiteiro, o arquiteto considera o muro como um paralelepípedo retangular. Seria verdadeiramente ridículo observar-lhe que o muro não é um paralelepípedo geométrico perfeito e falar-lhe, parvamente, do rigor das matemáticas. É o que acontece freqüentemente em Economia Política.

59. Obtém-se a linha das trocas juntando os pontos c, c', \dots , da Fig. 31, ou os pontos c, c', c_1, \dots da Fig. 33, na qual os atalhos retilíneos partindo de um ponto análogo ao ponto a da Fig. 28 são tangentes às pequenas curvas que substituem os ângulos, ou então os pontos análogos que se obteriam se os atalhos partissem de um ponto situado sobre o eixo oB .

60. Suponhamos que as ofelidades elementares de A ou de B sejam independentes, isto é, que a ofelidade elementar de A depende apenas da quantidade de A, e a ofelidade elementar de B unicamente da quantidade de B. Essa propriedade se traduz graficamente da seguinte maneira. Tracemos uma reta qualquer uv paralela a oB , e façamos linhas $bh, b'h', \dots$, paralelas a oA . A colina da ofelidade será seccionada por outras tantas curvas $bc, b'c', \dots$; a inclinação sobre as linhas horizontais $bh, b'h', \dots$ das tangentes $bt, b't', \dots$ a essas curvas, aos pontos b, b', \dots é igual à ofelidade elementar de A correspondente à quantidade ou de A (§ 32). Visto que essa quantidade elementar não varia com a quantidade de B, as inclinações das tangentes $bt, b't', \dots$ são todas iguais. Teríamos propriedades análogas para uma reta paralela a oA .

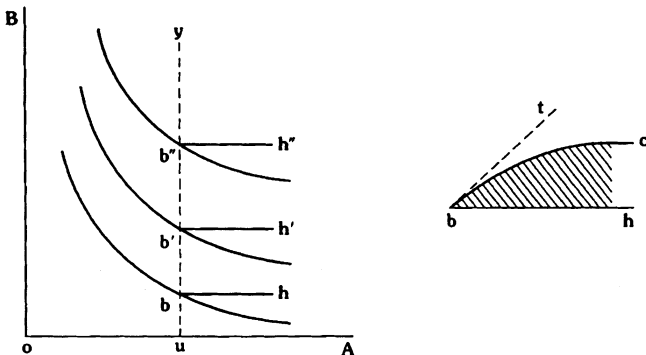


Figura 34

61. Daí resulta que as linhas da Fig. 31 não podem representar as linhas de indiferença de duas mercadorias cujas ofelimitades são independentes, pois as inclinações de que acabamos de falar são, na verdade, constantes de β em c , mas diminuem em seguida de um golpe, ou rapidamente, em c e tornam-se iguais a zero de c para a . Encontramos assim a confirmação da necessidade que existe de considerar como dependentes os consumos de certas mercadorias.

62. Para ter uma idéia das curvas de indiferença quando se trata de dependências do segundo gênero, consideremos duas mercadorias A e B, de tal maneira que A seja inferior a B (§ 19) e que elas possam ser substituídas uma pela outra. Seria o caso, por exemplo, do pão e da polenta. Um indivíduo pode se saciar comendo apenas polenta ou apenas pão, ou comer de um e de outro desses alimentos; ele prefere, pelo menos em certa proporção o pão à polenta.

Suponhamos, para simplificar, que 3 de A possam substituir 2 de B; o raciocínio, aliás, seria o mesmo, qualquer que seja a lei de substituição. Fazamos om igual a 3 e on igual a 2, e tracemos a linha mn . Nessa linha a necessidade material do indivíduo está satisfeita. Por exemplo, ele se sacia em m com 3 de polenta; em n , com 2 de pão em a , com ba de pão e ob de polenta, porém sua satisfação não é igual. Quando ele se encontra em a , toda nova quantidade de A é supérflua, em consequência oa , paralela a om , é uma linha de indiferença. Essa linha se dirige em seguida segundo ab . Em n o indivíduo teria de B até fartar-se, em β terá um pouco menos essa diferença de prazer entre o uso de on e o de ob é a mesma que a que sente o indivíduo quando pode utilizar apenas B e quando deve se contentar com ab de B e ob de A.

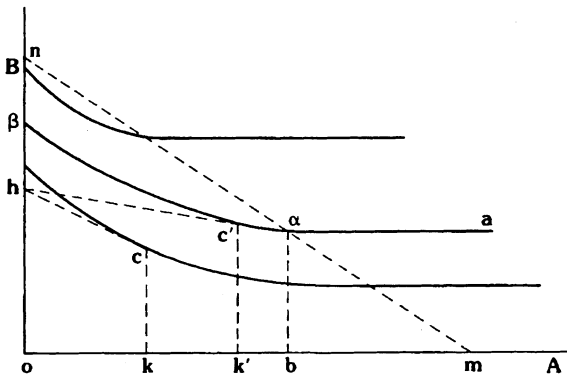


Figura 35

Se o indivíduo possui oh de B, que troca por A, ao preço de A em B dado pela inclinação de hc sobre oA , ele procura ok de A; e, a um menor preço, considerando a inclinação de hc' , ele procura uma quantidade maior, isto é, ok' .

63. No caso extremo de duas mercadorias A, B, onde uma pode substituir a outra, sempre na mesma proporção, por exemplo se 4 de A equivalem sempre a 3 de B, as linhas de indiferença são retas cuja inclinação é tal que oa está para ob assim como 3 está para 4. Partindo de a , a linha dos contratos é essa mesma linha reta ab .

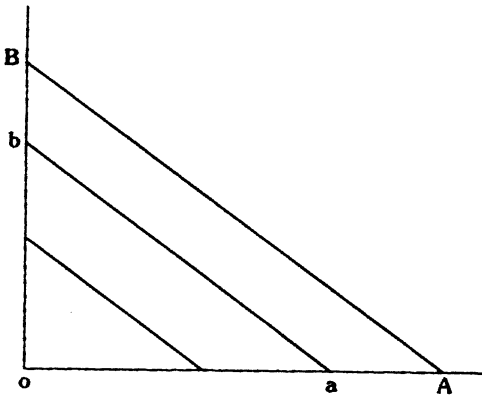


Figura 36

64. Se possuímos certo número de mercadorias A, B, C..., podemos supor, por um momento, que os preços de B, C..., sejam fixados, e repartir entre essas mercadorias certa soma de moeda. Essa soma de moeda torna-se, nesse caso, uma mercadoria que podemos comparar a A e podemos, assim, estender o uso das figuras gráficas a um grande número de mercadorias.

65. As curvas de indiferença entre essa soma de moeda e a mercadoria A terão, freqüentemente, uma forma análoga à de Fig. 37. Sobre oQ levam-se as quantidades de moeda; sobre oA , as quantidades da mercadoria A. Dos pontos q, q', q'' , traçam-se as tangentes $q'm', qm, q''m''$ às curvas de indiferença. Essas são de tal maneira que as inclinações dessas tangentes sobre oA vão aumentando quando nos afastamos de o em direção a Q.

A inclinação de qm sobre oA nos dá o preço da mercadoria A.

Observemos que para aquele que se encontra em q , o equilíbrio não é possível com uma reta mais inclinada do que qm sobre oA , isto é, com um preço mais elevado. Se portanto o preço mínimo de A é dado pela inclinação de qm sobre oA , quem possui oq de recursos pode apenas começar a comprar de A; quem tivesse apenas oq' de recursos nada poderia comprar, porque a tangente $q'm'$ é menos inclinada sobre oA do que qm . Quem se encontra em q' pode, ao contrário, comprar certa quantidade da mercadoria A, porque $q''m''$ é mais inclinado que qm sobre oA . Em consequência, quando uma mercadoria tem um preço mínimo abaixo do qual não se pode adquiri-la, somente quem tiver uma renda que ultrapassa certo limite é que poderá comprá-la. E é justamente assim, como o sabemos, que as coisas se passam.

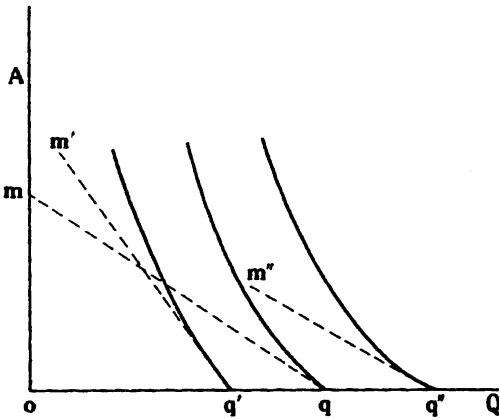


Figura 37

66. Assim, e considerando a hierarquia das mercadorias, temos uma representação aproximada do fenômeno concreto. Suponhamos que temos diferentes séries A, B..., dessas mercadorias que substituem umas às outras.

A	B	C	D	E	F	G
A'	B'	C'	D'	E'	F'	G'
A''	B''	C''	D''	E''	F''	G''
A'''	B'''	C'''	D'''	E'''	F'''	G'''

Quando o indivíduo tem certa renda, utiliza as mercadorias fechadas no retângulo indicado pelas linhas cheias; se sua renda aumenta, usa as mercadorias fechadas no retângulo indicado pelas linhas pontilhadas; com o aumento de sua renda, ele menospreza certas mercadorias de menor preço e de qualidade inferior e utiliza mercadorias mais caras e melhores.

67. As curvas de indiferença que têm formas como as das Fig. 38 não correspondem à maioria das mercadorias correntes, porque, segundo essas curvas, até mesmo o indivíduo que tivesse uma renda muito baixa compraria mercadorias de um preço muito elevado, em pequena quantidade, sem dúvida.

No entanto, se quiséssemos considerar as curvas de indiferença sobre um pequeno espaço *G*, poderíamos adotar esta, ou outra, segundo as conveniências. As curvas reais são certamente muito complicadas, é suficiente que as curvas teóricas se harmonizem, aproximadamente, com as curvas reais pela pequena parte que queiramos considerar. Além disso, pode acontecer que as curvas que se aproximam mais do que as outras das curvas reais para esse pequeno espaço divirjam, em seguida, consideravelmente, e vice-versa.

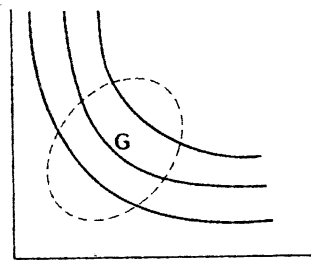


Figura 38

68. O caso em que possuímos muitas mercadorias é muito complexo; é útil, portanto, ter à disposição vários meios para simplificá-lo. Para se passar de certa combinação de mercadorias *A, B, C...*, a outra *A', B', C'...*, podemos dividir a operação em duas: 1) conservam-se intactas as proporções da combinação e aumentam-se (ou diminuem-se) proporcionalmente todas as quantidades; 2) mudam-se as proporções, chegando assim, definitivamente, à combinação *A', B'...* Com efeito, suponhamos, por exemplo, um indivíduo que tem 1 200 francos de renda anual; essa renda aumenta e torna-se 2 400. A repartição será a seguinte:

Despesas com	Primeiro estado real		Estado teórico intermediário		Segundo estado real	
	Francos	% da renda	Francos	% da renda	Francos	% da renda
Alimentação	720	60	1440	60	1200	50
Habilitação	360	30	720	30		25
Vestuário	120	10	240	10	600	25
Renda	1200	100	2400	100	2400	100

É preciso observar que a primeira operação é muito mais importante, do que a segunda, sobretudo pelos aumentos de renda não muito grandes. Quando a renda aumenta, as despesas com os grandes itens, com a alimentação, a moradia, o vestuário, mudam, é verdade, de proporção, porém este é um fenômeno secundário diante do fenômeno principal que é o aumento de todas essas despesas.

69. *A colina da ofelividade* – Como resultado da propriedade da ofelividade elementar de uma mercadoria de descrever quando aumenta a quantidade dessa mercadoria da qual o indivíduo dispõe, a colina da ofelividade apresenta uma encosta mais íngreme na base, mais fraca à medida que aumenta a altura (§ 32).

70. Uma propriedade de grande importância para a teoria é a que se segue. Quando, percorrendo em certa direção um atalho retilíneo, se começa a descer, desce-se sempre em seguida percorrendo-o no mesmo sentido. Ao contrário, se se começa a subir, pode ocorrer que se desça em seguida.

Daremos aqui mesmo um esboço intuitivo.

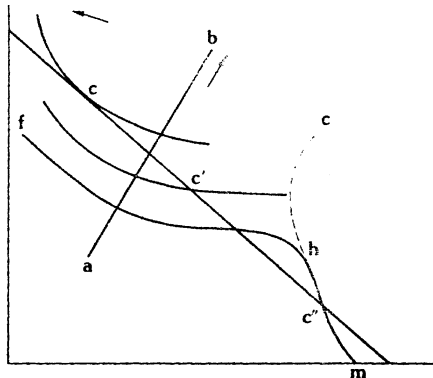


Figura 39

Para os atalhos do gênero ab , é evidente que se sobe sempre no sentido da seta e se desce no outro sentido.

Para os atalhos como mc , se sobe no sentido da seta até c e depois se desce. De c para m , indo em sentido contrário ao da seta, desce-se sempre. Para poder subir seria preciso que, qualquer ponto como c' em vez de passar de cima para baixo da linha de indiferença, como em c' , passasse de cima para baixo. Mas, se isso ocorrer a curva que passa em c'' , devendo sempre ter essa tangente que faz um ângulo agudo a , como o indica a Fig. 29, não pode ir de c'' para e , mas deve, necessariamente, inflectir para ir em direção a f . Ora, essa concavidade em h é contrária à propriedade das linhas de indiferença que indicamos no § 45; portanto, nossa hipótese não pode ser conservada.

CAPÍTULO V

Os Obstáculos

1. O estudo da maneira de triunfar sobre os obstáculos, isto é, o estudo da produção, é mais longo que o estudo do modo de ação dos gostos, em conseqüência da complexidade da produção nos povos civilizados.

2. *A divisão do trabalho e a empresa* – Em todos esses povos encontramos um fenômeno conhecido sob o nome clássico de DIVISÃO DO TRABALHO. Consiste essencialmente em que a produção necessita a reunião e o emprego de um grande número de elementos. Como observou bastante bem Ferrara, se consideramos cada um desses elementos e o papel que desempenha na produção, estamos diante da *divisão do trabalho*; se consideramos esses elementos em seu conjunto e se encaramos o objetivo em função do qual são reunidos, estamos diante da *cooperação*.¹³³ O mesmo fenômeno apresenta dois nomes diferentes, segundo o ponto de vista do qual nos colocamos.

3. Quando se dá a divisão do trabalho seu significado mais estreito, etimologicamente o melhor, a da repartição do trabalho entre vários indivíduos, constata-se que, por um lado, ela tem por efeito separar as funções e, por outro, fazer com que os indivíduos dependam reciprocamente uns dos outros. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho, há aumento do número de partes cujo conjunto constitui a produção. Como essas partes dependem umas das outras, há extensão da cooperação dos indivíduos.

133 Ferrara emprega a palavra *associação*. No prefácio intitulado: "A Agricultura e a Divisão do Trabalho", XIV, após haver lembrado o fato de que vários indivíduos, em vez de apenas um, concorrem para a obra de produção, ele acrescenta: "Quando encaramos esse fato, esse *concurso*, de ponto de vista do objetivo e do resultado comuns, vemos que existe *associação*; quando o encaramos do ponto de vista dos indivíduos, vemos que existe *divisão*".

4. A empresa é a organização que reúne os elementos da produção e que os dispõe de maneira a realizá-la. É uma abstração, como o *homo oeconomicus*, e tem, com as empresas reais, a mesma relação do *homo oeconomicus* com o homem verdadeiro, o homem concreto. A consideração da empresa é apenas um meio para se estudar separadamente as diferentes funções preenchidas pelo produtor. A empresa pode revestir-se de diferentes formas: pode ser confiada a particulares, ou ser exercida pelo Estado, prefeituras etc.; isso, porém, não muda nada em sua natureza.

5. Podemos fazer uma representação material da empresa, considerando um recipiente em que vêm dar inúmeros canais, que representam os elementos da produção e do qual sai uma corrente única que significa o produto.

6. Esses elementos da produção provêm, em parte, dos indivíduos, como, por exemplo, o trabalho e certos produtos; em parte também de outras empresas, como, por exemplo, certos produtos que devem servir à obtenção de outros produtos.

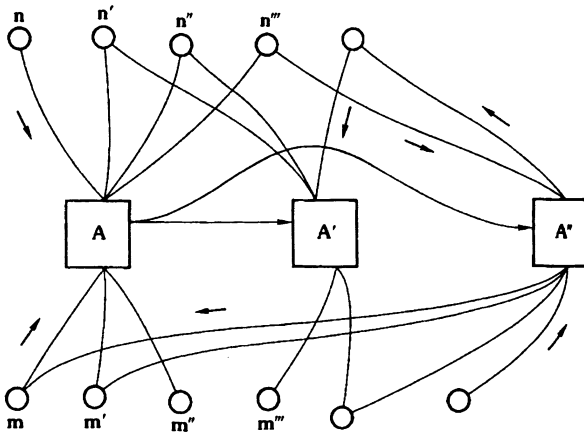


Figura 40

A circulação econômica pode ser grosseiramente representada da seguinte maneira. A, A', A''..., são as empresas; m, m', m''..., n, n', n''..., são os indivíduos. Uma parte desses indivíduos, por exemplo m, m', m'', n, n', n'', fornece certas coisas à empresa A (por exemplo, trabalho,

poupança etc.); e podemos imaginar certo número de canais que, partindo desses indivíduos, vão se lançar em A, onde chegam igualmente os produtos de outras empresas. Pode ocorrer que os produtos de A não sejam diretamente próprios ao consumo; nesse caso, sai de A uma corrente de produtos que se repartem por outras empresas A', A". Os indivíduos *m, m'...*, *n, n'...*, recebem os produtos que consomem, seja da empresas A', A", seja exclusivamente de outras empresas A"... Essas circulações se entrecruzam de uma maneira quase inconcebível, tão grande é sua variedade. Comumente um operário fornece seu trabalho a apenas uma empresa e recebe produtos de um número muito grande de outras empresas, que podem não ter nenhuma espécie de relação com a primeira. É preciso encontrar o fio dessa meada tão enrolada e tentar restabelecer o fenômeno em seus elementos.

7. Para fazê-lo, consideremos separadamente uma empresa; veremos o que ela recebe e o que ela dá; avaliaremos as receitas e as despesas e estudaremos a maneira como ela regula a produção.

8. *O fim a que a empresa se propõe* – É preciso fazer uma distinção semelhante àquela que fizemos para o indivíduo (III, 40). Temos dois tipos de fenômenos: (I) A empresa aceita os preços do mercado, sem tentar modificá-los diretamente, se bem que contribua, sem o saber e sem o querer, para modificá-los indiretamente. Ela não possui outro guia a não ser o fim que pretende atingir. Para os indivíduos, era a satisfação de seus próprios gostos; falaremos mais adiante do fim a que a empresa se propõe. (II) A empresa pode, ao contrário, ter como objetivo modificar inteiramente os preços do mercado, para daí tirar em seguida certo lucro ou com qualquer outra finalidade.

9. O que dissemos para os tipos (I) e (II) com relação ao indivíduo aplica-se igualmente à empresa, e poderemos repeti-lo. Para a empresa, como para o indivíduo, o tipo (I) é o da livre concorrência, o tipo (II) é o do monopólio.

Pode-se conceber para a empresa um grande número de fins; mas é preciso, evidentemente, ater-nos àqueles que a realidade nos fornece.

10. Muito freqüentemente as empresas buscam proporcionar-se a maior vantagem, e essa vantagem é quase sempre, poderíamos dizer sempre, medida em dinheiro. Os demais casos podem ser considerados exceções.

Para obter o maior lucro em dinheiro, serve-se de meios diretos e meios indiretos. Diretamente, cada empresa esforça-se por pagar o mais barato possível o que ele adquire, e cobrar o mais caro possível o que vende. Além disso, quando existem vários meios para obter uma mercadoria, ela escolhe aquele que lhe custe menos. Isso é verdadeiro tanto para o tipo (I) como o tipo (II); a diferença entre esses dois tipos

consiste unicamente no fato de que no tipo (I) a empresa aceita as condições do mercado tais quais são, enquanto no tipo (II) ela se propõe modificá-las.

Indiretamente, a empresa, quando tem poder para tanto, isto é, quando se encontra no tipo (II), procura levar às condições do mercado e da produção todas as modificações que podem, ou que esta empresa acredita poder, proporcionar-lhe algum lucro pecuniário. Quando falamos da troca (III, 47), indicamos alguns dos meios dos quais se serve; veremos outros agora.

11. Observemos que o fim que a empresa persegue pode não ser atingido, e isso de diferentes maneiras. Primeiro, ela pode enganar-se completamente; e, na esperança de conseguir um lucro pecuniário, empregar meios que, ao contrário, lhe causem prejuízo. Pode acontecer também que esse lucro em dinheiro corresponda a uma perda em felicidade para as pessoas que dele usufruem. Enfim, e trata-se de um caso menos aparente e mais sutil, o próprio fim pode modificar-se pelo efeito dos meios que se pretendem utilizar para atingi-lo, e a empresa pode percorrer uma destas curvas que chamamos *curvas de perseguição*. Por exemplo, a empresa, estando em *a*, quer chegar a *m*, seguindo o caminho *am*, porém, agindo assim, ela desloca *m*, e quando está em *b*, *m* está em *m'*. Novamente a empresa tende em direção a *m'*; e segue por isso o caminho *bm'*; mas, uma vez chegada em *c*, o objetivo é deslocado e encontra-se em *m''*; ela seguirá então o caminho *cm''*, e assim por diante. Dessa maneira, tendo partido de *a* para chegar a *m*, ela vai finalmente para *M*, que representa um fim que ela não perseguia no começo. Veremos mais adiante como as coisas se passam num caso muito importante, que é o da livre concorrência (§ 74).

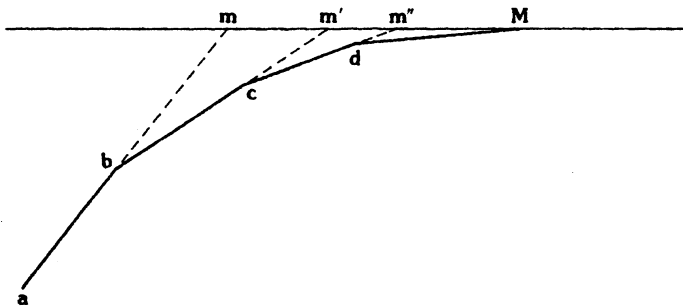


Figura 41

12. Da mesma maneira que para a troca (III, 49), é preciso, para a produção, que destaquemos do tipo (II) um tipo de fenômenos que

são caracterizados pelo fato de a empresa ter por objetivo proporcionar o máximo de bem-estar a todos aqueles que participam do fenômeno econômico; temos assim o mesmo tipo (III), do qual já falamos a propósito da troca.

13. *Os diversos meios da empresa* – Primeiro, quando a empresa vai ao mercado para comprar ou para vender, pode seguir diferentes caminhos que estudamos a propósito da troca (III, 97, 98): ela tem também, comumente, diversas vias para obter a mercadoria que quer produzir. Certos elementos da produção são fixos; outros, porém, são variáveis. Para obter farinha de trigo, é preciso, evidentemente, trigo, porém pode-se moer o trigo num moinho posto em movimento pela mão do homem ou por um animal, pelo vento, pela água, pelo vapor. Pode-se utilizar mó de pedra ou de cilindros de ferro endurecido. Pode-se utilizar meios mais ou menos perfeitos para separar o farelo da farinha etc.

14. Além disso, as próprias quantidades desses elementos são variáveis em certos limites, mais ou menos estreitos. Nessa matéria, o exemplo clássico é da cultura extensiva ou intensiva do solo. Pode-se obter a mesma quantidade de trigo com uma grande ou uma pequena superfície de solo cultivado, fazendo variar os outros elementos da cultura. Mas esse mesmo fenômeno se verifica em todas as outras produções. Certos elementos variam muito pouco; por exemplo, pode-se obter de uma mesma quantidade de trigo um pouco mais ou um pouco menos de farinha. Outros elementos variam consideravelmente; existe uma diferença enorme entre um moinho movido por mula e um desses grandes moinhos a vapor usados atualmente para transformar o trigo em farinha; existe também uma diferença enorme entre a tripulação das antigas galeras a remo e a tripulação de um transatlântico, e, em consequência, uma também grande diferença entre as relações, para esses dois modos de transporte, da mão-de-obra e do valor do navio. Poderíamos multiplicar à vontade esses exemplos.

É preciso que a empresa faça sua escolha entre esses diversos meios, e isso tanto no caso do tipo (I) como no caso do tipo (II).

15. Encontramos aqui um dos mais graves erros da Economia Política. Supôs-se que essa escolha é imposta pelo estado técnico da produção, isto é, determinada exclusivamente pelo estado do progresso técnico. Isso não é exato. O progresso técnico é apenas um dos elementos da escolha. Naturalmente, quando as estradas de ferro não tinham sido inventadas, não se poderia a elas recorrer para transportar as mercadorias, mas atualmente elas não substituíram todos os demais meios de transporte. Em determinadas circunstâncias transportam-se as mercadorias em charretes; em outras, em carros puxados a braço, em outras por outros meios. Desde que se inventou as máquinas de

costura, costura-se à máquina, evidentemente, mas a costura à mão não desapareceu. Para a iluminação, utilizam-se ao mesmo tempo, velas, óleo, petróleo, gás, eletricidade.¹³⁴

16. Em cada caso, é preciso pesquisar qual é o melhor meio. Um empreiteiro deve transportar cascalho da pedreira para outro lugar. Dependendo do caso, ser-lhe-á conveniente transportá-lo por meio de charretes puxadas por cavalos, ou então construir uma pequena estrada de ferro. Outro possui madeira para serrar; dependendo do caso, ele utilizará homens para serrá-la, ou instalará uma serraria mecanizada. Nesses casos e em todos os casos análogos, a decisão do empreiteiro será determinada, não somente pelas considerações técnicas, mas também por considerações econômicas.

Para poder escolher entre diferentes meios é preciso conhecê-los. Escolhamos um que iremos estudar.

17. *Os capitais*¹³⁵ – Suponhamos que quiséssemos estabelecer a conta de um moinho movido por roda hidráulica.

Produzem-se farinha e farelo. Os principais elementos da produção são: o curso de água – a construção do moinho – a roda hidráulica – as transmissões, as máquinas etc. – os instrumentos de trabalho, os aparelhos de iluminação etc. – o óleo para as máquinas, outros materiais para a iluminação, limpeza e muitos outros usos – o trabalho do moleiro e de seus ajudantes – o dinheiro que circula para as despesas – o trigo para ser moído.

18. É preciso que coloquemos um pouco de ordem em todos esses elementos tão variados e fazer uma classificação que será, como todas as classificações, em parte arbitrária.

Na realidade, é a energia, a força mecânica do curso de água que é transformada na produção; mas, no fenômeno econômico, esse elemento da produção se apresenta sob diversas formas, isto é, sob a forma da ocupação, do uso do curso de água.

Da mesma maneira a construção é também transformada, pouco

134 Essa condição é essencial. Se é otimida, torna-se falsa uma proposição que era verdadeira. É falso que os preços do mercado existem independentemente da empresa. É verdade que ela efetua suas contas como se eles não existissem, e que, mesmo sem o querer e mesmo freqüentemente sem o saber, ela os modifica. O fenômeno é do gênero dos que são representados pelas curvas de perseguição, § 11.

Systèmes. II, p. 372 *et seq.* Ver outro erro semelhante, § 70.

135 Sobre os diferentes sentidos que essa palavra pode ter, ver FISHER, Irving. "What is Capital?" In: *Economic Journal*. Dezembro de 1896; "Senses of Capital". *Ib.*, junho de 1897; "Precedents for Defining Capital". In: *Quart. Journ. of Economics*. Maio de 1904. *The Nature of Capital and Income; The Rate of Interest*. Estes dois últimos livros são de importância capital.

Ver também nossos *Systèmes*. I, p. 158, 357-362.

a pouco, na produção. Essa construção repousa, necessariamente, sobre a superfície do solo. Nesse caso, como a superfície não é consumida de nenhuma maneira, temos aí um elemento do qual nos servimos sem consumi-lo.

19. Podemos, então, estender essa concepção, de forma aproximativa, a outros objetos e fazer duas grandes classes dos elementos da produção: a primeira compreende as coisas que não são consumidas, ou que são consumidas lentamente; a segunda compreende as coisas que se consomem rapidamente.

20. Essa classificação é arbitrária e pouco rigorosa, como são arbitrárias e pouco rigorosas as palavras: *lentamente*, *rapidamente*; porém a experiência nos mostra que ela é muito útil em Economia Política. Da mesma maneira seria bastante difícil, falando de homens, deixar de utilizar as expressões, *jovem*, *velho*, se bem que ninguém possa dizer em que momento preciso termina a juventude e começa a velhice. A linguagem corrente é obrigada a substituir diferenças quantitativas reais por diferenças qualitativas arbitrárias.

21. Deu-se um nome às coisas que não se consomem, ou que se consomem lentamente, no ato da produção; são chamadas CAPITAIS.

O ponto preciso onde termina a classe dos capitais e onde começam as outras classes dos elementos da produção, não é melhor determinado do que aquele onde termina a juventude e começa a idade madura.

Além disso, uma coisa pode ser, dependendo do ponto de vista, classificada entre os objetos de consumo ou entre os capitais. No exemplo precedente consome-se a energia mecânica da água que faz funcionar o moinho, de tal maneira que, desse ponto de vista, pode-se dizer que para produzir farinha consome-se energia, e no orçamento da empresa pode-se colocar tantos cavalos-vapor consumidos, a tal preço. Porém, pode-se exprimir essa mesma coisa de outra maneira. Para produzir farinha servimo-nos do curso de água, que não se consome, que permanece; e, no orçamento da empresa, pode-se registrar um tanto de despesas, já não pelo consumo, mas pelo uso da água. Em última análise, nada mudou no orçamento.

22. Se quisermos utilizar a noção de capital, faremos nele incluir, sem dificuldade, o curso de água cuja utilização faz funcionar o moinho; e o mesmo se pode fazer com relação à construção do moinho. A roda hidráulica pode também fazer parte dele. Mas que diremos das mós? Se considerarmos que elas se consomem lentamente, as colocaremos entre os capitais; porém se observarmos que elas se consomem muito mais rapidamente do que a construção ou a roda hidráulica, poderemos classificá-las entre os objetos de consumo.

23. Uma classificação tão incerta, se dela nos servirmos sem precauções, pode nos conduzir, facilmente, a conclusões sem sentido, e, efetivamente, os economistas que se serviram dessas classificações qualitativas, sem correção, chegaram, freqüentemente, a verdadeiras logomaquias.

Apesar da utilidade de se recorrer à linguagem corrente, não hesitaríamos em abandoná-la, se não nos fosse dado corrigi-la, retornando à realidade quantitativa.

24. Isso é possível, e é suficiente colocar no orçamento da empresa certas despesas que servirão para substituir as coisas que se consideram como capitais; podemos, em seguida, admitir de maneira rigorosa, que delas nos servimos sem consumi-las.

Suponhamos que nosso moleiro consome precisamente dois pares de mó por ano. Ele começa o ano com um par de mós novas e termina-o depois de haver consumido o segundo par de mós. Se ele deseja colocar as mós entre os objetos de consumo, ele contabilizará entre as despesas: em 1º de janeiro, a compra do primeiro par de mós; em 1º de julho, a compra do segundo par. Se ele deseja considerá-las como capitais, colocará entre as despesas em 1º de julho a despesa com um primeiro par de mós, para reintegrar o capital; em 31 de dezembro, a despesa com o segundo par, para reintegrar novamente o capital.

As despesas, portanto, são idênticas, qualquer que seja a maneira com que encaremos as mós; existe uma diferença nas épocas em que são feitas, porém disso falaremos quando tratarmos das transformações no tempo; para o momento, vemos que qualquer que seja a maneira com que classifiquemos as mós, o resultado do orçamento é o mesmo e se verá que continua o mesmo quando falarmos das transformações no tempo (§ 47); e como o que interessa é o resultado do balanço, podemos conservar a classificação qualitativa dos capitais e fazer entrar ou excluir, à nossa vontade, certos objetos ou certos outros.

Da mesma maneira, para uma empresa de seguros que tem quadros de mortalidade precisos, pouco importa que um homem de 30 anos seja classificado entre os jovens ou entre os homens maduros; de toda maneira, o coeficiente de mortalidade é o mesmo para ele.

25. *A teoria do equilíbrio econômico sem e com a noção de capital* – Considerando que o equilíbrio econômico resulta do contraste que existe entre os gostos do homem e as dificuldades que ele encontra para adquirir coisas aptas a satisfazê-los, pode-se considerar apenas as coisas que serão consumidas diretamente ou das quais se consumirá o uso. Para produzir essas coisas, podemos considerar exclusivamente os consumos e, nesse caso, fazemos abstração da noção de capital; ou então podemos considerar os consumos de certas mercadorias e o uso de certos capitais. No fundo, chegaremos ao mesmo resultado. Tanto num caso quanto no outro, é necessário considerar as transformações no tempo (§ 47).

Essas duas maneiras de considerar o fenômeno encontram-se mais ou menos na realidade. Para ter pão e saciar-se, existe como obstáculo o fato de que é preciso ter um forno para assar o pão. O forno aparece aqui como um capital; mediante certas despesas, ele durará indefinidamente e sempre produzirá pão. Ou então o obstáculo consiste em obter coisas (tijolos, cal etc.) que, consumidas e transformadas, formarão o forno. Sob essa forma já não existe capital; existem somente consumos que se repartem entre uma quantidade maior ou menor de pão produzido. Ademais, haverá despesas para as transformações no tempo, de que não nos ocuparemos neste momento.

Nos países civilizados, o forno e todas as coisas necessárias para construí-lo são consideradas equivalentes a seu preço em numerário; isso significa que os capitais, assim como os consumos, podem ser substituídos por seu preço em numerário. O obstáculo nos aparece aqui sob uma terceira forma, isto é, sob a de que é preciso fazer alguma despesa.

26. Em conseqüência, para se ter pão, um dos obstáculos se apresenta sob uma das três formas seguintes: ter um forno – ter um terreno, a mão-de-obra, os tijolos, a cal etc., necessários para construir o forno – dispor da quantia que custa o forno ou da quantia que custam as coisas necessárias para construí-lo.

27. Dissemos que seria preciso dispor dessa quantia, e não que seria preciso possuí-la materialmente sob forma de moeda. Com efeito, graças a certas combinações em uso nos povos civilizados, pode-se fazer uma despesa considerável com uma pequena quantidade de moeda que circula.

Às vezes não se tomou o cuidado de fazer essa observação, já por si muito evidente, e caiu-se num erro singular. Acreditou-se que o obstáculo, sob essa terceira forma, consistia na posse material de toda a soma de moeda igual ao preço do objeto, isto é, em nosso exemplo, do forno. Depois, retornando à noção de capital e à primeira forma, concluiu-se que o capital consistia exclusivamente em moeda.

O que existe de verdadeiro nessa afirmação é que todo capital pode ser avaliado em numerário ou em moeda. Todo consumo pode, igualmente, ser avaliado em numerário ou em moeda. Quando se diz que um indivíduo fez um jantar de 5 francos, não se diz que ele comeu uma peça de 5 francos; quando se diz que, para produzir pão, é preciso uma coisa que vale 1 000 francos, não se diz que é preciso empregar materialmente 200 escudos, ou 50 luíses, para produzir o pão. Tanto num caso quanto no outro, para fazer uma despesa total de 1 000 francos, pode ser suficiente o emprego material de 10 luíses; e são, então esses 10 luíses, isto é, 2 000 francos, que se podem considerar como capital.

O estudo do equilíbrio econômico, considerando-se apenas os consumos, nos fornece a idéia do conjunto do fenômeno, e faz-nos desprezar as diferentes partes. Isso pode ser útil em certos casos, mas em geral

não podemos desprezar essas partes. É certo que os obstáculos que existem para viajar por estradas de ferro se relacionam, em última análise, sem falar nas transformações no tempo, de que trataremos mais adiante, à mão-de-obra e aos materiais necessários para construir a estrada de ferro, ao material de transporte e à execução. De tal maneira, não há dúvida de que o equilíbrio deve, finalmente, resultar do contraste que existe entre esses obstáculos e os gostos dos homens para viajar. Porém o salto é muito grande destes para aqueles, e é preciso insistir um pouco sobre os arcos intermediários de uma tão longa corrente. Ser-nos-á preciso considerar à parte pelo menos a construção e a direção da empresa. Estudemos, assim, o fenômeno sob a primeira forma, e, se o quisermos, sob a terceira.

28. Poderíamos fazer observações análogas a respeito das mercadorias que se consomem na produção. Não se vê por que, antes, nós nos detivemos nos tijolos, na cal etc., necessários à construção do forno, e por que não nos referimos à argila, aos consumos necessários para construir o forno que cozinha os tijolos, e assim por diante; mas chegaríamos assim a uma idéia muito geral do fenômeno e muito distanciada da realidade. De fato, existem diferentes empresas; e esta que produz o pão, geralmente não produz tijolos. Devemos, portanto, considerá-las à parte.

Certos economistas pretenderam reduzir, em última análise, a produção aos sacrifícios de ofelimidade. É verdade que, se a produção transforma apenas as mercadorias que possam ser consumidas diretamente ou aquelas das quais pelo menos o uso possa ser consumido, essa redução é possível. Mas ela não tem razões para as coisas, em grande número, que só são ofélimas após terem sido transformadas. Assim, por exemplo, uma mina de cobre não tem outro uso senão aquele de produzir cobre. O custo elevado de produção do ouro não provém do fato de que, explorando minas de ouro, faz-se o sacrifício de renunciar ao prazer que proporcionaria o uso direto dessas minas, porque esse prazer não existe. Ao se despojar da poupança, renuncia-se, é verdade, ao prazer que se poderia sentir contemplando-a sob a forma de moedas de ouro, mas isso tem uma relação muito longínqua com a taxa de juros.

Segue-se assim por um mau caminho, que não pode conduzir a nenhum resultado satisfatório. É preciso, ao contrário, considerar o conjunto das coisas que se tem à disposição e comparar os resultados que se obterão dispendo dessas coisas de diferentes maneiras, para a produção. Esses resultados podem ser caracterizados por avaliações em numérico, ou então pelos diferentes prazeres e diferentes sacrifícios que eles proporcionam. Existem aí concordâncias e discordâncias, acordo e antagonismo que será preciso estudar.

29. O orçamento da empresa será estabelecido da seguinte maneira: ela recebe de outras empresas certas mercadorias que consome:

possui certas coisas chamadas capitais que, graças aos artifícios da contabilidade, serão consideradas como permanecendo sempre idênticas a si mesmas. Em seu orçamento esses capitais figurarão nas despesas necessárias para renová-los e, além disso, como certa soma se paga por seu uso. No exemplo das mós, essa soma servirá, precisamente, para cobrir a diferença que existe entre os dois fenômenos de que falamos no § 24. Para o primeiro, isto é, quando as mós são consideradas objetos de consumo, encontramos, no inventário em 1º de janeiro e em 1º de julho, as despesas para comprar um par de mós; no segundo, isto é, quando se consideram as mós como capitais, essas despesas aparecem em 1º de julho e em 31 de dezembro.

Retornaremos a tudo isso quando estudarmos as transformações no tempo; agora é necessário estudar um pouco mais de perto as despesas feitas para substituir os objetos considerados capitais.

30. *Amortização e seguro* – As coisas podem deperecer lentamente, porque são usadas ou então podem ser destruídas, completamente ou em parte, por um caso fortuito.

Os concertos e a amortização permitem reconstituir o capital, no primeiro caso; o seguro, no segundo.

Os consertos mantêm uma máquina em bom estado, enquanto ela envelhece, e chega o dia em que é mais conveniente comprar outra do que continuar a gastar para mantê-la em estado de uso. Um navio pode ser conservado em bom estado por consertos, mas não indefinidamente. A amortização deve prover ao depercimento material, mas também ao que poderíamos chamar, depercimento econômico. Com efeito, chega o dia, em que a máquina, o navio etc., podem estar ainda em bom estado, mas estão envelhecidos, e é preciso então substituí-los por outra máquina, por um outro navio etc., de tipo mais moderno e aperfeiçoado. No orçamento, as despesas de conserto figuram, geralmente, no lugar das despesas para exploração; a amortização serve para reconstituir o capital.

Dá-se o nome de prêmio de seguro à quantia que é preciso economizar cada ano e acumular a fim de fazer face aos casos fortuitos. Uma empresa pode assegurar, ela própria, os objetos que possui e que estão sujeitos aos casos fortuitos. É o que ocorre, de fato, em certas grandes companhias de navegação que asseguram, elas mesmas, seus próprios navios. Nesse caso o seguro figura no balanço como amortização, e é uma quantia que constitui um fundo especial administrado pela sociedade. O mais freqüente é o caso de uma outra empresa ocupar-se do seguro, empresa esta que se ocupa exclusivamente desses tipos de operações. Nesse caso, a empresa que tem objetos a segurar paga um *prêmio de seguro* a uma dessas sociedades, que lhe restitui o preço do objeto, se este vier a perecer em sua totalidade ou em parte em razão de um desses casos fortuitos enumerados no contrato. Existe,

por outro lado, uma infinidade de contratos possíveis; mas o fundo é sempre o mesmo, tratando-se sempre de reconstituir o capital.

31. As sociedades industriais têm, comumente, um terceiro fundo especial, chamado fundo de reserva, que serve para fins variados, onde o mais importante é sempre o de assegurar o capital social e reconstituí-lo quando necessário. Na realidade, o caso fortuito não se manifesta apenas pela perda de objetos materiais. Uma guerra, uma epidemia, uma crise comercial, mudando as condições nas quais uma indústria trabalha, podem ocasionar-lhe perdas momentâneas e transitórias. Uma parte do capital da sociedade é perdido e é reconstituído por meio do fundo de reserva.

Pretendemos, por essas breves indicações, simplesmente mostrar por meio de que procedimentos se consegue reconstituir o capital, e não tivemos, de maneira alguma, a intenção de esgotar a matéria. É suficiente sabermos que, de uma ou de outra maneira, é preciso prover à reconstituição do capital e levar em consideração suas variações.

32. Uma casa se acha situada numa cidade que se despoeva e na qual as construções vêm seus preços baixarem. Será preciso levar em conta esse fato na amortização. Uma outra casa situa-se numa cidade que prospera e na qual as construções aumentam de valor. Estamos então diante de um fenômeno inverso do precedente e, para não multiplicar as denominações, consideraremos como amortização negativa a quantia de que se necessita para manter o capital sempre no seu mesmo valor. Da mesma maneira pode existir um prêmio de seguro negativo, quando o caso fortuito é vantajoso e não prejudicial ao possuidor do objeto.

Os títulos de bolsa fornecem-nos um bom exemplo desses fenômenos. Suponhamos que um indivíduo compre, ao preço de 120 francos, títulos de valor nominal de 100 francos e que serão reembolsados dentro de dez anos pela sociedade pelo pagamento de 100 francos ao portador do título. O possuidor desse título tem em mãos um objeto que, custando hoje 120 francos, custará apenas 100 francos dentro de dez anos. Se se consideram esses títulos como capital, é preciso recorrer à amortização para cobrir a diferença.

Se esses títulos custassem hoje 80 francos em vez de 120, haveria ainda uma diferença com relação a seu preço daqui a dez anos, mas essa diferença seria vantajosa ao possuidor atual, o que seria levado em conta por uma mortização negativa.

Se, em vez de serem todos reembolsados depois de dez anos, os títulos de que falamos são reembolsados por sorteios anuais, aquele que possui um título comprado por 120 francos perde este ano 20 francos se o número de seu título é chamado para o reembolso. Ele

ganharia 20 se tivesse comprado seu título por 80 francos. Ao primeiro caso corresponde um prêmio de seguro positivo; ao segundo, um prêmio de seguro negativo.

Seria o caso de levar em conta as variações dinâmicas, da *valorização* ou da *desvalorização* do ouro; porém, aqui faremos abstração desse gênero de fenômenos.

33. *Os serviços dos capitais* – Em razão de uma ficção que mais ou menos nos aproxima da realidade e que se torna a própria realidade se se faz intervir a amortização e o seguro, os capitais devem permanecer sempre em seu estado primitivo, não se podendo dizer que eles se transformam no produto. Seu uso apenas contribui para obter esse produto, e diremos que é nele que se transforma o SERVIÇO do capital.

Observemos que esta é apenas uma questão de forma. Na realidade, é a energia, o trabalho mecânico do curso de água que desagrega a matéria do trigo e dá a farinha; é, portanto, propriamente a energia do curso de água que, com o grão, se transforma em farinha. No fundo, expressamos a mesma coisa, mas sob outra forma, quando dizemos que o uso do curso de água nos serve para obter farinha, ou então que é o SERVIÇO do curso de água que, com o trigo, se transforma em farinha.

34. *Bens materiais e bens imateriais* – Os economistas do começo do século XIX discutiram longamente a questão de saber se todos os bens econômicos são materiais, ou se existem também bens imateriais; e a discussão terminou em puras logomaquias. A questão foi, em nossa opinião, definitivamente decidida por Ferrara, que demonstrou de uma maneira evidente que

“todos os produtos são materiais se se considera o meio pelo qual se manifestam; e que todos são imateriais se se considera o efeito que eles estão destinados a produzir”.

Por outro lado, é preciso acrescentar, imediatamente, que a identidade material de duas coisas não acarreta sua identidade econômica; essa observação será utilizada mais adiante.

35. *Os coeficientes de produção* – Para obter uma unidade de um produto, empregam-se certas quantidades de outros produtos e de serviços de capitais. Essas quantidades são chamadas COEFICIENTES DE PRODUÇÃO.

36. Se, em vez de considerar a unidade de produto, se considera uma quantidade qualquer de produto, as quantidades dos outros produtos e dos serviços de capitais empregados para obter essa quantidade de produto constituem os FATORES DA PRODUÇÃO.

Assim, torna-se verdadeiramente inútil ter duas expressões para coisas que diferem apenas por uma simples proporção, e empregaremos geralmente a denominação de coeficiente de produção. Fizemos menção de outra porque ela é empregada por alguns autores.

37. Os coeficientes de produção podem variar de diversas maneiras (§ 15, 76) e são determinados pelas empresas de diferentes maneiras, dependendo de os fenômenos econômicos corresponderem ao tipo (I) ou ao tipo (II).

38. *Transformações no espaço* (III, 72) – Não precisamos nos ocupar longamente dessas transformações. É preciso simplesmente observar que elas nos fornecem um primeiro exemplo de coisas que, mesmo sendo materialmente idênticas, são economicamente diferentes. Uma tonelada de trigo em Nova York e uma tonelada dessa mesma quantidade de trigo em Gênova são coisas materialmente idênticas, mas economicamente diferentes: a diferença dos preços não é necessariamente igual ao custo de transporte de uma dessas localidades para a outra. Esse modo de avaliação de diferença dos preços repousa sobre uma teoria inexata do equilíbrio econômico (III, 224).

Existem sempre transformações no espaço: às vezes, elas são insignificantes, outras, de primeira importância. Existem empresas que delas fazem sua ocupação exclusiva, são as empresas de transporte. A facilidade das transformações no espaço amplia a extensão dos mercados e torna a concorrência mais ativa: essas transformações têm, portanto, grande importância social. O século XIX permanecerá como um dos em que se aperfeiçoa bastante esse gênero de transformações, o que levou a mudanças sociais muito importantes.

39. *Transformações no tempo* (III, 72) – São bastante análogas às precedentes; se, porém, sempre se consideraram as transformações no espaço, mui freqüentemente se desprezaram, e ainda muitas vezes se desprezam, as transformações no tempo. As razões são múltiplas, mas assinalaremos apenas duas.

As transformações no espaço necessitam um trabalho e um custo que saltam à vista; e, quando falamos delas não nos chocamos com os preconceitos daqueles que acreditam que a diferença de preço de duas mercadorias depende apenas da diferença de trabalho necessário para a produção dessas mercadorias ou, de modo mais geral, da diversidade do custo de produção. Nas transformações no tempo, não se vêem as dependências materiais dessas transformações com relação às falsas teorias de que acabamos de falar.

Mas é outra razão, a mais importante, que faz desconhecer o papel dessas transformações no tempo. Acontece que esta é uma matéria que se estuda muito mais com o sentimento do que com a razão,

e esses sentimentos se apóiam, eles próprios, sobre certos preconceitos. Ninguém, ou quase ninguém, estuda a questão das transformações no tempo com espírito desprovido de opinião preconcebida. Cada um sabe, mesmo antes de haver estudado a questão, em que sentido ela deve ser destrinchada, e dela fala como um advogado fala da causa cuja defesa é encarregado.

40. Se nos colocarmos do ponto de vista exclusivamente científico, veremos em breve que, da mesma maneira que dois objetos materialmente idênticos diferem entre si economicamente, segundo o lugar onde estão disponíveis, diferem igualmente do ponto de vista econômico, dependendo do tempo em que estão disponíveis. Uma refeição para hoje e uma refeição para amanhã não são de maneira alguma a mesma coisa; se um indivíduo sente frio tem necessidade imediata de um casaco, e esse mesmo casaco disponível num dia, dentro de um mês, dentro de um ano, não lhe presta o mesmo serviço. É evidente, portanto, que dois bens econômicos materialmente idênticos, porém disponíveis em momentos diferentes, podem ter preços diferentes, da mesma maneira que podem ter preços diferentes bens que não são materialmente idênticos. Não se concebe por que achar perfeitamente natural que o preço do vinho seja diferente do pão, ou que o preço do vinho num lugar não seja o mesmo que o do vinho em outro, e depois assustar-se pelo fato de que o preço do vinho hoje não seja o mesmo que o preço do mesmo vinho disponível daqui a um ano.

41. Mas, em consequência dessa tendência irresistível de lançar-se rapidamente à aplicações práticas, ninguém se detém no problema científico que acabamos de colocar; ao contrário, imediatamente se procura pesquisar se não é possível encontrar meios que permitam tornar o preço do vinho disponível hoje precisamente igual ao do vinho disponível no próximo ano.

Não é esta a questão que pretendemos estudar neste momento, da mesma maneira que não pesquisamos se existem meios técnicos para tornar o preço do vinho igual ao preço do pão, ou o preço do trigo em Nova York igual ao preço do trigo em Gênova. Para nós é suficiente haver demonstrado que mercadorias disponíveis em momentos diferentes são mercadorias economicamente diferentes e que podem ter, em consequência, preços diferentes.

42. A teoria do equilíbrio econômico nos ensinará como são determinados esses preços. É preciso, portanto, tomar cuidado para não cometer o erro que consiste em dizer que a *causa* da diferença desses preços está na diferença dos tempos em que estes bens estão disponíveis. Porque não existe *uma* causa dessa diferença; existe um grande número de causas; e são todas as circunstâncias, sem excetuar uma única, que

determinam o equilíbrio econômico. A consideração do tempo serve unicamente para diferenciar os bens que não estão disponíveis ao mesmo tempo. Da mesma maneira a composição química diferencia o minério de cobre do cobre metal, porém ela não é a CAUSA da diferença entre o preço do minério de cobre e o preço do cobre metálico. Essa diferença não tem uma causa; tem um grande número de causas, ou, para expressarmos-nos com maior rigor, ela está em relação com muitos outros fatos, que são precisamente aqueles que determinam o equilíbrio econômico.

43. *O balanço da empresa e as transformações no tempo* – Vimos, no § 26, que a produção pode ser considerada de três maneiras diferentes, que, no fundo, levam ao mesmo resultado.

44. I. *Consideram-se exclusivamente os consumos sem fazer uso da noção de capital* – Nesse caso, a transformação no tempo consiste em substituir um bem disponível em certo momento por um bem disponível em outro momento. Para produzir trigo é preciso empregar uma semente. Ela pode ser considerada como um consumo feito no momento em que se faz a sementeira. Essa quantidade de trigo não é economicamente idêntica a outra quantidade de trigo que estaria disponível somente na época da próxima colheita. As duas combinações para a produção: (A): 100 quilos de trigo a serem consumidos na época da sementeira; (B): 100 quilos de trigo a serem consumidos na época da próxima colheita não são idênticos; são *mercadorias* diferentes. Em conseqüência, (A) pode ter um preço diferente de (B); em geral, esse preço é maior (excepcionalmente poderia ser menor). A diferença entre o preço de (A) e o preço de (B) é o preço de uma transformação no tempo, e figura nas despesas da empresa. Por exemplo, aquele que semeia trigo pela primeira vez não pode, é claro, se servir do trigo de sua *última colheita*. Pois esta não existe, e ele terá disponível, em seu tempo, apenas o trigo da *colheita futura*. Em seu orçamento ele deve, portanto, colocar no débito certa despesa para essa transformação.

45. II. *Usa-se a noção de capital* – Nesse caso, a transformação no tempo resulta da necessidade que existe de possuir, ou de produzir, esse capital *antes* de poder possuir a mercadoria. O preço da transformação no tempo fará parte daquilo que custa o uso do capital.

A semente necessária para produzir trigo pode ser considerada como capital. Ela é consumida no momento em que se semeia, é reconstituída no momento da colheita, de tal maneira que para a empresa agrícola ela permanece sempre a mesma e é somente seu uso durante certo tempo que serve à produção do trigo. Em 1895, a empresa agrícola tinha 100 quilos de trigo; eles serviram de semente; na colheita de 1896 ela deixou de lado 100 quilos de trigo que foram novamente empregados neste mesmo ano como semente; na colheita de 1897, deixou

de lado 100 quilos de trigo. Pára-se então e faz-se o balanço da operação. A empresa começou com 100 quilos de trigo à sua disposição; terminando, ela possui ainda 100 quilos de trigo. Na realidade, ela não o consumiu; simplesmente fez *uso* dessa quantidade. A transformação no tempo consiste nesse uso, e o preço dessa transformação faz parte do preço desse uso. Se a empresa é única, o preço desse uso será pago à própria empresa, e estará em relação com os sacrifícios necessários para produzir o objeto que utiliza. Se a empresa compra esse objeto de outra empresa, ela deverá levar em consideração, de um lado, o sacrifício que suporta em decorrência da antecipação do preço que ela paga pelo objeto; e, de outro, a vantagem que retira de seu uso, e ver, então, se há compensação e equilíbrio. Enfim, a empresa, em vez de produzir o objeto ou de comprá-lo, pode comprar simplesmente seu uso; e o preço desse uso figurará nas despesas de seu orçamento.

46. III. *Considera-se o valor, em moeda, dos fatores da produção* – Nesse caso a transformação no tempo diz respeito à moeda e consiste em trocar uma soma disponível em certo momento contra uma soma idêntica disponível em outro momento.

Suponhamos que 100 quilos de trigo valham 20 francos. Possuir esses 20 francos disponíveis significa, para a empresa agrícola, ter disponibilidade de 100 quilos de trigo necessários para a sementeira. Não é necessário que ela disponha, materialmente, de 1 luís; pode ser-lhe suficiente, por exemplo, ter 1/2 luís. Com esse dinheiro ela compra 50 quilos de trigo; depois vende queijo e obtém 1/2 luís, com o qual compra, novamente, 50 quilos de trigo; ela tem assim 100 quilos de trigo. A transformação no tempo consiste, portanto, no fato de que a empresa tem necessidade, em 1895, de 20 francos disponíveis, que restituirá apenas em 1897. Em seu orçamento deve colocar a despesa necessária para ter essa soma disponível, para dela servir-se; e isso tanto no caso de essa despesa ser paga à própria empresa quanto no caso de ser paga a outras.

47. Retornemos ao exemplo do § 24. Se o moleiro considera seus mós como objetos de consumo, temos nas despesas de seu orçamento

(A)

1º de janeiro	100 francos
1º de julho	100 francos
Total no ano	200 francos

Se as considera como capital, as despesas são:

(B)

1º de julho	100 francos
31 de dezembro	100 francos
Total	200 francos

A combinação (A) dá a mesma despesa que a combinação (B), porém em época diferente.

As mós devem ser pagas com a farinha produzida. Na combinação (A), em 1º de janeiro é preciso comprar as mós que serão pagas com a farinha produzida de 1º de janeiro a 30 de junho; é preciso, portanto, fazer uma transformação no tempo, a fim de ter disponível em 1º de janeiro o que estaria disponível apenas em 30 de junho do mesmo ano. Se se usa a noção de moeda, é preciso ter disponível em 1º de janeiro, uma soma de 100 francos, que estaria disponível apenas em 30 de junho. Suponhamos que se pague por isso 2 francos. Será preciso recomeçar a mesma operação de 1º de julho a 31 de dezembro. Gastar-se-á em tudo 4 francos, e a despesa total da combinação (A) será de 204 francos.

Na combinação (B), as mós são pagas apenas em 1º de julho, momento em que, de 1º de janeiro a 30 de junho, se produziu uma quantidade de farinha suficiente para fazer essa despesa. Por outro lado, porém, para poder se servir da combinação (B), é preciso ter o uso desse capital. É preciso, em consequência, exatamente como na combinação (A), ter, desde 1º de janeiro, o uso das mós. Se se avalia esse capital em moeda, é preciso, ter o uso de 100 francos durante um ano, e se se gastam 4 francos por esse uso, a despesa total da combinação (B) será 204 francos e será igual à da combinação (A).

48. *A renda dos capitais* – O obstáculo que se manifesta pelo custo do uso de um capital é, em parte, independente da organização social e tem sua origem na transformação no tempo. Seja qual for a organização da sociedade, é evidente que uma refeição que se pode fazer hoje não é idêntica à refeição que se poderá fazer amanhã, e que 10 quilos de morangos disponíveis em janeiro não são idênticos a 10 quilos de morangos disponíveis em junho. A organização da sociedade decide sobre a forma como esse obstáculo se manifesta e modifica, em parte, sua substância. Acontece exatamente o mesmo com as transformações materiais e com as transformações no espaço.

Um mesmo objeto pode ser produzido por qualquer uma dessas três transformações. Por exemplo, um indivíduo se serve, no mês de julho em Genebra, de um pedaço de gelo para refrescar sua bebida. Esse pedaço de gelo pode ter sido produzido por uma fábrica de gelo artificial (transformação material); pode ter sido transportado de uma geleira (transformação no espaço); pode ter sido recolhido durante o inverno e conservado até o verão (transformação no tempo).¹³⁶ Essas transformações são com-

136 Estas são as transformações principais dos três casos considerados; mas, em cada um desses casos, a transformação principal é acompanhada das outras duas, que são secundárias. A fábrica de gelo artificial não produz gelo no momento preciso em que o consumimos, é preciso certo tempo para levar o gelo do fabricante ao lugar em que é consumido. A transformação no tempo não falta, portanto, nesses dois casos, embora seja secundária. Da mesma maneira a transformação no espaço não falta no primeiro e no terceiro caso. Enfim, a transformação material, ainda que fosse apenas para cortar o gelo em pedaços, não falta também no segundo e no terceiro caso.

pradas ao preço de certos sacrifícios ou custos, que dependem, em parte, da organização social, mas que dela são também, em parte, independentes. Por exemplo, se os membros de uma coletividade recolhem gelo em janeiro e lenha em julho do mesmo ano, terão bebidas frescas em julho mas terão passado frio em janeiro. Se tivessem podido recolher lenha nesse mês de janeiro e gelo no mês de julho seguinte, o trabalho fornecido teria sido o mesmo, e eles teriam tido calor no inverno e frio no verão. O fato de ter tido que fornecer primeiro o trabalho necessário para recolher o gelo, custa-lhes o frio que sentirem durante esse mês de janeiro e isso é, evidentemente, independente da organização social.

Se existe uma segunda coletividade que *empresta* à primeira, em janeiro, a lenha que será restituída em julho, a primeira coletividade já não sentirá frio; graças a esse empréstimo, consumirá, não materialmente mas economicamente, em janeiro, a lenha que ela recolherá apenas daí a seis meses; e gozará dessa transformação no tempo. A segunda coletividade executa uma transformação no tempo precisamente inversa.

49. Quando os capitais são propriedade privada, aquele que o empresta, isto é, que concede seu uso a outro, recebe, normalmente, certa soma que chamaremos JURO BRUTO desses capitais.

50. Esse juro é o preço do *uso* dos capitais; é ele que paga os *serviços* (§ 33). Esta é também uma questão de forma e não de substância. Se um indivíduo paga 10 francos para ter certa quantidade de cerejas, ele compra uma mercadoria. Suponhamos que essa quantidade seja precisamente produzida por uma cerejeira num ano; se esse indivíduo compra, com 10 francos, o uso dessa cerejeira por um ano, terá, no fundo, pelo mesmo preço, a mesma quantidade de cerejas de antes. Somente difere a forma da operação; ele comprou agora o *serviço* de um capital (§ 33).

51. Observamos que se a pessoa que come as cerejas é a mesma que possui a cerejeira, já não existe pessoa a quem pagar os 10 francos, mas permanece o fato de que essa pessoa tem o usufruto das cerejas; e esse fato pode ser considerado sob dois aspectos: 1) diretamente, como o usufruto de uma mercadoria; 2) indiretamente, como o usufruto do *serviço* de um capital.

52. Quando se estuda o fenômeno sob a forma dos serviços dos capitais, é preciso pesquisar como seu preço se estabelece, isto é, que valor possui o juro bruto. Seria facilmente compreensível, se ele fosse igual a todas as despesas necessárias para restituir o capital, isto é, às despesas de reparação, além de amortização e do seguro; porém, comumente, esse juro bruto é maior do que essa quantia e a diferença, que chamaremos JURO LÍQUIDO, nos aparece como uma entidade cuja origem não é tão evidente.

53. Quando se diz que esse juro líquido paga a transformação no tempo, afastamos a dificuldade sem resolvê-la, pois em seguida, perguntaremos por que a transformação no tempo tem um preço, e como esse preço é determinado.

54. Vem à mente reunir, como uma relação do efeito à sua causa, o fato da existência deste juro líquido e aquele da apropriação dos capitais. Com efeito, são fatos concomitantes e, por outro lado, torna-se claro que se não houvesse proprietários dos capitais, não existiria ninguém a quem se pudesse pagar o juro líquido; sobrariam apenas as despesas para restabelecer os capitais, despesas que, em todos os casos, se devem fazer. Em outras palavras, os obstáculos que se manifestam pela existência do juro líquido têm sua origem, exclusivamente, no fato de que os capitais são apropriados.

55. Essa afirmação está longe de ser absurda *a priori* e poderia muito bem ser verdadeira. É preciso, portanto, examinar os fatos e ver se eles confirmam ou não essa afirmação.

Os obstáculos que se enfrentam, na Itália, para obter água do mar, se desprezamos o trabalho e as demais despesas necessárias para obtê-la, nascem exclusivamente do fato de que o Governo, tendo o monopólio da venda do sal, proíbe aos particulares carregar água do mar. Esses obstáculos dependem, portanto, exclusivamente, da organização social; se o Governo deixasse cada um livre para pegar a água, todos os obstáculos que impedem os italianos de obtê-la desapareceriam, salvo, bem entendido, aqueles dos quais falamos: o trabalho e as demais despesas necessárias para o transporte dessa água de mar para o lugar que se queira. Temos aí um exemplo favorável à tese de que o juro líquido dos capitais tem sua origem na organização social.

Os obstáculos que encontramos para obter cerejas manifestam-se para nós sob a forma do preço que pede o vendedor de cerejas. Esse novo exemplo parece semelhante ao precedente, e somos levados também a acreditar que seria suficiente eliminar os vendedores de cerejas para fazer desaparecer os obstáculos que nos impedem de obtê-las. É suficiente, porém, refletir um pouco para ver que não é bem assim. Atrás do vendedor está o produtor; atrás do produtor existe o fato de que as cerejas não existem em quantidade tal que ultrapassem a quantidade necessária para satisfazer nossos gostos, como acontece com a água do mar. Diremos então que a organização social, em razão da qual existe o vendedor de cerejas, não tem parte alguma nos obstáculos que existem para se obter cerejas? De maneira alguma; mas diremos que existe aí apenas uma parte dos obstáculos, e uma observação atenta dos fatos também nos fará acrescentar que comumente ela tem uma parte muito pequena, se a compararmos com a dos demais obstáculos.

O obstáculo que encontramos para obter cerejas – ou, o que dá

no mesmo, para se ter o uso da cerejeira – decorre do fato de que as cerejas que estão à nossa disposição são em número menor do que seria necessário para satisfazer completamente nossos gostos. E é da oposição entre esse obstáculo e nossos gostos que nasce o fenômeno do preço do uso da cerejeira.

56. Em geral, o obstáculo que se encontra no uso dos capitais – ou para a transformação correspondente no tempo – decorre de que os capitais – ou os meios para operar essa transformação no tempo – são em quantidade menor que a necessária para satisfazer nossos gostos. E é dessa oposição entre o obstáculo e nossos gostos que nasce o fenômeno do rendimento líquido dos capitais – ou do preço da transformação no tempo.

Somos assim levados à teoria geral do preço de uma coisa qualquer, que resulta sempre da oposição entre os gostos e os obstáculos, oposição que só pode existir quando a coisa considerada está à nossa disposição em quantidade menor que a necessária para satisfazer completamente nossos gostos (III, 19).

57. O juro líquido é, portanto, regulamentado pelas mesmas leis que regulamentam um preço qualquer; e o custo da transformação no tempo segue as mesmas leis que o custo da transformação no espaço, ou o custo de uma transformação qualquer.

Não se pode determinar esse custo da transformação no tempo separadamente dos outros preços e de todas as outras circunstâncias das quais depende o equilíbrio econômico; ele é determinado, ao mesmo tempo que todas as outras incógnitas, pelas condições do equilíbrio econômico.¹³⁷

58. *Juros líquidos dos diversos capitais* – Do que precede não resulta, de maneira alguma, a existência de um único juro líquido para cada capital, isto é, o preço da transformação no tempo não varia segundo as circunstâncias nas quais ele se produz. Com efeito, os diferentes capitais fornecem juros líquidos diferentes. Pagam-se juros muito diferentes: pelo uso de um cavalo – pela quantia que vale esse cavalo – por essa mesma quantia emprestada sob hipoteca – ou emprestada sobre letra de câmbio – ou repousando sobre uma simples obrigação etc.

A teoria do equilíbrio econômico nos ensinará que se pode estabelecer, aproximadamente, diferentes classes de capitais, e que na maioria dessas classes os juros líquidos tendem a tornar-se iguais; e ela nos ensinará sob que condições isso se produz; porém, é essencial não confundir as características particulares e certos fenômenos e as características de que se revestem esses fenômenos unicamente no caso em que exista equilíbrio econômico.

137 *Systèmes*. II, p. 288 *et seq.*

59. *O balanço da empresa e os juros dos capitais* – O balanço de uma empresa deve ser feito numa época determinada; e todas as somas recebidas ou despendidas pela empresa devem ser transportadas a essa época; para isso acrescenta-se ou subtrai-se certa quantidade que depende dos juros líquidos. Para curtos períodos de tempo, considera-se geralmente o juro simples; para períodos mais longos, o juro composto.

No cálculo dos seguros, considera-se freqüentemente, o valor *atual* de uma quantia *futura*. Suponhamos, por exemplo, que uma sociedade deve pagar 100 francos no fim de cada ano a um indivíduo de 30 anos, e isso até sua morte. Tomemos os dados experimentais recebidos pelas sociedades inglesas de seguro. Por procedimentos diversos, sobre os quais é inútil que nos detenhamos aqui, esses dados são modificados de maneira a fazer desaparecer certas irregularidades que se supõem acidentais. Sabe-se assim que, de 89 865 indivíduos vivos de 30 anos, restam 89 171 de 31 anos; 88 465 de 32 anos etc. Em conseqüência, se tivéssemos que pagar 100 francos a cada um desses indivíduos, no final do primeiro ano teríamos que ter pago 8 917 100 francos; no fim do segundo ano, 8 846 500 francos etc. Admite-se, e isso é hipotético, que o futuro será semelhante ao passado, e além disso, para cada indivíduo utilizam-se números proporcionais àqueles que acabamos de relacionar; isto é, supõe-se que, em média a cada indivíduo se deverão pagar $\frac{8\ 917\ 100}{89\ 865} = 99\ 228$ no fim do primeiro ano; $\frac{88\ 465\ 00}{89\ 865} = 98\ 442$ no final do segundo ano e assim por diante.

Pesquisam-se então as quantias que, com juro composto, de ano em ano, reproduzem as quantias acima; aqui é preciso fazer uma hipoteca sobre o juro. Suponhamos que ele seja de 5%. Resulta que uma quantia de 94 503 a 5% dá, após um ano, 99 228; uma quantia de 89 209 dá, após um ano, 93 754,5, e após dois anos 98 442. Diremos, portanto, que o valor *atual* da quantia de 99 228, pagável após um ano, é de 94 503; e o valor atual da quantia 98 442, pagável em dois anos, é 89 290.

60. Os balanços industriais são feitos de modo simples. A maior parte dos juros é simples, e é considerado de maneira aproximada.

Em resumo, cada balanço, para ser preciso, deve ser feito numa época determinada, e todas as despesas e receitas devem ser avaliadas nessa época. Suponhamos que o balanço se faça em 1º de janeiro de 1903, e que o juro dos capitais seja 5%. Uma despesa de 1 000 francos feita em 30 de junho de 1902 deve figurar no balanço como 1 025 francos. A mesma coisa para as receitas. Na contabilidade comum, essa despesa ou essa receita é representada por 1 000 francos em 30 de junho; porém, no caso da despesa, encontra-se uma despesa de 25 francos gastos com juros, e no caso da receita, encontra-se uma quantia igual de entrada em caixa como juro. No fundo, é a mesma coisa.

61. *O balanço da empresa, o trabalho e os capitais do empresário* – No balanço da empresa é preciso levar em consideração todas as despesas e, se o empresário presta algum serviço à empresa, deve avaliá-lo e inscrevê-lo no montante das despesas.

Um indivíduo pode ser diretor de uma empresa por conta de uma sociedade anônima, ou de um outro indivíduo, e nesse caso recebe um salário; ou então pode ser diretor de sua própria empresa e, nesse caso, seu salário se confunde com o lucro retirado da empresa. Devemos, porém, evitar essa confusão, se queremos conhecer o custo preciso dos produtos e os resultados da empresa. Da mesma maneira, os capitais que esse indivíduo emprega em sua empresa devem ser considerados como emprestados, e seu juro deve ser inscrito nas despesas. Consideremos um indivíduo que ganhava 8 mil francos por ano, dirigindo uma empresa para um terceiro; ele se instala por sua conta, despende 100 mil francos com a empresa que ele próprio dirige. O lucro dessa empresa, sem considerar o trabalho e os capitais de seu proprietário, é de 10 mil francos. Na realidade, existe uma perda de 2 mil francos, pois seria necessário colocar por conta das despesas 8 mil francos pela remuneração do diretor e 4 mil francos pelo juro dos capitais. Se esse indivíduo tivesse continuado como diretor a serviço de outrem e se tivesse comprado títulos de renda a 4%, teria tido 12 mil francos por ano; ele tem apenas 10 mil, perdendo, portanto, 2 mil francos.

Esta é apenas uma maneira de estabelecer as contas do lucro, ou da perda dentro de determinadas hipóteses. Qualquer outra maneira de estabelecer essas contas pode ser boa, desde que se atenha a contar de forma exata os fatos. Um indivíduo que recebe salário para dirigir um negócio, quer saber se fará bom ou mau negócio, pedindo sua demissão para se estabelecer por conta própria. Sua contabilidade, se é bem-feita, deve informar-lhe sobre isso.

62. *A empresa e o proprietário dos bens econômicos* – A empresa, como já dissemos no § 4, é apenas uma abstração, pela qual se isola uma das partes do processo da produção.

O produtor é um ser complexo, no qual são confundidos o empresário, o diretor da empresa e o capitalista; nós os separamos, mas não basta; é preciso considerar também o proprietário de certos bens econômicos dos quais a empresa se serve.

Suponhamos um proprietário que produz trigo em sua terra; ele pode ser representado pelo produtor considerado (III, 102) que produz uma mercadoria a um custo crescente com a quantidade produzida. Existem, porém, duas coisas a considerar nesse indivíduo: 1) o proprietário da terra; 2) o empresário que se serve da terra e de outros bens econômicos para produzir trigo. Para valer-nos de um exemplo concreto, consideremos um empresário que aluga essa terra e produz trigo.

As curvas de indiferença dos obstáculos não mudam, nem podem mudar; mas a curva do lucro máximo para o proprietário se torna a curva das transformações completas para a empresa.

É preciso que vejamos agora como, e até que ponto, essa proposição teórica pode ser verdadeira para as empresas reais, que diferem mais ou menos das empresas teóricas.

66. *As empresas reais, seus lucros e suas perdas* – Em primeiro lugar, é evidente que a proposição só pode ser verdadeira como meio para as empresas reais. Com efeito, estas diferem das empresas abstratas pelo que têm de certa organização, certo renome que atrai a clientela, certas terras, minas, fábricas, que elas compraram etc. O caráter abstrato da empresa alia-se sempre, mais ou menos, com o do proprietário.

67. Para as empresas reais, é fácil ver, se se raciocina de maneira objetiva, que não pode existir, pelo menos para uma classe bastante extensa e em média, nem lucro nem perda, desde que, bem entendido, se considerem todas as despesas, incluindo os rendimentos dos capitais da empresa. Atualmente, um grande número dessas empresas se reveste da forma de sociedades anônimas, e seus títulos são vendidos na bolsa; aliás, a cada dia, são criadas novas empresas. Em consequência, todo indivíduo que tem dinheiro, mesmo pequena quantidade, pode participar dessas empresas comprando um ou vários títulos. Não se compreenderia, portanto, como estas poderiam ter alguma vantagem sobre os fundos públicos ou sobre outros títulos pelos quais se paga um rendimento fixo. Se essa vantagem existisse, todo mundo compraria títulos de sociedades anônimas. Dissemos que seria preciso levar em consideração todas as circunstâncias; é preciso, portanto, considerar o caráter incerto dos dividendos, pelo fato que essas sociedades têm uma duração mais ou menos longa etc. Pode parecer que seus títulos apresentem maiores vantagens; porém, fazendo as deduções, o rendimento, em média, torna-se igual aos dos títulos dos fundos do Estado a rendimentos fixos. Na Alemanha, por exemplo, as ações das minas de carvão que dão em torno de 6% são quase equivalentes aos títulos da dívida prussiana que dão 3 1/3%.

68. Aliás, pode-se observar que essa equivalência é, em parte, objetiva, isto é, que de fato os alemães acreditam nessa equivalência – de outra maneira venderiam seus títulos prussianos consolidados para comprar ações mineiras, ou outras – , no entanto, a realidade poderia, pelo menos em parte, diferir da idéia que os homens dela fazem.

Assim, o fenômeno concreto difere do fenômeno teórico. Para operações de pouca duração, freqüentemente repetidas, que podem ser objeto de numerosas adaptações e readaptações, parece que essa divergência

deve ser fraca; mas não podemos afirmar, *a priori*, que ela é igual a zero; parece muito mais que, embora fraca, ela sempre deve existir.

Suponhamos, por exemplo, dois empregos da poupança que dêem rendimento líquido igual, levando em conta, os prêmios de seguro e amortização; todavia, para o primeiro, existem probabilidades de grandes lucros e de grandes perdas, que não existem para o segundo.

Uma população aventureira preferirá o primeiro, uma população prudente, o segundo. Em consequência, pela razão da diversidade na procura desses dois empregos de capital, os rendimentos líquidos poderão parar de ser iguais. Um povo aventureiro comprará com maior boa vontade ações de sociedades industriais do que títulos da Dívida Pública; e um povo caseiro e economicamente tímido, fará o contrário. Pode então ocorrer que, na realidade, as empresas industriais tenham uma pequena vantagem, ou uma pequena diferença a menos.

69. Somente a experiência pode nos esclarecer; e felizmente, uma estatística elaborada com muito cuidado pelo *Moniteur des Intérêts Matériels*, permite-nos ter uma noção experimental do fenômeno.

Esse excelente jornal pesquisou pacientemente, em documentos oficiais, qual tinha sido a sorte das sociedades anônimas belgas criadas de 1873 a 1887. Elas são em número de 1 088 com um capital total de 1,6057 bilhão. É preciso deduzir 112,6 milhões não incorporados; sobra, portanto um capital total inicial de 1,4931 bilhão.

Dessas sociedades, 251, com um capital de 256,2 milhões desapareceram, e delas já não é possível encontrar vestígio; é provável que todo seu capital tenha sido perdido. Outras 94, com um capital de 376,5 milhões, foram postas em liquidação, depois de terem perdido, ao que parece, todo seu capital. As sociedades restantes foram igualmente liquidadas: 340, com um capital de 426,4 milhões, restituíram cerca de 337,0 milhões; 132, com um capital de 166,8 milhões, liquidaram com lucro e restituíram 177,5 milhões. O total do reembolso é de 514,5 milhões. Sobram, para o capital colocado nas sociedades, perdido em parte, em parte existente em 1901, 978,6 milhões. Total na origem, como acima 1,4931 bilhão.

O rendimento total obtido pelas sociedades sobreviventes é de 55,9 milhões por ano: comparando-o ao capital inicial, vê-se que este, em última análise, produziu 5,7%.

Não estamos muito longe do rendimento que se pode obter de um simples empréstimo de dinheiro.

O rendimento líquido deve ser inferior ao que tínhamos encontrado, porque é preciso deduzir dessa receita de 55,9 milhões, prêmios de amortização e de seguro, cujo valor preciso é desconhecido. Porém, raciocinando sobre o rendimento de 5,7%, sabemos que de 1873 a 1886, houve numerosas ocasiões de comprar Dívidas Públicas de Estados perfeitamente solvíveis de maneira a se obter um rendimento de 4 a

5%. Vê-se, portanto, que na Bélgica o rendimento da poupança empregada nas sociedades anônimas é quase igual ao que se obteria comprando da Dívida Pública de Estados gozando de bom crédito.

Falta-nos ainda, notar que no rendimento de uma parte dessas sociedades, por exemplo, as sociedades mineiras, está incluso o rendimento do proprietário.

Se, para levar em consideração o caráter incerto das estatísticas, supusermos que as 251 sociedades que desapareceram sem deixar nenhum vestígio restituíram a metade de seu capital – e todos aqueles que têm certa prática da bolsa sabem o quanto essa hipótese é pouco provável – o rendimento líquido é inferior a 6,6%; em conseqüência, a diferença com relação ao rendimento médio do empréstimo simples não é grande, se existe.

Esses resultados são confirmados por outras estatísticas publicadas por esse mesmo jornal em 31 de janeiro de 1904.

De 1888 a 1892, constituíram-se na Bélgica 522 sociedades anônimas, com um capital, no último balanço, de 631,0 milhões de francos. Faltam depositar 37,3 milhões; o capital real é, portanto, de 593,8 milhões.

Já não se tem nenhuma informação sobre 98 sociedades, tendo um capital de 114,3 milhões. Supomos que elas tenham restituído a metade de seu capital, isto é, 57,6 milhões; 38 sociedades, com um capital de 51,7 milhões, e para o qual faltavam depositar 4,0 foram liquidadas, com um ganho de 3,6; restituíram, portanto, 51,3. Outras 95 sociedades, com um capital de 94,7, para o qual faltavam 3,1 a serem depositados, foram liquidadas com uma perda de 18,6; elas restituíram, portanto, 73,0. Outras cinco sociedades liquidaram com uma perda mínima, e restituíram 35,5. Total dos reembolsos: 216,4. Resta, portanto, um capital de 377,4 milhões.

O lucro anual era de 12,5 milhões, o rendimento era, portanto, de 5,9%.

Naturalmente, se não se consideram as empresas que estão com perda e desaparecem, o rendimento é mais considerável, e é esse fato que é causa da opinião preconcebida, segundo a qual, onde existe concorrência, as empresas obtêm um lucro considerável além do rendimento líquido corrente dos capitais. Esse preconceito é ainda reforçado porque se confunde o lucro de empresa com o rendimento do proprietário, ou com os rendimentos de certos monopólios, ou de patente de invenção etc.

A média dos rendimentos é obtida fazendo o total dos rendimentos altos e dos rendimentos baixos. O jornal que citamos calculou, em seu número de 31 de março de 1901, esses rendimentos para diversas empresas. Para os bancos elas variam entre 10,7 e 1,8%; para as estradas de ferro, entre 20,4 e 1,6%; para os bondes, entre 9,6 e 0,8%; para as minas de hulha, entre 17,8 (desprezando um caso excepcional no qual se têm 38,3) e 0,86%; para as forjas e indústrias mecânicas, entre 12,9 e 2,10%; para os produtos de zinco, entre 30,9 (Montanha

Velha) e 11,8%; para as fábricas que trabalham o linho, entre 16,5 e 0,66% para as vidrarias, entre 13 e 3,1%. Todos esses rendimentos foram calculados em relação ao capital nominal.

Em resumo, abstração feita de toda teoria e considerando largamente as imperfeições e falta de certeza das estatísticas, os fatos demonstram que, pelo menos na Bélgica, as empresas, onde existe livre concorrência, obtêm para seus capitais, em média, um rendimento líquido que não difere muito do rendimento comum dos empréstimos, mesmo que essas duas espécies de rendimentos não sejam muito iguais.

Os fatos correspondem, portanto, muito bem às deduções lógicas.

70. *Variabilidade dos coeficientes de produção* – Já notamos (§ 15) o erro que consiste em acreditar que os coeficientes de produção dependem unicamente das condições técnicas da produção.

Outra teoria, completamente errônea, é a que chamam *proporções definidas*. Essa denominação é singularmente mal escolhida, pois é emprestada à química que, com efeito, reconheceu que os corpos simples se combinam em proporções rigorosamente definidas; mas, os fatores da produção da Economia Política, muito pelo contrário, podem, dentro de certos limites, combinar-se em quaisquer proporções. Dois volumes de hidrogênio se combinam com um volume de oxigênio, para dar a água; mas é impossível obter combinações encerrando dois volumes e 1/10; dois volumes e 2/10 etc., de hidrogênio com um volume igual de oxigênio. Pelo contrário, se, em certa indústria, 20 de mão-de-obra se combinam com 10 de capital mobiliário, na mesma indústria encontraremos proporções ligeiramente diferentes, tal como 21, 22 etc., de mão-de-obra por 10 de capital mobiliário.

Não insistamos, porém, nesse ponto. Os nomes das coisas não têm importância, é preciso estudar as próprias coisas.

Ora, a maior parte dos economistas que usam a teoria das *proporções definidas* parecem acreditar que existem certas proporções nas quais é conveniente combinar os fatores da produção, independentemente dos preços desses fatores. É falso. Onde a mão-de-obra é barata e os capitais mobiliários são caros, a mão-de-obra substituirá as máquinas e vice-versa. Não existe nenhuma propriedade objetiva dos fatores de produção que correspondam a proporções fixas com as quais seja conveniente combinar esses fatores; existem apenas proporções, variáveis com os preços que dão certos máximos de lucros em numerário ou, então, em ofelividade.

E isso não é tudo; essas relações não somente variam com os preços dos fatores da produção, mas variam também com todas as circunstâncias do equilíbrio econômico.

Perguntem a um químico em que proporções o hidrogênio se combina com o cloro, ele lhes responderá sem hesitar. Perguntem a um empresário em que proporções é preciso combinar a mão-de-obra com os

capitais mobiliários para o transporte dos fardos, ele não poderá responder-lhes se não começarem a lhe dizer o preço da mão-de-obra e o preço dos capitais mobiliários. Isso não será suficiente. Ele querera saber ainda a quantidade de mercadoria a transportar, a distância a que deverá ser transportada e uma porção de outras circunstâncias análogas.

Essas considerações são gerais para todos os tipos de produção. Salvo casos excepcionais, não existem proporções fixas que se devam consignar aos coeficientes de produção para obter o máximo de lucro em numerário, mas essas proporções variam não somente com os preços mas também com todas as demais circunstâncias da produção e do consumo.

Naturalmente, existem limites além dos quais a variabilidade dos coeficientes de produção não pode se estender. Por exemplo, qualquer procedimento aperfeiçoado de extração de que se faça uso; é certo que não se poderá extrair de um mineral mais metal do que contém. Pode-se, por procedimentos de cultura aperfeiçoados, obter 40 hectolitros de trigo de um hectare de terra de lavra, que não daria mais do que 10, mas, pelo menos no estado atual das coisas, certamente não se pode obter 100.

As condições técnicas estabelecem os limites, entre os quais a determinação dos coeficientes de produção é um problema econômico.

Em resumo, esses coeficientes não podem ser determinados independentemente das demais incógnitas do equilíbrio econômico; estão em relação de mútua dependência com as outras quantidades que determinam o equilíbrio econômico.¹³⁸

A empresa tem por objeto principal, quando se trata da produção, determinar os coeficientes de produção em relação a todas as outras condições técnicas econômicas.

71. É preciso que distingamos aqui dois tipos de fenômenos, precisamente como o fizemos para o consumidor e o produtor (III, 40). O tipo (I), para o momento, é aquele que geralmente as empresas seguem.

138 Os economistas literários que eram incapazes não só de resolver o sistema de equações simultâneas, o único a permitir uma idéia da mútua dependência dos fenômenos econômicos, mas também de compreender o que é, envidam esforços sobre-humanos para tratar isoladamente os fenômenos que não sabem considerar em seu estado de mútua dependência. É com esse objetivo que imaginaram teorias vagamente metafísicas do *valor*, é com esse objetivo que tentaram *determinar* o preço de venda pelo custo de produção, é com esse objetivo que criaram a teoria das *proporções definidas*, e é ainda, sempre com esse objetivo, que continuam a fornecer uma massa de proposições equivocadas.

Falamos aqui, exclusivamente, das pessoas que querem tratar questões de Economia pura sem possuir os conhecimentos necessários para elaborar esse estudo. Nada mais distante de nosso pensamento do que *depreciar* a obra dos economistas que tratam com considerações práticas questões de Economia aplicada. Pode-se ser um eminente engenheiro e possuir apenas noções superficiais de cálculo integral; mas, nesse caso, deve-se agir sabidamente, abstendo-se de escrever um tratado sobre esse cálculo.

É preciso acrescentar que existem matemáticos que, pretendendo tratar questões de Economia pura, sem ter os conhecimentos econômicos necessários, caem em erros comparáveis aos dos economistas literários.

Elas estabelecem seus cálculos segundo preços praticados no mercado, sem ter outra finalidade; e ser-lhes-ia impossível agir de outra maneira. Uma empresa vê que, aos preços do mercado, ela chega a um custo de produção menor, diminuindo a quantidade de mão-de-obra e aumentando a quantidade de capital mobiliário (máquinas etc.). Ela segue por esse caminho. Na realidade o aumento da procura de poupança pode fazer subir o preço; a diminuição da mão-de-obra pode fazer baixar o preço; porém a empresa não dispõe de nenhum critério para avaliar esses efeitos, mesmo com aproximação grosseira, abstém-se de toda previsão. Por outro lado, quaisquer que sejam as causas do fenômeno, é suficiente ver como uma empresa qualquer procede, para se comprovar que é justamente dessa maneira. Se um dia os *trustes* invadirem uma grande parte da produção, esse estado de coisas poderá mudar e muitas empresas seguirão o tipo (II) para a determinação dos coeficientes de produção. As coisas ainda não chegaram lá, o que não impede que muitas empresas sigam o tipo (II) para a venda de seus produtos.

72. É preciso que consideremos bem a operação feita pela empresa. Ela estabelece seus cálculos segundo os preços do mercado e, em consequência, modifica suas procuras de bens econômicos e de trabalho; mas essas modificações na demanda modificam os preços, os cálculos estabelecidos não são mais exatos; a empresa os refaz segundo os novos preços; novamente as modificações nas procuras da empresa e de outras que atuam do mesmo modo modificam os preços; a empresa deve, uma vez mais, refazer seus cálculos de preços, e assim por diante, até que, depois de tentativas sucessivas, tenha encontrado a posição em que seu custo de produção é mínimo.¹³⁹

73. Como já temos visto em casos análogos (III, 122), a concorrência obriga a seguir o tipo (I) ainda que o produtor não o queira. Poderia ocorrer que uma empresa se abstivesse de aumentar, por exemplo, a mão-de-obra que emprega por temor de fazer aumentar seu preço; mas o que essa empresa deixar de fazer, outra empresa concorrente fará, e a primeira deverá, fatalmente, agir da mesma maneira, se não quiser encontrar-se em condições inferiores e arruinar-se.

74. É preciso, em seguida, observar que a concorrência, empurrando as empresas sobre a linha das transformações completas, leva a que, efetivamente, se se considera o fenômeno médio e por um tempo muito prolongado, são os consumidores que acabam por aproveitar-se da maior parte da vantagem que resulta de todo esse trabalho das empresas.

Dessa maneira, as empresas concorrentes acabam chegando onde não se propunham ir (§ 11). Cada uma delas procurava apenas sua própria

139 *Cours.* § 718.

vantagem, preocupando-se com os consumidores apenas na medida em que podia explorá-los e, ao contrário, como resultado de todas essas adaptações e readaptações sucessivas impostas pela concorrência, toda essa atividade das empresas se volta em proveito dos consumidores.

75. Se nenhuma dessas empresas ganhasse nada nessas operações, elas não agiriam dessa maneira durante tanto tempo assim. Mas na realidade acontece que os mais prudentes e os mais atentos conseguem lucro, durante certo tempo e até que se chegue ao ponto de equilíbrio; enquanto aquelas que são mais lentas e menos hábeis, perdem e arruinam-se.

76. Existem certas relações entre os coeficientes de produção que permitem compensar a diminuição de uns pelo aumento de outro; isso, porém, não é verdadeiro para todos os coeficientes. Por exemplo, na agricultura, pode-se compensar, dentro de certos limites, a diminuição das superfícies cultivadas pelo aumento dos capitais mobiliários e da mão-de-obra, obtendo sempre o mesmo produto. Mas é bastante evidente que não se poderia conservar a mesma produção de trigo aumentando os celeiros e diminuindo a superfície cultivada. Um joalheiro pode aumentar a mão-de-obra à vontade, mas não poderá jamais retirar de um quilo de ouro mais do que um quilo de jóias de ouro, ao mesmo título.

77. Existem casos em que a compensação seria teoricamente possível, porém não o seria economicamente; é inútil que se considerem todas as relações entre coeficientes de produção que não entram no rol das coisas possíveis na prática. É inútil, por exemplo, pesquisar se se pode diminuir a mão-de-obra necessária para estanhar as caçarolas de cobre, servindo-se de caçarolas de ouro. Mas, se a prata continuasse a diminuir de preço, poder-se-ia pensar na substituição das caçarolas de cobre por caçarolas de prata ou de cobre recobertas de prata.

78. *Repartição da produção* – O custo de produção não depende somente das qualidades transformadas, depende também do número de produtores ou de empresas. Para cada uma destas existem gastos gerais que é preciso repartir sobre sua produção; e, além disso, o porte mais ou menos considerável da empresa muda as condições técnicas e econômicas da produção.

79. Supõe-se que as empresas estariam em condições tanto melhores quanto sua produção fosse mais extensa, e essa concepção faz nascer uma teoria segundo a qual a concorrência deve levar à constituição de um pequeno número de grandes monopólios.

Os fatos não condizem com essa teoria. Sabia-se, desde há muito, que existe na agricultura para cada tipo de produção, certos limites à

extensão da empresa que convém não ultrapassar. Por exemplo, a cultura de oliveiras na Toscana e a criação de gado na Lombardia constituem dois tipos de empresa completamente diferentes. Os grandes fazendeiros lombardos não teriam nenhuma vantagem em arrendar as oliveiras da Toscana, onde o meeiro continua a prosperar.

Fatos numerosos demonstraram que, para a indústria e para o comércio, a concentração das empresas é mais nociva do que útil quando ultrapassa certos limites. Dizia-se que em Paris as grandes lojas acabariam por concentrar-se numa única; ao contrário, elas se multiplicaram e seu número continua a crescer. Para os trustes americanos, alguns prosperaram, outros fracassaram com enormes perdas.

80. Pode-se admitir, em geral, que, para cada gênero de produção, existe certo tamanho de empresa que corresponde ao custo mínimo de produção; em conseqüência, a produção largada à sua sorte, tende a se repartir entre empresas dessa espécie.

81. *Equilíbrio geral da produção* – Para os fenômenos do tipo (I), vimos (III, 208) que o equilíbrio era determinado por certas categorias de condições,¹⁴⁰ que indicamos por (D, E). A primeira, a categoria (D), estabelece que os custos de produção são iguais aos preços de venda; a segunda estabelece que as quantidades procuradas pela transformação são quantidades efetivamente transformadas.

A consideração dos capitais, no fundo, nada muda nessas condições: somente a forma difere, pois, em vez de considerar apenas as mercadorias transformadas, consideram-se as mercadorias e os serviços de capitais.

Observemos que não é necessário que cada mercadoria tenha um custo próprio de produção. O trigo e a palha, por exemplo, são obtidos ao mesmo tempo, e têm um custo de produção total. Nesse caso existem certas relações que nos fazem conhecer que relações existem entre essas mercadorias assim reunidas. Por exemplo, sabe-se a quantidade de palha que se obtém por unidade de trigo. Essas relações fazem parte da categoria (D) das condições.

82. É preciso que consideremos a variabilidade dos coeficientes de produção. Começemos por supor que toda quantidade de uma mercadoria Y é produzida por uma única empresa. Nos fenômenos do tipo (I), que estudamos neste momento, a empresa aceita os preços do mercado e se regula por eles para ver como estabelecerá os coeficientes de produção.

Suponhamos que, para produzir essa mesma quantidade Y, ela possa, ao preço do mercado, por exemplo, ao preço de 5 francos por

140 Existem autores que confundem essas condições com teoremas. É preciso ser bem ignorante para não conseguir distinguir coisas tão diferentes.

jornada de operário, diminuir a mão-de-obra em 50 francos por dia, visto que ela aumenta a despesa com máquinas a 40 francos por dia; é evidente que esse empresário terá interesse em agir dessa maneira.

Quando, porém, em razão dessa escolha, a procura de mão-de-obra tiver diminuído e a das máquinas tiver aumentado, os preços mudarão; a quantidade total da mercadoria Y produzida pela empresa mudará igualmente, porque ao novo preço de Y se venderá uma quantidade diferente.

Novamente, estando dados esses novos preços e a nova quantidade total de mercadoria produzida, a empresa re fará seus cálculos. E continuará até que, por certos preços e por certas quantidades, a economia de mão-de-obra seja igual à despesa maior em máquinas; nesse momento se deterá.

83. Para os fenômenos do tipo (II), proceder-se-á de outra forma. Quando é possível na prática, o que não é freqüente, consideram-se imediatamente mudanças nos preços e nas quantidades. Em conseqüência, no exemplo precedente, a empresa não estabelecerá suas contas supondo que a jornada do operário será de 5 francos, mas irá avaliá-la, por exemplo, em 4 francos e 80, para levar em consideração a baixa do preço da jornada que deve acompanhar a baixa da demanda de trabalho; fará o mesmo com as máquinas e também com a quantidade produzida.

É evidente que para poder operar assim, é preciso saber calcular as variações dos preços e as quantidades; com efeito, isso acontece raramente e ainda só é possível nos casos de monopólio. Um agricultor pode calcular facilmente, aos preços do mercado, se lhe é mais vantajoso empregar a força de um cavalo ou a de uma locomotiva para acionar uma bomba; porém nem ele, nem ninguém no mundo, estaria em condições de saber o efeito que terá sobre os preços dos cavalos e das locomotivas a substituição do cavalo pela locomotiva, nem a quantidade maior de legumes que será consumida no momento em que os consumidores desfrutarem da economia que resulta dessa substituição.

84. Retornemos ao caso dos fenômenos do tipo (I). Em geral, existem vários produtores. A produção se reparte entre eles, como dissemos nos § 78 a 80, e, em seguida, cada um deles determina os coeficientes de produção como se fosse o único produtor. Se a repartição se encontra modificada, refazem-se os cálculos com a nova repartição, e assim por diante.

85. As condições assim obtidas pela repartição e as condições para a determinação dos coeficientes de produção, formarão uma categoria que chamaremos (E).

Para determinar os coeficientes de produção, haverá primeiro as relações que existem entre esses coeficientes e em seguida a indicação dos coeficientes que são constantes; depois vêm as condições em razão

das quais os valores desses coeficientes são fixados de maneira a obter o menor custo possível de produção (§ 82).

Demonstra-se, de maneira análoga à que fizemos antes, que as condições (F) são em igual número ao das incógnitas a determinar.

86. Para os fenômenos do tipo (II) as condições (D) são substituídas, em parte, no caso das empresas que seguem o tipo (II), por outras condições que exprimem que essas empresas tiram o máximo de lucro de seus monopólios. Esses lucros são, geralmente, expressos em numerário. As condições (E) não mudam. As condições (F) mudam, seja porque, como vimos no § 83, o caminho que seguimos é diferente, seja porque pode existir, no caso, monopólio de certos fatores de produção ou de certas empresas.

87. Em geral, quando se considera toda uma coletividade, limitando-se a estudar os fenômenos econômicos sem considerar outros fenômenos sociais, pode-se dizer que a quantia em numerário daquilo que as empresas vendem é igual à quantia gasta pelo consumo (a poupança sendo considerada como uma mercadoria), e que a quantia daquilo que as empresas compram é igual à soma dos rendimentos dos indivíduos da coletividade.

88. *Produção dos capitais* – Os princípios que acabamos de colocar são gerais e aplicam-se a todos os gêneros de produção; porém, entre estes, existem alguns que merecem ser considerados à parte.

Os capitais são comumente produzidos pelas empresas que os utilizam, mas são também, freqüentemente, produzidos por outras empresas. Trata-se de mercadorias que apresentam lucros apenas pelos juros que rendem; quem os produz ou os compra deve, portanto, pagar-lhes um preço equivalente ao juro, uma vez que o equilíbrio está estabelecido e que se opera segundo o tipo (I).

Porém, nessas condições, o preço de venda é igual ao custo de produção; e, por outro lado, há apenas um preço no mercado para a mesma mercadoria. Segue-se a isso que, nas condições acima, os juros líquidos (§ 52) de todos os capitais devem ser iguais.

Essa conclusão encontra-se estreitamente subordinada à hipótese de que todos esses capitais são produzidos num mesmo momento.

Temos assim apenas a parte principal dos fenômenos, geralmente como quando se diz que a terra tem forma esférica.

É preciso, como segunda aproximação, estabelecer grandes classes de capitais e considerar restrições do gênero daquelas que expusemos anteriormente (§ 58 *et seq.*).

89. *Posições sucessivas de equilíbrio* – Consideremos certo número de espaço de tempo iguais e sucessivos. Em geral, a posição de

equilíbrio muda de um desses tempos para outro. Suponhamos que certa mercadoria A tenha o preço 100 no primeiro espaço de tempo e que tenha o preço 120 no segundo. Se em cada espaço de tempo se consome precisamente a quantidade de A produzida nesse espaço, não há outra coisa a dizer senão isso: a primeira porção de A é consumida ao preço 100 e a segunda ao preço 120. Mas, se no primeiro espaço de tempo ainda sobra uma porção de A (ou toda a quantidade de A), o fenômeno torna-se mais complexo e dá lugar a considerações de grande importância.

A porção de A que sobrou tinha o preço 100, porém, confunde-se agora com a nova porção de A, que tem por preço 120, e terá por conseguinte igualmente esse preço. Dessa maneira, aquele que possui essa porção de A, seja um particular ou a coletividade, tem um ganho igual à diferença dos preços, isto é 20, multiplicado pela quantidade da porção que sobrou. No caso contrário teria uma perda análoga, se o segundo preço fosse inferior ao primeiro.

Por outro lado, esse ganho seria apenas nominal se todos os preços das outras mercadorias tivessem aumentado nas mesmas proporções; e para que a posse de A proporcione vantagem, comparada à posse de B, C..., é preciso que essas proporções sejam diferentes.

90. *A renda* – O fenômeno, embora no fundo seja o mesmo, muda de forma quando intervém a noção de capital.

Seja A um capital. Como vimos no § 24, estabelecem-se as contas de maneira que se possa supor que se emprega A sem consumi-lo, que ele é simplesmente utilizado. Em consequência, não é uma porção de A que sobra após o primeiro espaço de tempo, mas toda a quantidade de A.

Começemos por supor que o juro líquido dos capitais seja o mesmo no primeiro espaço de tempo e no segundo, e que ele seja, por exemplo, de 5%. Isso significa que A, que tinha 100 por preço no primeiro espaço de tempo, daria então 5 líquidos; e que, no segundo espaço de tempo, tendo por preço 120, dê 6 de juro líquido.

Pode-se, inversamente, deduzir os preços dos rendimentos. Seja A um capital que não se produz; por exemplo, a superfície do solo. No primeiro espaço de tempo, ele dava 5 de rendimento líquido; deduz-se então que seu preço devia ser 100; no segundo espaço de tempo dá 6 de rendimento líquido, deduz-se que seu preço passou para 120.

Existe, nesse caso, uma vantagem para quem possui este capital A, mas, se todos os outros capitais aumentaram de preço nas mesmas proporções, não existe nenhuma vantagem em se possuir A em vez de B, C... Se, ao contrário, todos os capitais não aumentaram de preço nas mesmas proporções, a posse de um deles pode ser mais ou menos vantajosa do que a posse de um outro.

91. Suponhamos que, em média, todos os preços dos capitais tenham aumentado de 10%; o preço de A, em vez de 100, deveria ser

110 e a 5% deveria dar 5,50 de rendimento líquido; em conseqüência, comparado aos outros capitais, A dá 0,50 de rendimento líquido a mais. Chamaremos essa quantidade *renda adquirida* passando de uma posição para outra.¹⁴¹

92. Suponhamos em seguida que a mudança traz conseqüências também para a taxa de juro líquido. Esta era de 5% na primeira posição e torna-se 6% na segunda. Nesse caso, A, que valia 100 na primeira posição, dava 5 de rendimento líquido, valendo 120 na segunda, dará 7,20 de juro líquido. Mas suponhamos que, em média, os preços de todos os capitais tenham aumentado em 10%. Se A estivesse nas condições dessa média teria o preço de 110 e daria, a 6% um rendimento líquido de 6,60; ao contrário, ele dará um rendimento líquido de 7,20; a diferença, isto é, 0,60, indica-se a vantagem daquele que possui A, e esta é a *renda adquirida* passando da primeira posição para a segunda.¹⁴²

93. A *renda* da terra, ou renda de Ricardo, é um caso particular do fenômeno geral que acabamos de estudar.¹⁴³ Ele causou discussões infinitas, freqüentemente inúteis. Pesquisou-se se a propriedade da terra era a única a gozar desse privilégio, e houve alguns que reconheceram que o fenômeno era mais geral; outros negaram a existência da renda, com o objetivo de defender os latifundiários; outros, ao contrário, para combatê-los, viram na renda a origem de todos os males sociais.

94. Ricardo afirmava que “a *renda* não faz parte do custo de produção”. Existe, nessa afirmação, primeiramente um exemplo do erro corrente onde se imagina que o custo de produção de uma mercadoria é independente do conjunto do fenômeno econômico. Se desprezarmos esse ponto e examinarmos o raciocínio que prova que a renda não faz parte do custo de produção, vê-se que, no fundo, isso leva às seguintes proposições: 1) supõe-se que uma mercadoria, trigo, por exemplo, é produzida em terras de fertilidade decrescente; 2) supõe-se que a última porção da mercadoria é produzida numa terra que dá renda zero. Desde que a mercadoria tem somente um preço, ele é determinado pelo custo de produção, igual ao preço de venda desta última porção, e esse preço, evidentemente, não variará se, para as primeiras porções, a renda, em vez de ser recebida pelo proprietário é recebida pelo arrendatário, será simplesmente um presente feito a este último.

95. É preciso observar que freqüentemente a segunda hipótese não é exata e que pode existir, no caso, uma renda para todos os

141 *Cours*. § 746 et seqs.

142 A noção geral, com símbolos algébricos, encontra-se exposta em meu *Cours*, § 747, nota.

143 *Cours*, § 753.

proprietários. Além disso, admitindo que essas hipóteses sejam exatas, observemos que, se o proprietário fosse ao mesmo tempo empresário e consumidor, a renda deveria, necessariamente, ser deduzida do custo de produção. Temos, por exemplo, dois terrenos que, com 100 de despesas cada um, produzem: o primeiro 6 de trigo; o segundo, 5; o preço do trigo é de 20 francos. O primeiro terreno tem uma renda de 20, o segundo de zero. Na organização em que existe um proprietário, um empresário, um consumidor, o consumidor paga 220 por 11 de trigo; dessa quantia, 20 vão para o proprietário como *renda*, 200 francos são gastos. O custo de produção, para o empresário, é igual ao preço de venda, é de 20.

Se há apenas uma pessoa que é proprietário, empresário, consumidor, essa quantidade 11 de trigo é produzida com um gasto de 200 e cada unidade custa 18,18. O custo de produção não é mais o caso de antes.

96. É preciso que vejamos a relação que existe entre esses casos particulares e a teoria geral da produção (III, 100).

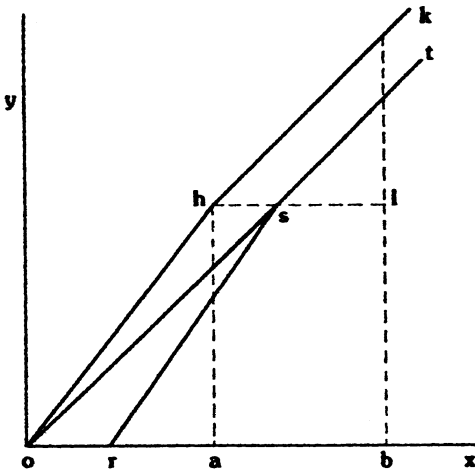


Figura 43

Levemos sobre *oy* os preços das quantidades de trigo, sobre *ox* as quantidades de moeda que representam as despesas. Façamos *oa* igual a *ab*, igual a 100; *ah*, igual a 120, é o preço da quantidade de trigo produzida na primeira propriedade; *lk*, igual a 100, é o preço da quantidade de trigo produzido na segunda propriedade: *ohk* é a linha

das transformações completas. Se levamos a linha ost paralela a hk , hs será igual a 20, a linha ost é a linha de indiferença dos obstáculos de índice 20. É a única através da qual um atalho retilíneo partindo de o pode ser tangente a uma linha de indiferença, acima de hl (ela se confunde com essa linha de s a t). Existe uma linha de lucro máximo, que é precisamente st . O equilíbrio deverá acontecer sobre essa linha. Pode-se repetir o que já dissemos nos parágrafos precedentes.

97. Quando o proprietário se confunde com o empresário e com o consumidor, já não consome seu trigo ao mesmo preço para todas as porções; ele segue a linha das transformações completas ohk , em vez de seguir a linha dos preços constantes ost ; o equilíbrio acontece num ponto de hk , em vez de acontecer num ponto de st .

Esse fenômeno se produz em casos muito mais gerais do que este de que acabamos de falar. Nós os estudaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO VI

O Equilíbrio Econômico

1. Exemplos de equilíbrio – Começemos por estudar alguns casos particulares, os mais simples possíveis.

Suponhamos um indivíduo que transforma vinho em vinagre, na proporção de 1 de vinho por 1 de vinagre.

Desprezemos todas as demais despesas de produção. Sejam t, t', t'' ... as curvas de indiferença dos gostos do indivíduo pelo vinho e pelo vinagre e om a quantidade de vinho de que pode dispor todos os meses; suporemos que ela é igual a 40 litros. Pergunta-se onde está o ponto de equilíbrio.

O problema é extremamente simples e se resolve imediatamente. Tracemos de m a reta mn , com inclinação de 45° sobre o eixo ox ; o ponto c em que ela é tangente a uma curva de indiferença é o ponto de equilíbrio. A quantidade de vinho transformada é indicada por am , que é igual a ac , que indica a quantidade de vinagre obtida.

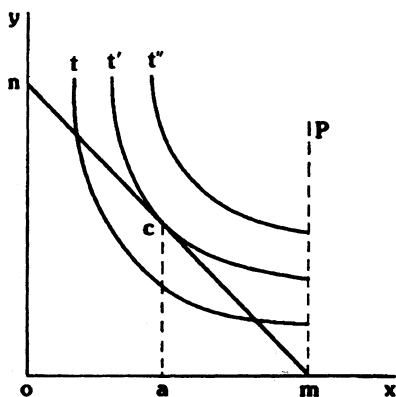


Figura 44

O custo de produção do vinagre, expresso em vinho, é 1; quando traçamos a reta mn , com inclinação de 45° sobre o eixo ox , supomos que o preço do vinagre, expresso em vinho, é 1.

2. É preciso que vejamos o que se tornam as teorias gerais nos diferentes casos particulares que estudamos.

As linhas de indiferença dos obstáculos são retas paralelas com inclinação de 45° sobre o eixo ox . Com efeito, qualquer que seja a quantidade de vinho de que se dispõe, pode-se sempre transformar uma parte, pequena ou grande, em vinagre na proporção de 1 de vinho por 1 de vinagre. A linha de indiferença oh tem por índice zero; é a linha das transformações completas. Se fizermos ca igual a 1, a reta ah' paralela a oh será a linha de indiferença de índice positivo igual a 1. Com efeito, se temos a quantidade de vinho oa' , igual a 2, e se na transformação nós nos detemos em c , sobre a reta ah' , teremos transformado 1 de vinho em 1 de vinagre, e teremos um resíduo positivo de 1 de vinho. Se $k''b$, paralela a ox , é igual a 1, a reta $k''h''$, paralela a oh , será uma linha de indiferença com índice menos 1. Com efeito, se tendo 2 de vinho nós nos detemos em d sobre essa linha, deveremos ter 3 de vinagre e falta-nos 1 de vinho para possuir essa quantidade.

3. O caso que examinamos é um caso limite. Se a reta oh fosse transportada à esquerda, tratar-se-ia do caso de mercadorias a custo de produção crescente (III, 102); se fosse transportada à direita, tratar-se-ia de mercadorias a custo de produção decrescente. No caso que

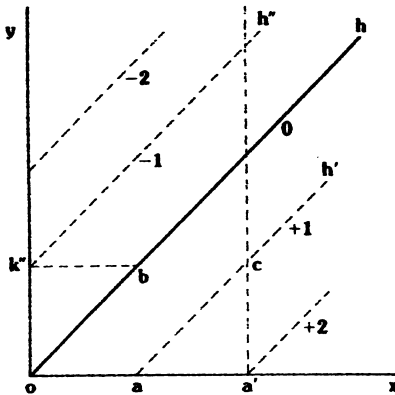


Figura 45

estudamos, o custo de produção é constante, nem crescente nem decrescente. A reta oh não é só a linha das transformações completas, mas é também sua própria tangente. Além disso, se transportamos a

Fig. 44 sobre a Fig. 45, fazendo coincidir o ponto o da Fig. 45 com o ponto m da Fig. 44, e os eixos ox, oy da Fig. 45 com mo, mp da Fig. 44, a reta oh da Fig. 45 coincidirá com a reta mn da Fig. 44, e indicará o único atalho percorrido na produção e no consumo.

4. Modifiquemos um pouco as condições do problema. Suponhamos que a relação entre a quantidade de vinho e a quantidade de vinagre obtida (preço do vinagre em vinho) não seja constante. Por exemplo, consideremos as despesas de transformações que havíamos desprezado. Cada semana se dá 14 litros de vinho a um homem que fornece o tonel e as ferramentas e que trabalha para obter essa produção. Dessa maneira, pode-se transformar até 60 litros de vinho em vinagre. Além disso, separemos o produtor do consumidor. Haverá um homem que produz o vinagre, que o vende ao consumidor, e que recebe em vinho.

Graficamente, transportando a figura da produção sobre a do consumo, faremos om igual a 40 litros de vinho, mh igual a 14, e traçaremos a reta hk com inclinação de 45° sobre mo ,¹⁴⁴ esta será a linha de indiferença de índice zero, ou a linha das transformações completas. Se a linha das trocas do indivíduo considerado é $acdc'$, suas interseções c e c' com a linha das transformações completas serão pontos de equilíbrio.

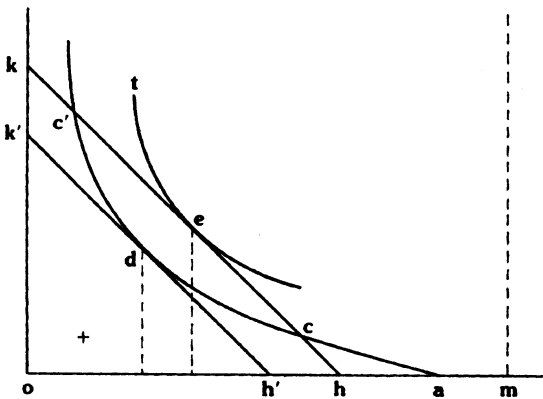


Figura 46

5. Se há apenas um produtor e se ele pode agir segundo o tipo (II)

144 Em consequência da falta de lugar, o ponto e foi colocado na figura entre c e c' ; na realidade, ele deve se situar além de c' , sobre a reta hk , partindo de c em direção a c' .

tratará de obter o máximo de lucro, e o ponto de equilíbrio será o ponto d , onde a linha das trocas é tangente à reta hk' paralela a hk .

6. Se há concorrência, o produtor não poderá permanecer em d e será rechaçado para a linha hk .

7. Se o consumidor é a mesma pessoa que o produtor e se não está decidido *a priori* sobre o caminho a seguir, ele segue a linha das transformações completas, sem preocupar-se com outra coisa, e se detém no ponto e , Fig. 46, ponto em que essa linha é tangente a uma curva de indiferença dos gostos t . O ponto e difere dos pontos c e c' por que os gêneros de atalhos seguidos são diferentes.

Na troca a preços constantes, os atalhos seguidos são mc , mc' ; quando o produtor se confunde com o consumidor, o atalho seguido é a linha quebrada mhe (V, 97).

8. Poder-se-ia seguir igualmente esse caminho na troca. Por exemplo, um hotelheiro é pago por seus clientes: 1) uma quantia fixa por suas despesas gerais e seu lucro; 2) o simples custo dos alimentos que lhes fornece. Nesse caso o comprador segue um caminho semelhante a mhk .

9. Observemos que o ponto e é mais alto que os pontos c , c' ; isso significa que o cliente goza de mais ofelimidade em e do que em c e c' .

É o que se pode constatar, na prática, sem fazer teorias. Um hotelheiro cobra 4 francos por 1 garrafa de vinho, dos quais 2 francos são para as despesas gerais e seus lucros e 2 francos pelo preço do vinho. Um cliente bebe apenas uma dessas garrafas, por que por uma segunda ele estaria disposto a gastar 2 francos e não 4. Mas o hotelheiro muda sua maneira de agir. Primeiro ele cobra de cada cliente 2 francos; depois lhes dá tantas garrafas quantas queiram ao preço de 2 francos. O cliente considerado beberá duas garrafas. Em conseqüência, terá mais prazer, enquanto o hotelheiro ganhará o mesmo que antes.

10. Retornemos ao caso do produtor que tem o poder de obrigar os consumidores a descer até d . Suponhamos que existe um sindicato que proíbe aos produtores de aceitar um preço inferior àquele que corresponde ao ponto d , ou a outro ponto situado entre d e c . A concorrência não pode mais operar como acima. O lucro que os produtores obtêm em d leva a que outros produtores queiram participar; o número de produtores aumenta, e como cada um deles deve retirar da produção sua própria manutenção, o custo de produção aumenta, necessariamente. Em outras palavras, a linha hk das transformações completas se desloca e acaba por passar pelo ponto a que os produtores se atêm. Esse fenômeno tornou-se freqüente em certos paí-

ses, onde um grande número de pessoas, graças aos sindicatos, vive como parasitas da produção.

11. O caso que acabamos de considerar é o tipo simplificado de fenômeno muito freqüente, que se produz quando as despesas gerais se repartem sobre o produto, de maneira que o custo da unidade do produto baixa à medida que a produção aumenta. Dentro de certos limites, bem entendido.

12. Vejamos como as coisas se passam numa categoria de mercadorias, cujo custo de produção aumenta quando a quantidade produzida aumenta.

Suponhamos, por exemplo, que com 1 de A se obtém primeiro 2 de B e, em seguida, para cada unidade de A, uma unidade de B. Os custos serão os seguintes:

<i>A transformado</i>	<i>B produzido</i>	<i>Custo de B em A</i>
1	2	0,5
2	3	0,667
3	4	0,75
4	5	0,80

Graficamente, se fizermos mh igual a 1, hl igual a 2, e se traçarmos a reta lk , com inclinação de 45° sobre mo , a linha quebrada $h'lk'$ será a linha das transformações completas; as outras linhas de indiferença serão dadas pelas paralelas a $h'lk'$. Se arredondarmos um pouco o ângulo em l , teremos no próprio ponto l o ponto de tangência do atalho ml e de uma linha de indiferença. Reunindo esses pontos de tangência, teremos a linha ll' . Em seguida, se $k'l'$ passar por m , o atalho retilíneo partindo de m e tangente à curva de indiferença $h'l'k'$ coincidirá com a mesma reta lk' . Em consequência, o lugar dos pontos de tangência, isto é, a linha do lucro máximo (III, 105), será a linha quebrada $ll'k'$. Seu ponto de interseção c com a linha das trocas mcd dará um ponto de equilíbrio.

O produtor naturalmente desejaria ir um pouco mais longe do lado dos índices positivos. Por exemplo, ele se acharia melhor no ponto c' ; porém ele é expulso pela concorrência, como já o vimos (III, 137).

13. Mesmo nesse caso a concorrência pode ter outro efeito, como já havíamos demonstrado para mercadorias com custo de produção decrescente (§ 10); ela pode, sem modificar os preços, fazer aumentar o número de concorrentes, e, em consequência, aumentar o custo de produção. Dessa maneira, a linha do lucro máximo se desloca e acaba por passar pelo ponto em que os produtores permaneciam imobilizados pelo preço fixado por seu sindicato, ou determinado de outra maneira.

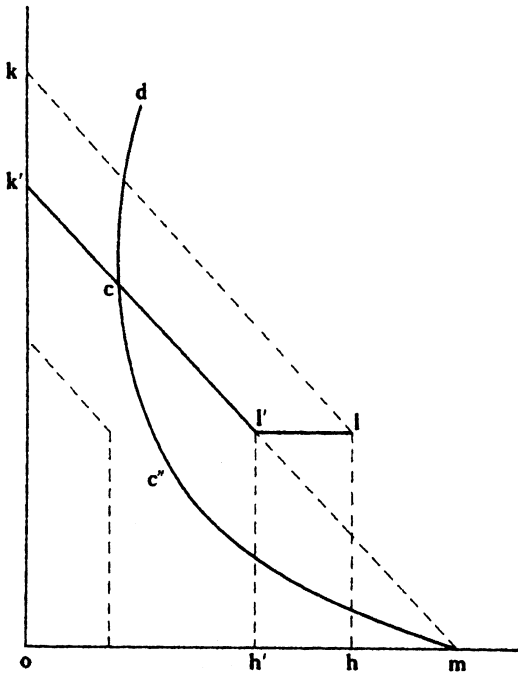


Figura 47

O equilíbrio ocorrerá novamente sobre essa linha. Os produtores aproximam-se dessa linha se a concorrência atua sobre os preços; ela se aproxima dos produtores se a concorrência atua de maneira a aumentar o número desses produtores e as despesas de produção.

14. Tudo isso corresponde à realidade. Dadas as condições econômicas de um país, há certa produção de trigo por hectare que, para uma terra determinada, corresponde ao lucro máximo; é por esse produto que o cultivador se decide. O preço é determinado pela igualdade do custo de produção, incluindo esse lucro, e do preço que o produtor está disposto a pagar pela quantidade produzida nessas condições. Naturalmente, o cultivador gostaria bastante de obter um preço mais alto, porém, é impedido pela concorrência.

15. A Economia corrente sentiu a diferença que existe entre os casos que examinamos, porém não chegou jamais a ter uma noção precisa dela, e não sabia nem mesmo explicar as diferentes maneiras de agir da concorrência.

16. Se, no caso hipotético que acabamos de considerar as pessoas operam segundo o tipo (II) dos fenômenos, o ponto de equilíbrio será I'' , onde a linha das trocas mcd é tangente a uma curva de indiferença do produtor, porque é lá o ponto em que há lucro máximo. Se a forma de mcd fosse um pouco diferente, esse ponto poderia se encontrar nas cercanias de I' .

17. Se o consumidor é igualmente o produtor, seguirá a linha das transformações completas hlc e o ponto de equilíbrio será dado pelo ponto de tangência dessa linha e de uma linha de indiferença dos gostos.

18. Poderia haver também consumidores podendo e querendo impor aos produtores que seguissem atalhos retilíneos que, partindo de m , chegassem à linha das transformações completas. Nesse caso, o ponto de equilíbrio estaria em e (§ 43-47).

19. *As formas correntes da troca e da produção* – Pode-se conceber, para as curvas de indiferença dos gostos e dos obstáculos, as formas mais estranhas. Seria difícil demonstrar que elas jamais existem ou que não existirão jamais. É preciso, evidentemente, que nos restrinjamos a considerar aquelas que são as mais comuns.

20. Entre as mercadorias de grande consumo, é apenas para o trabalho que podemos observar, na prática, que, além de certo limite, a oferta, em vez de aumentar, diminui com o preço. O aumento dos salários tem como consequência, em todos os países civilizados, a diminuição das horas de trabalho. Para as outras mercadorias constatamos quase sempre que a oferta aumenta ao mesmo tempo que o preço; isso talvez aconteça porque observamos, não pela lei da oferta na simples troca, mas pela lei da oferta na produção.

21. Em todo caso, salvo para o trabalho, não podemos afirmar que constataremos na realidade, para as curvas de troca, formas como aquelas da Fig. 17 (III, 120); elas parecem, ao contrário, possuir formas análogas às da Fig. 48. A curva das trocas levadas aos eixos ox , oy é mcd ; da mesma maneira essa curva, para um outro indivíduo, levada aos eixos wm , wn é mcr . Isso é verdadeiro, dentro dos limites, aliás estreitos, das observações. Não sabemos o que é que se tornam essas curvas além de d e de r .

22. Nessas circunstâncias, existe apenas um ponto de equilíbrio, em c , e é um ponto de equilíbrio estável.

23. Para a produção, observamos muitos exemplos de mercadorias com custo decrescente e outras com custo crescente; porém parece que o custo, primeiro decrescente, acaba sempre por crescer, além de certos

limites. Para essas mercadorias existem pontos de tangência dos atalhos retilíneos partindo de m , e em consequência uma linha $l'l''$ de lucro máximo. Se observássemos os fenômenos apenas na parte sombreada da figura, onde os custos são sempre crescentes, com o aumento da quantidade transformada, essa linha $l'l''$ não existiria.

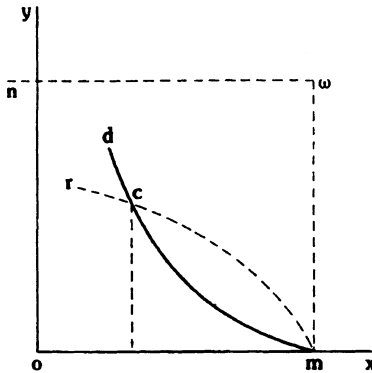


Figura 48

24. Para as mercadorias com custo decrescente, observa-se, na realidade, o dois pontos de equilíbrio dados pela teoria, Fig. 46 (§ 4), mas existem atritos poderosos que permitem ao equilíbrio instável durar, às vezes, mais ou menos muito tempo.

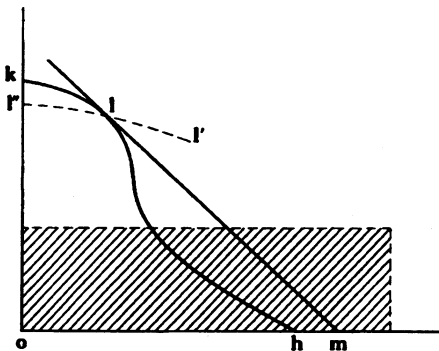


Figura 49

Uma estrada de ferro pode fazer o balanço de suas despesas com tarifas elevadas e fazendo pouco transporte, ou tarifas baixas, fazendo

muito transporte. Temos assim os dois pontos c e c' da Fig. 46 (§ 4). Os pequenos lojistas se atêm ao ponto c , vendendo pouco a preços elevados: as grandes lojas levaram o ponto de equilíbrio a c' vendendo muito a preços baixos; e agora os lojistas pedem a intervenção da lei para restabelecer o ponto de equilíbrio em c .

25. Temos também numerosos exemplos da linha de lucro máximo para as mercadorias de custos crescentes. A cultura extensiva nas cercanias de Roma não pode ser explicada de outra maneira. Na Inglaterra, depois da supressão dos direitos sobre o trigo, e como resultado da concorrência dos trigos estrangeiros, as formas das curvas de indiferença dos obstáculos para a cultura do trigo mudaram de forma e, dentro de limites, o custo de produção do trigo baixou, em vez de aumentar, com a quantidade produzida. Resultou daí a mudança da cultura do trigo que se tornou então mais intensiva.

26. *O equilíbrio dos gostos e da produção* – Consideremos uma coletividade isolada e suponhamos que todas as despesas do indivíduo sejam feitas pelas mercadorias que compra, e que suas receitas provenham todas das vendas de seu trabalho, de outros serviços dos capitais ou de outras mercadorias.

Nessas condições o equilíbrio é determinado pelas condições que já colocamos (III, 196 *et seq.*) para os gostos e para os obstáculos. Vimos que os gostos e a consideração das quantidades existentes de certos bens determinava as relações entre os preços e as quantidades vendidas ou compradas. Por outro lado, a teoria da produção nos ensinou que, dadas essas relações, se determinavam as quantidades e os preços. O problema do equilíbrio está, portanto, completamente resolvido.

27. *O equilíbrio em geral* – O caso teórico precedente difere muito, numa de suas partes, da realidade. Com efeito, as receitas do indivíduo estão longe de ter por origem apenas os bens que esse indivíduo vende para a produção. A Dívida Pública dos povos civilizados é enorme; somente parte muito pequena dessa dívida serviu para a produção e, freqüentemente, muito mal. Os indivíduos que usufruem dos juros dessa dívida não podem, de maneira alguma, ser considerados como pessoas que cederam bens econômicos à produção. Deveríamos fazer considerações semelhantes para os honorários da burocracia, sempre crescente nos Estados modernos; para as despesas da guerra, da marinha e para muitas das despesas dos serviços públicos. Não pesquisamos aqui, absolutamente, se e em que medida essas despesas são mais ou menos úteis à sociedade, e em que casos elas lhe são indispensáveis. Constatamos simplesmente que sua utilidade, quando existe, é de outro tipo, diferente daquele que resulta diretamente da produção econômica.

28. Por outro lado, as despesas dos indivíduos estão longe de se restringirem aos bens econômicos que compram. Os impostos constituem uma parte considerável.

Por um cálculo bastante grosseiro mas que talvez não se distancie muito da verdade, estima-se que, em certos países da Europa, cerca de 25% dos rendimentos dos indivíduos destinam-se ao pagamento de impostos. A teoria que expusemos teria valor, portanto, apenas para, no máximo, 3/4 das quantias que formam o rendimento total de uma nação.

29. É fácil modificar essa teoria de maneira a levar em consideração os fenômenos que acabamos de indicar. Para isso basta distinguir, nos rendimentos dos indivíduos, a parte que provém dos fenômenos econômicos daquela que lhe é estranha; e proceder da mesma maneira com as despesas.

30. A parte dos rendimentos que se deixa com os indivíduos é gasta por estes segundo seus gostos; e, no que tange à sua repartição entre as diferentes despesas, retorna-se à teoria, já exposta, do equilíbrio concernente aos gostos. A parte retirada pela autoridade pública é gasta de acordo com outras regras que a Ciência Econômica não tem que estudar. Esta deve portanto supor que essas regras fazem parte dos dados do problema a resolver. As leis da oferta e da procura resultarão da consideração dessas duas categorias de despesas. Se se considerasse apenas uma, a divergência com o fenômeno concreto poderia ser considerável. Para o ferro e para o aço, por exemplo, as procuras dos Governos concernem a uma parte notável da produção.

31. No que se relaciona ao equilíbrio dos obstáculos, é preciso considerar que a despesa das empresas não é igual, como anteriormente, à renda total dos indivíduos, mas constitui apenas uma parte, pois o resto tem outra origem (dívida pública, honorários etc.). A repartição da parte destinada a comprar os bens transformados pela produção é determinada pela teoria do equilíbrio com relação aos obstáculos. A repartição da outra parte de rendimentos é determinada pelas considerações que, como no caso análogo precedente, escapam às pesquisas da Ciência Econômica e que se deve, em consequência, ir buscar em outras ciências; essa repartição deve, portanto, figurar aqui entre os dados do problema.

32. *Propriedade do equilíbrio* – O equilíbrio, segundo as condições pelas quais é obtido, goza de certas propriedades que é importante conhecer.

33. Começaremos por definir um termo do qual é bom se servir para evitar longas exposições. Diremos que os membros de uma coletividade gozam, em determinada posição, do *máximo de ofelimidade*,

quando se torna impossível encontrar um meio de afastar-se muito pouco dessa posição, de tal maneira que a ofelividade de que goza cada indivíduo dessa coletividade aumente ou diminua. Isso significa que todo pequeno deslocamento a partir dessa posição tem, necessariamente, como efeito aumentar a ofelividade de que gozam certos indivíduos e diminuir a de que outros gozam: ser agradável a uns e desagradável a outros.

34. *Equilíbrio da troca* – Temos o seguinte teorema:

Para os fenômenos do tipo (I), quando o equilíbrio acontece num ponto em que as curvas de indiferença dos contratantes são tangentes, os membros da coletividade considerada gozam do máximo de ofelividade.

Observamos que se chega a essa posição de equilíbrio seja por um atalho retilíneo, isto é, com preços constantes, seja por um atalho qualquer.

35. Só se pode fazer demonstração rigorosa desse teorema com a ajuda das Matemáticas; contentar-nos-emos em fornecer um esboço.

Começemos por considerar a troca entre dois indivíduos. Para o

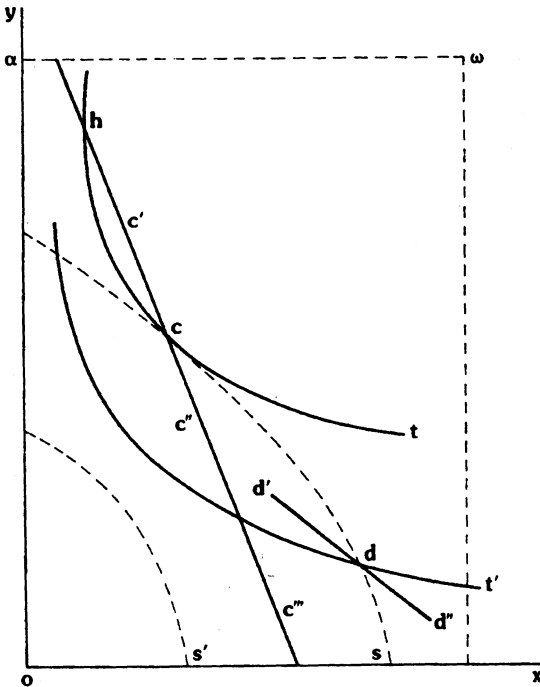


Figura 50

primeiro, os eixos são ox e oy , e para o segundo, $\omega\alpha$, $\omega\beta$; disponhamo-los de maneira que os atalhos percorridos pelos dois indivíduos confundam-se numa única linha sobre a Fig. 16 (III, 116). As linhas de indiferença são t , t' , t'' ... para o primeiro indivíduo e s , s' , s'' , para o segundo. Para o primeiro a curva do prazer sobe de o para ω e para o segundo, ao contrário, sobe de ω para o .

Para os fenômenos do tipo (I), sabe-se que o ponto de equilíbrio deve situar-se num ponto de tangência das curvas de indiferença dos dois indivíduos. Seja c um desses pontos. Se dele nos afastarmos seguindo o caminho cc' , sobe-se a curva do prazer do primeiro indivíduo, e se desce a do segundo; e inversamente se seguirmos o caminho cc'' . Não é possível, portanto, afastarmo-nos de c servindo ou prejudicando aos dois indivíduos de uma só vez; porém, necessariamente, se se é agradável a um, é-se desagradável a outro.

Não é, porém, a mesma coisa para os pontos, como d , onde se cortam duas curvas de indiferença. Se seguirmos o caminho dd' , aumentamos o prazer dos dois indivíduos; se seguirmos a linha dd'' diminuí-lo-emos para os dois.

36. Para os fenômenos do tipo (I), o equilíbrio ocorre num ponto como c ; para os fenômenos do tipo (II), o equilíbrio ocorre num ponto como d ; resulta daí a diferença entre esses dois tipos de fenômenos, no que se relaciona com o máximo de ofelividade.

37. Voltando à Fig. 49, vê-se de maneira intuitiva que, prolongando o atalho cc' em direção a h , descemos sempre a curva do prazer do segundo indivíduo, enquanto, ao contrário, começa-se a subir a curva do prazer do primeiro indivíduo para descer em seguida, quando se está além, do ponto em que $cc'h$ é tangente a uma linha de indiferença. Em consequência, se nos distanciarmos em linha reta, de uma quantidade finita, da posição de equilíbrio, as ofelividades de que gozam os dois indivíduos poderão variar de maneira que uma aumenta enquanto a outra diminui, ou que diminuam as duas; mas as duas não poderão aumentar conjuntamente. Isso é verdadeiro, aliás, apenas para as mercadorias cujas ofelividades são independentes ou em casos em que essas mercadorias tenham uma dependência do primeiro gênero (IV, 42).

Somente as Matemáticas permitem uma demonstração rigorosa, não só nesse caso, mas também no caso geral de várias mercadorias e de vários indivíduos.

38. Se se pudesse fazer com a sociedade humana experiências como faz o químico em seu laboratório, o teorema precedente nos permitiria resolver o seguinte problema:

Considere-se uma coletividade dada; não se conhecem os índices de ofelividade de seus membros; sabe-se que com a troca de certas

quantidades existe equilíbrio; pergunta-se: ele é obtido nas mesmas condições em que seria obtido pela livre concorrência?

É preciso fazer uma experiência para ver se, permanecendo a mesma maneira como se efetuam as trocas pode-se acrescentar (observem bem: acrescentar e não substituir) outras trocas, feitas a preços constantes que contem todos os indivíduos. Se sim, o equilíbrio não acontece da mesma maneira como quando existe a livre concorrência; se não, ocorre nessas condições.

39. *Equilíbrio da produção* – É preciso que distingamos aqui vários casos:

1) *Preços de venda constantes*. (α) Coeficientes de produção variáveis com a quantidade total, isto é, mercadorias cujo custo de produção varia com a quantidade. (β) Coeficientes de produção constantes com a quantidade, isto é, mercadorias cujo custo de produção é constante. 2) *Preços de venda variáveis*.

40. 1) (α) Esse caso nos é dado pela Fig. 46 (§ 4). Os pontos c , c' de equilíbrio não são aqueles que dão o máximo de ofelividade na transformação. Em consequência, pode existir, no caso, um ponto que não esteja sobre a linha das transformações completas e de tal maneira que a empresa da transformação tenha um lucro, enquanto os consumidores estão melhor do que c , c' . Esse caso, na realidade, acontece às vezes com os trustes.

41. 1) (β). É o caso da Fig. 44 (§ 1). O ponto c de equilíbrio dá o máximo de ofelividade para as transformações.

42. 2) Os preços variáveis podem ser tais que produzam um fenómeno análogo ao do caso 1º (α).

Porém, se se pode dispor desses preços para obter o máximo de ofelividade nas transformações, pode-se, dessa maneira, atingir o ponto e , Fig. 51, que fornece esse máximo.

43. Se seguimos o caminho amu das transformações completas, certamente chegamos aí; da mesma maneira também se se segue um atalho avu , que coincide com essa linha apenas na parte veu , ou, enfim, um atalho all' e tangente em e à linha das transformações completas e à linha de indiferença t .

Na realidade, este último atalho é muito difícil seguir porque é preciso adivinhar precisamente onde se encontra o ponto e ; os dois primeiros atalhos, ao contrário, podem ser seguidos sem que se saiba precisamente onde está o ponto e .

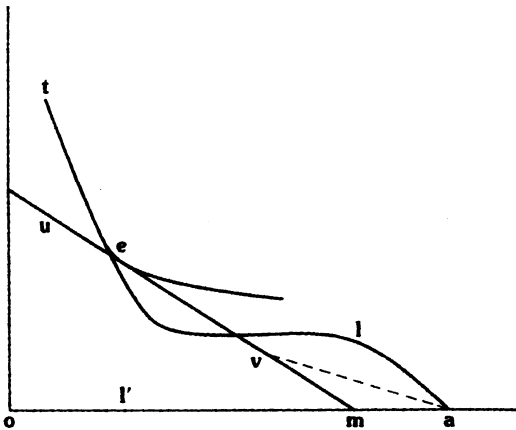


Figura 51

44. É provável que a maior parte da produção seja do tipo no qual o custo de produção varia com a quantidade produzida; pode-se, por conseqüência, afirmar que o sistema dos preços constantes, que é geralmente utilizado em nossa sociedade, não proporcione o máximo de ofelividade; e, se se considera o grande número de produtos aos quais se aplica essa conclusão, parece que a perda da ofelividade deve ser maior.

45. É por isso que, mesmo em nossa organização social, os produtores levam vantagem praticando preços variáveis e, como não podem fazê-lo indiretamente por meio de expedientes, se aproximam apenas grosseiramente da solução que daria o máximo de ofelividade.

Em geral, obtêm-se preços variáveis distinguindo os consumidores em categorias; e esse expediente vale mais do que nada, mas está ainda bem longe da solução que faria variar os preços para todos os consumidores.

46. O grave erro que leva a julgar os fatos econômicos segundo normas morais leva muita gente, de maneira mais ou menos consciente, a pensar que o lucro do produtor não pode ser outro senão o prejuízo do consumidor e vice-versa. Em conseqüência, se o produtor não ganha nada, se está sobre a linha das transformações completas, imagina-se que o consumidor não pode sofrer prejuízo.

Sem insistir sobre o fato de que, já vimos (§ 10), a linha das transformações completas pode ser obtida com um excesso do custo de produção, é interessante não se esquecer o caso bastante freqüente indicado no § 39 (1^o) α .

47. Suponhamos, por exemplo, que um país consome 100 de uma mercadoria X, e que essa mercadoria seja produzida por usinas nacionais ao custo de 5 por unidade. O custo total é de 500; e, se o preço de venda total é também 500, os produtores nacionais não obtêm nenhum lucro.

Acontece que agora eles produzem 200, o que faz baixar o custo de produção a 3. Eles vendem 120 no país ao preço de 3,50, e 80 no exterior ao preço de 2,50. Recebem no total 620 por uma mercadoria que lhes custa 600, e em conseqüência, obtêm lucro. Os consumidores nacionais se lamentam porque pagam a mercadoria mais cara do que é vendida aos estrangeiros, mas, no fundo, pagam menos do que pagavam antes, e, conseqüentemente, têm vantagem e não prejuízo.

Pode acontecer, porém não é certo, que fenômeno semelhante tenha se produzido alguma vez na Alemanha, onde os produtores vendem ao exterior a um preço menor que vendem em seu país; porque dessa maneira podem aumentar a quantidade produzida e reduzir o custo de produção.

48. Os fenômenos que acabamos de estudar sugerem, de maneira abstrata e sem considerar dificuldades práticas, um argumento considerável a favor da produção coletivista. Muito melhor do que a produção, em parte submetida à concorrência, em parte aos monopólios, que temos atualmente, esta poderia valer-se de preços variáveis que permitiriam seguir a linha das transformações completas, e, em conseqüência, atingir o ponto *e* da Fig. 46 (§ 4), ao passo que atualmente devemos permanecer no ponto *c'*; ou ainda no ponto *c*. A vantagem que a sociedade teria poderia ser tão grande que compensaria os prejuízos inevitáveis de uma produção desse gênero. Mas para isso seria necessário que a produção coletivista tivesse como único objetivo perseguir o máximo de ofelividade na produção, e não o de proporcionar lucros de monopólios aos operários ou perseguir ideais humanitários.¹⁴⁵ Como bem o tinham visto os antigos economistas, a procura da maior vantagem para a sociedade é um problema de produção.

Até mesmo as sociedades cooperativas poderiam nos levar sobre a linha das transformações completas, isso porém não acontece porque se deixam desviar de seu objetivo pelas visões éticas, filantrópicas, humanitárias. Não se poderia perseguir dois objetivos ao mesmo tempo.

Se se considera o fenômeno exclusivamente do ponto de vista das teorias econômicas, é uma maneira muito má de organizar a empresa das estradas de ferro exigindo, das sociedades que as exploram, como se fez na Itália, uma cota fixa sobre o produto bruto (ou ainda sobre o produto líquido) em proveito do Estado, porque dessa maneira,

145 Entre os socialistas, G. Sorel tem o grande mérito de haver compreendido que o problema que o coletivismo deve resolver é principalmente um problema de produção.

em vez de forçá-las a se aproximar da linha das transformações completas, acaba-se por impedi-las.

49. A livre concorrência determina os coeficientes de produção de maneira a assegurar o máximo de ofelividade. Ela tende a tornar iguais os rendimentos líquidos dos capitais que se podem produzir por meio da poupança. Com efeito, a poupança é, evidentemente, transformada nos capitais que dão mais rendimento, até o momento em que a abundância desses capitais faça baixar a renda líquida ao nível comum. Essa igualdade dos rendimentos líquidos é igualmente uma condição para conseguir do uso desses capitais o máximo de ofelividade. Mesmo nesse caso, a demonstração rigorosa só pode ser feita pelas Matemáticas.¹⁴⁶ Apenas indicaremos aqui, mais ou menos, o andamento do fenômeno.

50. No que se refere ao rendimento dos capitais, pôde-se observar que, se a poupança oficial obtém em certo emprego um rendimento maior que em outro, isso significa que o primeiro emprego é mais “produtivo” que o segundo. Em consequência, há vantagem para a “sociedade” em diminuir o primeiro emprego da poupança para aumentar o segundo, e chega-se também à igualdade dos rendimentos líquidos nos dois casos. Porém, esse raciocínio é bem pouco preciso, nada rigoroso, e, conseqüentemente, por si próprio não provaria nada.

51. Um pouco melhor, mas bem pouco, é o raciocínio que, sem uso das Matemáticas, faz intervir os coeficientes de produção.

As empresas os determinam de maneira a ter o custo mínimo: a concorrência, porém, empurra-os sobre a linha das transformações completas; e, em consequência, são seus clientes, compradores e vendedores que, em definitivo, são beneficiados pela obra executada pelas empresas.

O defeito desse gênero de demonstrações não reside apenas em sua falta de precisão, mas também, e principalmente, no fato de que elas não fornecem uma idéia clara das condições necessárias para que os teoremas sejam verdadeiros.

52. *O equilíbrio no sociedade coletivista* – Falta-nos agora falar dos fenômenos do tipo (III), sobre os quais apenas fizemos alusões até o momento (III, 49).

Para dar-lhes uma forma concreta, e mediante uma abstração análoga à do *homo oeconomicus*, consideremos uma sociedade coletivista que tenha por fim proporcionar o máximo de ofelividade de seus membros.

53. O problema divide-se em outros dois, que são completamente diferentes e que não podem ser resolvidos com os mesmos critérios: 1) Temos um problema de distribuição: como devem ser repartidos entre seus membros os bens que a sociedade possui ou produz? (III, 12, 16). É preciso fazer intervir considerações éticas, sociais de diferente gênero, comparações de ofelividade de diferentes indivíduos etc. Não temos por que nos ocupar disso aqui. Suporemos, portanto, resolvido esse problema; 2) Temos um problema de produção: como produzir bens econômicos de maneira que, distribuindo-os em seguida segundo regras obtidas pela solução do primeiro problema, os membros da sociedade obtenham o máximo de ofelividade?

54. Depois de tudo que dissemos, a solução desse problema é fácil.

Os preços, os juros líquidos dos capitais podem desaparecer, se é que isso é possível, como entidades reais, mas permanecerão como entidades contábeis: sem eles o *ministério da produção* andaria às cegas e não poderia organizar a produção. Fica bem entendido que, se o Estado é o dono de todos os capitais, é para ele que vão todos os juros líquidos.

55. Para obter o máximo de ofelividade, o Estado coletivista deverá tornar iguais os diferentes juros líquidos e determinar os coeficientes de produção da mesma maneira que a livre concorrência os determina. Além disso, depois de haver feito a distribuição segundo as regras do primeiro problema, ele deverá permitir uma nova distribuição, que os membros da coletividade poderão fazer entre si ou que o Estado socialista poderá fazer, mas que, em todos os casos, deverá ser feito como se fosse executado pela livre concorrência.

56. A diferença entre os fenômenos do tipo (I) e aqueles do tipo (III) reside, portanto, principalmente, na repartição dos rendimentos. Nos fenômenos do tipo (I), essa repartição se realiza de acordo com todas as contingências históricas e econômicas nas quais a sociedade evoluiu; nos fenômenos do tipo (III), ela é a consequência de certos princípios ético-sociais.

57. É preciso, além disso, que pesquisemos se certas formas da produção são mais fáceis na realidade com os fenômenos do tipo (I) ou com os do tipo (III). Teoricamente, nada impede supor-se que, com a livre concorrência, por exemplo, se siga a linha das transformações completas. Praticamente, porém, pode ser mais difícil com a livre concorrência do que com a produção coletivista (§ 48).

58. O Estado coletivista, melhor do que a livre concorrência, parece poder levar o ponto de equilíbrio sobre a linha das transformações completas. Com efeito, é difícil que uma sociedade privada siga exa-

tamente a linha das transformações completas em suas vendas. Para tanto ela deveria cobrar de seus clientes primeiro as despesas gerais e depois vender-lhes as mercadorias ao preço de custo, deduzidas as despesas gerais. Salvo em casos particulares, não vemos como isso poderia acontecer. O Estado socialista, ao contrário, pode colocar, como imposto sobre os consumidores de suas mercadorias, as despesas gerais da produção dessa mercadoria e em seguida, cedê-las ao preço de custo; ele pode, em consequência, seguir a linha das transformações completas.

59. O Estado socialista pode abandonar aos consumidores de uma mercadoria a renda (V, 95) produzida por essa mercadoria. Quando a linha do lucro máximo corta a linha das trocas, isto é, quando a concorrência é incompleta, com a simples concorrência dos produtores privados o equilíbrio pode ter lugar nesse ponto de interseção. O Estado socialista pode levar esse ponto de equilíbrio sobre a linha das transformações completas como se a concorrência fosse completa.

60. No Estado econômico baseado na propriedade privada, a produção é regulada pelos empresários e pelos proprietários; existe, em consequência, certa despesa que figura no número dos obstáculos. No Estado coletivista, a produção seria regulada pelos empregados desse Estado; a despesa por eles ocasionada poderia ser maior e seu trabalho menos eficaz; neste caso as vantagens assinaladas poderiam ser compensadas e transformarem-se em perda.

61. Em resumo, a Economia pura não nos fornece critério verdadeiramente decisivo para escolher entre uma organização da sociedade baseada na propriedade privada e uma organização socialista. Somente se pode resolver esse problema considerando-se outras características dos fenômenos.

62. *Máximo de ofelividade para coletividades parciais* – Os fenômenos do tipo (III) podem referir-se não à coletividade inteira, mas a uma parte mais ou menos restrita. Se se considera apenas um indivíduo, o tipo (III) confunde-se com o tipo (II).

Para certo número de indivíduos considerados coletivamente, há valores dos coeficientes de produção que proporcionam tais quantidades de bens econômicos a essa coletividade que, se elas são distribuídas segundo as regras fixadas pelo problema da distribuição, proporcionam o máximo de ofelividade aos membros dessa coletividade.¹⁴⁷

A demonstração dessa proposição é semelhante à que foi dada quando consideramos a coletividade total.

63. Na realidade, os sindicatos operários, os produtores que usufruem da proteção alfandegária, os sindicatos de negociantes que exploram os consumidores, nos fornecem numerosos exemplos nos quais os coeficientes de produção são determinados com o fim de favorecer certas coletividades parciais.

64. É preciso observar que, salvo casos excepcionais, esses valores de coeficientes diferem e, freqüentemente, diferem muito dos valores que proporcionam o máximo de ofelividade a toda coletividade.

65. *Comércio internacional* – Salvo o caso precedente, consideramos até aqui apenas as coletividades isoladas. É preciso agora, para nos aproximar da realidade, considerar as coletividades em relações recíprocas. Essa teoria leva o nome de teoria do comércio internacional e nós conservamos esse nome.

O caso anterior difere do caso presente. Naquele supunha-se que se poderia impor certos coeficientes de fabricação a toda uma coletividade, constituída pelas coletividades parciais A, B, C..., e se procurava os valores desses coeficientes que proporcionavam o máximo de ofelividade aos membros da coletividade A. Agora não supomos que a coletividade A possa impor diretamente coeficientes de produção às demais coletividades B, C..., mas, ao contrário, supomos que cada uma dessas coletividades é independente e que, conseqüentemente, pode bem regular sua própria produção, mas não a das outras, pelo menos diretamente.

Mesmo quando se raciocina apenas sobre uma coletividade, é preciso considerar as despesas de transporte, porém essa necessidade é ainda mais evidente quando se fala de coletividades separadas no espaço. Compreende-se, em conseqüência, que os preços de uma mesma mercadoria são diferentes em duas coletividades diferentes.

66. Após o que dissemos para apenas uma coletividade, as condições de equilíbrio para várias coletividades podem ser obtidas com facilidade.

Consideremos uma coletividade X que está em relação com outras coletividades que chamaremos Y e que, para simplificar, consideraremos formando apenas uma coletividade. Para cada uma dessas coletividades, sabe-se já quais são as condições de equilíbrio dos gostos e dos obstáculos; mas elas não são suficientes agora para resolver o problema porque existem outras incógnitas, isto é, as quantidades de bens econômicos trocados entre X e Y. Suponhamo-los iguais a 100; faltam-nos outras 100 condições para determiná-las.

67. Teremos primeiro o balanço de X em suas relações com Y; para estabelecê-los será preciso considerar cada receita e cada despesa, como indicamos no § 27 *et seq.* O balanço de Y é inútil, pelas razões já dadas (III, 204). Nas relações de X com Y, a receita de X é a despesa

de Y e vice-versa. Em conseqüência, se a receita e a despesa oscilam para X, oscilam também para Y. Assim, a consideração dos balanços nos dá uma única condição que chamaremos (α).

68. É preciso em seguida que os preços, quando consideramos as despesas de transporte e outras despesas necessárias (por exemplo, seguro, despesas de câmbio etc.), sejam iguais para as quantidades trocadas, porque, num mesmo mercado, não pode existir dois preços. Uma das mercadorias pode ser tomada como moeda internacional; sobram nesse caso, em conseqüência, apenas 99 preços e as condições de igualdade que chamaremos (β) são portanto em número de 99.

Se se acrescenta a condição (α) aos 99 (β), tem-se ao todo 100 condições, exatamente o que é preciso para se determinar as 100 incógnitas.

69. Mas em geral não se pode supor que exista apenas uma moeda, idêntica para X e para Y; é preciso supor que X e Y têm moedas que lhes são próprias, mesmo quando elas são idênticas, cunhadas com o mesmo metal. Nesse caso, a moeda de Y tem determinada relação com a moeda de X, isto é, tem certo preço expresso em moeda de X, e esta é uma nova incógnita. Se a acrescentamos às 100 outras, temos 101 incógnitas. Porém, como temos agora 100 preços, as condições (β) são também em número de 100, e acrescentando-se aí a condição (α), existem 101 condições, isto é, tantas condições quanto incógnitas.

Restaria ver como se estabelece o equilíbrio, porém não podemos fazê-lo senão após o estudo da moeda.

70. *O equilíbrio dos preços* – Em todos os raciocínios que fizemos até aqui, tomamos uma mercadoria como moeda; as taxas de troca desta mercadoria com as outras, isto é, os preços, dependem dos gostos e dos obstáculos e são, em conseqüência, determinados quando estes e aqueles o são.

É preciso fazer certa modificação nessa teoria em consideração à quantidade de moeda em circulação. Com efeito, é preciso observar que a mercadoria-moeda é ofélina não apenas para o consumo, mas também porque serve à circulação. Por exemplo, para que todos os preços possam aumentar em 10% seria, portanto, necessário não somente que produzisse uma mudança correspondente na ofelividade da mercadoria-moeda, comparada à ofelividade das outras mercadorias, mas também que se pudesse ter a quantidade de moeda que fosse suficiente à circulação com novos preços.

71. *Teoria quantitativa da moeda* – Suponhamos que a quantidade de moeda em circulação deva variar proporcionalmente aos preços; o que pode ocorrer, aproximadamente, se, à medida que os preços mu-

dem, a rapidez da circulação não mude, e se também não mudam as proporções dos sucedâneos da moeda. Essa hipótese é a base do que se chamou teoria quantitativa da moeda. Se a aceitamos, seria preciso então, desde que os preços aumentam em 10%, que a quantidade de mercadoria-moeda aumentasse não apenas de maneira a poder ser consumida em maior quantidade, para que a ofelividade elementar diminuísse, mas também de maneira que a quantidade de moeda em circulação aumentasse em 10%.

Os preços seriam então determinados pela ofelividade da mercadoria-moeda e pela quantidade que houvesse em circulação.

72. Se em vez de uma mercadoria, se tivesse como moeda quaisquer bônus, papel-moeda, por exemplo, todos os preços dependeriam apenas da quantidade dessa moeda em circulação.

73. As hipóteses que acabamos de levantar jamais se verificam completamente. Não apenas todos os preços não mudam ao mesmo tempo na mesma proporção, mas além disso a rapidez da circulação certamente varia e as proporções dos sucedâneos da moeda variam igualmente. Resulta daí que a teoria quantitativa da moeda só pode ser aproximada e grosseiramente verdadeira.

74. No caso do papel-moeda é, portanto, possível haver duas posições de equilíbrio para as quais todas as circunstâncias são idênticas, salvo as seguintes: 1) Todos os preços são aumentados, por exemplo, em 10%; 2) a rapidez da circulação é aumentada, e a proporção dos sucedâneos da moeda pode igualmente haver aumentado, de maneira que a mesma quantidade de moeda seja suficiente para a circulação com novos preços.

75. No caso de uma mercadoria-moeda, seria necessário que essa rapidez e essa proporção dos sucedâneos aumentassem de maneira a tornar grande demais a quantidade em circulação, a fim de que o consumo da mercadoria-moeda possa aumentar para diminuir a ofelividade elementar.

76. A hipótese que fizemos para o papel-moeda pode ser verificada de forma aproximada; porém, a que fizemos para a mercadoria-moeda parece difícil de ser constatada nas proporções indicadas, se bem que ela possa ocorrer freqüentemente em proporções mais fracas. Conclui-se daí que posições idênticas de equilíbrio seriam possíveis no primeiro caso com preços diferentes, impossíveis no segundo.

77. Esta última conclusão é, talvez, absoluta demais. Ela seria facilmente atacável se o consumo da mercadoria-moeda fosse quase

tão grande quanto a soma dos outros consumos. Suponhamos que numa coletividade de agricultores na qual se consome trigo, vinho, óleo, lã e um pequeno número de outras mercadorias, tome-se o trigo como mercadoria-moeda; a conclusão em questão certamente subsistiria. Porém, ela subsistiria se, como em nossas sociedades, a mercadoria-moeda fosse o ouro, cujo consumo é muito fraco em comparação com outros consumos? Compreende-se muito mal como todos os preços devam ser regulados de maneira precisa e rigorosa pelo consumo do ouro, em caixas de relógio, jóias etc. A correspondência entre esses dois fenômenos não pode ser perfeita.

78. É preciso observar que saímos aqui do domínio da Economia pura para entrar no da Economia aplicada. Da mesma maneira a Mecânica racional nos ensina que duas forças iguais e diretamente opostas sempre se equilibram, seja qual for a intensidade; mas a Mecânica aplicada nos diz que, se um corpo sólido se interpõe entre essas forças, é preciso que se considere a resistência dos materiais.

79. Suponhamos que todos os preços aumentam em 10% e que todas as outras circunstâncias permaneçam as mesmas. Para que a igualdade das ofelimitades ponderadas estabeleça o equilíbrio subsistente, seria preciso que a quantidade de ouro que se pode consumir aumentasse; e é porque essa quantidade não pode aumentar que os preços devem retornar ao que eram anteriormente. É preciso, porém, observar aqui os seguintes fatos: 1) a igualdade das ofelimitades ponderadas se estabelece aproximadamente para as mercadorias de uso exterior e diário, menos bem para as mercadorias de uso restrito e compradas apenas de tempos em tempos. Em conseqüência, na realidade, existe para a ofelimitade do ouro certa margem na igualdade que ela deve ter com as demais; 2) se todos os preços aumentam, a extração do ouro deveria se tornar menos vantajosa e, em conseqüência, diminuir. Mas essa extração é tão aleatória que é regulada por considerações completamente diferentes; e, dentro de certos limites, as variações dos preços das outras mercadorias não têm nenhum efeito, ou um efeito quase nulo; 3) enfim, uma mudança nas condições da circulação pode igualmente ter certa ação (§ 73). Concluimos que com o ouro-moeda, posições idênticas são possíveis dentro de certos limites, com preços diferentes. Nesses limites, portanto, já não seriam determinados completa e exclusivamente pelas fórmulas da Economia pura (§ 82).

80. *Relações entre o equilíbrio e os preços dos fatores da produção*
– 1) Supomos que todos os preços dos fatores da produção mudam, mas que as dívidas e os créditos existentes na sociedade (Dívida Pública, créditos comerciais, hipotecários etc.) não mudam. Por exemplo, se os preços de todos os fatores e a produção aumentam 10%, os preços dos

produtos aumentam igualmente 10%; em conseqüência, desse ponto de vista, não teria mudado nada na situação real dos operários e dos capitalistas que participam da produção. Eles recebem 10% a mais e, para seu consumo, gastam 10% a mais. De outro ponto de vista sua situação muda porque, continuando a pagar a mesma soma nominal a seus credores, eles, na realidade, dão 10% a menos que antes em mercadorias. Em conseqüência, a mudança suposta favorece aqueles que participam na produção e prejudica aqueles que têm rendimento fixo, independente da produção. É inútil acrescentar que uma mudança oposta traria efeitos opostos.

81. Para que seja possível a mudança dos preços, é necessário que eles não sejam impedidos pela moeda: é preciso, portanto, que repitamos as considerações indicadas nos § 71 *et seq.* No caso suposto, e quando é o ouro a moeda, aqueles que participam da produção consumirão talvez (§ 79) um pouco mais de ouro; aqueles que possuem rendimentos fixos, um pouco menos; no total, haverá talvez um pequeno aumento do consumo que será facilmente fornecido pelas minas. Quanto à circulação, sua rapidez poderá aumentar, podendo-se fazer maior uso, se for necessário, dos sucedâneos. Os preços por outro lado não poderiam aumentar além de certos limites porque a quantidade de ouro disponível se tornaria muito fraca.

82. Na realidade, os obstáculos às mudanças nos preços vêm da concorrência de coletividades independentes, seja de um mesmo país, seja do estrangeiro (comércio internacional), e da dificuldade de se fazer movimentar, ao mesmo tempo, todos os preços. Em conseqüência, aqueles que não mudam retêm o movimento dos outros. São estes os fatos que, dentro dos limites permitidos pelas forças que nascem da variação do consumo e da produção do ouro (§ 79), determinam os preços.

83. Se os preços da maior parte das mercadorias ou de todas as mercadorias de um país aumentam, a exportação diminui, a importação aumenta, e o ouro sai do país para ir para o estrangeiro; em conseqüência, os preços terminam por baixar e por retornar a seu estado primitivo. Constata-se fatos opostos no caso de uma diminuição geral dos preços.

84. 2) Os preços dos fatores da produção nunca mudam todos ao mesmo tempo. Suponhamos que os salários aumentem em 10%; o juro de novos capitais e de uma parte dos antigos poderá também aumentar em 10%; mas para uma parte destes, o juro poderá não se modificar, ou não aumentar na proporção do aumento dos salários, ou ainda diminuir; e se não se pode retirá-lo da produção, terão rendimento negativo. Em conseqüência, um aumento dos salários beneficiará os operários, poderá ser indiferente aos possuidores de novos capitais, possuidores de uma

parte dos antigos capitais, mas prejudicará os possuidores de outra parte desses capitais e todos aqueles que possuem rendimentos fixos.

85. Suponhamos agora que são os produtos que, pelo efeito de certas medidas, por exemplo, os direitos protecionistas de alfândegas, aumentem de preço, e vejamos quais são as conseqüências. Se, por hipótese, os preços de todos os produtos aumentam, os preços de todos os fatores da produção poderão aumentar na mesma proporção, se se desprezam os rendimentos fixos, as dívidas e os créditos, e o equilíbrio se estabelecerá novamente como no § 71. Da mesma maneira, considerando-se os rendimentos fixos, as dívidas e os créditos, obter-se-ão resultados semelhantes àqueles do § 80. Quanto aos fenômenos do § 84, é preciso observar que, quando os preços dos produtos aumentam, todos os capitais, tanto os antigos quanto os novos, são favorecidos, e vê-se, então, aparecerem as rendas positivas.

86. A hipótese que acabamos de fazer nunca se realiza na prática. Não é possível que os preços de todos os produtos aumentem; em conseqüência, certas produções são incentivadas, outras desincentivadas. Os novos capitais podem virar-se em direção a produções mais vantajosas; os capitais antigos, que não podem ser retirados das produções que sofreram prejuízos, dão rendas negativas.

87. Consideramos até aqui posições sucessivas de equilíbrio; é preciso que vejamos o que se torna o movimento de uma à outra. Uma mudança produzida numa parte do organismo econômico não se estende instantaneamente a todas as outras partes; e durante o tempo em que ela se propaga de um ponto a outro, os fenômenos são diferentes daqueles que seguem o restabelecimento do equilíbrio.

88. Se os salários aumentam, os empresários dificilmente poderão, salvo em casos particulares, aumentar de maneira correspondente os preços dos produtos, conseqüentemente até que essa alta seja obtida, sofrem prejuízos. Enquanto isso o aumento dos salários traz mais lucro aos operários do que terão quando a operação estiver acabada, por que seus rendimentos aumentaram, ao passo que suas despesas de consumo ainda não aumentaram na mesma proporção. Aqueles que têm renda fixa sofrem menores desvantagens enquanto o movimento se produz do que quando termina.

89. Além disso, o movimento nunca pode ser geral. Os salários, e mesmo os preços dos produtos num ramo da produção, podem muito bem aumentar, mas os preços nos outros ramos da produção ou não aumentarão, ou aumentarão muito pouco; e é apenas após um aumento sucessivo dos salários, num número de ramos da produção, que se constata aumentos de preços que correspondem ao aumento geral

dos salários, de tal maneira que, quando se vê o efeito, a causa frequentemente já foi esquecida.

90. Aqui está, portanto, a tradução subjetiva desses fenômenos. O homem é levado a agir muito mais sob influência das sensações do estado presente do que sob aquelas das previsões do futuro e muito mais sob a impressão dos fatos que atuam diretamente sobre ele do que sob aqueles que atuam apenas indiretamente. Em conseqüência, no caso que consideramos, os operários serão levados a pedir aumento de salários, muito mais do que o seriam se se ressentissem dos efeitos de um aumento geral dos salários; e da mesma maneira os empresários serão muito mais levados a resistir aos operários. Quanto àqueles que têm rendimentos fixos, e que devem, afinal, arcar com as despesas da luta entre os operários e os empresários, provam ter menos bom senso do que as ovelhas que, conduzidas ao açougue, resistem, atingidas pelo cheiro do sangue; eles imaginam que as greves são dirigidas contra os “capitalistas”, que eles não sabem nem mesmo distinguir dos empresários, e não vêem que, em última análise, as greves atingem muito mais os que têm rendimentos fixos e créditos do que os empresários e capitalistas.

91. Os empresários são sempre levados ao aumento dos preços das mercadorias que produzem e perseguem assim seu próprio interesse, porque esses aumentos lhes proporcionam certamente uma vantagem durante o tempo, mais ou menos longo, necessário para chegar a uma nova posição de equilíbrio. Por outro lado, cada um imagina gozar de toda a vantagem do aumento do preço de sua própria mercadoria, sem ver a compensação parcial que seguirá o aumento do preço das outras mercadorias. Acontece o mesmo com os proprietários que buscam rendas positivas. Os operários são, geralmente, indiferentes a esses movimentos de preços porque eles não repercutem imediatamente sobre seus salários; eles acreditam que apenas os “capitalistas” têm que cuidar das variações dos preços; em conseqüência, não rejeitam as que, em última análise, lhes serão vantajosas. Entretanto existem exceções e, contrariamente a esse fato geral, os operários se pronunciaram na Alemanha contra os direitos protecionistas sobre gêneros alimentícios, e compreenderam que esses direitos se voltariam finalmente contra eles próprios. Isso provém, em parte talvez, da educação que os socialistas deram aos operários desse país.

92. *Circulação econômica* – Em resumo, a produção e a circulação formam um círculo. Toda alteração num ponto do fenômeno repercute, mas não igualmente sobre todos os outros. Se fizermos aumentar os preços dos produtos, faremos aumentar igualmente, como conseqüência, os preços dos fatores da produção. Se, ao contrário, fizermos aumentar

estes, faremos, como consequência, aumentar aqueles. Sob essa forma, as duas operações parecem idênticas, porém não é assim, pois a pressão exercida sobre os preços dos produtos não se propaga até os preços dos fatores da produção de maneira igual à que a pressão exercida sobre esses preços se propaga àqueles. Em suma, de uma ou de outra maneira, chega-se um aumento geral dos preços; porém esse aumento não é o mesmo para os diferentes bens econômicos e essas variações diferem do primeiro ao segundo modo. São indivíduos diferentes que o usufruem ou sofrem, dependendo da maneira que se opera, seguindo o primeiro ou o segundo modo.

93. *Interpretações errôneas da concorrência dos empresários* – A concorrência dos empresários se manifesta pela tendência que têm a oferecer, a certo preço, mais mercadorias do que procuram os consumidores; ou, o que dá no mesmo, pela tendência que têm a oferecer certa quantidade a preço inferior àquele que pagam os consumidores.

É a observação desses fatos, mal interpretados, que fez nascer o erro de que existe um excedente permanente de produção. Se esse excedente existisse realmente, dever-se-ia constatar uma acumulação sempre crescente das mercadorias e, por exemplo, deveria ocorrer um aumento constante do *estoque* existente no mundo de carvão de pedra, de ferro, de cobre, de algodão, de seda etc. Não é o que se constata. Portanto, o pretendido excedente de produção somente pode existir no estado de tendência e não como um fato.

94. Tendo admitido esse excedente de produção, afirmou-se que seria vantajoso aos empresários aumentar o salário dos operários, porque assim, diz-se, aumentar-se-ia o “poder de compra” dos operários e, em consequência, o consumo.

95. Nessa proposição, há apenas uma coisa de verdadeiro. O empresário que, por exemplo, paga salários dobrados, juros dobrados dos capitais e que vende as mercadorias produzidas a preço dobrado, se encontra na mesma situação depois como antes. Mas nem esses salários dobrados, nem esses juros dobrados dos capitais farão aumentar o consumo total das mercadorias; terão unicamente como efeito repartir de forma diferente esse total: uma parte maior indo para certos fatores da produção e uma menor para aqueles que têm rendimentos fixos; e, além disso, a produção de certas mercadorias poderá aumentar, enquanto de outras mercadorias poderá diminuir.

96. Pretendeu-se, por outro lado, e mediante novo e grosseiro erro, deduzir esse pretenso excedente de produção à causa das crises econômicas.

97. *Concepções errôneas da produção* – Dizia-se, comumente, e diz-se ainda freqüentemente que existem três fatores da produção, a *natureza*, o trabalho, o capital, entendendo por este último a poupança ou ainda os capitais mobiliários. Essa proposição não tem sentido, ou quase nenhum. Não se compreende por que a *natureza* está separada do trabalho e do capital, como se trabalho e capital não fossem coisas naturais. Em resumo, afirma-se simplesmente que para produzir é preciso trabalho, capital e outra coisa, que se designa sob o nome de *natureza*. Isso não é falso, porém não nos serve de grande coisa para compreender o que é produção.

98. Outros dizem que os fatores da produção são a terra, o trabalho, o capital; outros atribuem tudo à terra e ao trabalho; outros, apenas ao trabalho. Daí resultam teorias completamente falsas, como a que afirma que o operário se coloca a serviço do capitalista apenas quando não há mais terra livre¹⁴⁸ para cultivar, ou como a que pretende medir o valor pelo trabalho “cristalizado”.¹⁴⁹

99. Todas essas teorias têm um vício comum, que é o de se esquecer que a produção não é outra coisa senão a transformação de certas coisas em outras, e de se fazer crer que os diferentes produtos podem ser obtidos graças a essas coisas abstratas e gerais que se chamam terra, trabalho, capital. Não é dessas coisas abstratas que temos necessidade para a produção, mas de certas espécies concretas especiais, freqüentemente muito especiais, segundo o produto que se queira obter. Para se obter vinho do Reno, por exemplo, é preciso não uma terra qualquer, mas uma terra situada nas margens do Reno; para se ter uma estátua, não se tem necessidade de um trabalho qualquer, mas sim do trabalho de um escultor; para se ter uma locomotiva, não é preciso um capital mobiliário qualquer, mas aquele que tem precisamente por forma uma locomotiva.

100. Antes que sua terra fosse descoberta pelos europeus, os australianos não conheciam nossos animais domésticos; possuíam *terra livre* à vontade; mas, qualquer que fosse o trabalho que a ela pudessem dispensar, é certo que não poderiam ter nem ovelha, nem boi, nem cavalo. Atualmente, imensos rebanhos de ovinos vivem na Austrália, mas não provêm nem da *terra livre* em geral, nem do trabalho, nem mesmo do capital em geral, mas de um capital muito especial, isto é, dos rebanhos que existiam na Europa. Se os indivíduos que sabem trabalhar a terra têm uma terra onde o trigo possa brotar, se eles possuem sementes de trigo e, além disso, capitais mobiliários, arados,

148 *Systèmes*. II, p. 285 *et seq.*

149 *Systèmes*. II, p. 342 *et seq.*

construções etc., e finalmente muita poupança para poder esperar a próxima colheita, poderão viver e produzir trigo. Nada impede dizer que esse trigo é produzido pela terra, pelo trabalho e pelo capital; mas se fala também do gênero em vez de falar de espécie. Toda terra, todo trabalho, todo capital existente sobre o globo não podem nos dar um só grão de trigo, se não possuímos esse capital muito especial que é a semente do trigo.

101. Essas considerações seriam suficientes para se ver o erro dessas teorias; mas, além disso, essas teorias são, em mais de um ponto, inconciliáveis com os fatos históricos e atuais. Elas são, simplesmente, um produto do sentimento que se insurge contra o “capitalista”, e permanecem estranhas à pesquisa das uniformidades de que somente a ciência se ocupa.

CAPÍTULO VII

A População

1. É o homem, enquanto produtor, o ponto de partida do fenômeno econômico, e este chega ao homem considerado como consumidor. Estamos, desse modo, diante de uma corrente que retorna a si mesma, à maneira de um círculo.

2. *Heterogeneidade social* – Como já notamos¹⁵⁰ (II, 102), a sociedade não é homogênea, e aqueles que não fecham os olhos voluntariamente devem reconhecer que os homens diferem bastante entre si do ponto de vista físico, moral e intelectual.

A essas desigualdades próprias do ser humano correspondem desigualdades econômicas e sociais que observamos em todos os povos, desde os tempos mais antigos até os tempos modernos e em todos os cantos do globo, de tal maneira que, estando esse caráter sempre presente, pode-se definir a sociedade humana como uma coletividade hierárquica.

Quanto a saber se é possível que a coletividade subsista e que a hierarquia desapareça, é o que não nos poremos a indagar, pois faltam-nos elementos para esse estudo. Limitar-nos-emos a considerar os fatos tais quais se apresentaram até o momento e tais como ainda os observamos.

3. *O tipo médio e a distribuição das diferenças* – A distribuição dos homens, do ponto de vista da qualidade, é apenas um caso particular de um fenômeno muito mais geral. Pode-se observar um grande número de coisas que têm certo tipo médio; as que pouco se diferenciam são numerosas: as que se diferenciam muito, são em número restrito. Se essas diferenças podem ser medidas, pode-se construir um gráfico do fenômeno. Contemos o número de coisas cujas diferenças do tipo médio

150 Sobre a população, ver BENINI, R. *Principii di Demografia*. Florença, 1901. Obra de pouco alcance, porém excelente sob todos os pontos de vista.

estão compreendidas entre 0 e 1; façamos aa' igual a 1 e a superfície $abba''$ igual a esse número. Da mesma maneira contamos as coisas cujas diferenças do tipo médio estão compreendidas entre 1 e 2; façamos $a'a''$ igual a 1 e a superfície $abba''$ igual a esse número. Continuemos do mesmo modo para todas as diferenças positivas, que vão de a para n , obteremos assim uma curva tbs .

4. Obtém-se uma curva análoga em muitos outros casos, entre os quais podemos notar o seguinte.

Suponhamos que temos uma urna que contém 20 bolas brancas e 30 bolas pretas. Retiram-se da urna 10 bolas, devolvendo, a cada vez, a bola retirada à urna; repete-se essa operação um grande número de vezes. O tipo médio será constituído por aquele no qual o grupo das 10 bolas tiradas da urna se compõe de 4 bolas brancas e 6 bolas pretas. Muitas extrações divergirão muito pouco desse tipo; um pequeno número dele se distanciará bastante. O fenômeno nos daria uma curva análoga à da Fig. 52.

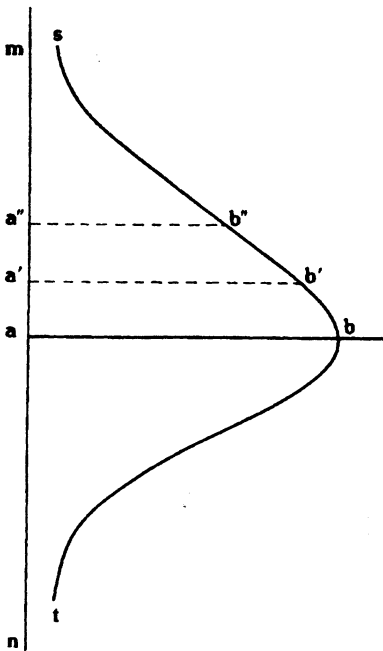


Figura 52

5. Partindo dessa observação, muitos autores concluem, sem mais, que os dois fenômenos são idênticos. Este é um erro grave. Da semelhança dessas duas curvas pode-se simplesmente concluir que os dois fenômenos têm caráter comum, ou seja, dependem de coisas que têm tendência a se concentrar em torno de um tipo médio. Para poder considerar esses dois fenômenos como iguais, é preciso levar mais longe a comparação das duas curvas, e ver se coincidem de fato.

6. Foi o que se fez com um caso particular. Se se mede um grande número de vezes uma quantidade, as medidas serão diferentes; e pode-se chamar de *erros* as quantidades pelas quais divergem da medida verdadeira. O número desses erros fornece uma curva que se chama *curva de erros*, cuja forma é análoga à da Fig. 52. A observação nos demonstra que essa curva é igual àquela que se obtém quando se tiram bolas de uma urna, procedendo como no § 4.¹⁵¹

7. Esse resultado não é tão simples e traz, no fundo, uma petição de princípio. Na realidade, não é exato que a curva dos erros tenha sempre a forma indicada. Nesse caso, diz-se que o desvio provém de “erros constantes”; eliminados estes, obtém-se novamente a curva em questão. Conclui-se daí que a curva dos erros tem certa forma determinada quando se eliminam todas as circunstâncias que a fariam apresentar outra forma. Essa proposição é muito evidente, mas não se fez outra coisa senão reproduzir na conclusão o que as premissas continham.

8. Não temos por que preocupar-nos em demasia com a teoria dos erros; observemos apenas que em certos casos não se pode, em razão da falta de dados, verificar se a curva do fenômeno geral é igual à curva das extrações da urna; ou então essa verificação dá um resultado negativo, e nesses dois casos não se pode considerar os fenômenos como iguais.

9. Acontece freqüentemente que os fenômenos naturais dão não uma corcova como na Fig. 52, porém duas, como na Fig. 53, ou ainda mais. Nesse caso, os autores supõem, comumente, que as duas corcovas da Fig. 53 resultam da superposição de duas curvas do gênero daquela da Fig. 52 e, sem mais, consideram o fenômeno dado pela Fig. 53 como igual à extração de duas urnas de composição constante.

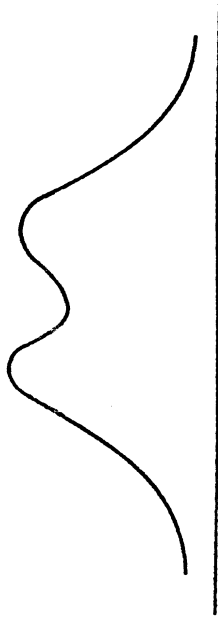
É andar depressa demais. É suficiente observar que, multiplicando convenientemente as curvas como as da Fig. 52 e superpondo-as,

151 Sobre esse mesmo problema, considerado de outro ponto de vista, cf. BERTRAND. *Calcul des Probabilités*. § 149,150.

pode-se obter uma curva qualquer, em consequência, o fato de que a curva pode resultar da superposição de certo número de curvas análogas à da Fig. 52, nada nos ensina sobre a natureza dessa curva.

10. O estado das leis dos salários nos fornece, em muitos casos, certo salário médio com divergências que se dispõem segundo uma curva análoga à da Fig. 52, e que por outro lado, não é simétrica em relação à linha *ab*. Mas, dessa única analogia não se pode concluir que essas diferenças sigam a lei chamada dos *erros*.

Figura 53



11. *Repartição dos rendimentos*.¹⁵² — Por analogia com fatos da mesma espécie, é provável que a curva dos rendimentos deva ter uma forma semelhante à da Fig. 54. Se fazemos *mp* igual a certo rendimento *x*, *mp* igual a 1, a superfície *mnqp* nos dá o número de indivíduos que têm rendimento compreendido entre *x* e *x + 1*.

Mas, para os rendimentos totais, a Estatística nos fornece informações apenas para a parte *cqp* da curva, e talvez, em número muito

152 *Cours*. Livro Terceiro. Cap I. Aos fatos expostos no *Cours* podemos acrescentar estes que estão relatados no *Giornale degli Economist*. Roma, janeiro de 1897.

pequeno de casos, para uma pequena porção bb' da outra parte; a parte ab' , ou melhor, ab continua hipotética.

12. A curva não é simétrica em relação a sb , a parte superior sc é muito alongada, a parte sa é muito esmagada.

Dessa simples constatação não se pode concluir que não exista simetria entre as qualidades dos indivíduos que se distanciam dos dois lados da média s . Com efeito, de dois indivíduos que se afastam igualmente da média das qualidades, o que possui aptidões excepcionais para ganhar dinheiro pode ter uma renda muito alta; o que possui qualidades negativas iguais não pode descer, sem desaparecer, abaixo da renda mínima que permita viver.

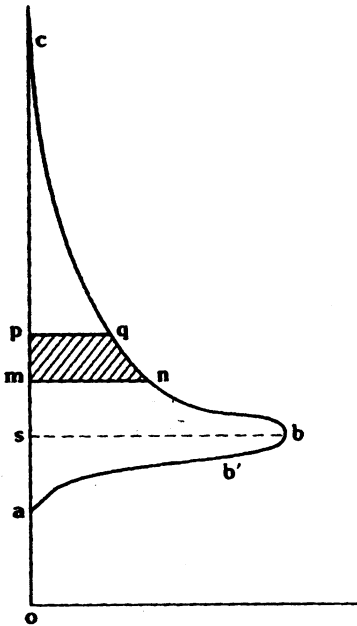


Figura 54

13. A curva $abnc$ não é a curva das qualidades dos homens, mas a curva dos outros fatos que estão em relação com essas qualidades.

14. Se consideramos a curva dos pontos obtidos pelos estudantes nos exames, obtemos uma curva análoga a ABC. Suponhamos agora que, por um motivo qualquer, os examinadores não dêem jamais menos de 5 pontos, porque apenas um ponto abaixo da média é suficiente

para recusar um candidato. Nesse caso, para esses mesmos estudantes, a curva mudará de forma e será sensivelmente análoga à curva abC .

Acontece algo semelhante com os rendimentos. Acima da média não existe limite de altura, existe um limite abaixo.

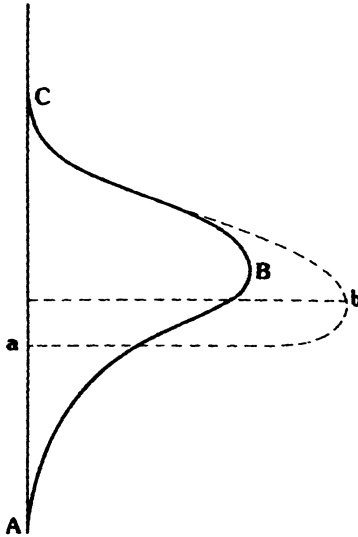


Figura 55

15. A forma da curva cqb , Fig. 54, que a Estatística fornece, não corresponde absolutamente à curva dos erros, isto é, à forma que teria a curva se a aquisição e a conservação da riqueza dependessem apenas do acaso.¹⁵³

16. Além disso, a Estatística nos ensina que a curva bcq , Fig. 54, pouco varia no espaço e no tempo: povos diferentes e em épocas diferentes apresentam curvas muito semelhantes. Existe, portanto, uma estabilidade notável na forma dessa curva.

17. Parece, ao contrário, que pode haver mais diversidade para a parte inferior e menos conhecida da curva. Existe certa renda mínima oa abaixo da qual os homens não podem descer sem perecer de miséria e de fome. A curva pode se confundir mais ou menos com a linha ak que indica esse rendimento mínimo (Fig. 56). Entre os povos da Antiguidade, onde a fome era constante, a curva tomava a forma (I); entre os povos modernos ela toma a forma (II).

¹⁵³ *Cours.* § 962.

18. A superfície *ahbc*, Fig. 56, nos fornece uma imagem da sociedade. A forma exterior varia um pouco, a parte interna está, ao contrário, em perpétuo movimento: enquanto certos indivíduos sobem às regiões superiores, outros descem. Aqueles que chegam a *ah* desaparecem; desse lado, certos elementos são eliminados. É estranho, porém certo, que esse mesmo fenômeno se reproduz nas regiões superiores. A experiência nos ensina que os aristocratas não duram; as razões do fenômeno são numerosas e delas conhecemos muito pouco; não existe, porém, nenhuma dúvida sobre a realidade do próprio fenômeno.

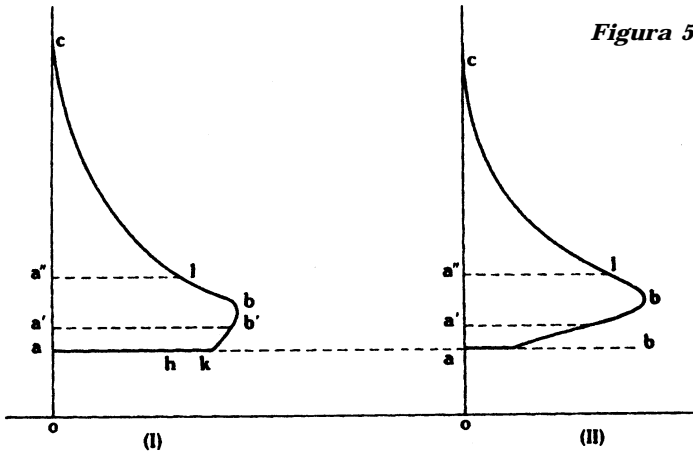


Figura 56

19. Temos primeiro uma região *ahkb'a'* na qual, sendo os rendimentos muito baixos, os indivíduos não conseguem sobreviver, sejam eles bons ou maus. Nessa região a seleção intervém muito pouco, porque a miséria avilta e destrói tanto os bons quanto os maus elementos. Em seguida, vem a região *a'b'bla''* na qual a seleção opera com seu máximo de intensidade. Os rendimentos não são abundantes para salvar todos os elementos, sejam eles aptos ou não para a luta vital, e eles não são suficientemente fracos para deprimir os melhores elementos. Nessa região a mortalidade infantil é considerável e é provável que essa mortalidade seja um poderoso meio de seleção.¹⁵⁴ É essa região o cadinho em que se elaboram as futuras aristocracias (no sentido etimológico: *αριστος* = melhor); é dessa região que vêm os elementos que se elevam à região superior *a''lc*. Uma vez chegados a esse ponto,

sua descendência decai; essa região $a''lc$ subsiste apenas graças às emigrações da região inferior. Como já dissemos, as razões desse fato são muitas e pouco conhecidas; entre as principais pode existir a não intervenção da seleção. Os rendimentos são tão grandes que permitem salvar até mesmo os fracos, os indivíduos mal constituídos, incapazes, viciados.

As linhas $a'b'$, $a''l$ servem apenas para fixar idéias, não têm nenhuma existência real; os limites das regiões não são rígidos, e passa-se por graus de uma região para outra.

20. Os elementos inferiores da região $a'b'la''$ caem na região $ahb'a'$ onde são eliminados. Se essa região viesse a desaparecer, e se nenhum outro meio pudesse desempenhar seu papel, os elementos inferiores maculariam a região $a'b'la''$, que se tornaria assim menos apta a produzir os elementos superiores, que vão à região $a''lc$, e a sociedade inteira cairia em decadência. Essa decadência seria ainda mais rápida se se pusessem sérios obstáculos à seleção que se faz na região $a'b'la''$. O futuro mostrará a nossos descendentes se tais não são os efeitos das medidas humanitárias de nossa época.

21. Não é apenas a acumulação dos elementos inferiores numa camada que prejudica a sociedade, mas também a acumulação, nas camadas inferiores, de elementos superiores que são impedidos de elevar-se. Quando, ao mesmo tempo, as camadas superiores estão cheias de elementos inferiores e as camadas inferiores cheias de elementos superiores, o equilíbrio social torna-se eminentemente instável, e uma revolução violenta está próxima. De certa maneira podemos comparar o corpo social ao corpo humano que perece rapidamente se for impedido de eliminar as toxinas.

22. O fenômeno é, por outro lado, muito complexo. Não basta levar em consideração os rendimentos: é preciso ainda considerar o uso que deles são feitos e a maneira como são obtidos. Nos povos modernos, os rendimentos da região $a'b'la''$ cresceram de uma maneira que teria sido seriamente possível pôr obstáculos à seleção; mas uma parte notável desses rendimentos agora é gasta em bebidas alcoólicas, ou esbanjadas de outra maneira, de tal modo que as condições que tornam a seleção possível continuam a subsistir. Além disso, o próprio alcoolismo é um poderoso agente de seleção e faz com que desapareçam os indivíduos e as raças que não conseguem resistir-lhe. Objeta-se, geralmente, que o alcoolismo não prejudica apenas o indivíduo, mas também à sua descendência. Essa objeção é muito forte do ponto de vista ético, mas nula do ponto de vista da seleção; ela se vira contra aqueles que a fazem. É evidente, com efeito, que um agente de seleção é tanto mais perfeito quanto mais estenda sua ação não somente sobre os indivíduos, mas também sobre seus descendentes. A tuberculose tam-

bém é um meio poderoso de seleção e, ao mesmo tempo que destrói um pequeno número de fortes, destrói um número muito grande de fracos.

23. Os dados de que dispomos para determinar a forma da curva *b/c* referem-se, principalmente, ao século XIX e aos povos civilizados; em conseqüência, as conclusões que se tiram não podem ser aplicadas além desses limites. Mas pode acontecer que, por indução mais ou menos provável, em outros tempos e outros povos, se obtivesse uma forma mais ou menos semelhante àquela que encontramos hoje.

Da mesma maneira, não podemos afirmar que essa forma não mudaria se a constituição social viesse a mudar de maneira radical, por exemplo, se o coletivismo substituísse a propriedade privada. Parece difícil que já não haja hierarquia, e a forma dessa hierarquia poderia ser semelhante à que nos é fornecida pelos rendimentos dos indivíduos, mas não corresponderia aos rendimentos em dinheiro.

24. Se nos ativermos aos limites indicados no § 23, veremos que, no transcurso do século XIX, a curva *b/c* mudou ligeiramente de forma em certos casos. Temos ainda o mesmo gênero de curvas, mas com outras constantes: e essa mudança se faz em certo sentido.

Para indicar esse sentido, servimo-nos, no *Cours*, do termo que era de seu uso vulgar, “diminuição da desigualdade dos rendimentos”. Esse termo, porém, provocou equívoco,¹⁵⁵ da mesma maneira que o termo *utilidade*, que tivemos de substituir pelo termo *ofelividade*. Seria preciso fazer o mesmo com o termo “desigualdade dos rendimentos” e substituí-lo por um neologismo, do qual se daria a definição precisa. Infelizmente, a Economia Política não está ainda bastante avançada para que se possam empregar à vontade termos novos, como se fazia, sem dificuldades, em Química, Física etc. Empregaremos, portanto, uma terminologia ainda bastante imperfeita e designaremos por “diminuição da desigualdade da proporção dos rendimentos” um certo fenômeno que iremos definir.

Seja uma coletividade A formada por um indivíduo que possua 10 000 francos de renda e por nove indivíduos cada um com 1 000 francos de renda; seja outra coletividade B formada por nove indivíduos possuindo cada um 10 000 francos de renda e por um indivíduo com apenas 1 000 francos de renda. Chamemos, por ora, “ricos” os indivíduos que têm 10 000 francos de renda, e “pobres” os indivíduos que têm 1 000 francos de renda. A coletividade A compreende um rico e nove pobres e a coletividade B compreende nove ricos e um pobre.

A linguagem vulgar exprime a diferença entre A e B dizendo que a desigualdade das rendas é maior em A, onde existe apenas um rico em

155 Ver BRESCIANI, C. *Giornale degli Economisti*. Janeiro de 1907.

dez indivíduos, do que em B, onde, ao contrário, existem nove ricos em dez indivíduos. Para evitar qualquer equívoco, diremos que, passando de A para B existe diminuição da proporção da desigualdade dos rendimentos.

“Em geral, quando o número de pessoas com um rendimento inferior a x diminui¹⁵⁶ em relação ao número de pessoas com um rendimento superior a x , diremos que a desigualdade da *proporção* dos rendimentos diminui.”¹⁵⁷

Posto isto, pode-se dizer que o sentido no qual a curva da repartição dos rendimentos mudou ligeiramente durante o século XIX, em certos países, é o de uma diminuição da proporção¹⁵⁸ da desigualdade dos rendimentos.

25. O fato que foi rigorosamente posto à luz pelo estudo matemático da curva dos rendimentos havia sido constatado anteriormente, empiricamente e por indução, por Paul Leroy-Beaulieu, que elaborou a respeito uma obra célebre. Pretendeu-se tirar daí uma lei geral, segundo a qual a desigualdade dos rendimentos deveria continuar a diminuir. Essa conclusão ultrapassa, de longe, o que se pode tirar das premissas. As leis empíricas, como esta, têm muito pouco valor, ou até mesmo nenhum, fora dos limites dentro dos quais foram reconhecidas como verdadeiras.

26. Constatam-se variações maiores em certos países, como, por exemplo, na Inglaterra, e sempre no transcurso do século XIX, no que diz respeito à parte inferior *ahb* da curva. Ela se confunde muito menos sobre a linha *hk* dos rendimentos indispensáveis para viver.

156 No *Cours*, § 964, lê-se: aumenta. Trata-se de um erro de impressão, que apuramos imediatamente após a publicação do *Cours*.

157 Essa definição é exatamente a mesma dada por nós no *Cours*, § 964; salvo que agora acrescentamos as palavras: da proporção.

Depois dessa definição, lê-se no *Cours*: “Mas o leitor é devidamente bem advertido de que por esses termos pretendemos indicar simplesmente isso e nada mais.” E, em nota, indicamos que se N_x , é o número de indivíduos que tem um rendimento de x e acima, e N_h , é o número de indivíduos que tem um rendimento de h e acima, e que se escreve

$$u_x = \frac{N_x}{N_h}$$

“Segundo a definição que demos, a desigualdade dos rendimentos irá diminuindo à medida que u_x crescer.”

Tudo isso deveria de fato ter sido suficiente para dissipar todo equívoco.

158 A anexação desse termo à denominação do fato, da mesma forma que a substituição do termo *ofelividade* ao termo *utilidade*, não impedirá novos equívocos, se nos obstinamos a querer conhecer o sentido dos termos por sua etimologia, em vez de ater-nos às definições rigorosas e, principalmente, às definições matemáticas que lhes são dadas. Sobre esse assunto ver: “A Economia e a Sociologia do Ponto de Vista Científico”. In: *Rivista di Scienza*. 1907, nº 2.

27. Se substituimos a forma da Fig. 54 por outra na qual a parte muito achatada é substituída por uma linha quase reta, temos uma curva clb que coincide com a que a Estatística nos fornece; e a parte inferior bka , para a qual não possuímos dados, será substituída pela reta sb que corresponde a um rendimento *os* mínimo, que substitui os rendimentos mínimos reais que se situam entre *os* e *oa*.

28. Posto isso, se se admitir que, como aconteceu com certos povos no século XIX, o gênero da curva bkc não muda e que somente mudam as constantes, chegamos à seguinte proposição:

1) *Um aumento do rendimento mínimo; 2) uma diminuição da desigualdade da proporção dos rendimentos (§ 24), não podem se produzir, separada ou conjuntamente, se o total dos rendimentos não aumenta mais rapidamente que a população.*

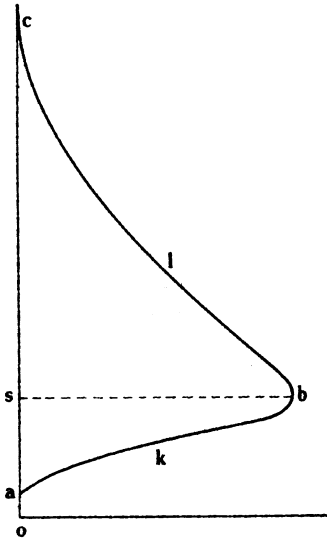


Figura 57

29. O inverso dessa proporção é verdadeiro, salvo uma exceção teórica que dificilmente se verifica na prática,¹⁵⁹ e podemos admitir a seguinte proposição:

Todas as vezes em que o total dos rendimentos aumenta mais ra-

159 *Cours. II, p. 323,324.*

pidamente que a população, isto é, quando a média dos rendimentos aumenta para cada indivíduo, podem-se constatar, separada ou conjuntamente, os efeitos seguintes: 1) um aumento do rendimento mínimo; 2) uma diminuição da desigualdade da proporção dos rendimentos (§ 24).

É preciso usar as Matemáticas para a demonstração desses dois teoremas; remetemos, portanto, ao nosso *Cours*.

30. Considerando a tendência que a população tem de arranjar-se de certa forma no que diz respeito aos rendimentos, resulta daí que toda modificação introduzida em certas partes da curva repercute sobre as demais partes; e finalmente a sociedade retoma a forma habitual, da mesma maneira que a solução de um determinado sal sempre dá cristais semelhantes, sejam eles grandes ou pequenos.

31. Se, por exemplo, se tirasse o rendimento dos cidadãos mais ricos, suprimindo assim a parte *edc* da figura dos rendimentos, esta não conservaria a forma *abcd* mas, cedo ou tarde, ela se restabeleceria seguindo uma forma *ats*, semelhante à primeira. Da mesma maneira, se uma penúria ou qualquer outro acontecimento do mesmo gênero suprimisse a parte inferior *akbf* da população, a figura não conservaria a forma *fb'dc*, mas se restabeleceria segundo uma forma, *ats*, semelhante à primeira.

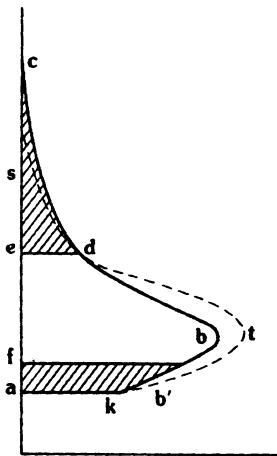


Figura 58

32. *Relações entre as condições econômicas e a população* – É evidente que o homem, como todos os seres vivos, se multiplica mais ou menos segundo as condições de vida sejam mais ou menos favoráveis.

As populações agrícolas serão mais densas onde o solo é mais fértil, e menos densas onde o solo é menos fecundo. O próprio subsolo, dependendo de que seja mais ou menos rico, permitirá o desenvolvimento de maior ou menor quantidade de homens. As relações são menos simples no que concerne às indústrias e ao comércio, cujas relações com as condições telúricas e geográficas são muito mais complexas. Aliás, a própria população reage sobre as condições que lhe permitem viver. Em consequência, a densidade da população é o efeito de certas condições econômicas e é a causa de certas outras.

33. Os países em que a densidade da população é mais forte estão longe de ser os países mais ricos. A Sicília, por exemplo, como salienta M. Lefebvre, tem uma densidade de 113 habitantes por quilômetro quadrado, e a França tem apenas 72. Evidentemente a Sicília não é mais rica que a França. Da mesma maneira, o vale do Ganges tem uma densidade duas vezes maior que a da França.

34. Se a densidade, porém, não está em relação direta com a riqueza do país; ela está, no mesmo país, em relação com as variações dessa riqueza. Temos aqui um exemplo de um fenômeno muito geral. As razões desse fato são as seguintes. O número total dos indivíduos que vivem num território dado está em relação com muitos outros fatos A, B, C... que em parte são diferentes para um outro território; por exemplo A'B'C'... Suponhamos que A indique a riqueza; ela varia de um por território para outro, mas os fatos B,C... também variam; por exemplo, os costumes, a facilidade maior nos países quentes de prover as necessidades etc. Pode haver compensação entre os efeitos de um desses fatos e os de outro, e o efeito total difere daquilo que seria se um desses fatos tivesse mudado.

35. Quando se consideram as variações da riqueza A num mesmo país, consideram-se dois estados de coisas, a saber, A, B, C... e A'BC..., nos quais a variação mais importante, senão a única, é a de A; o efeito total, que podemos observar, coincide, portanto, mais ou menos, com o efeito da única variação de A.

36. Isso não é tudo. Se se consideram unicamente as variações da riqueza, pode acontecer, e acontece de fato, que o valor absoluto da riqueza e o valor das variações da riqueza atuem em sentido oposto sobre a população.

37. Por exemplo, em certos países, a parte mais rica da população tem uma natalidade inferior à da parte mais pobre¹⁶⁰ (§ 53); isso não

160 *Systèmes*. II, p. 139.

significa que um aumento da riqueza tenha por primeiro efeito o aumento do número de casamentos e de nascimentos.

38. No século XIX, nos países civilizados, constata-se um aumento considerável da riqueza, em média, por habitante. Ao mesmo tempo, a *nupcialidade* (número de casamentos por 1 000 habitantes), a *natalidade* (número de nascimentos por 1 000 habitantes), a *mortalidade* (número de mortes por 1 000 habitantes) baixaram. A população total aumentou, mas a proporção de seu aumento anual tem tendência a decrescer.

39. Esses fatos têm relações recíprocas. O aumento da riqueza favoreceu o aumento da população, contribuiu, mui provavelmente, para limitar a nupcialidade e a natalidade; teve, certamente, como efeito a redução da mortalidade ao permitir notáveis e custosas medidas higiênicas; e, habituando os homens a uma vida cômoda, com muita probabilidade tende a diminuir a proporção do aumento da população.

40. A diminuição da nupcialidade contribui diretamente para a diminuição da natalidade e, em conseqüência, para a diminuição da mortalidade total, que é consideravelmente influenciada pela mortalidade infantil. Cauderlier até considera que as variações da natalidade são, unicamente, conseqüências das variações da nupcialidade. A diminuição da nupcialidade, direta ou indiretamente, por meio da diminuição dos nascimentos, ajudou a fazer crescer a riqueza média por habitante.

41. A diminuição da natalidade é, em grande parte, uma causa da diminuição da mortalidade, e atuou, como já o demonstramos, sobre a riqueza; ela é, enfim uma causa direta da diminuição da proporção do aumento anual da população.

42. A diminuição da mortalidade atua em sentido contrário e, no que diz respeito ao número da população, compensou, em parte, a diminuição da natalidade. A mortalidade infantil diminuiu, incontestavelmente; a diminuição da mortalidade dos adultos é menos importante e menos certa.

43. A população parece permanecer quase estacionária na França; aumenta muito na Inglaterra e na Alemanha; mas mesmo nesses países a proporção do crescimento tende a diminuir. No século XIX a população da Inglaterra aumentou segundo uma proporção geométrica cuja razão é tal que a população dobra a cada 54 anos.¹⁶¹ Como a riqueza média por habitante aumentou, e até muito, isso

161 *Cours.* § 211.

significa que, na Inglaterra, os aumentos da riqueza foram maiores que os da progressão geométrica acima.¹⁶²

44. A melhoria e a deteriorização das condições econômicas de um país estão em relação com os fenômenos da população. Para disso se inteirar é preciso estabelecer um critério do estado das condições econômicas. Para os povos agrícolas de nossas regiões, podemos utilizar o preço de trigo; para os povos industriais e comerciantes, precisamos considerar outros fatos. Segundo Marshall, a nupcialidade na Inglaterra, na primeira metade do século XIX depende principalmente da produção agrícola; na segunda metade do século XIX depende, ao contrário, principalmente do movimento comercial. Essa mudança resulta do fato de que a Inglaterra tornou-se um país principalmente industrial, em vez de ser principalmente agrícola, como o era no começo do século XIX.

45. Atualmente, na Inglaterra, a nupcialidade encontra-se em relação com o montante do comércio exterior e com o total das quantias compensadas no Clearing-House; estes são simplesmente índices de movimento industrial e comercial.

46. Existem certos fenômenos gerais conhecidos sob o nome de crises econômicas (IX, 73). Os anos prósperos são seguidos de anos de depressão econômica, aos quais se sucedem outros anos prósperos, e assim por diante. Pode-se saber, aproximadamente, quando existe um máximo ou um mínimo de prosperidade, mas não se pode fixar o momento preciso do máximo e do mínimo; é preciso, portanto, que façamos comparações apenas de maneira aproximativa.

47. Se não levássemos em conta as considerações precedentes, poderíamos tirar das estatísticas tudo o que quiséssemos. Por exemplo, se quisermos demonstrar que a nupcialidade diminui na Inglaterra, compararemos a taxa de nupcialidade 17,6 do ano de 1873, que é o ano em que termina um período de prosperidade, com a taxa de nupcialidade 14,2 do ano de 1886, ano de depressão econômica. Se, ao contrário, quisermos demonstrar que a nupcialidade aumenta, compararemos a taxa de nupcialidade 14,2 do ano de 1886 com a taxa de nupcialidade 16,5 no de 1899. É preciso, evidentemente, abster-nos de raciocínios semelhantes.

48. A teoria matemática das coincidências ou da correlação nos ensina a determinar se dois fatos observados certo número de vezes juntos são unidos pelo acaso ou se se produzem ao mesmo tempo porque

há uma relação entre eles. Aliás, dificilmente poderemos utilizar essa teoria em nossa matéria. Não estamos diante de fatos que devem coincidir de maneira instantânea, mas, ao contrário, de fatos que atuam reciprocamente com certa latitude, e o número das coincidências tornam verdadeiramente uma expressão desprovida de sentido. A prosperidade econômica diminui ou aumenta gradualmente, e os sinais que dela temos representam-nos esse fenômeno apenas com uma aproximação grosseira: além disso, a diminuição ou o aumento dessa prosperidade não atua de imediato sobre os casamentos: ela atua mais lentamente ainda sobre os nascimentos e as mortes. Se representamos graficamente as curvas dos fenômenos que queremos comparar, podemos ver se suas oscilações têm alguma relação entre si. Esse método, embora, muito imperfeito, é talvez ainda o melhor do qual possamos nos servir na prática, neste momento.

49. O aumento da prosperidade econômica tem como primeiro efeito imediato aumentar a nupcialidade e a natalidade, e fazer diminuir a mortalidade. O primeiro fenômeno é notável e se manifesta claramente; o segundo é menos pronunciado, e pode ser, segundo a teoria de Cauderlier, pelo menos em grande parte, uma simples consequência do primeiro: o terceiro é um tanto duvidoso para os povos civilizados e ricos; para os povos miseráveis, não temos dados estatísticos precisos; mas, se levarmos em conta as penúrias que eram frequentes antigamente, dificilmente podemos negá-lo.

50. Um aumento rápido da riqueza de um país é favorável, de certa maneira, às seleções, pois ela oferece aos indivíduos ocasiões fáceis de enriquecer e de se elevar aos patamares superiores da sociedade. Obtém-se efeito semelhante, sem crescimento da riqueza, quando as condições econômicas da sociedade mudam rapidamente.

51. Falamos até aqui apenas das variações da riqueza. Devemos igualmente considerar não mais as variações, mas o estado dessa riqueza, e comparar duas condições sociais que diferem, pois numa delas a quantidade média de riqueza por habitante é maior do que na outra.

52. Vimos, no § 29, que essa diferença corresponde a uma outra diferença na repartição dos rendimentos, e a uma diferença dos rendimentos mínimos; mas a quantidade média de riqueza por habitante está em relação com outros fatos muito importantes.

53. Povos muito ricos têm uma natalidade muito fraca, de onde se pode concluir que o valor absoluto da riqueza atua de maneira diretamente contrária às variações dessa mesma riqueza. Fica, contudo, uma dúvida. Poderia acontecer que entre a riqueza absoluta e a na-

talidade não houvesse uma relação de causa e efeito e que esses dois fenômenos fossem conseqüência de outros fatos, isto é, que houvesse certas causas que fizessem ao mesmo tempo aumentar a riqueza e diminuir a natalidade.

54. As condições econômicas não atuam apenas sobre o número dos casamentos, dos nascimentos, dos óbitos, sobre o número da população, mas também sobre todos os caracteres da população, seus costumes, suas leis, sua constituição política. Certos fatos somente são possíveis se existe um crescimento notável da riqueza. Nos povos que mal têm com que alimentar os adultos, matam-se facilmente as crianças, destroem-se sistematicamente os velhos;¹⁶³ em nossos dias, nos povos ricos, instituem-se pensões para os velhos e inválidos. Nos povos muito pobres a mulher é tratada com menos respeito do que os animais domésticos, nos povos civilizados, entre a muito rica população dos Estados Unidos, ela tornou-se um objeto de luxo que consome sem produzir.¹⁶⁴ É preciso, evidentemente, para que tal fato seja possível, que a riqueza do país seja muito grande. Essa condição da mulher atua em seguida, sobre os costumes.

O *feminismo* é uma doença que só pode atingir um povo rico, ou a parte rica de um povo pobre. Com o aumento da riqueza na Roma Antiga, aumentou a depravação da vida das mulheres. Se certas mulheres modernas não possuíssem o dinheiro necessário para fazer passar sua ociosidade e sua concupiscência, os ginecologistas estariam menos ocupados. A piedade estúpida pelos malfetores, que se generalizou em certos povos modernos, só pode subsistir nos povos ricos, aos quais certa destruição de riqueza não causa grande prejuízo. Por outro lado, o aumento da riqueza, geralmente acompanhado de maior

163 *Cours*. § 247.

164 Em sentido favorável ao *feminismo* americano, ver BENTZON, Th. *As Americanas em Casa*, em sentido contrário, uma pesquisa de Cleveland Moffet, Nova York, reproduzida no *Mercure de France*, 1904. "Nosso país, dizem certos americanos, é aquele no qual as mulheres recebem o máximo do homem e lhe dão o mínimo. Eles não são nada mais para elas do que máquinas de ganhar dinheiro. A mulher quase não sabe o que faz o seu marido, mas somente o que ele ganha."

É preciso não se esquecer de que os literatos sempre exageram, tanto num sentido quanto no outro.

Em artigo publicado no número de fevereiro de *Everybody's Magazine*, G. B. Baker escreve: "The American society woman is a creature of luxury and leisure. Her sole duty in life is to be amused and to be decorative. She has had time to acquire the accomplishment of society and the delicacies of refinement. Vastly superior in appearance to her mother, she is even superior to her father and brothers".

Antes, a situação era muito diferente, quando a riqueza, na América, era muito inferior ao nível que atingiu hoje. Por exemplo, Mistres Trollope, que viajava nesse país de 1827 a 1831, escreve: "Com exceção dos bailes (...) as mulheres são excluídas de todos os prazeres dos homens. Estes têm reuniões numerosas e freqüentes mas aquelas nunca são aí admitidas. Se tal não fosse o costume constante, seria impossível que não se chegasse a inventar algum meio de poupar às damas ricas e suas filhas a pena de cumprir mil desprezíveis cuidados domésticos que quase todas elas cumprem em suas casas".

densidade da população e de melhores meios de comunicação, faz desaparecer o banditismo nos campos; a profissão de bandido torna-se impossível. Este não é um efeito do progresso da moral, porque nas grandes cidades se constata um resultado precisamente contrário: as agressões tornam-se mais freqüentes.

Com o aumento da riqueza, as leis contra os devedores podem tornar-se muito menos duras. Sabe-se, igualmente, que os sentimentos socialistas aumentam após um longo período de paz e do aumento de riqueza. Num povo muito pobre, os raros capitais são muito preciosos, o trabalho humano muito abundante e de baixo preço; em conseqüência, o poder político pertence aos capitalistas, mui freqüentemente aos proprietários de bens de raiz. À medida que a riqueza do país aumenta, a importância dos capitais diminui, a do trabalho aumenta; e os operários adquirem pouco a pouco o poder e os privilégios que antes pertenciam aos capitalistas. Constata-se, ao mesmo tempo, uma mudança dos costumes, da moral, dos sentimentos, da literatura, da arte. Nos povos pobres, os literatos adulam os ricos; nos povos ricos, adulam os pobres.

Os escritores antigos não ignoravam as mudanças profundas que o aumento da riqueza trazia à organização social, mas, comumente, por necessidade das declamações éticas, qualificavam de "corrupção" essas mudanças. Às vezes, no entanto, os fatos são mais bem descritos. O autor da *República dos Atenienses*, comumente atribuída a Xenofonte, viu bem a relação que existe entre o aumento da riqueza e as atenções maiores que se têm para com as classes inferiores da população. Ele demonstra como, pelo efeito do desenvolvimento de seu comércio, os atenienses tinham sido levados a tornar melhor a condição dos escravos e dos metecos. Platão, para dar estabilidade à organização de sua República, toma grandes precauções para impedir os cidadãos de tornarem-se demasiado ricos.

Não é por acaso que a organização democrática se desenvolveu nas ricas cidades de Atenas e de Roma. Mais tarde, na Idade Média, não é também por acaso que se assiste ao renascimento da democracia nos lugares em que aparecia novamente a riqueza, como em Provença, nas repúblicas italianas e nas cidades livres da Alemanha; da mesma forma, o acaso não intervém no desaparecimento da democracia nesses países quando a riqueza diminui. A heresia dos albigenses parece um fato puramente religioso, quando, no fundo, foi em grande parte um movimento democrático que foi destruído pelos cruzados vindos dos países do Norte, onde a organização social era diferente, porque lá a riqueza por habitante era muito menor.

A grande peste, que por volta da metade do século XIV devastou a Europa, matando numerosos habitantes, aumentou, durante certo tempo, a média de riqueza *per capita*; as classes inferiores tiveram sua condição melhorada e, em seguida, em certas regiões se produziram

movimentos democráticos, como o foi, por exemplo, na Inglaterra, a revolta de Wat Tyler. Esta foi reprimida, mas como a repressão havia durado pouco, houve pouca riqueza destruída; permanecendo as causas, os efeitos continuaram a se fazer sentir e, como o assinala Thorold Rogers,

“embora os camponeses rebeldes tivessem sido derrotados e dispersados, e seus chefes, condenados ou enforcados, no fundo restou-lhes a vitória”.

Villani observa¹⁶⁵ que, após a grande mortalidade que se seguiu à peste em Florença,

“sendo pouco numerosos, e enriquecidos pelos bens que lhes vieram por sucessão de bens imobiliários, os homens esqueceram os fatos que passaram como se não tivessem acontecido, e se entregaram à vida mais desavergonhada e desordenada. O povo miúdo, homens e mulheres, em razão da abundância que havia de todas as coisas, não mais queria trabalhar nas profissões costumeiras e exigia o alimento mais caro e mais delicado...”

O mesmo sucedeu na Inglaterra. Em Florença, onde já antes da peste a riqueza era grande e as instituições democráticas também, não se tentou fazer oposição às pretensões dos operários; na Inglaterra, onde por efeito de maior pobreza, essas instituições não existiam, procurou-se, por meio do célebre *Estatuto dos Trabalhadores*, obrigar os trabalhadores a se contentar com os salários que eles tinham antes da grande mortalidade trazida pela peste, mas essa tentativa fracassou.

Os estudos recentes mais bem elaborados mostraram como, na França e na Alemanha, os anos que precederam o nascimento do protestantismo foram anos de grande prosperidade econômica. Essa prosperidade favoreceu a extensão da reforma religiosa e do movimento democrático que, na origem, o acompanhava. Mas as guerras prolongadas que se seguiram, tendo destruído grande quantidade de riqueza, fizeram desaparecer as condições que tinham dado nascimento ao movimento democrático e este acaba por desaparecer completamente ou quase por completo¹⁶⁶ para renascer mais tarde na Inglaterra, na França e no resto da Europa, com o novo crescimento da riqueza. E, se agora ele é mais intenso na França que em outros lugares, não é o acaso que faz coincidir essa circunstância com o crescimento da riqueza nesse país, enquanto o número de habitantes permanece quase constante, e a riqueza média por habitante aumenta.

165 Cronica di Matteo Villani. I, 4.

166 Os Médici, em Florença, se desembaraçaram de seus adversários mediante o imposto progressivo e, ao mesmo tempo, enfraqueceram a democracia, suprimindo as condições sobre as quais ela se apoiava.

55. É preciso não esquecer que os fenômenos que vimos seguir uma marcha paralela ao aumento da riqueza atuam, por sua vez, para modificar o próprio fenômeno do aumento da riqueza e que, em consequência, estabelece-se entre eles certo equilíbrio.

Pode igualmente acontecer que essa continuidade de ações e de reações favoreça o movimento rítmico que é próprio dos fenômenos sociais. O aumento da riqueza média por habitante favorece a democracia; esta, porém, pelo menos tanto quanto se pôde observar até aqui, acarreta grandes destruições de riqueza e chega mesmo a esgotar suas fontes. Disso resulta que ela se torna seu próprio coveiro, destruindo aquilo que a havia feito nascer (§ 83).

A história formiga de exemplos que se poderiam invocar para apoiar essa constatação e, se hoje parece não ser mais assim, é porque o período de tempo durante o qual o trabalho de destruição da riqueza aconteceu não é muito considerável e também porque os maravilhosos aperfeiçoamentos técnicos da produção em nossa época permitiram produzir uma quantidade de riqueza maior do que a que foi destruída; todavia, se a destruição de riqueza continuasse e se novos aperfeiçoamentos não se realizassem, de maneira que a produção ultrapassasse essa destruição, ou pelo menos lhe fosse igual, o fenômeno social poderia mudar inteiramente.

Do ponto de vista objetivo, os fenômenos que acabamos de estudar estão simplesmente em relação de mútua dependência, mas, do ponto de vista subjetivo, são traduzidos comumente como se estivessem em relação de causa e efeito; e, mesmo quando objetivamente possa haver algo que se aproxime dessa relação, é curioso observar que muitas vezes a tradução subjetiva inverte os termos. É assim que parece muito provável, quase certo, que os sentimentos humanitários, as medidas legislativas em favor dos pobres e as outras melhorias na condição destes, não contribuem, ou pouco contribuem, para o aumento da riqueza, e freqüentemente fazem-na diminuir. A relação de mútua dependência entre esses fenômenos se aproxima, portanto, de uma relação na qual o aumento da riqueza é a *causa*, e na qual o desenvolvimento dos sentimentos humanitários e a melhoria da condição dos pobres são os *efeitos*. A tradução subjetiva, pelo contrário, considera como causa os sentimentos humanitários e imagina que são eles a causa da melhoria da condição dos pobres, isto é, do aumento da porção de riqueza que eles consomem.

Existem pessoas boas que imaginam que, se o operário come hoje carne todos os dias enquanto há um século somente a comia nos dias de festa, isso decorre do desenvolvimento dos sentimentos éticos e humanitários; outros dizem que é porque se acaba por reconhecer as "grandes verdades" do socialismo; mas não chegam a compreender que o aumento da riqueza é uma condição absoluta-

mente indispensável para que os consumos populares, isto é, do maior número de homens, possam aumentar.¹⁶⁷

O mais das vezes, para obter a melhoria das condições econômicas do povo, os humanitários fazem simplesmente o papel da mosca de coche.¹⁶⁸

56. De tudo o que precede resulta que a média de riqueza por habitante é, pelo menos em parte, um índice certo das condições econômicas, sociais, morais, políticas de um povo. É claro que outros fatos podem intervir e que essa correspondência pode ser apenas aproximativa. Além disso, é preciso levar em consideração o fato de que os povos imitam, mais ou menos, uns aos outros. Em consequência, certas instituições que, nos povos ricos, estão em relação direta com sua riqueza, podem ser copiadas por outro povo em que não teriam nascido espontaneamente.

57. *A produção dos capitais pessoais* – Como todos os capitais, o homem tem certo custo de produção. Esse custo, porém, depende da maneira de viver, do *standard of life*.

58. Se admitimos que o custo de produção do homem é dado por aquilo que é estritamente necessário para fazê-lo viver e se instruir, e que para os capitais pessoais existe também igualdade entre o custo de produção e o preço do capital obtido, considerando como juros o preço do trabalho (V, 88), concluímos que a condição dos homens jamais pode ser melhorada de maneira alguma; toda melhoria obtida em favor dos trabalhadores teria simplesmente por efeito o custo de produção. Aí está o núcleo da *lei de bronze* de Lassalle¹⁶⁹ e dele vieram muitos erros de outros economistas.

59. As duas premissas desse raciocínio não foram confirmadas pelos fatos. Já falamos da primeira. Quanto à segunda, pode-se invocar a seu favor o fato que o primeiro efeito da melhoria das condições econômicas é o de aumentar o número de casamentos e, em consequência, o de nascimentos; ela tem, porém, contra si este outro fato,

167 Reprovaram-me por não haver salientado, ao mesmo tempo que a sucessão das *elites*, a melhoria das condições das classes pobres. Não o fiz porque não me parece, considerando os fatos que conheço, que esse segundo fenômeno seja consequência do primeiro; ele é consequência do aumento da riqueza, pelo menos em grande parte. Um navio desce o rio, arrastado pela correnteza, e é comandado tanto por esta quanto por aquela: os dois fenômenos são concomitantes, não estão em relação de causa e efeito.

Fica bem claro que não se vê assim senão a parte principal do fenômeno. As classes pobres podem, acessoriamente, tirar alguma vantagem da luta das *elites*.

168 Imagem alusiva à fábula de La Fontaine, para designar a pessoa que demonstra zelo excessivo, mas inútil. (N. do Ed.)

169 *Systèmes*. II, p. 235.

que o aumento permanente da riqueza encontra-se ligado a uma diminuição do número de nascimentos, e esse segundo efeito supera em muito o primeiro.

60. O aumento da riqueza não segue uma marcha uniforme; há períodos de aumentos rápidos, outros de estagnação e até mesmo de decréscimo. O aumento do número de casamentos quando a maré sobe é, pelo menos em parte, compensado pela diminuição desse número quando a maré baixa; permanece a redução estável que é ligada a um aumento permanente da riqueza.

61. O custo de produção do homem adulto depende evidentemente da mortalidade infantil; mas, contrariamente ao que se poderia acreditar, a diminuição da mortalidade na primeira infância não produz uma diminuição correspondente desse custo.¹⁷⁰ Isso decorre do fato de que muitos daqueles que foram salvos na primeira infância morrem pouco depois, antes de se tornarem adultos.

62. *Obstáculos à força geradora* – O crescimento da população resulta da oposição que existe entre a força geradora e os obstáculos que ela pode encontrar. Duas hipóteses são possíveis: pode-se supor que esses obstáculos não existem e que, em conseqüência, o número de nascimentos é sempre máximo; o número de óbitos, mínimo; o aumento da população, máximo. Ou então, pode-se supor que a força geradora encontra obstáculos que diminuem o número de nascimentos, aumentam o número de óbitos e limitam (desprezando, por ora, a emigração) o aumento da população.

63. A primeira hipótese é manifestamente contrária aos fatos. É suficiente constatar as oscilações que conhecemos das estatísticas, no número dos casamentos e dos nascimentos; é impossível admitir que elas correspondam precisamente às variações do instinto da reprodução. Além disso, constatam-se oscilações mais importantes em todos os povos. As penúrias, as epidemias, as guerras diminuíram consideravelmente o número de certas populações que, após anos, retornaram a seu estado primitivo.

64. Resta-nos, portanto, apenas a segunda hipótese e podemos demonstrar, de maneira rigorosa, que ela corresponde aos fatos. Os autores que aceitam implicitamente essa hipótese lhe dão, comumente, outra forma; especificam os obstáculos e declaram que os meios subsistenciais limitam a população. Isso dá lugar à discussão sobre a ma-

170 *Cours.* § 255.

neira de aumentar a quantidade desses meios, seja diminuindo o desperdício que deles se faz, seja aumentando-os com medidas consideradas úteis para esse fim. Assim, desvia-se a discussão. É preciso abreviar essas considerações e, em vez de um limite elástico, como o é esse dos meios subsistenciais, considerar um limite fixo, como o é o do espaço.

65. Na Noruega, a diferença entre os nascimentos e os óbitos, de 1805 a 1880, nos dá um aumento anual de população de 13,48%; para a Inglaterra, de 1861 a 1880, temos 13,4‰; para o Império alemão, 12,3‰. Suponhamos que a população desses três Estados, que era de 72 728 000 em 1880, continue a crescer segundo a mais fraca das três proporções acima, isto é, de 12,3‰ ao ano. Em 1 200 anos, teremos um número de seres humanos igual a 1 707 seguido de onze zeros. Sendo a superfície do globo terrestre de 131 quilômetros quadrados, teríamos, portanto, um habitante por metro quadrado, o que é absurdo. É, portanto, absolutamente impossível que a população dos três Estados considerados possa continuar a crescer, no futuro, na mesma proporção que no período de 1861 a 1880.

66. Com relação ao passado podemos observar que, se a população do globo tivesse sido simplesmente de 50 milhões no começo da era cristã e se tivesse crescido na proporção constatada na Noruega, teríamos tido, em 1891, um número de seres humanos igual a 489 seguido de dezesseis zeros. Suponhamos que em 1806 a população da Inglaterra tenha sido de cerca de 2 milhões de habitantes; se ela tivesse aumentado na proporção observada atualmente, ela deveria ser, em 1806, de 84 bilhões. Se a população da Inglaterra continuasse a crescer segundo a lei observada de 1801 a 1891, em cerca de seis séculos e meio haveria, na Inglaterra, um habitante por metro quadrado.

Tudo isso é absurdo. É certo, no entanto, que a população não pôde no passado e não poderá no futuro aumentar na proporção atual; assim, portanto, fica demonstrado que houve e haverá obstáculos a esse momento.

67. Buscando a demonstração de nossa proposição, encontramos, incidentalmente, uma outra. Vimos que o século XIX foi excepcional do ponto de vista do aumento da Noruega, da Inglaterra, da Alemanha (IX, 37) e que não poderia, nem no passado nem no futuro, haver aumentos semelhantes durante um longo espaço de tempo nesses países.

68. *Os meios de subsistência e a população* – A falta de meios de subsistência pode portanto, evidentemente, ser um obstáculo ao aumento da população; ela atua de forma diferente nas diferentes camadas sociais, Fig. 54 (§ 11). Na parte inferior, quando a camada dos

rendimentos quase se confunde com a linha do rendimento mínimo, a falta de meios de subsistência atua principalmente aumentando a mortalidade. Esse fenômeno foi posto em evidência por muitos fatos recolhidos por Malthus em seu livro. Na parte superior, o efeito da falta de meios de subsistência é indireto. Vimos que a forma da curva da distribuição dos rendimentos pouco varia; em consequência, se se suprime uma das camadas inferiores na Fig. 54, todas as camadas superiores descem e a superfície total da figura torna-se menor. Compreende-se facilmente que se os operários desaparecessem, os patrões das oficinas, em que trabalhavam esses operários, e aqueles que, nas profissões chamadas liberais, tiravam seus ganhos desses patrões, cairiam na miséria. Na parte média das camadas sociais, a falta de meios de subsistência se faz sentir diretamente pelas camadas inferiores, atua sempre levando à diminuição do número de casamentos, retardando a idade em que se casam, acarretando uma diminuição dos nascimentos. O camponês que possui apenas uma propriedade não pode ter um número grande de filhos, para não dividir essa propriedade em número muito grande de partes. O burguês a quem faltam as fontes comuns de ganho, limita as despesas da família e o número de seus filhos. Nos países em que uma parte importante do patrimônio reverte ao mais velho, os irmãos menores freqüentemente não se casam. Constatam-se esses mesmos efeitos nas camadas mais elevadas da sociedade; nesse caso, porém, acrescenta-se o fenômeno muito poderoso da decadência das *elites*, que faz com que todas as raças eleitas desapareçam mais ou menos rapidamente.

69. Sismondi, digno precursor de nossos *humanitários*, acredita poder provar o absurdo da teoria segundo a qual os meios de subsistência limitam a população, tomando o exemplo de uma família, a dos Montmorency, que estava a ponto de desaparecer em sua época quando, tendo sempre vivido na abundância, deveria, segundo a teoria de Sismondi, encher a terra de habitantes. Com essa maneira de raciocinar, aquele que quisesse provar que a tartaruga é um animal muito rápido poderia citar o exemplo do cavalo de corrida.

70. É útil observar o quanto essa expressão: “meios de subsistência” é pouco precisa. Ela certamente compreende, além dos alimentos, diferentes segundo as raças e os países, também os meios de se preservar das intempéries, isto é, as roupas e a moradia, e além disso, nos países frios, o combustível para o aquecimento. E todos esses elementos variam segundo as circunstâncias. Não são certamente os mesmos, por exemplo, para o europeu e para o chinês, nem para o inglês e o espanhol.

71. *Natureza dos obstáculos* – Seguindo o exemplo de Malthus,

podemos dividir os obstáculos em PREVENTIVOS, que atuam antes do nascimento e até o momento deste, e em REPRESSIVOS, que atuam após o nascimento.

72. Os obstáculos preventivos podem atuar de duas maneiras: (α) diminuindo o número das uniões; (β) diminuindo o número de nascimentos, seja qual for o número de uniões. O obstáculo (α) pode atuar sobre a fecundidade legítima, o obstáculo (β) sobre a fecundidade ilegítima. Uma parte da população pode viver no celibato; mas essa diminuição de número de uniões (α) pode ser compensada por um aumento do número de nascimentos por uniões contratadas (β).

73. (α) 1) A Estatística nos demonstra que em alguns povos civilizados modernos o número dos casamentos diminui, sem que por isso a fecundidade ilegítima aumente. 2) O celibato, quando é realmente observado, diminui o número das uniões. Os haréns muito numerosos dos grandes senhores do Oriente e a poliandria no Tibete têm efeitos semelhantes.

74. (β) 1) O costume de contrair matrimônio em idade avançada diminui o número de nascimentos. Esse obstáculo atua sobre alguns povos civilizados. Malthus aconselhava recorrer exclusivamente a esse meio; ele pretendia que homens e mulheres retardassem a idade do casamento, permanecendo rigorosamente castos antes do casamento; é a isso que chamavam *restrição moral*. 2) Os casamentos podem ser numerosos e precoces e os cônjuges empregarem métodos diretos para diminuir o número de nascimentos. É o que se chama de *malthusianismo*, termo impróprio porque Malthus jamais se mostrou favorável a essas práticas. 3) Certamente para muitos povos antigos e para os povos bárbaros ou selvagens, mesmo modernos, provavelmente para os habitantes de algumas grandes cidades modernas, o aborto deve ser considerado como um importante obstáculo preventivo aos nascimentos. 4) A incontidência, a prostituição talvez devam ser colocadas no número dos obstáculos preventivos. 5) Certas pessoas presumem, isso porém não é seguro, que uma grande atividade intelectual é contrária à reprodução. Poderíamos enumerar um grande número de outras causas de diminuição do número de nascimentos, porém esse é um assunto que ultrapassa de longe o objetivo de nosso estudo atual.

75. Os obstáculos repressivos podem vir: (α) do aumento do número de óbitos que provêm diretamente da falta de alimentos (miséria, escassez), ou indiretamente das doenças causadas pela miséria, ou que são consequência da falta de medidas higiênicas que, não só por ignorância, mas também por seu elevado custo, não podem ser postas em prática; essa causa atua de forma contínua, e de forma descontínua

pelas epidemias; (β) do aumento das mortes violentas, como os infanticídios, os homicídios, as mortes causadas pelas guerras; (γ) da emigração.

76. Os obstáculos ao aumento da população não diminuem necessariamente a desproporção entre a população e a riqueza porque eles podem igualmente diminuir a riqueza. Por exemplo, a guerra pode aumentar essa desproporção, destruindo proporcionalmente mais riqueza do que homens; a emigração pode empobrecer um país mais em homens do que em riqueza.

77. O efeito indireto dos obstáculos pode ser diferente do efeito direto (§ 80).

É preciso observar que uma população A e uma população B podem ter o mesmo crescimento anual, resultando, para A, de um grande número de nascimentos e de um grande número de óbitos; e, para B, de um pequeno número de nascimentos e de um pequeno número de óbitos. O primeiro tipo é o dos povos bárbaros e também, em parte, dos povos civilizados de um século atrás; na Europa contemporânea, a Rússia, a Hungria, a Espanha aproximam-se desse tipo. O segundo tipo é aquele dos povos mais ricos e mais civilizados; na Europa contemporânea, a França, a Suíça, a Bélgica dele se aproximam.

78. Ainda que o aumento seja o mesmo para A e para B, a composição de sua população é diferente. Em A existem muitas crianças e menos adultos, sendo o contrário para B.

79. O equilíbrio entre o número de nascimentos e dos óbitos, de onde resulta o aumento da população, depende de um número infinito de causas econômicas e sociais; mas uma vez estabelecido, se uma variação se produz num sentido, imediatamente produz-se uma variação em sentido contrário, que leva ao equilíbrio primitivo. A bem dizer, essa observação é uma tautologia,¹⁷¹ pois é esse mesmo fato que é a característica e a definição do equilíbrio (III, 22); é preciso, portanto, modificar a forma da observação e dizer que a experiência nos mostra que, na realidade, há equilíbrio, o qual, aliás, pode se modificar lentamente.

171 Certos autores viram nesses fatos a indicação de uma lei misteriosa, à qual deram o nome de "lei de compensação". Descobriram sua pretensa lei em todos os casos em que existe equilíbrio.

LEVASSEUR. *La Population Française*. II, p. 11. "Quando um fenômeno demográfico se afasta bruscamente da média produz-se, comumente, uma reação também brusca; no ano seguinte, às vezes até mesmo vários anos em seguida, esse fenômeno ainda permanece afastado de sua média e apenas retoma seu nível após várias oscilações, obedecendo assim a uma *lei de compensação*."

É um fato bastante conhecido que, após uma guerra ou uma epidemia, os casamentos são mais freqüentes, e a população que a guerra ou a epidemia dizimaram retoma rápido seu nível primitivo. Da mesma maneira um aumento da emigração pode não acarretar nenhuma diminuição da população e ter ação apenas como estimulante aos casamentos e aos nascimentos. Inversamente, um aumento do número de casamentos e de nascimentos pode ser rapidamente compensado por um aumento do número de óbitos e da emigração.

80. Certas práticas destinadas a diminuir a população, e que podem atuar de maneira permanente sobre os costumes e, em consequência, mudar o próprio equilíbrio, têm efeito completamente diferente. É assim que se afirma que a emigração, provocando um canal para o excesso de população, aumenta a imprevidência na geração; e, em consequência, a emigração pode ser facilmente, em certos casos, uma causa não de diminuição mas de aumento de população. Observações semelhantes foram feitas a respeito do aborto, do abandono das crianças, do infanticídio. Por outro lado, faltam provas para que se possa fornecer uma demonstração rigorosa.

81. *Visão objetiva dos fenômenos relativos ao aumento da população* – A questão do aumento da população e de seus obstáculos é uma daquelas de que os homens não podem se ocupar sem serem levados pela paixão; a causa está em que não há preocupação alguma em dedicar-se a pesquisas científicas, mas em defender uma teoria preconcebida; e sentem por aqueles que os contradizem a cólera que os crentes sentem contra os infieis.

Temos aqui um bom exemplo da maneira como as causas econômicas se combinam com outras causas para determinar as opiniões dos homens. A proporção que há entre o número de homens e a riqueza é um fator muito poderoso dos fatos sociais; e são esses os fatos que, pela ação que exercem sobre os homens que vivem nessa sociedade, determinam as opiniões. É, portanto, por essa via indireta, e quase sempre sem o conhecimento daquele que sofre essa ação, que atua o fato da proporção entre a riqueza e o número dos homens (§ 54).

82. As classes ricas e as oligarquias políticas têm interesse em que a população aumente tanto quanto possível, porque a mão-de-obra abundante facilita sua compra e porque um número maior de dominados aumenta o poder da classe que domina politicamente. Se não houvesse intervenção de outras causas, o fenômeno seria então muito simples: de um lado, as classes ricas e politicamente dominantes enalteceriam o aumento da população; de outro lado, as classes pobres seriam favoráveis à sua restrição. Tal poderia ser a teoria; porém, de fato, é o contrário que poderia suceder, e os ricos poderiam limitar o número

de seus filhos a fim de lhes conservar um patrimônio intato, enquanto os pobres poderiam ter muitos filhos para disso tirar proveito ou simplesmente por imprevidência. Constatase na França um fenômeno desse gênero e não é por acaso que os *nacionalistas* e os conservadores são calorosos partidários das medidas próprias a aumentar o número da população (§ 86). Os radicais-socialistas são menos prudentes e seu Governo se mostra disposto a fazer aprovar medidas legislativas que tendem a favorecer o aumento da população (§ 86). É verdade que, comumente, essas medidas são desprovidas de toda eficácia; porém, se o fossem, destruiriam a base do poder dos radicais-socialistas.

83. O fenômeno, por outro lado, é muito mais complexo do que parece no primeiro momento. Para não sair do terreno de ação do princípio econômico, sabe-se que esse princípio pode ter efeitos diferentes em decorrência da ignorância dos indivíduos e de suas necessidades momentâneas.

As revoluções acontecem mais facilmente quando as classes pobres sofrem a miséria, ou quando usufruem o bem-estar?

84. Se esse problema for resolvido no sentido da primeira hipótese, poderá ocorrer que em determinado momento as classes ricas e as classes dominantes puguem a limitação da população no temor de ver aumentar o poder de seus adversários, e os chefes populares puguem, ao contrário, o aumento sem limite da população, justamente para aumentar o número de suas tropas. É o que se produziu por volta do fim do século XVIII e no começo do XIX, e esta é a base sobre a qual repousa a discussão entre Goldwin e Malthus.

85. Se o problema for resolvido no sentido da segunda hipótese, a qual, se bem que de início paradoxal, está mais de acordo com os fatos, como o demonstra um estudo cuidadoso (§ 54), os efeitos do princípio econômico serão inteiramente diferentes. As classes dominantes compreendem-no às vezes, mas acontece também que elas não se dão conta disso e parecem nada saber da razão dos fatos. Embora que Tocqueville tenha claramente demonstrado, num caso especial, qual era a verdadeira solução do problema, vemos ainda hoje muitos membros da classe dominante agir de maneira a causar prejuízo no futuro à sua própria classe. Como o cego que anda tateando, eles parecem não ter nenhuma noção do caminho que seria preciso seguir e acabam por ir ao encontro de sua própria ruína. Razões éticas e também razões de decadência fisiológica contribuem, por outro lado, para esse resultado. Os chefes das classes populares, numa palavra, os membros da nova *elite* que se apressam a desapossar os da antiga elite, compreenderam, às vezes, que o excesso de miséria levava simplesmente a tumultos facilmente reprimidos pela classe dominante; e que, ao

contrário, o aumento do bem-estar preparava melhor as revoluções. Eis por que alguns deles são partidários da limitação da população, enquanto outros não se preocupam com esse problema, ou ainda tomam, com indolência, as medidas que aumentariam a população (§ 82). Todavia os chefes, que estariam mais dispostos a limitá-la, encontram um sério obstáculo no fato de que devem dar satisfações aos sentimentos de seus partidários (§ 87). O homem do povo se preocupa especialmente com suas necessidades presentes e quer comer, beber e satisfazer suas necessidades sexuais; e os chefes são levados a prometer-lhes que, assim que o "capitalismo" for destruído e surgir a idade de ouro, todas essas necessidades, todos esses desejos poderão ser satisfeitos sem nenhuma moderação.

86. Não existem apenas motivos econômicos; existem motivos éticos, religiosos, metafísicos, ascéticos etc. Os conservadores religiosos se mostram indignados com a idéia, independentemente de qualquer motivo econômico, de que se pretenda agir fraudando o preceito divino: crescei e multiplicai-vos. Tudo o que se relaciona às relações sexuais foi coberto, nos tempos modernos, de um véu pudico, freqüentemente hipócrita. A idéia de que o homem possa ter a audácia de calcular as conseqüências de suas satisfações sexuais e, prevendo-as, regulá-las, parece a alguns uma idéia de tal maneira monstruosa que lhe é difícil dela falar friamente. São esses motivos, e outros que seria muito longo enumerar, que levam muitos membros das classes elevadas da sociedade a se oporem energicamente a tudo que possa aparentar tendência a limitar o número da população. Às vezes esses motivos se juntam aos motivos econômicos dos quais acabamos de falar, às vezes, porém, eles são de tal maneira poderosos que podem determinar por si só as opiniões dos homens. Essas doutrinas derivam unicamente dos sentimentos e em vez de tirar dos fatos as suas teorias, os autores pretendem submetê-los às teorias. Antes de estudá-lo, conhecem já a solução do problema da população, e, se recorreram à observação, não é para pesquisar a solução do problema levantado, para nela encontrar argumentos que justifiquem suas opiniões preconcebidas.

87. No povo, outras causas têm efeitos semelhantes e já os indicamos no § 85. A promessa de uma extrema abundância de bens econômicos, graças a uma nova organização social, parece insuficiente a alguns, que a ela querem ainda acrescentar a liberdade ilimitada das paixões; outros chegam até mesmo a pretender que o homem poderá dar livre curso a seu instinto sexual, porque já não terá de temer nenhuma conseqüência inconveniente; e Fourier, mais lógico do que os outros, dá, da mesma maneira, satisfação a todos os instintos humanos. Encobrem-se, às vezes, com forma pseudocientífica essas fantasias e se pretende que é possível ceder seu temor ao instinto sexual

porque este irá diminuindo com o aumento da atividade intelectual. Observem que o fato permanece o mesmo se nasce um pequeno número de crianças, seja porque o instinto sexual é poderoso, mas os homens não se deixam dominar por ele, seja porque o instinto sexual é fraco, mas os homens não lhe põem nenhum freio. Toda essa discussão não tem, portanto, outro objetivo senão o de saber se, dentro de alguns séculos, certos atos serão voluntários ou não.

88. Os fatos que acabamos de examinar são fatos psíquicos, fatos de opinião, de doutrina; é preciso acrescentar imediatamente que essas crenças e essas opiniões não tiveram nenhuma ação, ou tiveram uma ação muito fraca, sobre o aumento efetivo da população; parece mais que esse aumento é que atuou sobre os fatos psíquicos que acabamos de indicar, do que o inverso. Na primeira metade do século XIX, os sábios e os estadistas preconizavam, na França, a utilidade da limitação da população, o *malthusianismo*, e a população aumentava; agora se prega a necessidade de aumentar a população, e a população permanece estacionária.

89. *Malthus e suas teorias*¹⁷² – O hábito que se tem ainda hoje no estudo da Economia Política não nos permite estudar o problema da população sem falar de Malthus; embora não aproveemos esse hábito, não podemos chocá-lo demasiado, pois ele ainda subsiste. Por outro lado, podemos tirar algum proveito desse gênero de estudo, e as teorias de Malthus nos fornecerão um exemplo dos erros nos quais inevitavelmente se cai quando se confunde a teoria com a prática, a pesquisa científica com a pregação moral.

90. A obra de Malthus é confusa: freqüentemente é difícil saber, de maneira precisa, as questões que o autor coloca. Em suma, poderemos distinguir quatro partes nessa obra.

91. 1) Uma parte científica, isto é, uma pesquisa de uniformidades de fenômenos. Malthus tem o grande mérito de se haver proposto e de haver tentado demonstrar que a força geradora por si própria teria levado a um aumento da população maior do que o que se constata na realidade; de onde resulta que essa força é contida por certos obstáculos. Malthus, porém, acrescentou ao estudo dessa teoria geral, detalhes menos certos. Ele pretendeu estabelecer que a população tendia a crescer segundo uma progressão geométrica e os meios de subsistência segundo uma progressão aritmética; considerava, além disso, que essa

172 Como adversário do *malthusianismo* ver a obra de MARTELLO, TULLIO. *L'Economia Política Antimalthusiana e il Socialismo*. Veneza, 1894; é um estudo cheio de observações penetrantes e de pensamentos profundos.

progressão geométrica era tal que a população poderia dobrar dentro de cerca de 25 anos.

Um número incrível de controvérsias e de discussões ociosas aconteceu a respeito dessas duas célebres progressões.

Em certos casos as idéias de Malthus foram tão mal compreendidas por seus difamadores que até pode-se indagar se eles agiam de boa-fé.

92. Se compararmos essa teoria de Malthus com os fatos, veremos que, num caso particular, o da Inglaterra do século XIX, a população aumentou segundo uma progressão geométrica, dobrando a cada 54 anos aproximadamente; contudo a riqueza aumentou segundo uma progressão ainda mais forte, e nesse caso a progressão aritmética não corresponde de maneira alguma à realidade (*Cours*, § 211, 212).

93. Da mesma maneira, Malthus não se atém apenas à observação dos fatos quando afirma que os obstáculos pertencem necessariamente a uma das três classes seguintes: a *restrição moral*, o vício e as miseráveis condições de vida (*miserery*). Essa classificação tem unicamente por objeto obrigar os homens a recorrerem à *restrição moral*.

94. 2) Uma parte descritiva e histórica, na qual o autor se propõe a demonstrar a existência e os efeitos dos dois últimos gêneros de obstáculos. Diz ele que o primeiro “atua francamente sobre os homens no estado atual da sociedade”, embora a abstenção do casamento, quando o consideramos independentemente de suas conseqüências morais, atua poderosamente nos povos modernos, no sentido de reduzir o número de nascimentos.

95. 3) Uma parte da obra é polêmica. O autor quer demonstrar que o estado econômico e social, bom ou mau, dos homens depende quase exclusivamente da restrição maior ou menor que eles fazem ao número de nascimentos; e que pouco ou nada depende da ação do Governo e da organização social. Essa parte é claramente falsa.

96. 4) Uma parte que tem em vista pregar certas regras de conduta. O autor descobriu a panacéia universal, isto é, restrição moral, ou, para nos exprimirmos com a terminologia corrente, ele resolveu a “questão social”; ele sobe à cátedra e revela a nova fé. Podemos menosprezar essa parte. Um sermão a mais, acrescido a todos os que já foram feitos para demonstrar o que existe de útil, de belo e de nobre na castidade, não acrescenta verdadeiramente nada aos nossos conhecimentos.

97. *A sociedade humana em geral* – Como já indicamos (II, 102)

a sociedade nos aparece como uma massa heterogênea, hierarquicamente organizada.¹⁷³ Essa hierarquia sempre existe, com exceção naturalmente, das populações selvagens que vivem em estado de dispersão como animais. Resulta desse fato que a sociedade é sempre governada por um pequeno número de homens, por uma *elite*, mesmo quando ela parece ter uma constituição absolutamente democrática; é o que se reconheceu desde os tempos mais remotos. Na democracia ateniense havia os demagogos, isto é, os “condutores do povo”,¹⁷⁴ e Aristófanes, em seus *Cavaleiros*, mostra-os tornando-se mestres do povo desprovido de bom senso. Em nossos dias, as democracias francesa, inglesa, dos Estados Unidos etc. são, de fato, governadas por um pequeno número de políticos. Da mesma maneira, as monarquias absolutas, salvo casos muito raros, nos quais o monarca é um gênio de primeira ordem, são também elas governadas por uma elite que é muitas vezes uma burocracia.¹⁷⁵

98. Poderíamos conceber uma sociedade na qual a hierarquia fosse estável, porém essa sociedade nada teria de real. Em todas as sociedades humanas, mesmo nas sociedades organizadas em castas, a hierarquia termina por se modificar. A diferença principal entre as sociedades consiste nisto: essa mudança pode ser mais ou menos lenta, mais ou menos rápida.

99. O fato, tão freqüentemente lembrado, de que as aristocracias desaparecem, resulta de toda a história de nossas sociedades. É um fato também conhecido desde os tempos mais remotos¹⁷⁶ e foi confirmado cientificamente pelas pesquisas de Jacoby, Ammon.¹⁷⁷ A história das sociedades humanas é, em grande parte, a história da sucessão das aristocracias.

173 Benini publicou excelente estudo sobre essas *hierarquias sociais*.

174 LETRAS GREGAS [*povo*] e de LETRAS GREGAS [*conduzir, levar*].

175 *Cavaleiros*. 62: LETRAS GREGAS, “quando ele o vê nesse estado de estupidez”. Ver também o escoliasta. Aliás, toda a comédia exagera nesse ponto.

176 DANTE. *Purgatório*. VII, 121, 122:

Rade volte risurge per li rami
L'umana probitate...

Paraíso. XVI, 76-78:

Udir come le schiate sidisfanno
Non ti parrà nuova cosa nè forte,
Poscia che le cittadi termine hanno.*

* *Purgatório*. VII, 121-122: “Raras vezes a probidade é transmitida em gerações”.

Paraíso. XVI, 76-78: “Se ouves, pois, dizer que decaem as famílias, não te cause isso maior surpresa do que verificar como decaíram as cidades”.

Tradução de H. Donato. DANTE. *A Divina Comédia*. Abril Cultural, S. Paulo, 1979. (N. do T.)

177 JACOBY, Paul. *Études sur la Sélection dans le Rapports avec l'Hérédité chez l'Homme*. Paris, 1881; AMMON, Otto. *Die Gesellschaftsordnung und ihre natürlichen Grundlagen*; LAPOUGE, Vacher de. *Les Sélections Sociales*.

100. Enfim, existe um fato importante que, como já explicamos, está em relação com um grande número de fatos sociais, chegando mesmo a determiná-los parcialmente. Esse fato é a proporção de riqueza, ou melhor, de capitais por habitante. A civilização é tanto mais desenvolvida quanto maior essa proporção. É preciso, portanto, que nos lembremos que somos obrigados a avaliar a riqueza em numerário e que a unidade de numerário nada tem de fixo, de onde resulta que a riqueza por habitante não nos é conhecida senão de maneira mais ou menos aproximada.

Um grande número de pessoas acredita que as novas formas sociais são determinadas muito mais pelas variações na distribuição da riqueza do que pelas variações da quantia média de riqueza por habitante. Esta é uma opinião absolutamente inexata; observamos que as mudanças na repartição têm pouca importância (§ 16), enquanto as variações na quantidade média podem ser muito importantes (§ 92).

101. Acabamos de mencionar quatro espécies de fatos, isto é: a hierarquia – a sucessão das aristocracias – a seleção – a proporção média de riqueza ou de capitais por habitante. Esses fatos são, de longe, os mais importantes para determinar o caráter da sociedade, isto é, dos outros fatos sociais. Na realidade, porém, não se trata de uma relação de causa e efeito. Os primeiros fatos atuam sobre os segundos, mas estes, por sua vez, reagem sobre aqueles, e, em definitivo, estamos diante de uma relação de mútua dependência.

102. *Condições quantitativas para a utilidade da sociedade e dos indivíduos* – Não nos parece, no momento, que tenha sentido examinar a conveniência de pôr um limite no crescimento da proporção média dos capitais, porém pode chegar o dia em que esse problema poderá se apresentar.

103. Para a hierarquia – a sucessão das aristocracias – a seleção, o problema do máximo de utilidade é principalmente quantitativo. As sociedades humanas não podem subsistir sem uma hierarquia; porém, seria um grave erro concluir daí que elas serão tanto mais prósperas quanto mais rígida for essa hierarquia. Da mesma maneira, a mudança das aristocracias é útil; todavia certa estabilidade não é de desprezar. É preciso que a seleção se mantenha dentro de limites tais que seus efeitos para a utilidade da espécie não sejam adquiridos mediante sofrimentos sucessivos dos indivíduos.

Essas considerações levantam problemas numerosos e muito graves, dos quais não podemos nos ocupar aqui. Basta-se indicar que existem, o que muita gente ainda ignora, coloca em dúvida ou se recusa a admitir.

104. *Estabilidade e seleção* – Poderíamos imaginar uma sociedade humana na qual cada indivíduo desenvolvesse a cada dia sua própria atividade independentemente do passado; a faculdade de mudança ou mutabilidade seria então muito grande. De maneira absoluta, essa situação é impossível, porque é impossível impedir que um indivíduo não dependa, pelo menos em parte, de sua própria atividade passada e das circunstâncias nas quais ele viveu, pelo menos pela experiência que ele pôde adquirir. Os povos selvagens mais miseráveis aproximam-se desse estado porque, apesar disso, sempre possuem algum abrigo, alguma arma, enfim, algum capital.

105. No outro extremo, podemos imaginar uma sociedade em que se determinou a cada um seu papel, do nascimento à morte, sem que ele possa escapar disso; a estabilidade seria muito grande, a sociedade seria cristalizada. Esse caso extremo já não existe na realidade; as sociedades organizadas em castas dele se aproximam mais ou menos.

106. As sociedades que existiram, e que existem, nos apresentam casos intermediários de toda espécie. Nas sociedades modernas, os elementos da estabilidade são dados pela propriedade privada e pela hereditariedade; os elementos da mutabilidade e da seleção provêm da faculdade dada a todos de subir o quanto for possível na hierarquia social. Nada, a bem dizer, indica que esse estado seja perfeito, nem que deva durar indefinidamente. Se se pudesse, de maneira eficaz, suprimir alguma espécie de propriedade privada, por exemplo, a dos capitais e, em parte ou na totalidade, a hereditariedade, enfraquecer-se-ia bastante o elemento de estabilidade, e reforçar-se-ia o elemento de mutabilidade e de seleção. Não se pode decidir *a priori* se isso seria útil ou nocivo à sociedade.

107. Partindo dessa premissa, que no passado foi útil para diminuir a força de um desses dois elementos e aumentar a do outro, conclui-se que será igualmente útil proceder assim no futuro; esses raciocínios, porém, não têm nenhum valor porque em todos os problemas quantitativos desse gênero existe um máximo. Raciocinar assim é como se, partindo do fato de que a germinação de uma semente é favorecida quando a temperatura passa de 6º a 20º, concluíssemos que ela será ainda muito mais favorecida se a temperatura subir até atingir 100º, por exemplo.

108. Os raciocínios que, partindo dessa premissa de que no passado se observou a diminuição de um desses dois elementos e o aumento do outro, concluem que é o que ainda se observará no futuro, já não têm valor. Os movimentos das sociedades não se fazem constantemente no mesmo sentido, eles são, em geral, oscilatórios.¹⁷⁸

178 *Cours*. II, § 258; *Systèmes*. I, p. 344.

109. As vantagens da mutabilidade que é uma causa de seleção e os inconvenientes da estabilidade dependem, em grande parte, do fato de que as aristocracias não duram. Além disso, em decorrência do misoneísmo próprio do homem e de sua repugnância em dedicar-se a uma atividade muito grande, é bom que os melhores sejam estimulados pela concorrência daqueles que são menos capazes do que eles, de maneira que mesmo a simples possibilidade da mudança é útil. Por outro lado, a mudança levada ao extremo é muito penosa ao homem, desencoraja-o e reduz sua atividade ao mínimo. Aquele cuja situação é pior do que a de outro naturalmente deseja mudar; mas, após tê-lo conseguido, deseja ainda mais conservar o que adquiriu e tornar sua situação estável. As sociedades humanas apresentam uma tendência bastante forte a dar certa rigidez a toda nova organização, a se cristalizar em toda nova forma. De maneira que com muita frequência acontece que se passa de uma forma a outra, não a partir de um movimento contínuo, mas por saltos: uma forma se quebra e é substituída por outra; esta, por sua vez, quebrar-se-á e assim por diante. É o que se observa em todas as formas da atividade humana, por exemplo na língua, no Direito etc. Nenhuma língua viva é imutável e, por outro lado, uma língua composta exclusivamente de neologismos não poderia ser compreendida; é preciso ater-se a um meio-termo. A introdução dos neologismos não é uniformemente contínua, ela se produz em intervalos, mediante a autoridade de escritores renomados ou de alguma autoridade literária, tal como a Academia Francesa ou a Academia *della Crusca* na Itália. Podem-se observar fenômenos análogos em matéria de legislação; e não é apenas nos países em que ela é codificada que as mudanças acabam em novo sistema rígido, mas até mesmo naqueles em que a legislação deveria ser muito mais maleável.¹⁷⁹

110. Em Economia social, a mutabilidade pode apresentar formas variadas e estas podem ser parcialmente substituídas por outras. A mutabilidade poderia atuar em sentido contrário à seleção; mas aqui consideraremos apenas aquela que a favorece. As revoluções violentas têm frequentemente esse resultado. Quando nas camadas inferiores se acumularam elementos ativos, enérgicos, inteligentes, e, quando, ao contrário, às camadas superiores corresponde uma proporção muito

179 MAINE, H. Summer. *Ancient Law*. Londres, 1861. Cap. III. Ele compra os sistemas de equidade em Roma e na Inglaterra: "Em Roma, como na Inglaterra, a jurisprudência conduziu, como sempre acontece, a um estado de direito semelhante àquele que constituía o antigo direito consuetudinário no momento em que a equidade havia começado a modificá-lo. Chega sempre uma época em que os princípios morais que se adotam trazem todas as conseqüências legítimas; e então o sistema que se assenta sobre eles torna-se tão rígido, tão pouco suscetível de desenvolvimento e tão forçado a permanecer por trás do progresso dos costumes quanto o código mais severo das regras legais".

forte de elementos degenerados (§ 20, 21), uma revolução estoura e substitui uma *aristocracia* por outra. A nova forma social toma, em seguida, uma forma rígida, e ela própria será quebrada por uma revolução semelhante.

Essas revoluções violentas podem ser substituídas por infiltrações que fazem subir os elementos eleitos, os mais aptos, e descer os elementos decadentes. Esse movimento existe quase sempre, mas pode ser mais ou menos intenso; e é essa diversidade de intensidade que permite a acumulação, ou a não-acumulação, de elementos inferiores nas camadas superiores, de elementos superiores nas camadas inferiores.

111. Para que o movimento seja suficiente para impedir a acumulação, não basta que a lei o permita, que não ponha nenhum tipo de obstáculo (as castas, por exemplo), mas é preciso ainda que as circunstâncias sejam tais que o movimento possa se tornar real. Entre os povos belicosos, por exemplo, não basta que a lei e os costumes permitam ao simples soldado tornar-se general, é preciso que a guerra lhe forneça a ocasião. Entre os povos comerciantes e industriais não basta que a lei e os costumes permitam ao cidadão mais pobre se enriquecer e chegar às cúpulas mais elevadas do Estado, é preciso que o movimento comercial e industrial seja intenso o bastante para que isso se torne uma realidade para um número suficiente de cidadãos.

112. As medidas que, direta ou indiretamente, reduzem as dívidas, debilitam o elemento estável e, em conseqüência, reforçam indiretamente o elemento de mutabilidade e de seleção. O efeito é o mesmo para tudo aquilo que, em geral, faz aumentar os preços, mas apenas durante o tempo que dura esse aumento. Se, por exemplo, todos os preços dobram, o equilíbrio econômico acaba, após um tempo mais ou menos longo, por voltar a ser idêntico ao que era primitivamente. Porém, na passagem de um estado para outro, as dívidas diminuem, a mutabilidade e a seleção acham-se favorecidas. As alterações das moedas, o aumento da quantidade dos metais preciosos (após a descoberta da América, por exemplo), as emissões de papel-moeda, a proteção alfandegária, os sindicatos operários que obtêm aumentos de salários etc. têm, em parte, por efeito, favorecer a mutabilidade e a seleção. Mas apresentam também outros efeitos: é preciso ver em cada caso particular se os prejuízos que eles causam não ultrapassam as vantagens que dele resultam.

113. Observou-se que em Atenas, após a reforma de Sólon, já não foi preciso recorrer a nenhuma redução de dívidas; a moeda não sofreu nenhuma alteração e não se recorreu a nenhum outro procedimento para aumentar os preços. A razão principal desse fato deve ser

buscada na intensa atividade comercial de Atenas, que por si só seria suficiente para assegurar a circulação das *aristocracias*.

114. Desde os tempos da Antiguidade clássica até nossos dias, nos povos da Europa, constata-se uma série de revoluções, de medidas legislativas, de fatos desejados ou acidentais, que concorrem para reforçar o elemento da mutabilidade e de seleção. Podemos concluir, com grande probabilidade, que o elemento de estabilidade, ou menos de mutabilidade contrário à seleção, era extremamente forte; e, em decorrência, por reação, produziram-se fatos tendentes a enfraquecê-lo. Para outras sociedades, a conclusão poderia ser diferente. A necessidade de prover as mudanças favoráveis à seleção está também em relação com a proposição de elementos superiores que as camadas inferiores produzem. Pode ocorrer que a maior estabilidade de certos povos orientais se deve, pelo menos em parte, ao fato de que neles essa proporção é mais fraca do que nos povos ocidentais.

115. Se em nossas populações ocidentais o elemento de estabilidade fosse exclusivamente o resultado da instituição da propriedade privada e da hereditariedade, haveria uma demonstração muito forte da necessidade de diminuir, ou mesmo de suprimir, a instituição da propriedade privada. É estranho que os socialistas não tenham percebido o apoio que essa maneira de considerar os fenômenos poderia trazer às suas teorias.

Todavia o elemento de estabilidade que se opõe à mudança pela seleção está longe de ser exclusivamente a consequência, em nossas sociedades, da instituição da propriedade privada. As leis e os costumes dividiram os homens em classes, e, mesmo onde essas classes desapareceram, como nos povos democráticos modernos, a riqueza assegura vantagens que permitem a certos indivíduos repelir os concorrentes. Nos Estados Unidos da América, os políticos e os juízes freqüentemente se vendem aos que mais oferecem. Na França, o *Panamá* e outros fatos análogos demonstraram que a democracia européia não difere, na essência, desse ponto de vista, da democracia americana. Em geral, desde os tempos antigos até nossos dias, as classes altas da sociedade se utilizaram do poder político para despojar as classes pobres; atualmente, em certos países democráticos, parece haver começado um fenômeno diametralmente oposto. Jamais pusemos observar, durante um tempo bastante longo, uma situação na qual o Governo permaneça neutro e não ajude estes a despojar aqueles ou vice-versa. Não podemos, portanto, decidir, empiricamente, se a força considerável do elemento de estabilidade que se opõe à seleção dos elementos das classes inferiores tem sua origem na instituição da propriedade privada ou na opressão política das classes superiores. Para que possamos tirar con-

clusões corretas, seria preciso poder separar essas duas espécies de fatos e estudar separadamente seus efeitos.

116. *Tradução subjetiva dos fatos que precedem* – Até aqui, observamos os fatos de maneira objetiva; eles, porém, se apresentam de maneira bem diversa à consciência e ao conhecimento dos homens. Mostramos, em outro lugar, como a circulação das *elites* se traduzia subjetivamente, e não podemos deter-nos sobre esse ponto. Em geral, os homens são levados a dar às suas reivindicações particulares a forma de reivindicações gerais. Uma nova aristocracia que quer substituir-se à outra mais antiga luta, comumente, não em nome pessoal, mas em nome da maioria da população. Uma aristocracia que se ergue assume sempre a máscara da democracia (II, 104).

O estado mental produzido pela acumulação de elementos superiores nas camadas inferiores, de elementos inferiores nas camadas superiores manifestou-se muitas vezes em teorias religiosas, morais, políticas, pseudocientíficas sobre a igualdade dos homens. Daí resulta esse fato paradoxal de que foi precisamente a desigualdade dos homens que os levou a proclamar sua igualdade.

117. Os povos da Antiguidade reduziam as dívidas e os juros dos empréstimos, sem discussões teóricas; os Governos dos tempos passados alteravam as moedas, sem invocar as teorias econômicas, e pregavam medidas de proteção econômica, sem saber em que consiste a proteção. Os fatos não foram a consequência das teorias; mas, bem ao contrário, as teorias foram construídas para justificar os fatos. Em nossos dias, pretendeu-se dar um fundamento teórico a todos esses fatos. Deu-se um fundamento religioso à redução, ou mesmo à supressão do juro do dinheiro, e nasceram grandes discussões teóricas, cujo efeito prático é quase nulo, pois não afetam, de maneira alguma, as causas reais dos fatos.

Suponhamos que se possa demonstrar de maneira rigorosa que o juro do dinheiro não é “legítimo”, ou, ao contrário, que ele é perfeitamente legítimo. Nem nesse caso nem no outro, os fatos seriam mudados, ou então seriam mudados de maneira totalmente desprezível. O mesmo para a proteção alfandegária. Todas as teorias, a favor ou contra, não tiveram o menor efeito prático; estudos ou discursos sobre esse assunto podem ter tido certo efeito, não em razão de seu conteúdo científico, mas porque despertavam certos sentimentos e levavam à união as pessoas que tinham certos interesses comuns. As discussões teóricas que aconteceram há alguns anos sobre o bimetalismo foram absolutamente inúteis; hoje elas terminaram porque o aumento dos preços veio de outra parte e não da cunhagem livre do dinheiro. A teoria do valor de Marx tornou-se hoje artigo de museu, desde que os chefes socialistas chegaram, pouco a pouco, ao governo da coisa pública.

A afirmação de que o valor é trabalho cristalizado não era outra coisa senão a expressão do sentimento de mal-estar que sentiam certos elementos superiores da nova aristocracia, forçados que eram a permanecer nas camadas inferiores. Em conseqüência, é um fato inteiramente natural que, à medida que chegam às camadas superiores, seus sentimentos mudem e, em conseqüência, mude também seu modo de expressão. Isso é sobretudo verdadeiro para o conjunto de uma classe, porque, para alguns indivíduos em particular, os sentimentos persistem mesmo quando mudaram as circunstâncias que os fizeram nascer.

É preciso não se esquecer jamais (II, 4) que comumente os homens não têm consciência da origem de seus sentimentos, de onde acontece com freqüência acreditarem que cedem à evidência de um raciocínio teórico, ao passo que atuam sob a influência de razões muito diferentes.

ÍNDICE

MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA

Apresentação	5
Bibliografia	15
Advertência	21
Sumário	23
CAP. I - Princípios Gerais	31
CAP. II - Introdução à Ciência Social	55
CAP. III - Noção Geral do Equilíbrio Econômico	123
CAP. IV - Os Gostos	199
CAP. V - Os Obstáculos	227
CAP. VI - O Equilíbrio Econômico	265
CAP. VII - A População	293

